



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

SUZANA QUEIROGA DA COSTA ARCANJO

Desvelando a Meta 16.10 da Agenda 2030:

assegurar o acesso público à informação pelo olhar *in vivo* da
Teoria Comunicativa da Terminologia de Maria Teresa Cabré

João Pessoa

2026

SUZANA QUEIROGA DA COSTA ARCANJO

Desvelando a Meta 16.10 da Agenda 2030:

assegurar o acesso público à informação pelo olhar *in vivo* da Teoria
Comunicativa da Terminologia de Maria Teresa Cabré

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba (CCSA/UFPB) como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de pesquisa: Organização, Representação e Tecnologias de Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Bentes Pinto.

João Pessoa
2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A668d Arcanjo, Suzana Queiroga da Costa.

Desvelando a Meta 16.10 da Agenda 2030 : assegurar o acesso público à informação pelo olhar in vivo da Teoria Comunicativa da Terminologia de Maria Teresa Cabré / Suzana Queiroga da Costa Arcanjo. - João Pessoa, 2026.

230 f. : il.

Orientação: Virgínia Bentes Pinto.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Ciência da informação. 2. Informação - acesso público. 3. Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). 4. Agenda 2030. 5. Meta 16.10. I. Pinto, Virgínia Bentes. II. Título.

UFPB/BC

CDU 02(043)

SUZANA QUEIROGA DA COSTA ARCANJO

Desvelando a Meta 16.10 da Agenda 2030:
assegurar o acesso público à informação pelo olhar *in vivo* da
Teoria Comunicativa da Terminologia de Maria Teresa Cabré

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba (CCSA/UFPB) como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação. Área de concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade. Linha de pesquisa: Organização, Representação e Tecnologias de Informação.

Documento assinado digitalmente
 VIRGINIA BENTES PINTO
Data: 07/04/2026 13:59:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aprovado em: 13/03/2026.

Profa. Dra. Virgínia Bentes Pinto (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC) / Programa de Pós-graduação em Ciência da
Informação (UFPB/PPGCI)

Profa. Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino (Examinadora Interna)
Documento assinado digitalmente

 MARIA ELIZABETH BALTAR CARNEIRO DE ALBUQUERQUE
Data: 08/04/2026 06:32:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino (Examinadora Interna)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha (Examinador Externo)
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT/UFRJ)

Documento assinado digitalmente
 FABIO ASSIS PINHO
Data: 08/04/2026 10:09:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fábio Assis Pinho (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Guilherme Ataíde Dias (Suplente Interno)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães (Suplente Externo)
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Dedico esta tese à minha orientadora, Profa. Dra. **Virgínia Bentes Pinto**, pela confiança, orientação e apoio ao longo de todo o percurso acadêmico.

AGRADECIMENTOS

A *Deus*, por ter me dado a oportunidade de passar no processo seletivo do doutorado no PPCGI e por ter me sustentado com Sua destra fiel!

Agradeço ao Prof. Dr. *Fábio Assis Pinho*, pelas reflexões e sugestões apresentadas por ocasião da qualificação desta tese. Suas observações contribuíram significativamente para o aprimoramento da clareza textual, da organização do percurso metodológico e da explicitação do lócus da pesquisa, aspectos que me despertaram para a importância de escrever não apenas para cumprir exigências acadêmicas, mas, sobretudo, pensando nos futuros leitores deste trabalho. Sou profundamente grata pelas contribuições!

Agradeço ao Prof. Dr. *Gustavo Silva Saldanha*, por suas observações relativas à redação científica desta tese. De modo igualmente relevante, as recomendações teóricas e as sugestões bibliográficas apresentadas ampliaram o horizonte da fundamentação teórica da pesquisa, especialmente ao aprofundarem a reflexão histórica, epistemológica e política do conceito de acesso no campo da Ciência da Informação, fortalecendo o embasamento teórico do estudo e favorecendo uma articulação mais consistente entre teoria e metodologia. Sou profundamente grata pelas contribuições!

Agradeço à Profa. Dra. *Maria Cleide Rodrigues Bernardino*, pelas contribuições apresentadas nesta tese. Suas reflexões e sugestões foram fundamentais para que eu compreendesse com maior profundidade o meu objeto de estudo, tanto no âmbito jurídico quanto em sua dimensão como direito humano. As observações realizadas também contribuíram de maneira significativa para o amadurecimento teórico e metodológico da investigação, auxiliando na clareza dos objetivos propostos. Sou profundamente grata pelas contribuições!

Agradeço à Profa. Dra. *Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque*, pelas contribuições e reflexões apresentadas nesta tese. Suas observações me permitiram o aprimoramento do objetivo geral e dos objetivos específicos. De igual modo, os questionamentos relativos aos sujeitos da pesquisa foram determinantes para a definição e para a escolha dos participantes investigados. No que concerne à abordagem etimológica, as observações realizadas estimularam uma reorganização mais clara e compreensível do percurso analítico, especialmente na perspectiva dos leitores. Sou profundamente grata pelas contribuições!

Agradeço ao Centro de Ciências Humanas e Exatas (CCHE) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus VI – Monteiro, pelo apoio institucional e pela concessão do afastamento durante o período de realização do doutorado, condições essenciais que possibilitaram a dedicação e o pleno desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço às bibliotecárias **Rebeka Maria de Carvalho Santos Godeiro** (IFPB), **Maria Auxiliadora Costa Dias Pereira** (UFCG) e **Jacqueline de Castro Rimá** (UFPB), bem como aos **colegas bibliotecários da UEPB**, pela colaboração durante a coleta de dados. O apoio, a disponibilidade e o empenho de cada um foram fundamentais para a concretização desta pesquisa.

Agradeço ao **Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Campina Grande (SISTEMOTECA)**, ao **Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Estadual da Paraíba (SIB/UEPB)** e ao **Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba (SISTEMOTECA)**, pelo apoio durante o período de coleta de dados.

Ao meu irmão **Sigisberto Queiroga**, por ter me incentivado a dar esse o passo rumo ao doutorado. Este trabalho também é fruto do seu apoio.

Nesse percurso, muitas pessoas caminharam comigo; a esses, preferi agradecer pessoalmente.

Não há saber mais ou saber menos. Há saberes diferentes.

Paulo Freire
(1987, p. 68)

RESUMO

A Agenda 2030 é uma proposta elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a qual se compromete a não deixar ninguém para trás. Ela apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, das quais destacamos a meta 16.10: “assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais”. Apesar dessa meta conter duas ações relevantes para o progresso humano, essa pesquisa se concentra na primeira ação, que é **assegurar o acesso público à informação**. Este é o nosso objeto de estudo, o qual foi estudado pelo olhar *in vivo* da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) de Maria Teresa Cabré (1999). Essa opção vem ao encontro da epistemologia da Ciência da Informação, que traz desde sua gênese a preocupação, entre outras questões, com o acesso e a recuperação da informação. Assim, pautada na consciência de que não podemos deixar ninguém para trás, foi levantado o seguinte **problema de pesquisa**: de que maneira os bibliotecários atuantes nas bibliotecas das universidades públicas da Paraíba compreendem o termo “assegurar” e o sintagma nominal “acesso público à informação”? Com foco nesse problema, estruturamos o **objetivo geral** do estudo com vistas a **analisar**, na perspectiva da Teoria Comunicativa da Terminologia de Cabré (1999), a compreensão dos bibliotecários das bibliotecas universitárias públicas da Paraíba sobre o termo “assegurar” e o sintagma “acesso público à informação”, enunciados na meta 10 do ODS16 da Agenda 2030 da ONU, bem como as ações mencionadas para o cumprimento da meta. Do ponto de vista **metodológico**, trata-se de uma pesquisa aplicada, com abordagem qualiquantitativa, que se define pelo seu objetivo geral como descritiva e explicativa. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, foi aplicado um questionário on-line elaborado na plataforma do *Google Forms*, acompanhado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A representatividade da amostra seguiu um procedimento não probabilístico, no qual foi empregado o método de saturação teórica, resultando na participação de 50 bibliotecários. Para a análise e interpretação dos dados, pautamo-nos na Técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de Lefevre e Lefevre (2012). Os **resultados** indicaram 18 variações terminológicas associadas ao termo “assegurar” e 22 variações relacionadas ao sintagma “acesso público à informação”. **Consideramos** que o cumprimento da Meta 16.10 da Agenda 2030 não constitui apenas um desafio jurídico e institucional, mas também um desafio de compreensão conceitual, condição necessária para a sua efetiva concretização.

Palavras-chave: Meta 16.10; Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT); Agenda 2030; Assegurar o acesso público à informação.

ABSTRACT

The 2030 Agenda is a proposal developed by the United Nations (UN), which commits to leaving no one behind. It presents 17 Sustainable Development Goals (SDGs) and 169 targets, among which we highlight target 16.10: "ensure public access to information and protect fundamental freedoms, in accordance with national law and international agreements". Although this target contains two actions relevant to human progress, this research focuses on the first action, which is "ensuring public access to information," this being our object of study, which was studied from the perspective of Maria Teresa Cabré's (1999) Communicative Theory of Terminology (CTT). This choice aligns with the epistemology of Information Science, which, since its genesis, has been concerned, among other issues, with access to and retrieval of information. Thus, guided by the awareness that we cannot leave anyone behind, our research problem was structured by questioning: how do librarians working in the libraries of public universities in Paraíba understand the term "assure" and the noun phrase "public access to information"? Focusing on this problem, we structured the general objective of the study with a view to analyzing, from the perspective of Cabré's (1999) Communicative Theory of Terminology, the understanding that librarians in public university libraries in Paraíba have about the term "assure" and the phrase "public access to information," as stated in target 10 of SDG 16 of the UN's 2030 Agenda, as well as the actions mentioned for achieving the target. From a methodological point of view, this is an applied research, with a mixed-methods approach (qualitative and quantitative), which is defined by its general objective as being descriptive and explanatory. Regarding the data collection procedures, an online questionnaire developed on the Google Forms platform was applied, accompanied by the Informed Consent Form (ICF). The representativeness of the sample followed a non-probabilistic procedure, in which the theoretical saturation method was employed, resulting in the participation of 50 librarians. For the analysis and interpretation of the data, we relied on the Collective Subject Discourse Technique (CST) of Lefevre and Lefevre (2012). The results indicated 18 terminological variations associated with the term "ensure" and 22 variations related to the phrase "public access to information." We consider that fulfilling Goal 16.10 of the 2030 Agenda constitutes not only a legal and institutional challenge, but also a challenge of conceptual understanding, a necessary condition for its effective implementation.

Keywords: Goal 16.10; Communicative Theory of Terminology (CTT); 2030 Agenda; Ensuring public access to information.

RESUMEN

La Agenda 2030 es una propuesta desarrollada por las Naciones Unidas (ONU), que se compromete a no dejar a nadie atrás. Presenta 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) y 169 metas, entre las que destacamos la meta 16.10: «garantizar el acceso público a la información y proteger las libertades fundamentales, de conformidad con la legislación nacional y los acuerdos internacionales». Si bien esta meta contiene dos acciones relevantes para el progreso humano, esta investigación se centra en la primera, que es «garantizar el acceso público a la información», siendo este nuestro objeto de estudio, estudiado desde la perspectiva de la Teoría Comunicativa de la Terminología (TCT) de María Teresa Cabré (1999). Esta elección se alinea con la epistemología de las Ciencias de la Información, que, desde su génesis, se ha ocupado, entre otras cuestiones, del acceso y la recuperación de la información. Así pues, guiados por la consciencia de que no podemos dejar a nadie atrás, nuestro problema de investigación se estructuró con la pregunta: ¿cómo entienden los bibliotecarios de las bibliotecas de las universidades públicas de Paraíba el término "garantizar" y la frase nominal "acceso público a la información"? Con este enfoque, estructuramos el objetivo general del estudio con el fin de analizar, desde la perspectiva de la Teoría Comunicativa de la Terminología de Cabré (1999), la comprensión que los bibliotecarios de las bibliotecas de las universidades públicas de Paraíba tienen sobre el término "garantizar" y la frase "acceso público a la información", tal como se establece en la meta 10 del ODS 16 de la Agenda 2030 de la ONU, así como las acciones mencionadas para alcanzar dicha meta. Desde un punto de vista metodológico, se trata de una investigación aplicada, con un enfoque mixto (cualitativo y cuantitativo), cuyo objetivo general se define como descriptivo y explicativo. En cuanto a los procedimientos de recolección de datos, se aplicó un cuestionario en línea desarrollado en la plataforma Google Forms, acompañado del Formulario de Consentimiento Informado (FCI). La representatividad de la muestra se basó en un procedimiento no probabilístico, en el que se empleó el método de saturación teórica, resultando en la participación de 50 bibliotecarios. Para el análisis e interpretación de los datos, se utilizó la Técnica del Discurso del Sujeto Colectivo (TSC) de Lefevre y Lefevre (2012). Los resultados indicaron 18 variaciones terminológicas asociadas con el término "garantizar" y 22 variaciones relacionadas con la frase "acceso público a la información". Consideramos que el cumplimiento del Objetivo 16.10 de la Agenda 2030 constituye no solo un desafío legal e institucional, sino también un desafío de comprensión conceptual, condición necesaria para su implementación efectiva.

Palabras clave: Objetivo 16.10; Teoría Comunicativa de la Terminología (TCT); Agenda 2030; Garantizar el acceso público a la información.

RÉSUMÉ

L'Agenda 2030 est une proposition élaborée par les Nations Unies (ONU), qui s'engage à ne laisser personne de côté. Il présente 17 Objectifs de développement durable (ODD) et 169 cibles, parmi lesquelles nous soulignons la cible 16.10 : « garantir l'accès du public à l'information et protéger les libertés fondamentales, conformément au droit national et aux accords internationaux ». Bien que cette cible comprenne deux actions pertinentes pour le progrès humain, cette recherche se concentre sur la première, à savoir « garantir l'accès du public à l'information », qui constitue notre objet d'étude. Cette étude a été menée dans le cadre de la Théorie communicative de la terminologie (TCT) de Maria Teresa Cabré (1999). Ce choix s'inscrit dans l'épistémologie des sciences de l'information qui, depuis ses origines, s'intéresse notamment à l'accès à l'information et à sa recherche. Ainsi, conscients de l'importance de ne laisser personne de côté, nous avons structuré notre problématique de recherche autour de la question suivante : comment les bibliothécaires des bibliothèques universitaires publiques de Paraíba appréhendent-ils le terme « assurer » et l'expression « accès public à l'information » ? En nous concentrant sur cette problématique, nous avons défini l'objectif général de l'étude afin d'analyser, selon la théorie communicative de la terminologie de Cabré (1999), la compréhension qu'ont les bibliothécaires des bibliothèques universitaires publiques de Paraíba du terme « assurer » et de l'expression « accès public à l'information », tels qu'énoncés dans la cible 10 de l'ODD 16 du Programme de développement durable à l'horizon 2030 des Nations Unies, ainsi que les actions mentionnées pour atteindre cette cible. D'un point de vue méthodologique, il s'agit d'une recherche appliquée, à méthodes mixtes (qualitatives et quantitatives), dont l'objectif général est descriptif et explicatif. Concernant la collecte des données, un questionnaire en ligne, élaboré sur la plateforme Google Forms, a été utilisé, accompagné d'un formulaire de consentement éclairé. La représentativité de l'échantillon a été vérifiée par une procédure non probabiliste, la méthode de saturation théorique ayant été employée, aboutissant à la participation de 50 bibliothécaires. Pour l'analyse et l'interprétation des données, nous avons eu recours à la Technique du Discours du Sujet Collectif (TDS) de Lefevre et Lefevre (2012). Les résultats ont révélé 18 variations terminologiques associées au terme « garantir » et 22 variations liées à l'expression « accès public à l'information ». Nous considérons que la réalisation de l'Objectif 16.10 de l'Agenda 2030 constitue non seulement un défi juridique et institutionnel, mais aussi un défi de compréhension conceptuelle, condition nécessaire à sa mise en œuvre effective.

Mots-clés: Objectif 16.10; Théorie Communicative de la Terminologie (TCT); Agenda 2030; Garantir l'accès public à l'information.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Etimologia do termo “acesso”	53
Quadro 2 - Unitermo das definições do termo “acesso”	54
Quadro 3 - Etimologia do termo “assegurar”	74
Quadro 4 - Etimologia do termo “público”	82
Quadro 5 - Variações do termo “informação”	86
Quadro 6 - Etimologia do termo “informação”	88
Quadro 7 - Elementos de composição do termo “informação”	91
Quadro 8 - Princípio da poliedricidade do termo.....	108
Quadro 9 - Princípio sobre a variação terminológica	111
Quadro 10 - Variação funcional vertical	114
Quadro 11 - Princípio sobre o caráter comunicativo da terminologia	115
Quadro 12 - Instituição de Ensino Superior Público	122
Quadro 13 - População da pesquisa: servidores públicos bibliotecários das instituições de ensino superior públicas da Paraíba	124
Quadro 14 - População da pesquisa.....	125
Quadro 15 - Ponto de saturação teórica: Assegurar	127
Quadro 16 - Ponto de saturação teórica: Acesso público à informação.....	128
Quadro 17 - Representatividade do tamanho da amostra em relação ao total de participantes	129
Quadro 18 - Instrumento de coleta de dados.....	131
Quadro 19 - Meio de comunicação.....	142
Quadro 20 - Variações conceituais do termo “assegurar”	149
Quadro 21 - Contexto da meta 16.10.....	157
Quadro 22 - Distribuição das unidades terminológicas conforme níveis de especialização, opacidade cognitiva e densidade cognitiva e terminológica	161
Quadro 23 - Discurso do Sujeito Coletivo: Garantir.....	167
Quadro 24 - Discurso do Sujeito Coletivo: Direito	168
Quadro 25 - Discurso do Sujeito Coletivo: Seguro	169
Quadro 26 - Discurso do Sujeito Coletivo: Confirmar.....	170
Quadro 27 - Discurso do Sujeito Coletivo: Tomar	170

Quadro 28 - Discurso do Sujeito Coletivo: Dar	171
Quadro 29 - Discurso do Sujeito Coletivo: Ativação pragmática.....	171
Quadro 30 - Acesso público à informação	175
Quadro 31 - Definições das unidades terminológicas relacionadas ao acesso público à informação.....	187
Quadro 32 - Discurso do Sujeito Coletivo: Acesso à informação pública	195
Quadro 33 - Discurso do Sujeito Coletivo: Mediação da informação	198
Quadro 34 - Discurso do Sujeito Coletivo: Acesso à informação	199
Quadro 35 - Discurso do Sujeito Coletivo: Acesso ético-social e ideológico.....	200

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Correlações etimológicas do termo “acesso”	55
Figura 2 - Percurso etimológico do termo “acesso”	57
Figura 3 - Recuperação da informação	59
Figura 4 - Obtenção da informação.....	61
Figura 5 - Acesso ao lugar informacional	65
Figura 6 - Acesso sensorial da informação.....	66
Figura 7 - Acesso cognitivo informacional	68
Figura 8 - Modelo de acesso à informação	70
Figura 9 - Percurso etimológico do termo “assegurar”	80
Figura 10 - A Terminologia na perspectiva de Cabré (2005).....	102
Figura 11 - Teoria das portas.....	107
Figura 12 - Tipo de pesquisa.....	121
Figura 13 - Desenho metodológico da pesquisa.....	134
Figura 14 - Unidades denominativas em contexto real de uso	160

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Amostra da pesquisa.....	130
Gráfico 2 - Grupo de idade	138
Gráfico 3 - Tempo de serviço.....	139
Gráfico 4 - Nível de instrução	140
Gráfico 5 - Você já ouviu falar da Agenda 2030?	141
Gráfico 6 - Meta 16.10	146
Gráfico 7 - Universidade à qual pertence e órgãos de classe.....	148
Gráfico 8 - Ocorrência da variação denominativa.....	163
Gráfico 9 - Ocorrência das unidades terminológicas associadas ao acesso público à informação.....	182
Gráfico 10 - Relação entre informação pública e os valores terminológicos	183

LISTA DE SIGLA

AC	Ancoragem
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CDU	Classificação Decimal Universal
DHPB	Dicionário Histórico do Português do Brasil
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ECH	Expressões-Chave
IC	Ideia Central
ISTA	Information Science & Technology Abstracts
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IICI	Instituto Internacional de Cooperação Intelectual
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
LISA	Library and Information Science Abstracts
LISTA	Library, Information Science & Technology Abstracts With Full Text
LSP	Linguagens para fins Específicos
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
OASISBR	Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
RI	Recuperação da Informação
RBU	Repertório Bibliográfico Universal
SRI	Sistema de Recuperação da Informação
TCT	Teoria Comunicativa da Terminologia
TGT	Teoria Geral da Terminologia
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UCO	Unidade de Comunicação

UCOE	Unidade de Comunicação Especializada
UC	Unidade de Conhecimento
UCE	Unidade de Conhecimento Especializado
USE	Unidade de Significância Especializada
UT	Unidade Terminológica
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
VHCPM	Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 O TERMO “ACESSO” NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA, REFLEXÕES E DESAFIOS	27
2.2 O termo “acesso” e a sua etimologia	51
2.3 A etimologia do termo “acesso” e sua aplicabilidade na Ciência da Informação	58
2.4 O modelo de acesso à informação: fundamentos etimológicos	64
2.4.1 Primeira etapa: Acesso ao lugar informacional.....	64
2.4.2 Segunda etapa: Acesso sensorial da informação.....	65
2.4.3 Terceira etapa: Acesso cognitivo informacional	67
3 CONHECENDO O OBJETO DE ESTUDO: ASSEGURAR O ACESSO PÚBLICO À INFORMAÇÃO PELO VIÉS DA ETIMOLOGIA.....	72
3.1 O termo “assegurar” e sua etimologia	73
3.2 O termo “público” e sua etimologia.....	81
3.3 O termo “informação” e sua etimologia.....	85
4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TERMINOLOGIA SOB O OLHAR WÜSTERIANO	94
4.1 Maria Teresa Cabré uma nova caminhada em meio a uma norma prescritiva: as primeiras inquietações.....	97
4.2 A Terminologia em uso: o olhar <i>in vivo</i> proposto pela Teoria Comunicativa da Terminologia	100
5 A TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA (TCT) E AS UNIDADES TERMINOLÓGICAS: UM FENÔMENO NATURAL DA LÍNGUA	107
5.1 Princípio sobre a poliedricidade do termo.....	108
5.2 Princípio sobre a variação	110
5.3 Princípio sobre o caráter comunicativo da terminologia.....	114
6 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	119
6.1 Instituições participantes da pesquisa.....	121
6.2 Sujeitos da pesquisa: população e amostra	123
6.2.1 Delimitação qualitativa da amostra da pesquisa.....	125
6.3 Instrumento de coleta de dados.....	131
6.4 Coleta de dados.....	132

7 ANÁLISE DOS DADOS.....	135
7.2 Agenda 2030	141
7.3 A meta 16.10 assegurar o acesso público à informação.....	145
7.4 Objetivo específico A - Interpretar as variações denominativas atribuídas ao termo “assegurar”	148
7.5 Objetivo específico B - Explicar a compreensão que os bibliotecários das universidades públicas da Paraíba possuem sobre o termo “assegurar”, com base no Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	166
7.6 Objetivo Específico C - Interpretar as variações denominativas do sintagma “acesso público à informação”	174
7.7 Objetivo específico D - Explicar a compreensão dos bibliotecários das universidades públicas da Paraíba sobre o sintagma “acesso público à informação”, com base no Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).....	194
7.8 Objetivo Específico E: Mapear as ações citadas pelos bibliotecários para assegurar o acesso público à informação em seu contexto de atuação	202
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
REFERÊNCIAS.....	213
APÊNDICE A – TCLC	222
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	224

1 INTRODUÇÃO

A expressão “acesso à informação” tende a ser percebida como algo habitual, possivelmente em razão do cenário atual das redes sociais digitais, da atuação dos meios de comunicação tradicionais e da vigência da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o acesso à informação.

Essa nova realidade, marcada pelas amplas possibilidades de acesso à informação, distancia-se do período em que a informação permanecia materializada em suportes analógicos e restrita aos livros acorrentados nas bibliotecas monásticas da Idade Média. Nessa época, não existia qualquer legislação que assegurasse ao cidadão o direito de acessar esses documentos.

Consequentemente, o acesso à informação era privilégio do clero e da nobreza. Já a população, em sua maioria, sequer sabia ler, muito menos tinha contato com tais suportes. Em contraste, na contemporaneidade, o acesso à informação constitui um bem essencial e um direito humano, conforme estabelece a Organização das Nações Unidas (ONU): “Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão” (ONU, 2017, p.12).

Essa transformação do cenário mundial em torno do acesso à informação foi incorporada à agenda global intitulada “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, conhecida simplesmente como Agenda 2030. Proposta pela ONU, sob o compromisso de “não deixar ninguém para trás”, a Agenda estruturou um plano de ação voltado à transformação global, fundamentado em cinco eixos centrais: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria, popularmente conhecidos como os 5Ps.

Esses eixos orientadores compreendem: (a) Pessoas, “a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões” (ONU, 2015, p. 3); (b) Planeta, “proteger da degradação” (ONU, 2015, p. 1); (c) Prosperidade, assegurar que “as pessoas possam desfrutar de uma vida próspera” (ONU, 2015, p. 2); (d) Paz, “promover sociedades pacíficas” (ONU, 2015, p. 2); e, por fim, (e) Parceria, garantir “os meios necessários para a sua implementação” (ONU, 2015, p. 2).

A Agenda 2030 está organizada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas integradas e indivisíveis, que “mesclam, de forma equilibrada, as três

dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Os objetivos e metas estimularão a ação em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta nos próximos 15 anos” (ONU, 2015, p. 1).

Em setembro de 2000, representantes de 189 países se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova York, para aprovar a Declaração do Milênio. Ela estabeleceu oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), voltados à redução da pobreza, à promoção da educação, à igualdade de gênero, à saúde, ao combate a doenças, à preservação do meio ambiente e à cooperação global (ONU, 2010). Nesse contexto, Patrícia A. Wand explica que:

todos reconheceram a natureza essencial e apropriada dos objetivos. Ao mesmo tempo, perceberam que muitos aspectos do desenvolvimento não estavam incluídos. Nenhum dos objetivos, por exemplo, dizia respeito diretamente à informação e aos dados num momento em que a informação como mercadoria na Era da Informação já era amplamente discutida. À medida que o prazo de 15 anos para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estava se encerrando, as Nações Unidas e várias organizações começaram a conceituar como seriam os próximos objetivos estratégicos para o desenvolvimento. [...] A IFLA, Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas, juntou-se a outras organizações para discutir a agenda de desenvolvimento pós-2015 [...] (Wand, 2016, p. 110, tradução nossa).

Com o encerramento do ciclo dos ODM, em 2015, diversas instituições passaram a formular a agenda de desenvolvimento pós-2015. Nesse processo, a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), durante o Congresso Mundial de Bibliotecas e Informação realizado em Lyon, França, em 2014, destacou a centralidade da informação para o desenvolvimento sustentável, o que resultou na elaboração da Declaração de Lyon sobre o acesso à informação e o desenvolvimento. Essa declaração, estruturada em formato de manifesto, afirma que:

as Nações Unidas estão negociando uma nova agenda de desenvolvimento para dar seguimento aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A agenda orientará a todos os países sobre as abordagens para melhorar a vida das pessoas, e apresenta um novo conjunto de metas a serem alcançadas durante o período de 2016-2030. [...] Nós, abaixo assinados, portanto, convidamos os Estados-Membros das Nações Unidas a **reconhecer que o acesso à informação e as habilidades para seu uso de forma eficaz, são necessárias para o desenvolvimento sustentável e assegurar que esta é reconhecida na agenda de desenvolvimento pós-2015** (IFLA, 2014, p.1-3, grifo nosso).

Como é possível perceber, o acesso à informação foi reconhecido e indicado para integrar a Agenda 2030, por iniciativa da IFLA, como um elemento essencial ao

desenvolvimento sustentável. Esse reconhecimento decorre do fato de que o acesso à informação viabiliza o acesso à educação, aos cuidados de saúde, à justiça, aos serviços básicos, à propriedade e ao controle sobre a terra, ao saneamento e à higiene adequados, à pesquisa e às tecnologias de energia limpa, aos serviços financeiros, aos sistemas de transporte seguros, à ciência, à tecnologia e à inovação, além de promover o compartilhamento de conhecimentos (ONU, 2015).

A concretização do acesso à informação na Agenda 2030 se materializa no Objetivo 16, que propõe “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (ONU, 2015, p.20). Esse objetivo se desdobra em dez metas específicas, entre as quais se destaca a Meta 16.10, que assume papel central na Ciência da informação. A seguir, apresentam-se as metas do Objetivo 16, conforme a redação da Agenda 2030.

16.1 reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares. 16.2 acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças. 16.3 promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos. 16.4 até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado. 16.5 reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas. 16.6 desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis. 16.7 garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis. 16.8 ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global. 16.9 até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento. **16.10 assegurar o acesso público à informação** e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais. 16.a fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime. 16.b promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015, p.39, grifo nosso).

Verifica-se que a Meta 16.10 compreende duas ações principais: (1) “assegurar o acesso público à informação”; e (2) “proteger liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais” (ONU, 2015, p.39).

Embora a Meta 16.10 seja composta por duas ações essenciais para os eixos Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria, esta pesquisa se concentra na primeira delas: assegurar o acesso público à informação, que constitui o nosso objeto de estudo. Compreende-se que o acesso à informação é transformador, na medida em que pode produzir mudanças em

diferentes dimensões da vida cotidiana e da sociedade, conduzindo a escolhas mais conscientes e assertivas.

Esse fato dialoga diretamente com a Ciência da Informação, que, desde a sua gênese, ocupa-se, entre outras questões, do acesso e da recuperação da informação. Nessa perspectiva, o objeto deste estudo – assegurar o acesso público à informação – é analisado sob o olhar *in vivo* da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), de Maria Teresa Cabré, cuja abordagem converge com as reflexões sobre a interdisciplinaridade da Ciência da Informação apresentada por Saracevic (1995), no artigo “A natureza interdisciplinar da ciência da informação”. Nesse estudo, destaca-se o diálogo entre Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva e Comunicação, aos quais se podem acrescentar ainda campos como Terminologia, Arquivologia, Museologia, Saúde, Documentação, entre outros.

Assim, pautados na compreensão de que ninguém deve ser “deixado para trás”, elenca-se o problema de pesquisa por meio da seguinte questão: de que maneira os bibliotecários atuantes nas bibliotecas das universidades públicas da Paraíba compreendem o termo “assegurar” e o sintagma nominal “acesso público à informação”?

Os bibliotecários foram escolhidos como sujeitos da pesquisa por exercerem uma função social essencial: “a prestação de serviços de informação à sociedade e a garantia de acesso indiscriminado aos mesmos, livre de quaisquer embargos” (CFB, 2018, p. 1). Dessa forma, torna-se fundamental compreender o nosso próprio objeto de trabalho e reconhecer a importância das ações desenvolvidas no exercício da profissão para assegurar o acesso público à informação.

Com foco no problema de pesquisa, definiu-se como objetivo geral de analisar, com base nos pressupostos da Teoria Comunicativa da Terminologia de Cabré (2005), a compreensão dos bibliotecários das bibliotecas universitárias públicas da Paraíba sobre o termo “assegurar” e o sintagma nominal “acesso público à informação”, enunciados na Meta 16.10 do ODS 16 da Agenda 2030 da ONU, bem como as ações citadas para o cumprimento da meta.

Os objetivos específicos estabelecidos são:

- a) Interpretar as variações denominativas atribuídas ao termo “assegurar”;
- b) Explicar a compreensão dos bibliotecários das universidades públicas da Paraíba sobre o termo “assegurar”, segundo o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC);

- c) Interpretar as variações denominativas do sintagma nominal “acesso público à informação”;
- d) Explicar a compreensão dos bibliotecários das universidades públicas da Paraíba sobre o sintagma nominal “acesso público à informação”, conforme o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC);
- e) Mapear as ações citadas pelos bibliotecários que possam assegurar o acesso público à informação em seu contexto de atuação;

Ao analisar a compreensão dos bibliotecários atuantes nas bibliotecas das universidades públicas da Paraíba acerca do termo “assegurar” e do sintagma nominal “acesso público à informação”, possibilita-se examinar como essas percepções se refletem no cumprimento da Meta 16.10 da Agenda 2030, especialmente no que concerne à promoção da inclusão e da equidade informacional.

Com essa compreensão, esta pesquisa estabelece a hipótese de que as unidades léxicas e terminológicas utilizadas pelos especialistas bibliotecários para expressar sua compreensão acerca do termo “assegurar” e do sintagma nominal “acesso público à informação” fazem parte da construção mental de cada um e, conseqüentemente, serão distintas. Isso será evidenciado pelas variações denominativas que se manifestam no uso discursivo dos termos “assegurar” e “acesso público à informação”.

Assim, esta pesquisa defende a tese de que a variação denominativa do termo “assegurar” e do sintagma nominal “acesso público à informação” se constitui nas relações intersubjetivas de formação dos modos de pensar e de agir dos bibliotecários, intrinsecamente relacionados às suas práticas socioprofissionais e aos contextos institucionais em que atuam.

A pesquisa se insere no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e, por essa razão, não se apoia primordialmente em procedimentos estatísticos para testar a hipótese formulada. Sua validação, ou eventual refutação, será orientada pelas reflexões de Richard (1969, p. 2, tradução nossa), segundo as quais, nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, “a validação, então, só pode ser indireta: ela é feita pelas conseqüências de que a hipótese acarreta ao nível do observável, em confronto com aquilo que é efetivamente observado [...]”.

A trajetória metodológica deste estudo se configura como uma pesquisa aplicada, de abordagem qualiquantitativa, e classificada, em consonância com seu objetivo geral, como descritiva e explicativa. Para a coleta de dados, adotou-se a pesquisa de campo,

operacionalizada pela aplicação de um questionário *on-line*, disponibilizado por meio da plataforma *Google Forms* e acompanhado do respectivo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A representatividade da amostra foi estabelecida por meio de um procedimento não probabilístico, fundamentado no método de saturação teórica (Sampieri; Collado; Lucio, 2013), alcançado com a participação de 50 bibliotecários. A análise e a interpretação dos dados foram conduzidas com base na Técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, segundo os pressupostos metodológicos de Lefevre e Lefevre (2012).

A presente investigação se enquadra na linha de pesquisa Organização, Representação e Tecnologias de Informação, cuja “base temática que norteia este eixo de pesquisa é a representação e organização da informação e do conhecimento, bem como as tecnologias digitais e as terminologias” (PPGCI, 2023, p. 26).

A motivação do tema e o interesse pessoal surgiram durante a disciplina Representação da Informação e Terminologia, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), ao realizar a leitura da Agenda 2030 para a elaboração de um artigo acadêmico.

Nesse sentido, a motivação central do estudo consiste em compreender como os bibliotecários, enquanto especialistas da informação, constroem e interpretam, sob a perspectiva terminológica, a Meta 16.10 – assegurar o acesso público à informação –, considerando que essa compreensão influencia diretamente suas práticas profissionais nas unidades de informação e, conseqüentemente, o acesso à informação oferecido aos cidadãos que atendem cotidianamente. Cientes disso, ao atuarmos de forma ética e comprometida com o acesso equitativo à informação, contribuímos igualmente para a construção de uma sociedade mais justa e plantamos uma semente para transformar o nosso planeta.

Dessa forma, acredita-se na relevância social desta pesquisa, que, ao promover reflexões sobre assegurar o acesso público à informação, contribui para o debate em torno da Agenda 2030, reforçando o papel da Ciência da Informação, especialmente dos bibliotecários, na promoção da equidade informacional e no fortalecimento das práticas democráticas.

Academicamente, a presença da TCT nos trabalhos de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil ainda é tímida. O levantamento bibliográfico realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) identificou apenas quatro pesquisas que dialogam com a Terminologia Comunicativa da Terminologia no âmbito da área, todas

concentradas na região Sul e na ECA/USP. Esse cenário reforça a relevância desta pesquisa ao contribuir para a descentralização do debate terminológico, ampliando-o para outras regiões geográficas.

A tese está estruturada em seis seções, evidenciando semanticamente as relações entre elas. Assim, a primeira seção apresenta a introdução, que contextualiza o cenário da pesquisa, expõe a problemática, a questão de pesquisa, a hipótese, a justificativa e os objetivos a serem alcançados, além de demonstrar a aderência do estudo ao campo da Ciência da Informação e à linha de pesquisa Organização, Representação e Tecnologias de Informação.

A segunda seção, intitulada “O termo “acesso” na Ciência da Informação: desafios epistemológicos”, apresenta reflexões acerca do conceito de acesso e, com base em sua etimologia, a elaboração de um Modelo de Acesso à Informação, bem como destaca alguns protagonistas que, em seus contextos históricos, buscaram assegurar o acesso público à informação.

Na terceira seção, intitulada “Conhecendo o objeto de estudo: assegurar o acesso público à informação pelo viés da etimologia”, realiza-se um estudo diacrônico, fundamentado na etimologia dos termos assegurar, público e informação.

A quarta seção, denominada “A institucionalização da Terminologia sob o olhar wüsteriano”, aborda a Teoria Geral da Terminologia (TGT), compreendendo seus postulados teóricos e situando a Teoria Comunicativa da Terminologia, de Maria Teresa Cabré, bem como sua relação com a Ciência da Informação.

Na quinta seção, sob o título “A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) e as unidades terminológicas: um fenômeno natural da língua”, apresentam-se os agrupamentos organizados segundo os pressupostos da TCT, os quais constituem os princípios terminológicos norteadores para a análise das unidades terminológicas.

Na sexta, que aborda a trajetória metodológica, a pesquisa é caracterizada como aplicada, com abordagem qualiquantitativa, definida, de acordo com seu objetivo geral, como descritiva e explicativa. Quanto aos procedimentos técnicos, adota-se a pesquisa de campo, utilizando o questionário *on-line* como instrumento de coleta de dados. A Técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é empregada para a análise e interpretação dos dados, conforme os pressupostos de Lefevre e Lefevre (2012).

A sétima seção é dedicada à discussão dos dados, enquanto a oitava apresenta as considerações finais.

2 O TERMO “ACESSO” NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS

Ao realizar uma pesquisa bibliográfica exploratória sobre o termo “acesso”, buscando aprofundá-lo teoricamente e metodologicamente no âmbito da Ciência da Informação, bem como examinar a sua articulação nas políticas públicas, tanto em nível local quanto internacional, constata-se que as bases de dados *Information Science & Technology Abstracts* (ISTA) e *Library and Information Science Abstracts* (LISA) não estão mais incluídas no conteúdo do Portal de Periódicos da CAPES.

O portal conta atualmente com o conteúdo assinado da base *Library, Information Science & Technology Abstracts with full Text* (LISTA/EBSCO), cuja cobertura se inicia na década de 1960. Desse modo, foram realizadas buscas na base LISTA, na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr), na BDTD e na *LA Referência*, entre novembro e dezembro de 2024 e janeiro e fevereiro de 2025. No entanto, não se obteve êxito na recuperação de documentos que tratassem diretamente do termo “acesso” sob um enfoque epistemológico.

Embora o referencial teórico tenha se mostrado escasso, o termo “acesso” é amplamente aplicado nas palavras-chave em artigos, monografias, dissertações, teses e anais de eventos, em estudos relacionados às políticas públicas tanto locais quanto globais.

A depender das áreas e subáreas da Ciência da Informação e de suas aplicações, o conceito assume definições distintas. Um exemplo expressivo é o estudo de Maureen McCreadie e Ronald E. Rice (1999), aqui referenciado como um possível pioneiro no tratamento teórico do termo no campo.

No que se refere à aplicabilidade e às diversas definições encontradas, observa-se que o termo “acesso” é empregado em situações que variam desde dimensões de infraestrutura, como o acesso físico, até dimensões níveis cognitivos, relacionados à apropriação da informação. Nessa circunstância, Cabré (2005, p. 178, tradução nossa) lembra que “os conceitos de um mesmo âmbito especializado mantêm entre si relações de diferentes tipos. O conjunto dessas relações entre os conceitos constitui a estrutura conceitual de uma matéria”.

Do ponto de vista de uma leitura técnica, verifica-se que, possivelmente, ainda não há, nas pesquisas no campo da Ciência da Informação, uma investigação aprofundada sobre a

epistemologia do termo, tampouco sobre seu contexto histórico, teórico e metodológico. O que predomina é o estudo aplicado, voltado para práticas de acesso à informação.

Dessa constatação empírica emergem alguns questionamentos: seria a preocupação com o acesso à informação, na Ciência da Informação, mais uma urgência prática do que um problema epistemológico? E, se esse for o caso, não seriam necessários estudos científicos mais consistentes para preencher essa lacuna conceitual?

Na Arquivologia, a tese de Isabela Costa da Silva (2021) confirma tendência semelhante ao identificar que, durante anos, o tema do acesso foi reconhecido como fundamental, mas negligenciado conceitualmente:

Ainda que o acesso seja tratado por muitos autores da Arquivologia como um tema de importância fundamental, durante anos foi negligenciado pela área (conforme destacou Reed, 2014, p.131). Foi a partir do impulso ocasionado pela governança informacional e as discussões em torno da legislação de acesso à informação no mundo que o tema ganhou destaque no campo arquivístico, **ainda que pouco explorado sob o aspecto conceitual e epistemológico** (Silva, 2021, p.175, grifo nosso).

A autora realiza uma revisão teórico-conceitual do termo “acesso”, segundo a função social dos arquivos na abertura dos acervos do regime militar, evidenciando também, na Arquivologia, o desafio de construir uma base conceitual sólida.

Tratando desses elementos, pode-se imaginar um funil conceitual. No topo, encontra-se o termo “acesso”, amplo e multidimensional; no centro, os campos da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia; na base, o acesso à informação propriamente dito, o qual, segundo Araújo (2018, p. 9), “foi no seio de uma nova problemática, uma problemática informacional, que se construiu o projeto de construção de uma nova ciência”.

No topo do funil, o termo “acesso” não se limita ao campo da Ciência da Informação; ao contrário, assume caráter multidisciplinar e instiga investigações sobre sua base teórica em diversas áreas do conhecimento. Isso indica que a lacuna conceitual não é exclusiva da Ciência da Informação, como demonstram estudos desenvolvidos em outros campos, tais como: *Towards a general theory of access*, de Roy Penchansky e J. William Thomas (1981); *A Theory of access*, de Jesse Ribot e Nancy Lee Peluso (2003), que foi base para *Disability, environment, social participation and human rights: from the concept of access to its measurement*, de Patrick Fougeyrollas et al.; *Access, place and Australian live music*, de Sam Whiting e David Carter (2016); e *Towards a general theory of access*, de David Levinson e Hao Wu (2019).

Como afirmam McCreadie e Rice (1999, p. 45, tradução nossa), “com o acesso subjacente a muitas áreas diferentes da vida cotidiana e implícito em muitas pesquisas, precisamos entender suas dimensões para considerar seriamente suas implicações e nos guiar na elaboração de políticas e sistemas”.

De fato, o acesso permeia todas as dimensões da sociedade: acesso à alimentação, à justiça, à saúde, ao saneamento e higiene adequados, à água potável, à pesquisa técnico-científica, às tecnologias de informação e comunicação, à energia, à habitação, ao transporte, à participação política, a sistemas de informações, entre outros. Torna-se, assim, inevitável sua presença na formulação de políticas públicas locais e globais, como na Agenda 2030, sendo inegável a sua relevância para a qualidade de vida dos seres humanos em qualquer escala territorial.

Diante disso, o termo “acesso” passa a ser compreendido como multidisciplinar e multidimensional. Ele apresenta uma constituição teórica e metodológica que desafia os campos científicos, da mesma forma como gestores e líderes em diferentes esferas, especialmente na elaboração de políticas públicas. No cotidiano da vida social, porém, sua manifestação é simples: ou o cidadão tem acesso ou não tem. Nessa perspectiva, “o acesso é uma condição essencial para a participação social e o exercício dos direitos humanos de todos os cidadãos” (Fougeyrollas *et al.*, 2015, p. 8, tradução nossa).

Assim, o acesso assume uma função política e social. Torna-se um indicador das desigualdades existentes e, simultaneamente, um mecanismo orientador para a formulação de políticas públicas. Em consonância com essa ideia, McCreadie e Rice (1999, p. 45-46, tradução nossa) afirmam:

O acesso pode ser entendido a partir da perspectiva tanto daqueles com acesso quanto daqueles sem. O poder neste contexto não reside apenas em decisões conscientes de controlar o acesso. Ele também reside no poder de estabelecer e seguir os termos do debate, de definir os parâmetros para forma e conteúdo e de estabelecer a estrutura para a própria noção do que a informação pode significar.

Diante desse cenário acadêmico e da conjuntura social complexa e desafiadora, nossa proposta consiste em compreender, com base na etimologia, as características do termo “acesso” sob a perspectiva da dimensão informacional, objeto de estudo da Ciência da Informação, e construir um modelo que aborde o acesso à informação, contribuindo para sua reflexão conceitual, uma vez que, independentemente das áreas e subáreas do campo, o acesso à informação se revela como um aspecto central.

É oportuno destacar que o acesso à informação foi, desde o princípio, um dos problemas fundamentais que motivaram o surgimento e a consolidação da Ciência da Informação como campo científico (Araújo, 2018).

Com essa compreensão, torna-se pertinente realizar uma retrospectiva histórica das iniciativas e atuações de protagonistas que, em seus respectivos contextos, buscaram ampliar e assegurar o acesso à informação. Nesse sentido, o tópico a seguir se dedica à análise dessas trajetórias, evidenciando como, em diferentes momentos históricos, esses atores informacionais contribuíram para a promoção do acesso à informação.

2.1 Acesso à informação: personagens que buscaram assegurar o acesso público a informação

Ao investigar a historicidade do termo “acesso” na Ciência da Informação, não foram identificados estudos diretamente relacionados a essa abordagem. A literatura recuperada se concentra principalmente na história e na organização de bibliotecas, arquivos, museus e catálogos.

À medida que a investigação avançava, optou-se por refletir sobre o termo “acesso” pelo viés da biblioteca, campo no qual atuamos profissionalmente, considerando, de um lado, personagens históricos que buscaram ampliá-lo em cenários condicionados por fatores sociais, institucionais e culturais, o que, por vezes, o tornava restrito, e, de outro, perspectivas como a de Paul Otlet, que o compreende em sua dimensão universal.

Este desenho constitui apenas um dos pontos de partida possíveis para a análise do termo “acesso”. Reconhece-se que se trata de um fenômeno complexo, marcado por múltiplas nuances. Nesse sentido, não se pretende estabelecer uma abordagem cronológica ampla, tampouco uma trajetória conceitual, mas apresentar, de forma sintética, alguns protagonistas relacionados às práticas de organização e guarda de registros informacionais, cujas ideias, em prol do acesso, não se restringem ao plano imaginário, mas se materializam, por meio de modelos e práticas, na promoção do acesso à informação em seu tempo.

Na Antiguidade Ocidental e a Idade Média, seguem-se as análises de Lionel Casson, em “Bibliotecas no mundo antigo” (2018), evidenciando instituições nas quais o acesso à informação se configurava como prática social mediada por relações de poder, sendo, portanto, limitado a grupos específicos.

Na Modernidade, recorre-se ao estudo de Alfredo Serrai, denominado “História da biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema” (1975), cuja pesquisa possibilita identificar personagens que atuaram na promoção do acesso público à informação por meio da flexibilização das estruturas sociais que condicionavam o acesso à informação.

Já na Contemporaneidade, destaca-se Paul Otlet, com sua obra “Tratado de documentação” (1934). Segundo o pensamento do autor, desde a proposta de criação da Liga das Nações, considerada um antecedente histórico da ONU, a Agenda 2030, especialmente a Meta 16.10, pode ser compreendida em diálogo com fundamentos históricos e epistemológicos desenvolvidos no campo da Ciência da Informação.

Segundo Casson (2018), é na Idade Antiga que se inicia a formação das primeiras civilizações. Essas civilizações surgem no Egito e na Mesopotâmia, favorecidas pela fertilidade das terras irrigadas pelos grandes rios. Nesse contexto territorial, especialmente no sul da Mesopotâmia, localiza-se o povo sumério, o qual, por volta de 3.000 a.C., desenvolveu um dos primeiros sistemas de escrita da humanidade: a escrita cuneiforme. Esse sistema ultrapassou o uso exclusivo dos sumérios e foi incorporado por outras civilizações da Antiguidade, que o adaptaram às suas próprias realidades socioculturais.

A escrita registrada em tabuletas de argila possibilitou o surgimento das primeiras coleções documentais. Um exemplo disso é a biblioteca do palácio real de Ebla, composta “por cerca de duas mil tabuletas de argila” (Casson, 2018, p. 10). Segundo o autor, a maior parte desses registros tinha caráter administrativo, situava-se nas imediações do palácio e funcionava como espaço de trabalho dos escribas do palácio.

Nessa mesma natureza, pode-se mencionar a biblioteca de Hattusas. Ali, segundo Casson (2018), os escribas eram os agentes institucionais ligados aos templos e produziam textos que deram origem a coleções com finalidades distintas: o material acadêmico servia aos próprios escribas e os textos religiosos, aos sacerdotes do templo. As coleções, portanto, não se constituíram por aquisição, mas pela produção interna desses membros.

Na Assíria, em Nínive, no palácio real, localizava-se a biblioteca do rei Assurbanípal, que inaugurou um novo modelo de constituição de acervos: o colecionismo. Nesse caso, conforme explica Casson (2018, p. 18), a biblioteca foi criada para “contemplanção real, funcionando, portanto, como uma coleção particular do próprio rei”.

Segundo Casson (2018, p. 20), “embora a biblioteca fosse para o uso do rei Assurbanípal, certamente outros, seus secretários pessoais, por exemplo, tiveram acesso a

ela”. Essa interpretação é sustentada por registros arqueológicos que revelam a fúria do rei diante de furtos e maus-tratos às tabuletas de argila, incluindo raspagens de texto, o que indica a circulação do material por outras mãos além das suas.

Quanto aos roubos, Casson (2018, p. 21) observa que eles “muito provavelmente vêm de coleções que pertenciam a escolas, que forçosamente permitiam o acesso a alunos, ou a indivíduos que possam tê-lo concedido a colegas profissionais. Algumas coleções ofereciam o privilégio do empréstimo”. A análise do autor sugere, portanto, que a circulação desses materiais, seja em ambientes escolares, seja por meio de empréstimos informais entre profissionais, criava condições favoráveis para o desaparecimento das tabuletas.

No que diz respeito aos maus-tratos dos tabuletos, estes se relacionavam às obras consultadas no próprio recinto da biblioteca. Havia, inclusive, orientações específicas para o manuseio das tabuletas de argila, acompanhadas de maldições e advertências sobre o julgamento dos deuses da Assíria contra aqueles que as danificassem.

Apesar da existência de empréstimos e de consultas internas, o pesquisador conclui que “qualquer que fosse sua finalidade exata, a coleção de Assurbanípal era, como todas as outras, uma biblioteca de referência profissional” (Casson, 2018, p. 23).

Na Grécia Antiga, um novo modelo de biblioteca começou a se consolidar. Segundo Casson (2018, p. 25), isso só foi possível porque havia “um alto nível de alfabetização e um interesse permanente no esforço intelectual”. Esses fatores estão diretamente relacionados ao domínio da escrita, à criação de escolas voltadas para o ensino da leitura e da escrita, ao surgimento e desenvolvimento do comércio livreiro, às manifestações culturais e, sobretudo, à produção filosófica que marcou aquele período (Casson, 2018).

Alexandre, o Grande (336–323 a.C.), impulsionou a expansão da cultura grega por meio de sua política militar e territorial. Com a sua morte, o vasto império que havia constituído foi dividido entre seus generais. Entre eles, os Ptolemeus passaram a governar a região do Egito, estabelecendo sua capital em Alexandria. Conforme explica Casson (2018, p. 42), “a época desse novo mundo de grandes impérios gregos é conhecida como Período Helenístico”.

Nesse contexto de intensa competição entre os reinos helenísticos, “os Ptolemeus, capazes de gastar mais do que os outros, assumiram a liderança. Os primeiros quatro membros da dinastia, sendo eles próprios intelectuais, concentraram-se na reputação cultural de Alexandria” (Casson, 2018, p. 42). É nesse ambiente político, cultural e intelectual que começa a tomar forma o projeto da famosa Biblioteca de Alexandria.

A Biblioteca de Alexandria, conforme descreve Casson (2018, p. 41, grifo nosso), “era abrangente, reunindo livros de todos os tipos, oriundos de todos os lugares, e era **pública**, aberta para qualquer pessoa academicamente apta ou com qualificações literárias”.

Costuma-se falar da famosa Biblioteca de Alexandria como uma única biblioteca, mas, na realidade, havia duas. A biblioteca principal, fundada no Século III a.C., situava-se no Templo das Musas (*Mouseion*). Posteriormente, quando seu espaço já não era suficiente para abrigar todo o acervo, foi criada uma segunda biblioteca, no Século II a.C., instalada no Templo de Serápis (Battles, 2003; Mey, 2004). Conforme Phillips (2010, p. 33, tradução nossa), “o Templo de Serápis era um edifício público, fundamentalmente aberto a todos os membros do público”.

Phillips (2010, p. 32, tradução nossa) esclarece ainda que a biblioteca “servia a todas as pessoas alfabetizadas que podiam fisicamente acessar os recintos da biblioteca. A Grande Biblioteca, então, tinha dois grupos de usuários pretendidos que eram atendidos pelas duas diferentes instalações que abrigavam a coleção”.

Nessa mesma perspectiva, Sirinelli (1995, p. 85-86, tradução nossa) afirma:

tudo leva a crer que a própria Biblioteca, ao mesmo tempo que para os pensionistas do Museu, também estava aberta a visitantes de destaque, mas a “biblioteca-filial” era realmente feita para o público; embora parte integrante da Grande Biblioteca, ela está localizada em um bairro diferente do Palácio e de acesso livre, segundo Aptonius, a todos aqueles que queriam “filosofar”, ela realmente foi feita para o público.

Essas afirmações indicam que a Biblioteca de Alexandria foi organizada em um modelo duplo de funcionamento: a unidade principal, voltada aos estudiosos vinculados ao Museu, e a biblioteca-filial, destinada ao público alfabetizado e aos frequentadores interessados no exercício intelectual.

No contexto helenístico, a principal concorrente da Biblioteca de Alexandria era a biblioteca de Pérgamo, localizada no interior do santuário dedicado à deusa Atenas. Segundo Casson (2018, p. 64), “as abrangentes coleções em Alexandria e Pérgamo eram dirigidas aos eruditos e seus iguais”, o que evidencia uma instituição voltada à elite intelectual.

Em Roma, Júlio César aspirava elevar a cultura romana por meio da fundação de uma biblioteca pública. Seu assassinato, porém, interrompeu o projeto. Mais tarde, em 39 a.C., Gaius Asinius Pollio prestou um serviço decisivo ao desenvolvimento da literatura ao fundar a primeira biblioteca pública de Roma, concretizando um empreendimento que César havia

iniciado, mas não viveu para realizar. Como observa Pierce (1922, p. 69-70, tradução nossa), César “sem dúvida aprendeu a apreciar o valor das bibliotecas públicas já instaladas em importantes centros literários do Oriente, como Pérgamo e Alexandria”.

Com essa citação, encerra-se o período da Antiguidade. Ao longo da narrativa sobre as bibliotecas antigas, observam-se práticas de acesso vinculadas à própria história das instituições de memória: bibliotecas, arquivos e museus, entrelaçadas aos suportes minerais, ao domínio da escrita e da leitura, aos edifícios majestosos e sagrados, entre os homens das letras e os poderosos reis, relacionadas, em grande medida, à necessidade de registrar, guardar e recuperar informações, frequentemente vinculadas às estruturas de poder, preservando a memória de suas ações e realizações para as gerações futuras.

Com base nessa narrativa, o acesso nasce sob o poder de alguns, de seus produtores e guardiões, não disponível para todos. Portanto, configurando-se como um privilégio de grupos específicos, isto é, a nobreza e os sacerdócios.

As bibliotecas de Ebla, Hattusas e a do rei Assurbanípal, embora pertencentes a períodos históricos distintos, apresentam semelhanças em sua configuração arquitetônica e funcional. Todas estavam situadas em palácios reais ou em templos religiosos, caracterizando-se, portanto, como bibliotecas palacianas que também desempenhavam funções de arquivo. Esses espaços, de caráter administrativo ou sagrado, possuíam acesso restrito, destinado principalmente aos escribas, aos sacerdotes e à própria realeza, os únicos habilitados a adentrar seus recintos.

Na biblioteca de Nínive, do rei Assurbanípal, é possível sugerir que o acesso era relativamente mais flexível para pessoas de seu convívio social e político. Essa interpretação decorre dos achados arqueológicos que revelam a fúria do rei diante do roubo de tabuletas de argila, possivelmente decorrente de empréstimos, e da existência de orientações e advertências sobre os julgamentos dos deuses da Assíria dirigidas àqueles que danificassem as tabuletas no recinto da biblioteca, indicando a possibilidade de consulta local das obras. Apesar desses indícios de circulação interna do acervo, o acesso permanecia restrito a indivíduos autorizados.

Nesse período histórico, a alfabetização era restrita aos escribas; o próprio rei Assurbanípal se orgulhava de saber ler (Casson, 2018). Além do elevado índice de analfabetismo, havia um distanciamento natural entre o povo e as bibliotecas, tanto por estarem instaladas em palácios reais quanto por exercerem funções religiosas e

administrativas. Desse modo, o termo “acesso”, enquanto objeto de estudo da Ciência da Informação, tem suas raízes históricas vinculadas a instituições marcadas pelo acesso restrito.

Na Grécia Antiga, em virtude do avanço do processo de alfabetização e do florescimento das atividades intelectuais, observa-se uma renovação no papel social da biblioteca, como ilustram as narrativas, ainda em parte lendárias, sobre a Biblioteca de Alexandria. Embora concebida com a ambição de reunir uma coleção universal, essa instituição tem sido interpretada por pesquisadores como Pierce (1922), Sirinelli (1995), Phillips (2010) e Casson (2018) como dotada de certo caráter público, ainda que esse público correspondesse essencialmente aos grupos letrados e ligados ao ambiente cultural helenístico.

Nesse encadeamento, Ptolomeu III Euergetes teria promovido uma iniciativa relevante para a ampliação do acesso, ao permitir que a biblioteca filial fosse instalada em um espaço de uso coletivo: no templo de Serápis (Phillips, 2010). Apesar do emprego do termo “público” para designar essa biblioteca, este não pode ser entendido em seu sentido etimológico, do latim *publicus*, derivado de *populus*, “o povo”, “comum a todo o povo” (Constâncio, 1836, p. 635), tampouco como sinônimo de acesso universal à informação, tal como concebemos hoje.

No contexto helenístico, público significava, mais provavelmente, que o espaço se tornara comum a um grupo social específico, composto por pessoas alfabetizadas, grupos letrados e estudiosos vinculados ao ambiente cultural e religioso, que passaram a frequentar, de modo relativamente livre, um recinto antes restrito à realeza e aos sacerdotes. Nesse sentido, o que se amplia é a esfera social de circulação do saber, e não um acesso público, tal como compreendido contemporaneamente, destinado a todas as pessoas.

Ainda assim, essa iniciativa pode ser interpretada como uma ampliação relativa das condições de acesso à informação nesse período, na medida em que desloca parte da coleção, anteriormente sob custódia e controle do rei, para um espaço de maior circulação entre grupos letrados. Nesse contexto, a biblioteca filial do Serápis se configura como uma expressão concreta desse movimento, ao possibilitar formas mais abertas de consulta ao acervo, ainda que restritas a determinados segmentos sociais.

Autora Mey (2004, p. 74-76) destaca que uma das características mais marcantes da Biblioteca de Alexandria teria sido a sua “tolerância, a aceitação dos diferentes. Sábios das mais diversas origens: raciais, étnicas, pátrias, religiosas e filosóficas puderam se reunir e viver em paz, conviver e crescer. Alexandria se fez grande pela transigência”.

Parafraseando Mey (2004), a biblioteca se tornou grandiosa por possibilitar o acesso às suas obras a diferentes grupos letrados, para além da elite grega, dos sacerdotes, dos escribas, da realeza e de outros segmentos vinculados ao ambiente intelectual da época. Nesse contexto, concorda-se com Sirinelli (1995, p. 86, tradução nossa), que reconhece nessa iniciativa “uma inovação, em todo caso uma medida original que merece ser saudada”.

Vale ressaltar que a Biblioteca de Alexandria não foi a única de caráter público na Grécia Antiga. Essa característica, ao que tudo indica, já fazia parte de uma inclinação social no mundo grego, uma vez que, segundo Martins (2001, p.76), na Grécia, a “primeira biblioteca foi estabelecida por Pisístrato (560-527 a.C.), a qual pela informação de Albert Cim, tinha o caráter de biblioteca pública”. Se essa interpretação estiver correta, a filial, durante a concorrência helenística, alcançou possivelmente o seu auge.

Nesse cenário, a biblioteca filial, ainda que mantivesse a tradição arquitetônica religiosa, destacou-se por ampliar o acesso à informação e influenciar o modelo das bibliotecas públicas romanas (Pierce, 1922). De todo modo, permanece o fato de que “a Biblioteca de Alexandria, fundada por volta de 300 a.C. ou poucas décadas mais tarde, foi a primeira de sua espécie, e por toda a história antiga continuou sendo a maior de seu tipo” (Casson, 2018, p.41).

Na Idade Média, ao falar das bibliotecas, é comum lembrar a célebre obra “O nome da rosa”, de Umberto Eco. O romance, embora ficcional, retrata com grande sensibilidade o ambiente monástico, marcado pelo silêncio, pela disciplina e intensa dedicação dos copistas ao aperfeiçoamento das letras, às iluminuras e à produção artesanal dos livros. A beleza, a raridade e as técnicas usadas pelos monges na produção dos livros revelam em seus capítulos o acesso restrito.

Casson (2018) descreve com precisão essa dinâmica ao explicar que, inicialmente, as bibliotecas dos mosteiros existiam para suprir os monges com material de leitura de cunho espiritual, operando como bibliotecas de uso interno e com acervo limitado. Com o tempo, influenciadas pelas *Institutiones*, essas bibliotecas se transformaram em centros de pesquisa, constituindo *scriptoria* e recorrendo ao empréstimo intermonástico para ampliar suas coleções, copiando as obras desejadas com base nos exemplares obtidos em outros mosteiros.

Esse contexto é reforçado por Battles (2003, p. 74), para quem “só a estrita necessidade justificava o acesso aos livros e a própria alfabetização”. Nesse cenário, o acesso ao conhecimento se torna restrito até mesmo para os estudiosos, que dependiam das bibliotecas universitárias, surgidas apenas no Século XIII, para consultar as obras disponíveis.

Paralelamente, a elite, composta por reis, nobres e grandes mercenários, mantinha coleções particulares, reforçando um modelo de acesso restrito e socialmente estratificado (Lemos,2008).

A História, porém, não é uma sequência de eventos isolados, mas um conjunto articulado de transformações que expressam as mudanças sociais, políticas, religiosas e culturais de cada época. O fortalecimento do poder eclesiástico alterou profundamente a vida social e as bibliotecas acompanharam esse movimento.

Ao considerar esse cenário, observam-se práticas de acesso à informação condicionadas, especialmente por fatores religiosos. Nesse contexto, o acesso se apresenta de forma restrita, limitado a grupos específicos, como o clero e a nobreza. Reinstaura-se o recinto religioso, sagrado, proibido, silencioso e, de certo modo, perigoso para quem não pertencia ao universo monástico. A distância entre o homem comum e a biblioteca se aprofunda e perdura por longos séculos, alimentada por mitos e distorções sociais que, em alguma medida, ainda persistem até hoje.

No fim da Idade Média e na transição para a Modernidade, a tipografia de Gutenberg representou muito mais do que a invenção de tipos móveis: ela desencadeou uma verdadeira explosão bibliográfica, alterando profundamente a produção, a circulação e o acesso aos livros. Nesse novo contexto, as bibliotecas, antes marcadas pela rígida restrição medieval, começam gradualmente a reabrir suas portas, inaugurando um movimento que contribuiu para a ampliação das condições de acesso aos livros (Martins, 2001).

Na Modernidade, o artigo de Alfredo Serrai (1975) permite reconhecer que as iniciativas de abertura das bibliotecas ao público não surgiram de modo pleno e imediato, mas se delinearam gradualmente. Embora ainda restritas e vinculadas a determinados grupos letrados, desse cenário, emergem personagens cujas ações, muitas vezes discretas e aparentemente limitadas, contribuíram para a configuração de práticas sociais de acesso à informação em seus respectivos contextos históricos.

Um marco significativo, no âmbito das bibliotecas nacionais, foi a iniciativa do rei da França, Francisco I, que, em 28 de dezembro de 1537, instituiu o depósito legal. Tal medida, criada “em benefício da biblioteca real, valendo-se da obrigatoriedade de apresentar uma cópia de cada livro para obter o *nihil obstat* [nada fica no caminho] da censura. Seu exemplo foi seguido por outros estados europeus” (Serrai,1975, p. 148).

Sobre esse acontecimento, Simone Balayé, em sua obra *La bibliothèque nationale, des origines à 1800*, esclarece que:

o objetivo era, como é claramente afirmado, reunir “em nossa biblioteca todas as obras dignas de serem vistas, que foram e serão feitas, compiladas, ampliadas, corrigidas e emendadas em nosso tempo, a fim de recorrer aos referidos livros, se, por acaso, eles se perderem depois na memória dos homens” (Balayé, 1988, p.38, tradução nossa).

Com essa compreensão, observa-se uma interessante inversão histórica. Embora o rei Francisco I tenha instituído o depósito legal com caráter fortemente autoritário, voltado ao controle da produção da imprensa e ao fortalecimento da coleção da biblioteca real, sua medida acabou, de forma não intencional, assegurando a preservação da memória bibliográfica francesa. Desse modo, trata-se de um mecanismo que, em seu contexto de origem, esteve associado a práticas de vigilância e acumulação, passando a desempenhar funções relacionadas à preservação e ao acesso ao patrimônio bibliográfico das bibliotecas nacionais, em contextos posteriores.

Entre 1545 e 1555, Conrad Gesner publicou as quatro partes que integram seu ambicioso projeto bibliográfico: a *Bibliotheca universalis* (1545), as *Pandectae* (1548), as *Partitiones theologicae* (1549) e a *Appendix bibliothecae* (1555). Gesner tinha como propósito reunir “todos os escritores em três idiomas, latim, grego e hebraico, existentes e não mais existentes, antigos e mais recentes, até esta data, eruditos e não eruditos, publicados e conservados nas bibliotecas” (Gesner, 1545 *apud* Araújo, 2017, p.77).

A intenção de Conrad Gesner, ao conceber a *Bibliotheca universalis*, era produzir uma bibliografia tão ampla quanto possível da produção intelectual conhecida em seu tempo (Araújo, 2018). Essa iniciativa árdua ultrapassa a mera descrição técnica e evidencia uma preocupação com a organização e a sistematização do conhecimento.

Ao organizar e reunir informações dispersas, Conrad Gesner se engaja em uma prática social em prol do acesso, oferecendo aos seus leitores um caminho para localizar, reconhecer e, potencialmente, acessar o conhecimento registrado, ainda que tais possibilidades estivessem condicionadas às instituições de custódia.

Logo, seu projeto pode ser compreendido como uma iniciativa relacionada à ampliação das possibilidades de acesso, na medida em que favorece a circulação do conhecimento, até então restrita às instituições custodiais do seu tempo.

Conforme observa Serrai (1975, p. 149–150), “uma das primeiras bibliotecas europeias que não discriminava o acesso ao público foi a Biblioteca Angélica de Roma, aberta pelo agostiniano Angelo Rocca nos últimos anos do século XVI”. A expressão “não discriminava o acesso” remete à intenção claramente assumida por Angelo Rocca de criar, desde o início, uma biblioteca aberta a todos, independentemente de status social ou condição econômica: “essa proposta inovadora rapidamente atraiu um público cada vez mais amplo, contribuindo para que sua fama se difundisse entre os estudiosos” (Biblioteca Angélica, 2025).

Essa compreensão se aprofunda quando analisamos o editorial publicado pela “*Typographia Apostolica Vaticana*” em 1591, período em que Rocca atuava como editor-chefe. No texto, ao descrever a reorganização da Biblioteca Apostólica Vaticana realizada por Sisto V, Rocca destaca o caráter público do espaço:

a Biblioteca Apostólica Vaticana, Beatíssimo Padre, a mais nobilíssima e celeberrima de todas as outras, e por Sisto V transferida para um lugar mais distinto e reduzida a uma forma mais elegante e a uma estrutura mais rica, ilustrada com vários e admiráveis ornamentos, em um espaço de tempo muito breve e com incrível admiração de todos, como todos os homens de qualquer ordem e condição, diariamente, e concorrendo de toda parte com grande disputa, a visitavam, desejando a explicação dos emblemas e das histórias, e liam avidamente as inscrições e as anotavam diligentemente, decidi, pois, explicar tudo aquilo que fosse digno de ser conhecido e, consultando a comodidade de todos, tanto dos que residem em Roma quanto dos que estão ausentes da Cidade, entregá-lo às tipografias (Roccha, 1591, p. 1-2, tradução nossa).

O editorial evidencia que o espaço funcionava como um ambiente coletivo de estudo, frequentado por grupos sociais diversificados e apoiado por serviços de mediação e impressão, indicando práticas sociais de acesso à informação distintas daquelas predominantes em seu contexto histórico.

Assim, a noção de público mobilizada por Rocca pode ser compreendida à luz de seu contexto, relacionada à ampliação da circulação do conhecimento entre determinados grupos sociais, sem implicar equivalência com o sentido contemporâneo do termo “público”, derivado de *publicus*, “comum a todo o povo” (Constâncio, 1836, p. 635). Nessa perspectiva, tal noção evidencia práticas sociais que ampliam determinadas condições de acesso e se diferenciam das estruturas sociais predominantes no Século XVI.

Vale destacar que Rocca poderia ter estruturado sua coleção particular para atender apenas à elite intelectual romana ou aos membros de sua Ordem Agostiniana, caminho que lhe garantiria prestígio no ambiente erudito. Entretanto, mesmo sendo especialista em latim,

árabe, hebraico e línguas caldeias e podendo formar um acervo voltado às suas próprias necessidades informacionais, optou deliberadamente por organizá-lo com vistas ao uso público, priorizando as necessidades de “todos os homens, de qualquer ordem e condição” (Biblioteca Angélica, 2025).

Uma nova iniciativa voltada à ampliação das possibilidades de acesso foi protagonizada pelo cardeal Federico Borromeo, que instituiu a Biblioteca Ambrosiana em 7 de setembro de 1607, inaugurando-a em 8 de dezembro de 1609. A Ambrosiana se consolidou como um espaço acessível a diferentes grupos sociais, condição que lhe rendeu destaque na obra *Advis pour dresser une bibliothèque* (Conselhos para formar uma biblioteca), publicada por Gabriel Naudé em 1627:

assim, para falar apenas da Ambrosiana de Milão e mostrar como ela supera, tanto em grandeza e magnificência quanto na disponibilidade para o público, muitas das bibliotecas dos romanos, não é incomum que alguém adentre ali, quase a qualquer hora, e permaneça pelo tempo que lhe aprouver. Poderá olhar, ler, consultar os autores que quiser, com todos os meios e comodidades para fazer isso, seja em público, seja em particular, tendo apenas o trabalho de dirigir-se até o local nos dias e horas normais, sentar-se nas cadeiras destinadas a tal fim e pedir os livros que quiser consultar ao bibliotecário ou a três de seus assistentes, que são muito bem remunerados e instruídos, tanto para servir à biblioteca como aos que ali vão estudar todos os dias (Naudé, 2016, p. 80-81).

Gabriel Naudé apresenta a Biblioteca Ambrosiana como um dos primeiros modelos concretos de acesso para o público no início do Século XVII. Tal caracterização pode ser compreendida segundo alguns aspectos. Em primeiro lugar, destaca-se a ampla disponibilidade de acesso, uma vez que não havia barreiras formais de entrada, permitindo que indivíduos pudessem adentrar a biblioteca “quase a qualquer hora”. Em segundo lugar, observa-se a liberdade de uso, expressa na possibilidade de permanência no espaço pelo tempo desejado, sem controle rígido quanto à duração da consulta. O terceiro aspecto se refere à possibilidade de consulta efetiva das obras. A biblioteca não se limitava a disponibilizar o espaço físico, mas permitia que os leitores consultassem autores e obras, mediante solicitação ao bibliotecário ou a seus assistentes.

Na sequência, evidencia-se a existência de condições materiais adequadas ao uso. As cadeiras destinadas ao estudo e as comodidades disponíveis indicam que a Ambrosiana foi concebida como um espaço voltado à utilização por parte dos leitores, e não apenas à conservação de obras. Por fim, a menção ao bibliotecário e a seus três assistentes, descritos como bem remunerados e instruídos, revela a presença de um serviço estruturado de apoio

ao usuário, evidenciando práticas de mediação no uso do acervo, assim como um compromisso com o atendimento de qualidade aos leitores.

Historicamente, a atuação do cardeal Federico Borromeo pode ser compreendida como uma prática social voltada à ampliação do acesso à informação, distinta daquelas predominantes em contextos anteriores marcados por maior restrição. Sua proposta para a Biblioteca Ambrosiana evidencia formas de organização e uso dos livros, ainda que condicionadas às estruturas sociais e culturais do Século XVII.

Sobre o bibliotecário, Gabriel Naudé, Serrai (1975, p. 150) afirma se tratar do “maior dos bibliotecários do século XVII”. Entre seus feitos, destaca-se *Advis pour dresser une bibliothèque* (1627), obra que resultou, em 1647, com o apoio do cardeal Mazarin, na fundação da primeira biblioteca pública de Paris.

Essa perspectiva se torna ainda mais evidente quando se analisa *Advis pour dresser une bibliothèque*, no qual Gabriel Naudé argumenta em favor da superação de práticas voltadas à mera ostentação, propondo, em seu lugar, princípios de organização das bibliotecas e de abertura à consulta dos livros. Nesse sentido, defende-se que os livros não devem funcionar como ornamentos ou marcas de distinção social, mas como instrumentos de estudo.

Para Naudé, o acesso constitui a própria razão de ser da biblioteca, razão pela qual o acervo deve estar organizado, consultável e disponível aos estudiosos que dele necessitem, incluindo também grupos menos favorecidos. Assim, recusa a vaidade colecionista e enfatiza a importância de uma estrutura que favoreça o uso efetivo das obras reafirmando o acesso como princípio orientador das práticas bibliotecárias (Naudé, 2016).

Não se pode deixar de registrar que, em 5 de janeiro de 1665, houve a primeira edição do *Journal des savants* (Jornal dos sábios/Jornal dos eruditos), fundado por Denis de Sallo, que, segundo Campello (2000, p. 74), é “o primeiro periódico científico de que se tem notícia”. Seus objetivos eram múltiplos:

constituir um catálogo das obras eruditas publicadas na Europa; oferecer uma ideia sucinta do conteúdo do maior número possível dessas obras; acrescentar um breve julgamento crítico sobre cada obra comentada. Sallo desejava homenagear, com elogios, os sábios ilustres recentemente falecidos; queria também registrar as descobertas das sociedades científicas, bem como as decisões dos tribunais civis e eclesiásticos. O *Journal* deveria incluir uma seção dedicada às notícias literárias internacionais. Para enfrentar o grande número de livros publicados, o periódico apareceria semanalmente. A maioria dos artigos e das resenhas não seria escrita apenas para informar os especialistas eruditos, mas para instruir um grupo mais amplo de leitores (Birn, 1965, p.18, tradução nossa).

O jornal adota uma política editorial diversificada, voltada a atender tanto um público especializado quanto leitores não especializados. Essa estratégia evidencia uma compreensão das diferentes condições de acesso à informação, considerando, entre outros aspectos, a necessidade de tornar a informação conhecida, compreensível e disponível a grupos distintos.

Concebido para orientar o leitor do Século XVII em um ambiente intelectual em expansão, o *Journal des savants* oferecia catálogos, resumos, críticas, notícias científicas e literárias, além de homenagens a eruditos. Ao fazê-lo, configurava-se como um mediador entre a produção do conhecimento e seus leitores, contribuindo para a circulação de informações em seu tempo.

Ao registrar conteúdos de natureza científica, literária, jurídica e religiosa, o periódico evidencia a intenção de reunir diferentes tipos de informação em um mesmo espaço editorial, ampliando as possibilidades de acesso à informação por parte de determinados grupos sociais.

Nesse contexto, o jornal pode ser compreendido como um instrumento que favorecia a circulação do conhecimento e a mediação informacional, contribuindo para a ampliação do acesso, ainda que esta permanecesse condicionada às estruturas sociais, culturais e intelectuais da época.

Segundo Serrai (1975, p. 152, grifo nosso), “em 1676, ocupou o cargo de bibliotecário da biblioteca de Hanover um dos homens mais geniais de todos os tempos, Gottfried Wilhelm Leibniz”. Desde 1691, suas outras funções incluíram a direção da Biblioteca Herzog August, em Wolfenbüttel.

Conforme Serrai (1975, p.152):

Leibniz dá à biblioteca o caráter de uma instituição pública, igualando-a à escola. A finalidade da biblioteca é contribuir para o progresso e para o melhoramento da humanidade. [...] O conhecimento para Leibniz pode progredir somente quando cada indivíduo tem a possibilidade de informar-se sobre o que já foi escrito sobre um certo assunto, daí a função essencial e insubstituível das bibliotecas no progresso das ciências e na pesquisa em geral.

Para Leibniz, a biblioteca não era um simples repositório de livros, mas uma instituição pública, isto é, um espaço cuja função social deveria ser tão essencial quanto a da escola. Ao equiparar a biblioteca à escola, buscou ampliar a sua compreensão quanto ao seu papel social, na medida em que deixa de ser vista apenas como um lugar restrito a eruditos ou a coleções particulares, passando a assumir funções relacionadas à circulação do conhecimento e à

obtenção de informação. Nesse sentido, o acesso à informação ocupa posição central no desenvolvimento das atividades científicas, intelectuais, sociais e políticas (Serrai, 1975).

Essa perspectiva se articula com suas produções científicas e com sua ampla atuação intelectual, conforme explica Milanez (1946, p. 26), ao afirmar que ele “empreendeu e publicou numerosos e extensos trabalhos matemáticos, filosóficos, metafísicos, bem como políticos e religiosos, envolvendo problemas de sua época”.

Nesse contexto, sua atuação como bibliotecário e pesquisador indica sua compreensão da importância do acesso à informação e de sua relevância social, política e para a produção do conhecimento científico.

Desde muito cedo, Leibniz teve contato com livros e com o ambiente de estudo, ao ter acesso à biblioteca de seu pai. Educado por sua mãe e beneficiado por esse contato precoce, experimentou as possibilidades associadas à leitura e à formação intelectual. Nesse sentido, sua defesa do acesso ao conhecimento pode ser compreendida como parte de uma concepção maior que reconhece o impacto do acesso à informação (Milanez, 1946).

Leibniz “concebeu uma espécie de biblioteca universal imaginária, baseada na *ars* [combinação de ideias concebido de sua juventude], na qual se pudessem reunir as obras de todas as épocas e de todos os tempos em um tesouro público” (Hans Blumenberg, 1984, p.117 *apud* De Robbio, 2004, p.18, tradução nossa).

A expressão “tesouro público” indica que a produção do conhecimento era compreendida como um patrimônio de caráter coletivo, não restrito a grupos específicos. Ao idealizar uma biblioteca universal imaginária, na qual se pudessem reunir “os trabalhos de todas as épocas e de todos os tempos em um tesouro público”, Leibniz evidencia uma preocupação com a organização e a reunião das obras, de modo a possibilitar sua consulta em diferentes contextos. Tal perspectiva pode ser compreendida como distinta de modelos de acesso estritamente custodiais, na medida em que valoriza a circulação e a organização do conhecimento, buscando superar às limitações de seu contexto histórico.

Segundo Serrai (1975), por volta de 1850, tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, foram aprovadas leis que permitiram destinar uma porcentagem dos impostos para construir e manter bibliotecas públicas. Esse movimento contribuiu para a organização de bibliotecas voltadas à consulta, à leitura e ao empréstimo de livros para diferentes grupos sociais. Com isso, a biblioteca passou a ocupar um lugar semelhante ao da escola, assumindo funções relacionadas à formação social e cívica de jovens e adultos.

Sobre esse evento, o projeto de lei das bibliotecas públicas de 1850, Battles (2003) explica que ele era direcionado ao chamado “grande público”, que correspondia, na verdade, à classe trabalhadora, e que a criação das bibliotecas tinha, entre suas motivações, a intenção de canalizar as exigências “subversivas de uma classe baixa que, até então, tivera o acesso à cultura sistematicamente negado” (Battles, 2003, p. 139).

Para Battles (2003), independentemente das razões políticas ou sociais que impulsionaram essa iniciativa, observa-se que, pela via legal, ampliaram-se determinadas condições de acesso à informação no contexto do Século XIX.

Nesse contexto, no dia 1º de maio de 1894, na biblioteca de Clerkenwell, o bibliotecário James Duff Brown se destacou como um personagem importante “pela criação e consolidação de sistemas de prateleira aberta em bibliotecas públicas britânicas” (Sales; Martínez-Ávila; Guimarães, 2021, p. 376, tradução nossa).

James Duff Brown tinha clara percepção das limitações impostas aos usuários pelo modelo de acesso fechado às estantes, no qual os leitores dependiam de catálogos e sistemas de controle para chegar aos livros. Além disso, sua atuação se insere em um contexto em que o acesso à leitura e à informação ainda era, em grande medida, privilégio de grupos mais favorecidos, o que torna suas propostas de abertura das estantes relevantes do ponto de vista da ampliação das condições de acesso aos livros.

Em meio a esse contexto, Brown liderou a implantação de um novo modelo de acesso na biblioteca de Clerkenwell: o sistema de prateleiras abertas, que permitia ao público o acesso direto aos livros nas estantes. Para viabilizar essa mudança, dialogou com os comissários de Clerkenwell e com a equipe da biblioteca, além de promover adaptações no catálogo e nos sistemas de localização das obras, de modo a facilitar a busca dos usuários nas estantes abertas.

Após a implantação do novo sistema, Brown convidou os frequentadores da biblioteca a manifestarem sua opinião sobre as prateleiras abertas e registrou essa experiência em seu relatório anual, destacando resultados como o aumento da circulação de livros e a satisfação da maioria dos leitores, que passaram a escolher as obras por meio do acesso direto nas estantes (Sales; Martínez-Ávila; Guimarães, 2021).

Ele poderia ter seguido o curso dominante de seu tempo, marcado pelo receio de furtos, pela preocupação com a perda ou a danificação das obras em mãos dos usuários e pela adesão a um modelo tradicional, muitas vezes pouco sensível às dificuldades enfrentadas

pelos leitores no acesso aos livros. Poderia, ainda, ter se limitado à posição de observador das discussões que circulavam entre bibliotecários e reformadores da época.

No entanto, sua atuação indica uma postura distinta, na medida em que Brown assumiu um papel ativo na implementação de mudanças no modelo de acesso às estantes. Sua iniciativa evidencia práticas voltadas à ampliação das condições de acesso aos livros, bem como uma reconfiguração das formas de organização e uso da biblioteca, contribuindo para a revisão de determinados modelos de serviço e concepções sobre o papel social da biblioteca pública.

No que se refere às discussões filosóficas e progressistas que se disseminavam entre bibliotecários e reformadores da época, Araújo (2014) destaca que se consolidava o entendimento de que a biblioteca deveria atuar de forma mais ativa na sociedade, e não apenas como um depósito de livros. Essa concepção começa a se firmar em meados do Século XIX, acompanhando o surgimento dos movimentos em defesa das bibliotecas públicas no Reino Unido e, posteriormente, nos Estados Unidos.

É nesse momento histórico que se configuram as bases do pensamento funcionalista na Biblioteconomia, que passa a reconhecer a biblioteca como instituição voltada a atender às necessidades informacionais da população.

Essa mudança de perspectiva, influenciada pelo espírito liberal da época, trouxe consigo a noção de que o conhecimento deveria ser tratado como um bem coletivo e socialmente acessível. Assim, segundo Araújo (2014), é nesse contexto que se formam as primeiras ideias que, posteriormente, serão associadas ao que hoje denominamos direito universal à informação. Em outras palavras, as raízes do acesso público e universal à informação se situam nessas transformações do Século XIX, quando a biblioteca passa a assumir o compromisso de servir a todos, ultrapassando práticas elitistas e modelos restritivos de acesso.

Ainda no final do Século XIX, em 1895, em Bruxelas, a capital da Bélgica, os advogados e documentalistas Paul Otlet e Henri La Fontaine promoveram a I Conferência Internacional de Bibliografia e criaram o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB). Posteriormente, no Século XX, passaram a idealizar o Repertório Bibliográfico Universal (RBU).

Os documentalistas Paul Otlet e Henri La Fontaine perceberam o crescimento acelerado, em volume e diversidade, dos registros da produção do conhecimento humano, bem como os problemas decorrentes dessa nova ordem informacional. Mais do que constatar

essa “explosão” de documentos, compreenderam a necessidade de organizar e difundir a informação por meio de novos métodos, de modo que o acesso não se restringisse a alguns, mas alcançasse o maior número possível de pessoas.

Paul Otlet se destaca na história da Representação e da Organização do Conhecimento ao considerar o documento, em seus variados suportes, como foco de um novo campo: a Documentação. Isso contribuiu para redefinir as formas de organização e de acesso à informação registrada, ampliando suas possibilidades de circulação entre diferentes públicos. Nesse contexto, em parceria com La Fontaine, ele desenvolveu a Classificação Decimal Universal (CDU) e idealizou o Repertório Bibliográfico Universal, concebido para reunir, de maneira sistemática, a produção bibliográfica dispersa no mundo.

A Documentação passa a se articular com as práticas da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia, que lidam com diferentes tipos de acervos e possuem escopos específicos, mas compartilham o desafio de representar, organizar e disponibilizar registros do conhecimento para diferentes públicos. Tudo isso é orientado por um princípio que atravessa o pensamento de Otlet: a informação deve ser organizada e colocada à disposição da humanidade (Otlet, 2018), evidenciando uma compreensão precoce da necessidade de assegurar o acesso público à informação.

No *Traité de documentation* (1934), Paul Otlet define, de maneira explícita, quais devem ser os objetivos de um sistema documentário organizado. Para ele, a documentação deve ser capaz de fornecer informações fundamentadas sobre qualquer fato ou área do conhecimento, para qualquer pessoa:

I. Objetivos da documentação. Os objetivos da documentação organizada consistem em poder oferecer sobre qualquer espécie de fato e de conhecimento informações documentadas: 1° universais quanto ao seu objeto; 2° corretas e verdadeiras; 3° completas; 4° rápidas; 5° atualizadas; 6° fáceis de obter; 7° reunidas antecipadamente e preparadas para serem comunicadas; 8° **colocadas à disposição do maior número possível** (Otlet, 2018, p.5, grifo nosso).

Com base nesses objetivos, Paul Otlet desencadeia um amplo processo de sistematização da informação, de modo que ela pudesse ser organizada, recuperada e efetivamente acessada. Esse esforço culmina na defesa de que a informação deve estar disponível para toda a humanidade. A expressão “maior número possível” evidencia que o acesso à informação não poderia permanecer restrito a poucos, mas deveria se tornar um bem amplamente acessível, orientado à universalização do acesso à informação.

Diante da produção documental crescente “a cada dia, a cada hora”, como descreve Paul Otlet, o aumento dos documentos não representava apenas um desafio técnico, mas também um problema social que o inquietava. Essa preocupação aparece claramente em suas declarações, quando defende “uma organização que tenha por objetivo, basicamente, a entidade documentária individual que forma para cada pessoa a soma de seus livros e de seus documentos” (Otlet, 2018, p.3).

Nesse âmbito, a universalização do acesso, em Paul Otlet, pode ser compreendida como uma questão social. Trata-se de garantir que cada indivíduo, independentemente do volume e da dispersão dos registros produzidos pela humanidade, tenha condições reais de acessar a informação de que necessita.

Assim, o ideal de acesso universal à informação não surge apenas como um princípio humanista, mas como uma resposta às exigências impostas pela própria explosão documental, que ameaçava tornar o conhecimento em um conjunto inatingível para grande parte das pessoas. Nesse sentido, consciente ou não, Paul Otlet atribui um novo significado ao contexto social do acesso à informação, ao propor formas ampliadas de organização e disponibilização da informação.

Nesse ponto é que se evidencia seu diferencial: ao ultrapassar os limites tecnicistas, afasta-se da tradição do acesso restrito e passa a valorizar a ampliação das condições de circulação do conhecimento com vistas à sua aplicação social. Essa perspectiva se expressa quando o Paul Otlet associa a organização da informação ao “progresso das sociedades, [à] extensão da educação a todos os níveis, [à] aspiração e vontade latente de dotar todas as sociedades de maiores alicerces intelectuais e de orientá-las de modo planejado” (Otlet, 2018, p. 3).

Segundo Figueiredo (1996, p. 16), a publicação do *Traité de documentation* representa um marco inaugural, cujas ideias “constituem um importante capítulo na história da Ciência da Informação”. Esse entendimento é reforçado por Araújo (2018, p. 11), ao destacar que, no *Traité de documentation*, emerge “um primeiro elemento que seria fundamental, décadas depois, para a elaboração do conceito de ‘informação’”. Assim, evidencia-se que os primórdios da Ciência da Informação permanecem diretamente vinculados à obra de Paul Otlet, perspectiva igualmente discutida por Freire (2006) e por Freire e Freire (2015).

No campo da Ciência da Informação, Araújo (2018) destaca a existência de uma teoria contemporânea que retoma e revitaliza o antigo movimento da Documentação, iniciado por

Otlet no início do Século XX e continuado por autores como Suzanne Briet, López Yepes e Bradford. Trata-se da Neodocumentação, abordagem que recoloca o documento, em sua materialidade, contexto e usos sociais, como fundamento central do campo, entendendo a informação como um efeito derivado dos processos documentários e criticando concepções que tratam a informação de maneira abstrata e descontextualizada.

Dessa forma, ao considerar as contribuições de Paul Otlet, os desdobramentos históricos da Documentação e as releituras críticas produzidas pela Neodocumentação (Araújo, 2010), Paul Otlet ocupa um lugar central e incontornável na constituição histórico-epistemológica da Ciência da Informação, tanto pela formulação inicial do conceito de documento quanto pela vitalidade que essas ideias adquirem nos debates contemporâneos do campo.

As ideias pacifistas e internacionalistas de Paul Otlet, segundo Kroeff, Mattos e Madalena (2018), constituíram um dos fundamentos intelectuais que influenciaram a formulação da Liga das Nações, instituída em 1919.

Segundo os autores, a Primeira Guerra Mundial (28 de julho de 1914 a 11 de novembro de 1918) marcou profundamente a vida de Paul Otlet. Ainda em 1914, quando a guerra mal havia começado, escreveu “O fim da guerra”, concluído em apenas cinco semanas, no qual delineou uma proposta de reorganização internacional voltada à paz duradoura. Nesse livro, Paul Otlet apresenta a concepção de uma estrutura internacional de cooperação, representada sob a forma de um “mapa mundial”, capaz de manter a paz, garantir direitos internacionais e promover o interesse comum da humanidade (Kroeff; Mattos; Madalena, 2018).

Durante o período da Primeira Guerra Mundial, Paul Otlet intensificou esse movimento. Sua principal ocupação foi a reconstrução da paz, dedicando-se à redação de sucessivos manifestos e à organização de conferências internacionais voltadas à discussão de novas bases políticas e jurídicas para a convivência entre os Estados.

Em 1916, Paul Otlet publica “Problemas internacionais na guerra”, texto no qual apresenta os princípios que sustentariam a futura Liga das Nações. Assim, ainda durante o conflito mundial, Paul Otlet já articulava a necessidade de uma estrutura internacional capaz de regular conflitos e garantir a paz entre os países.

Desse modo, observa-se o seguinte percurso em suas publicações:

1914 - Publica “O fim da guerra”, obra na qual já esboça um modelo de organização internacional voltado à manutenção da paz;

1916 - Publica “Problemas internacionais na guerra”, texto em que sistematiza os fundamentos que orientariam a criação da futura Liga das Nações;

1919 - Com o término da Primeira Guerra Mundial, concretiza-se a criação da Liga das Nações.

Nesse sentido, a criação da Liga das Nações ocorre posteriormente às ideias formuladas por Paul Otlet, evidenciando o caráter precursor de suas reflexões no campo da organização internacional voltada à paz e à cooperação entre os Estados.

Outra instituição internacional que surgiu sob a influência de suas ideias de cooperação internacional foi a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que teve como antecedente o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), criado em 1925 no âmbito da Liga das Nações.

Contudo, antes mesmo dessa institucionalização, Paul Otlet e Henri La Fontaine já atuavam intensamente para que a Liga das Nações incorporasse uma estrutura permanente destinada à coordenação da atividade intelectual em escala mundial.

É nesse contexto que, em 23 de novembro de 1920, Paul Otlet e La Fontaine solicitaram à Liga das Nações a criação de uma Organização Internacional do Trabalho Intelectual.

O pedido foi registrado no processo R1005/13/9274/1139¹, intitulado Organização de Interesses Intelectuais - União de Associações Internacionais, ao qual o sr. Otlet anexa o relatório e as resoluções referentes à formação de uma Organização Internacional de Trabalho Intelectual sob o controle da Liga das Nações.

Essa proposta, embora não tenha sido acolhida na forma desejada, influenciou, anos depois, a fundação da UNESCO, cuja missão recupera os princípios defendidos por Paul Otlet, isto é, a cooperação intelectual como um instrumento de educação, cultura, ciência e informação voltado à construção de uma paz duradoura².

Todavia, no que se refere tanto à Liga das Nações quanto ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, antecessor da UNESCO, a autora Mouro (2015, p. 127) esclarece por que os nomes de Paul Otlet e Henri La Fontaine não figuram nos históricos oficiais dessas

¹Documento disponível: <https://archives.ungeneva.org/organisation-of-intellectual-interests-union-des-associations-internationales-mr-otlet-encloses-report-and-resolutions-respecting-the-formation-of-an-international-organisation-of-intellectual-work-under-the-control-of-the-league-of-na>

² Informação disponível em: <https://www.unesco.org/en/brief/history>. Acesso em 2 ago.2025

organizações: “fracassado em seus propósitos, contudo as suas iniciativas e atuações contribuído significativamente para as discussões que conduziram à criação [...]”.

Dito isso, ao retomar a Agenda 2030, observa-se que seus eixos estruturantes – pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias – podem ser compreendidos como em diálogo com as ideias formuladas por Paul Otlet e Henri La Fontaine.

Considerando o percurso histórico da Ciência da Informação, especialmente com o *Traité de documentation* (1934), de Paul Otlet, torna-se possível compreender que a Agenda 2030 não se apresenta totalmente dissociada das discussões desenvolvidas no campo da Ciência da Informação. Ao contrário, ela pode ser interpretada como inserida em um horizonte epistemológico que dialoga com a Documentação otletiana, base importante na constituição da Ciência da Informação, e com suas articulações internacionais voltadas à cooperação intelectual e à ampliação das condições de acesso público à informação.

Essa trajetória pode ser observada, inicialmente, nas propostas de Paul Otlet no contexto da Liga das Nações, considerada um antecedente histórico da ONU.

Nesse sentido, o princípio de assegurar o acesso público à informação, enfatizado pela Agenda 2030, pode ser compreendido como em diálogo com fundamentos históricos e conceituais desenvolvidos no campo da Ciência da Informação, cujas teorias e práticas têm contribuído para a organização, a circulação e a ampliação das condições de acesso à informação.

A Meta 16.10, ao propor assegurar o acesso público à informação, pode ser confundida com a ideia de assegurar o acesso à informação pública, o que, de fato, integra seu escopo. No entanto, quando se analisa o termo “público” do latim *publicus*, derivado de *populus* (povo), percebe-se que seu alcance ultrapassa a tipologia das informações produzidas pelo Estado. O termo “público” convoca a ideia de coletividade, de algo comum a todos.

Trata-se, portanto, do acesso público entendido como a possibilidade de acesso à informação por diferentes sujeitos, um princípio historicamente construído ao longo de muitos séculos, mediante iniciativas que, em contextos específicos, contribuíram para a ampliação das condições de acesso em períodos marcados por fortes restrições.

Nesse sentido, em determinados contextos, observa-se o delineamento de iniciativas voltadas à ampliação das condições sociais de acesso à informação, como se evidencia no pensamento de Paul Otlet, ao conceber o Repertório Bibliográfico Universal como um instrumento “largamente acessível a todos e para todos os propósitos” (Otlet, 2018, p. 630).

Sob essa perspectiva, a Meta 16.10 desperta para o fato de que, ao longo do tempo, aquilo que antes era acesso de poucos pode se transformar em acesso de muitos. Do privilégio à possibilidade, promove-se a ideia de que qualquer pessoa pode caminhar em direção à informação, um movimento que, em períodos anteriores, simplesmente não existia.

A obtenção da informação, enquanto etapa do processo de acesso à informação, materializa-se nos dispositivos legais que regulam sua disponibilização e apropriação. Nesse sentido, o acesso às informações públicas, assegurado pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), constitui um direito juridicamente garantido. Do mesmo modo, o Movimento de Acesso Aberto às publicações científicas amplia esse horizonte de possibilidades, ao permitir que todos possam acessar a literatura acadêmica. Além disso, as próprias unidades de informação – arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação – desempenham um papel social ao abrir suas portas e oferecer condições materiais e institucionais para que a informação possa, de fato, ser obtida.

Desse modo, a Meta 16.10 se configura como um marco global que reforça a necessidade de uma consciência coletiva acerca do acesso à informação, bem como um chamado aos países que ainda não dispõem de dispositivos legais capazes de assegurá-lo. Diante de um cenário historicamente construído e marcado por desigualdades, em que o acesso à informação assumiu configurações distintas ao longo do tempo, a formulação e o fortalecimento de políticas públicas informacionais se tornam fundamentais para promover maior equidade no acesso. Assim, a Meta 16.10 reafirma a necessidade de os cidadãos terem condições efetivas de acessar a informação e dela se apropriar.

Embora o percurso histórico demonstre que o acesso à informação, especialmente no âmbito das bibliotecas, tenha sido, durante séculos, marcado pelo poder de poucos, sua trajetória também revela as iniciativas de muitos que atuaram para ampliá-lo. Assim, práticas historicamente marcadas pela restrição de acesso, sob o domínio de grupos específicos, passam, na contemporaneidade, a ser objeto de formulações orientadas à ampliação das condições de acesso à informação em escala global.

2.2 O termo “acesso” e a sua etimologia

Segundo o dicionário Houaiss.on (2024), o termo “acesso” vem do latim *accessus*, -us, no sentido de “aproximação, chegada, entrada”, além de significar “ataque de uma

enfermidade; ou acesso de febre (por Plínio)”, derivado do verbo *accedere*, no sentido de aceder. A acepção “possibilidade de chegar a...” é documentada em 1589, confirmando a presença do termo na língua portuguesa no Século XVI.

Essa indicação temporal converge com o Dicionário etimológico da língua portuguesa (Cunha, 2010), que também situa o termo “acesso” nesse mesmo século, com a grafia [acc]. Assim, ambos os dicionários indicam que o vocábulo ingressa no português durante a Idade Moderna, oriundo da língua latina.

Dessa forma, o Século XVI oferece o cenário sociocultural propício para a entrada do termo na língua portuguesa, como explica o autor Nascentes (1955, p. 15):

Na idade moderna, a crescente internacionalização do mundo trouxe à língua muitos vocábulos provenientes de línguas Irmãs e de outras. As conquistas consequentes aos grandes descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI trouxeram grande cabedal de elementos oriundos da Ásia, da Oceania, da África e da América.

Como afirmou Nascentes (1955), na Idade Moderna, o mundo passou por um processo de internacionalização, no qual a língua portuguesa recebeu grande quantidade de palavras estrangeiras devido à intensa circulação de ideias, pessoas e línguas estrangeiras. Esse movimento favoreceu a incorporação do termo “acesso” na língua luso-brasileira.

No caso específico da língua brasileira, o Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB) registra o termo em duas épocas distintas, cada uma com grafia diferente: (a)1627, grafado como [acesso], significando aproximação, chegada; (b)1803, grafado como [acesso], no sentido de promoção de um cargo a outro.

A forma de 1627 coincide com o período das invasões holandesas. Já o registro de 1803 ocorre em pleno contexto escravocrata, momento histórico que, segundo Almeida (2019, p.13), “molda a vida social contemporânea”.

Essas variações demonstram que o vocábulo circulou com grafias diversas antes de se estabilizar na língua portuguesa. Para verificar outras possíveis evoluções gráficas do termo “acesso” e aprofundar o seu étimo, foram reunidas no Quadro 1 as definições registradas em dicionários publicados entre 1764 e 2014.

Quadro 1 - Etimologia do termo “acesso”

ACESSO		
<i>Título dos dicionários</i>	<i>Autor</i>	<i>Definição</i>
Novo dicionario das linguas portugueza, e francesa, com os termos latinos (1764, p.13)	Joseph Marques	Sem verbete
Novo dicionario critico e etymologico da lingua portugueza (1836, p. 12)	Francisco Solano Constançio	ACESSO , s.m [substantivo masculino]. (Lat. <i>accessus</i>) aproximação, alcance de cousa alta ou apartada; entrada, ingresso; paroxismo de febre ou outra doença cujos ataques se renovão, crescimento febril; elevação a posto superior, v. g. <i>Hum posto de acesso</i> : - do mar (p.us/ [pouco usado]) enchente; - ; com mulher (p.us) cópula; - de furor, de ira, de amor, impeto.
Diccionario manual etymologico da lingua portugueza (1890, p.18)	Francisco Adolpho Coelho	1. ACCESSO , a -sé-so, s.m. [substantivo masculino]. Chegada. Aproximação. Attaque. Tracto. (Lat. <i>Accessus</i> , de <i>accedere</i> ; vid.[veja-se] <i>acceder</i> .)
Novissimo diccionario latino-portuguez 7.ed (19--?, p. 12)	Francisco dos Santos Saraiva	ACCESSUS ,us, <i>app. m.</i> [Appellativo masculino] (de accedere). Aproximação, chegada, vinda. <i>Accessus solis</i> . CIC. Aproximação que o sol faz da terra, no estio. <i>Dare accessum alicui</i> . OV. Admitir, receber alguém. <i>Mollire accessum</i> . CEIS. <i>Ataque, paroxismo, acesso d'uma enfermidade</i> . § PLIN. Acesso de febre. § OV. Acesso, entrada, logar por onde se entra, o modo de entrar em alguma parte. & T. MAUR. Accrescimento [...]. *CIC (Marcus Tallius Cicero, orador e philosopho); OV (P. Ovidius Naso, poeta); CEIS (Celsus, medico); PLIN (Plinius, naturalista); T. MAUR (Terentianus Maurus, poeta didactico)
Dicionário etimológico da língua portuguesa (1955, p.5)	Antenor Nascentes	Do lat. ACCESSU :
Dicionário escolar latino-português (1962, p.19)	Ernesto Faria	2. ACCÊSSUS , -us, subs. m. I — Sent. próprio: 1) Chegada, aproximação (Cic. Mil. 52). II - Dai: 2) Acesso (junto a alguém ou a um lugar), possibilidade de aproximação (Cic. Q. Fr. 1, 1, 25).
Dicionário etimológico resumido (1966)	Antenor Nascentes	Inexistente
Dicionário etimológico da língua portuguesa (2010, p.7)	Antônio Geraldo da Cunha	ACESSO sm. ‘chegada, ingresso’ / acc-XVI // Do lat. <i>Accessus</i> [...]
Dicionário do latim essencial (2014, p. 25)	Antônio Martinez Rezende e Sandra Braga Bianchet	ACCESSUS , -us, (m.). (<i>ad-cedo</i>). Chegada, aproximação. Acesso.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

O Quadro 1 mostra que a ortografia não se fixou imediatamente. O “Novo dicionario critico e etymologico da lingua portugueza” (1836) já registra o termo com a grafia [acesso], enquanto o “Diccionario manual etymologico da lingua portugueza” (1890) ainda apresenta [acc/acesso], retomando o padrão mais antigo documentado em 1589.

Esse anacronismo ortográfico reflete a coexistência, no Século XIX, da grafia moderna [acesso] com a forma tradicional [accessus]. Tal convivência é confirmada por Coelho (1890, p. 5): “seguí, portanto, a orthographia usual, com todas as suas contradicções”. Isso evidencia certa resistência à normatização ortográfica e indica uma sociedade marcada por transformações linguísticas.

Para aprofundar o étimo do termo, procedeu-se à indexação dos termos empregados nas definições listadas no Quadro 1, cujos resultados estão resumidos no Quadro 2.

Quadro 2 - Unitermo das definições do termo “acesso”

<i>Títulos dos dicionários</i>	<i>Unitermo</i>	<i>Frequência de uso</i>	<i>Palavra-ocorrência</i>	
			Aproximação -	5
Novo diccionario critico e etymologico da lingua portugueza (1836)	alcance, aproximação, ataque, entrada, crescimento, elevação, febre, ingresso, paroxismo		Chegada (sub.) -	4
			Ataque -	3
			Entrada -	2
			Febre -	2
			Ingresso -	2
			Paroxismo	2
Diccionario manual etymologico da lingua portuguesa (1890)	aproximação, ataque, chegado (adj.), trato		Acréscimo -	1
			Admitir -	1
Novissimo diccionario latino-portuguez (19--?)	admitir, aproximação, ataque, acréscimo, chegada (subs. fem.), enfermidade, entrada, febre, logar, paroxismo, vinda, receber		Alcance -	1
			Chegado (adj.) -	1
			Enfermidade -	1
			Elevação -	1
Dicionário escolar latino-português (1962)	aproximação, chegada, junto a		Crescimento -	1
			Junto a -	1
Dicionário etimológico da língua Portuguesa (2010)	chegada, ingresso		Logar -	1
			Receber -	1
O Dicionário do latim essencial (2014)	aproximação, chegada		Trato -	1
			Vinda-	1

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Conforme demonstrado no Quadro 2, há predominância do termo aproximação, seguido de ataque (3 ocorrências), febre (2 ocorrências), paroxismo (2 ocorrências) e enfermidade, que não se relacionam diretamente ao conceito de acesso à informação na Ciência da Informação. Contudo, revela-se a amplitude semântica do vocábulo em diferentes áreas do saber.

Em vista disso, para compreender o termo em sua forma mais primitiva, e aplicá-lo ao âmbito da Ciência da Informação, recorreremos à explicação etimológica apresentada por Rezende e Bianchet (2014).

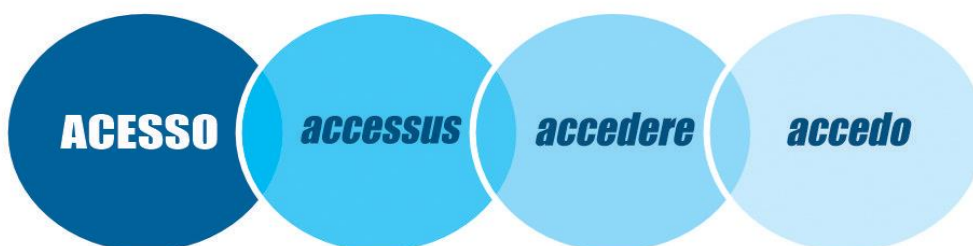
Segundo Houaiss (2024), o termo “acesso” deriva de *accessus*, que provém do verbo *accedere*. Rezende e Bianchet (2014) esclarecem que *accedere* deriva de *accedo*, forma primitiva que, por sua vez, expressa um movimento de aproximação.

Portanto, a etimologia de acesso se fundamenta em duas palavras latinas correlatas que são:

- *accedo* → “*accedo*, -is, -ěre, -cessi, -cessum. (*ad-cedo*). Caminhar para; aproximar-se. Marchar contra. Juntar-se a; aderir” (Rezende; Bianchet, 2014, p. 24).
- *accessus* → *accessus*, -us, (m.) (*ad-cedo*). Chegada; aproximação. Acesso (Rezende; Bianchet, 2014, p. 25).

Essas formas revelam um encadeamento etimológico: *accedo* (ação) → *acceděre* (processo) → *accessus* (resultado). As Figuras 1 e 2 ilustram esse percurso.

Figura 1 - Correlações etimológicas do termo “acesso”



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Como ilustra a Figura 1, o termo “acesso” está, portanto, etimologicamente fundamentado em três palavras latinas correlatas:

- *accedo* → [de *ad-* + *cedo*];
- *acceděre* → forma derivada intermediária.
- *accessus* → efeito ou resultado do movimento

Rezende e Bianchet (2014) apontam que a forma primitiva *accedo* resulta da união do prefixo [*ad*] com [*cedo*], isto é, [*ad-cedo*]. Para complementar essa explicação, o Dicionário latino-português (1942) traz a seguinte definição para *accedo*:

Ac-cedo, cessi, cessum, 1. Dirigir-se para; ir ou vir para; aproximar-se de. 2. Acrescentar-se; junta-se; aumentar; crescer. 3. Acontecer; sobreviver. 4. Machar contra; atacar. 5. Seguir o partido ou a opinião de; dar o assentimento; aceder. 6. Parecer-se com. 7. Expor-se; dá-se a; tentar; empreender. (**Constr.:**) a) *ac.* regido de *ad* ou *in*; b) *ac.*; c) *dat.*; d) *absol.* (Torrinha, 1942, p.7, grifo nosso).

A definição apresentada por Torrinha (1942) reforça essa interpretação ao reunir sentidos que envolvem movimento e aproximação, como: dirigir-se para; aproximar-se; juntar-se; acrescentar-se. Além disso, o verbete não apenas define *accedo*, mas também esclarece os elementos que estruturam o termo. A nota “(Constr.: a) ac. regido de ad ou in...)” indica que *accedo* é formado pela junção de [*ac* + *cedo*], sendo [*ac*] uma forma assimilada do prefixo [*ad*].

Por esse motivo, tanto *accessus* quanto *accedo* aparecem, em diversas obras etimológicas, associados à forma [*ad-cedo*]. Conforme enfatizam Rezende e Bianchet (2014), a estrutura [*ad* + *cedo*] evidencia que o núcleo semântico do termo se apoia na ideia de deslocamento ou movimento em direção a algo.

Os professores Rezende e Bianchet (2014) detalham os sentidos desses elementos:

- *ad*. prep/acus³. “Traduz a ideia de aproximação: a, para, até. Até perto, até junto de. Aproximadamente, por volta de” (Rezende; Bianchet, 2014, p.27);
- *cedo*, -is, -ere [*accedere*], *cessi*, *cessum* [*accessus*]. “Ir; andar; dar um passo adiante. Tocar a, caber a. Retirar-se, ir-se embora. Ceder a, não resistir. Entrar em acordo. Passar, decorrer. Conceder, entregar” (Rezende; Bianchet, 2014, p.61).

O prefixo [*ad*] indica movimento em direção a um ponto. Já o radical [*cedo*] origina diversos significados associados a essa ação. Entre esses sentidos, destacam-se:

- movimento ou deslocamento: ir; andar; dar um passo adiante; retirar-se; ir-se embora;
- ato de alcançar algo ou alguém: tocar; caber;
- ideia de rendição ou ausência de resistência: ceder; não resistir; conceder; entregar; passar; decorrer;
- sentido de negociação, entendimento ou conciliação: entrar em acordo.

Dessa forma, observa-se que o radical [*cedo*] abrange uma ampla variedade de situações ligadas ao deslocamento, aproximação e relação com o outro, mostrando sua multiplicidade de usos no latim.

Com essa multiplicidade de sentidos atribuídos ao radical [*cedo*], a combinação dos elementos [*ad* + *cedo*] passa a expressar, de forma provavelmente literal, a ideia de

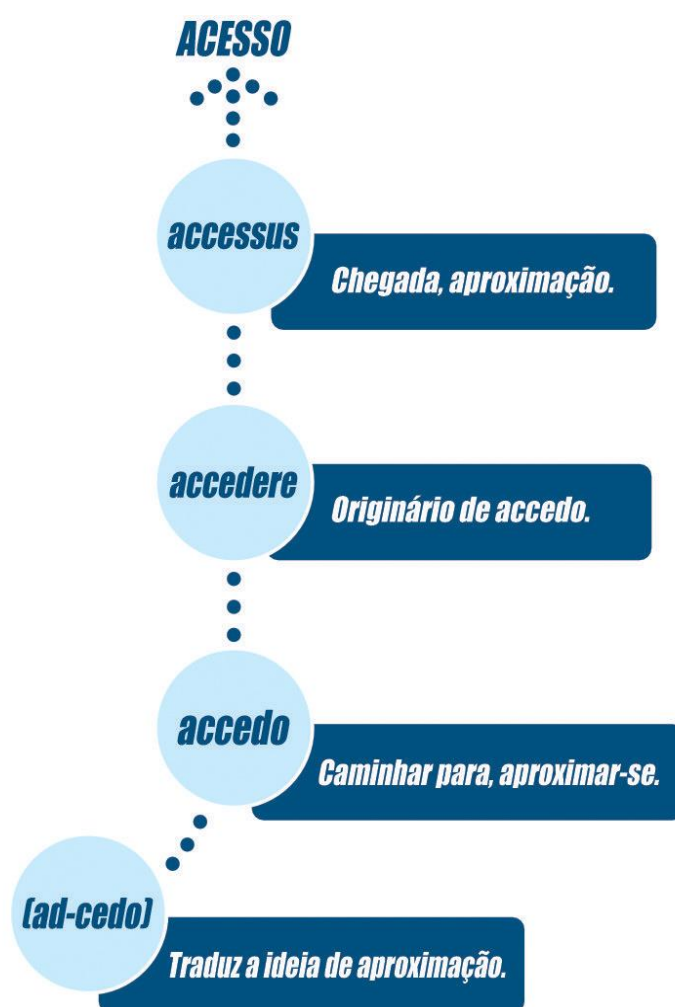
³ *acus*,-us, (f.). Agulha. (Rezende; Bianchet, 2014, p.27)

aproximação. Assim, o termo “acesso” pode ser compreendido etimologicamente como um movimento em direção a algo; aproximar-se.

A propósito, a expressão “aproximação” foi a que mais se destacou nas definições apresentadas pelos dicionários consultados no Quadro 1, incluindo o sentido registrado na primeira ocorrência histórica do termo “acesso” no Brasil.

Desse modo, a Figura 2 apresenta de forma esquemática o percurso etimológico iniciado em *accessus* e completado com [*ad-cedo*].

Figura 2 - Percurso etimológico do termo “acesso”



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Diante disso, esta tese compreende o termo “acesso” como uma ação de aproximação, entendida como o ato de mover-se em direção à informação. No campo da Ciência da Informação, e em consonância com sua etimologia, esse movimento pode ser aplicado em três momentos simbólicos, alinhados às formas latinas:

- *accedo*: corresponde ao movimento inicial de busca;
- *accedere*: representa o momento de contato com o conteúdo;
- *accessus*: refere-se à apropriação da informação.

Desse modo, a etimologia orienta a compreensão de que o acesso constitui uma condição essencial para o cidadão poder se aproximar da informação, esteja ela em suportes analógicos ou digitais.

Considerando a Meta 16.10 – assegurar o acesso público à informação –, somos convocados, enquanto profissionais da informação, a refletir criticamente sobre a realidade informacional da sociedade.

O acesso não deve ser entendido apenas como uma ação de atendimento ao usuário, mas como uma oportunidade de aproximar o cidadão da informação enquanto direito humano, reconhecido pelas Nações Unidas.

Essa perspectiva se torna ainda mais evidente quando reconhecemos que o próprio conceito de acesso, em sua constituição etimológica, revela um percurso dinâmico e complexo, profundamente relacionado a uma ação humana de aproximar-se, obter e apropriar-se da informação.

2.3 A etimologia do termo “acesso” e sua aplicabilidade na Ciência da Informação

No “Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia”, de Murilo Bastos da Cunha e Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti (2008), o termo “acesso” é estudado no âmbito da Ciência da Informação.

No campo da Biblioteconomia, especialmente nas subáreas de Representação Temática e Recuperação da Informação (RI), os autores atribuem ao termo os sentidos de métodos ou meios.

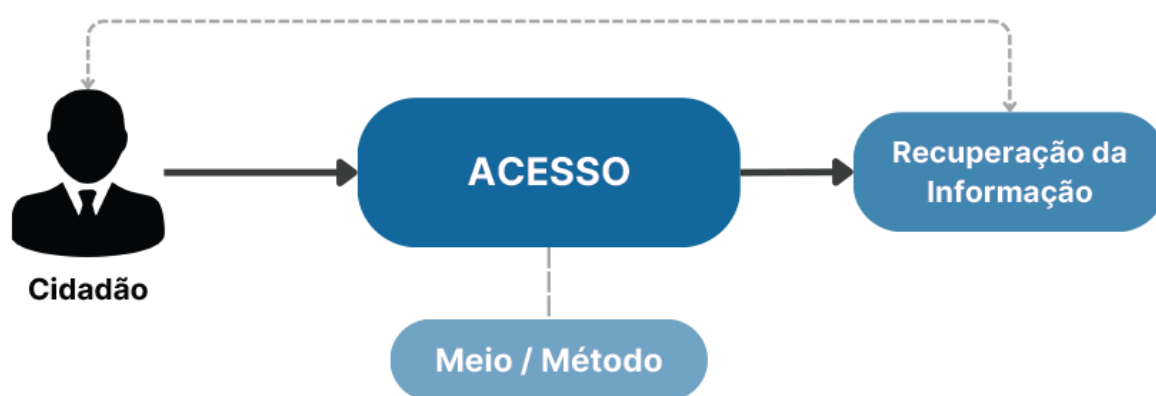
Na indexação, o termo “acesso” é definido como “**métodos** ou **meios** que tornam possível a pesquisa e o encontro de determinado item ou assunto” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p.2, grifo nosso). Nessa perspectiva, acesso corresponde ao método que permite localizar ou não um documento ou informação (Cunha; Cavalcanti, 2008).

Na Recuperação da Informação, os autores ampliam a definição ao afirmarem que acesso é o “método pelo qual a consulta (*search question*) pode ser comparada aos itens armazenados [...]; acesso à informação” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 2). Nessa acepção, acesso

diz respeito ao conjunto de itens armazenados por um Sistema de Recuperação da Informação (SRI), possibilitando a comparação entre a consulta do usuário e os registros armazenados. Os autores também incluem o sentido de acesso à informação.

Diante das duas definições, observa-se que, tanto na Representação Temática quanto na Recuperação da Informação, acesso é entendido como um método ou meio que viabiliza a recuperação da informação. Essa compreensão está representada na Figura 3.

Figura 3 - Recuperação da informação



Fonte: Cunha e Cordélia (2008, p. 2).

Como ilustra a Figura 3, de um lado está o cidadão, com as suas necessidades informacionais; do outro, a informação, registrada em suportes analógicos ou digitais. O acesso é o mecanismo que possibilita a interação entre a necessidade e a informação, resultando na recuperação da informação.

Nessa perspectiva, o acesso funciona como o ponto de partida do processo informacional, pois é a ação que inicia o movimento de aproximação do cidadão em direção à informação, constituindo-se uma condição essencial para alcançá-la. Essa é a primeira característica do termo “acesso”, denominada aproximar, que expressa o ato de se deslocar em direção à informação, conforme a sua origem etimológica [*ad-cedo*].

Para concretização dessa característica, é necessário haver um deslocamento físico ou remoto por parte do cidadão. Etimologicamente, trata-se de uma ação informacional, expressa em: [*ad+cedo*]: ir; andar; dar um passo adiante; até perto; até junto de; caminhar para aproximar-se.

Contudo, aproximar-se não significa, necessariamente, acessar de fato a informação. Aqui, acesso assume um sentido mais amplo, derivado do latim, manifestado em diferentes variáveis terminológicas, como: entrada, ingresso, chegada, logar, termos mais usuais no dia a dia.

Portanto, o acesso se constitui como o elemento que viabiliza a relação informacional entre cidadão e informação, servindo de base para os processos de obtenção e apropriação informacional.

É importante destacar que, nessa primeira etapa, “o acesso depende da ampla disseminação e circulação da informação pelos órgãos que a detêm, nos diferentes meios sociais” (Jambeiro; Borges; Sobreira, 2007, p. 109).

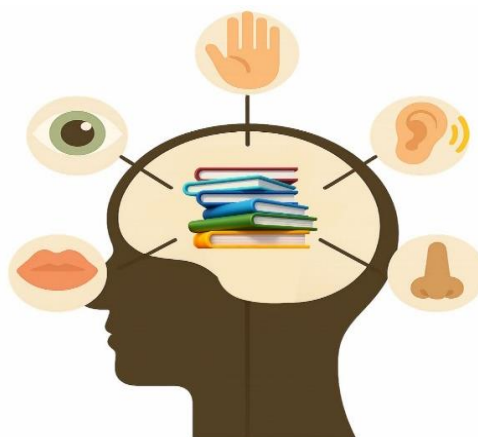
Essa primeira característica nos conduz a uma questão fundamental: o cidadão não deseja apenas se aproximar da informação, mas também obtê-la de forma livre e sem restrições, seja em ambientes físicos ou digitais. Nessa etapa, ele pode enfrentar barreiras informacionais de diferentes naturezas: legais, físicas, geográficas, tecnológicas e financeiras.

Essas barreiras se manifestam, por exemplo, em locais de acesso restrito, horários limitados, obstáculos arquitetônicos para pessoas com deficiência, distância geográfica, ausência de políticas de gestão da informação, condições precárias de organização, preservação e tratamento da informação e falta de profissionais especializados.

Esses fatores comprometem a concretização do acesso à informação, princípio central da Ciência da Informação. Aproximar-se é dar o primeiro passo; representa o ato de caminhar em direção à informação. Obter, porém, é a etapa que efetiva o acesso. Essa é a segunda característica do termo “acesso”.

Ao usar a expressão obter a informação, faz-se referência ao ato de adquirir o conteúdo informacional, independentemente de sua tipologia ou suporte, o que, no ponto etimológico, corresponde ao radical [*cedo*], no sentido de “tocar”, conforme demonstra a Figura 4.

Figura 4 - Obtenção da informação



Fonte: Adaptado da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.

A obtenção da informação pode ocorrer por qualquer órgão sensorial, permitindo que pessoas com deficiência ou grupos vulneráveis também possam se apropriar dela. Nessa etapa, evidencia-se o risco informacional quanto à disponibilidade da informação, o qual se relaciona às condições legais, técnicas e institucionais que regulam o acesso. Etimologicamente, [*cedo*] assume sentidos como: caber a; ceder a; conceder; entregar; passar; entrar em acordo, decorrer, versus retirar-se; ir-se embora; não resistir.

Etimologicamente, o [*cedo*] apresenta uso duplo: ao mesmo tempo em que expressa caber a; conceder; entregar, representando o ato de possibilitar o acesso, também significa retirar-se; ir-se embora, indicando a restrição ao acesso, na qual o cidadão se vê impedido de acessar; retirar-se; ir-se embora.

Essa dupla aplicabilidade etimológica reflete, no campo da Ciência da Informação, as duas forças que permeiam o fenômeno informacional: a disponibilidade, que viabiliza o acesso, e a barreira, que o impede.

No âmbito da Arquivologia, o termo “acesso” é:

ARQ 1. A disponibilidade para consulta a documentos de um arquivo; consulta (ARQ). 2. Permissão para consultar documentos dos arquivos, excluídos aqueles para os quais há restrições preestabelecidas, mas que, eventualmente, podem ser levantadas em razão de necessidades administrativas do solicitante ou em decorrência de autorização para pesquisa sobre tópico específico (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 3).

A compreensão do termo “acesso” como disponibilidade para consultar documentos arquivísticos abre uma discussão fundamental sobre o direito de acessar os arquivos públicos

sob guarda do Estado. Em especial, essa reflexão envolve o direito de acesso à informação pública, assegurado pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Segundo essa legislação, “o acesso à informação [...] compreende, entre outros, os direitos de obter” (Brasil, 2011, cap. II, art. 7).

A obtenção da informação se torna paradoxal diante da enorme abundância de conteúdos disponíveis em mecanismos de busca como o *Google*. Essa discrepância evidencia o caos informacional e a desigualdade de acesso em uma sociedade historicamente marcada pela restrição informacional, restrição que, muitas vezes, é reforçada por lideranças públicas pouco comprometidas com políticas informacionais contínuas e efetivas.

Nesse cenário, o acesso à informação oferecido pelos bibliotecários aos cidadãos se insere em um contexto contraditório, convivendo a aparência de disponibilidade e a dificuldade real de obtenção. Superar essa tensão exige ultrapassar o legado histórico de desinformação e de acesso desigual, que ainda constitui uma realidade persistente em nosso país.

Metaforicamente, as barreiras de disponibilidade podem ser compreendidas como um “ataque de febre”, conforme aparece em alguns verbetes apresentados no Quadro 1, um estado de vulnerabilidade ao qual qualquer cidadão está sujeito. Contudo, quando a informação é pública, existe uma “vacina” possível: a Lei nº 12.527/2011, que assegura o direito fundamental de acesso às informações públicas.

Quando a informação não é pública, a etimologia do termo “acesso” aponta à necessidade de uma ação concreta, que é torná-la aberta à consulta. Isso exige uma postura ativa dos detentores da informação, que podem aplicar o sentido positivo de [*ad-cedo*]: conceder, entregar, permitir, disponibilizar.

Por outro lado, quando essa postura não se realiza, surgem as barreiras à disponibilidade, expressas em entraves legais, administrativos ou estruturais. Nesses casos, o sentido etimológico de [*ad-cedo*] se manifesta em seu polo oposto: afastar, negar, renunciar ao acesso. Desse modo, revela-se a oposição entre aproximar-se e distanciar-se, duas experiências presentes no cotidiano das práticas informacionais das unidades de informação.

A terceira característica do termo “acesso”, denominado “acesso cognitivo”, está vinculada ao radical [*cedo*], entendido no sentido de “ir ou vir para; acrescentar-se; juntar-se; crescer” (Torrinha, 1942, p. 7). Na acepção apresentada por Torrinha (1942), [*cedo*] indica um

movimento: ir ou vir, que pode ser associado, metaforicamente, ao movimento interno da mente.

Nessa perspectiva, os verbos acrescentar, juntar e crescer expressam o processo pelo qual o cidadão atribui sentido à informação. Conforme Le Coadic (1996), a informação só se realiza plenamente quando o sujeito lhe atribui sentido, processo que envolve operações cognitivas. De tal modo, ao entrar em contato com o conteúdo informacional, o cidadão acrescenta essa informação ao seu repertório, junta-a aos conhecimentos prévios e, como resultado dessa integração, cresce cognitivamente.

Dessa forma, o acesso cognitivo corresponde ao momento em que o cidadão não apenas obtém a informação, mas produz sentido, ampliando o próprio horizonte cognitivo por meio da incorporação de novos conteúdos.

No campo da Ciência da Informação, esse sentido etimológico de [*cedo*] traduz o processo de crescimento cognitivo decorrente da apropriação informacional. Trata-se do momento em que o cidadão incorpora a informação aos seus esquemas mentais, possibilitando transformação cognitiva e, potencialmente, contribuindo para a produção de novos conhecimentos.

Superadas as barreiras físicas e remotas na etapa da aproximação, e as barreiras legais ou institucionais na etapa da obtenção, chega-se ao momento em que o cidadão decide como e se utilizará a informação. Nesse estágio, ele “dirige-se para; vai ou vem; aproxima-se de” (Torrinha, 1942, p. 7), conforme suas necessidades informacionais.

Etimologicamente, [*cedo*] também apresenta o sentido de “marchar contra” (Torrinha, 1942, p.7), o que pode ser compreendido como um movimento oposto à aproximação. Assim, o cidadão, ao se confrontar com o conteúdo recuperado, pode decidir não o utilizar e seguir em busca de outra informação mais adequada ao seu problema informacional.

Assim, enfatiza-se que não são os perigos informacionais nem a indisponibilidade da informação que determinam o acesso, mas sim a autonomia do cidadão em escolher conscientemente se usará ou não a informação, uma vez que, conforme Le Coadic (1996), a apropriação da informação depende da ação cognitiva de buscá-la, obtê-la e atribuir-lhe sentido para o seu uso.

A aplicabilidade do termo “acesso” demonstra que o acesso à informação se manifesta por meio de ações sucessivas: aproximar-se, obter e decidir sobre sua apropriação. Dessa forma, a etimologia ultrapassa o âmbito da língua latina e se concretiza nas práticas

informacionais das unidades de informação e no cotidiano dos cidadãos. O modelo de acesso à informação proposto para a Ciência da Informação é, portanto, concebido como um movimento contínuo e dinâmico, que envolve aproximação, obtenção e apropriação da informação.

2.4 O modelo de acesso à informação: fundamentos etimológicos

O acesso é uma condição indispensável para o encontro entre a informação e o cidadão. Juntos, eles impulsionam a vitalidade de um sistema democrático e informacional.

Como discutido na seção anterior, a etimologia do termo “acesso” foi utilizada para subsidiar a construção de um modelo de acesso à informação no âmbito da Ciência da Informação. Esse modelo, estruturado em três etapas, contribui para a compreensão das distintas situações em que o termo “acesso” à informação é aplicado, evidenciando uma relação simultânea de interdependência e autonomia entre elas.

As etapas que o compõem são:

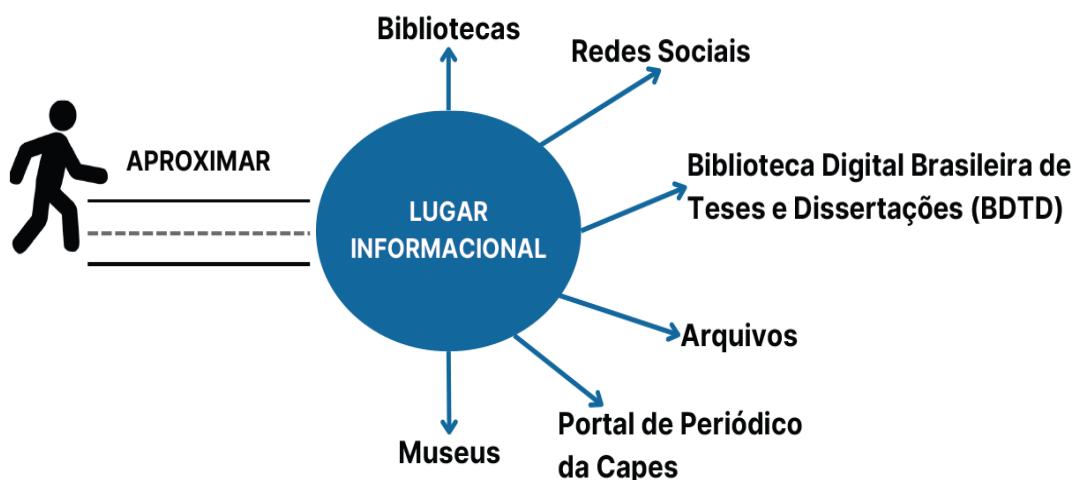
- Etapa 1→ Acesso ao lugar informacional;
- Etapa 2→ Acesso sensorial da informação;
- Etapa 3→ Acesso cognitivo informacional.

Essas dimensões refletem as características etimológicas do termo “acesso” e delineiam o percurso necessário para verificar se o acesso à informação se efetivou. Quando esse processo não se concretiza, o modelo possibilita identificar em que etapa ocorreu o bloqueio, permitindo a formulação de estratégias específicas para promover a recuperação da informação desejada.

2.4.1 Primeira etapa: acesso ao lugar informacional

Conforme apresentada na seção 2.1, a etimologia do termo “acesso” remete à ideia de aproximação, um movimento que conduz o cidadão em direção à informação. Esse entendimento fundamenta a primeira etapa do modelo: o acesso ao lugar informacional, que dá início ao processo de acesso à informação, conforme representado na Figura 5.

Figura 5 - Acesso ao lugar informacional



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Como demonstra a ilustração, o cidadão se encontra inicialmente em um lugar vazio, simbolizando um estado de distanciamento informacional. Esse deslocamento envolve dois tipos de deslocamento interdependentes: o deslocamento físico ou remoto, dependendo do meio pelo qual o indivíduo busca a informação; e o deslocamento cognitivo, segundo o Modelo do Estado Anômalo do Conhecimento de Nicholas J. Belkin (1980). Esses movimentos constituem uma ação informacional, ativada pela necessidade e orientada pela intenção de buscar e localizar a informação desejada.

Isso implica que, enquanto profissionais das áreas de atuação da Ciência da Informação, devemos exercer com ética e responsabilidade social nossas funções de selecionar, organizar, descrever e representar a informação, pois qualquer falha nesse processo, seja por inadequação terminológica, erro descritivo ou distorção informacional, tende a afastar o cidadão da informação; uma vez afastado, torna-se menos provável ele retornar a esse espaço informacional. Não obstante, quando o cidadão consegue alcançar o lugar informacional, abre-se a possibilidade de avançar para a segunda etapa do modelo: o acesso sensorial à informação.

2.4.2 Segunda etapa: acesso sensorial da informação

Ter acesso à informação não se resume a chegar ao lugar informacional; envolve, também, obtê-la. Essa é a segunda característica do modelo de acesso à informação, que fundamenta a etapa denominada “acesso sensorial da informação”, conforme a Figura 6.

Figura 6 - Acesso sensorial da informação



Fonte⁴: Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.

Escolheu-se o termo “acesso” sensorial da informação, porque ele permite estabelecer uma conexão entre dois domínios da experiência humana: a sensação relacionada à recepção de estímulos e a percepção que consiste na atribuição de significado a esses estímulos. Parafraseando Le Coadic (1996), percebemos apenas alguns dos inúmeros estímulos presentes no cotidiano e somente aqueles aos quais atribuímos significado se tornam de fato informação. Esse processo é complexo e diversificado, pois depende do histórico de vida de cada pessoa, da natureza dos estímulos recebidos e dos *insights* cognitivos que emergem dessa interação.

Isso ocorre porque, enquanto seres humanos, vivemos em realidades complexas e possuímos mecanismos sensoriais diversos que nos permitem perceber o mundo de maneiras distintas e, conseqüentemente, obter informações de modos variados. Além disso, nossas experiências, valores e crenças moldam, consciente ou inconscientemente, nossas necessidades informacionais. Cada indivíduo, portanto, percebe estímulos de forma única, o que resulta em diferentes fontes informacionais e modos de acesso à informação.

Dessa forma, é surpreendente como usamos os nossos sentidos para nos comunicar com o nosso entorno, ampliando os nossos horizontes, explorando o desconhecido, percebendo os estímulos informacionais e obtendo a informação necessária.

A visão é um dos sentidos que podem auxiliar na locomoção, no aprendizado e na interação social, contribuindo para a captação de estímulos informacionais (Eysenck; Keane, 2017). No entanto, isso não significa que pessoas com deficiência visual, indivíduos com

⁴ GOIÂNIA (Município). Secretaria Municipal de Educação – SEDUC/CONSED. Documento curricular para Goiás – ampliado: volume II Ensino Fundamental anos iniciais. Disponível em: https://sme.goiania.go.gov.br/conexaoescola/ensino_fundamental/ciencias-corpo-humano-orgaos-dos-sentidos-e-funcoes/. Acesso em 08 de set. 2005.

condições como Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) não percebem ou não obtenham informação. Elas percebem e acessam informações por vias sensoriais próprias, compatíveis com suas sensibilidades e particularidades neurobiológicas e de neurodesenvolvimento. Por essa razão, adota-se o termo “acesso” sensorial da informação, pois ele favorece uma compreensão inclusiva do acesso, reconhecendo que diferentes cidadãos utilizam diferentes sentidos e mecanismos cognitivos para perceber e obter informação.

Assim, o acesso constitui uma “condição material prévia” (Coelho, 1997, p.35) para a obtenção e o posterior uso da informação, independentemente de limitações físicas (deficiências), condições neurológicas ou fatores sociais, econômicos e raciais. Nessa etapa, a obtenção da informação se torna concreta, indicando que as barreiras do distanciamento informacional e da disponibilidade foram superadas.

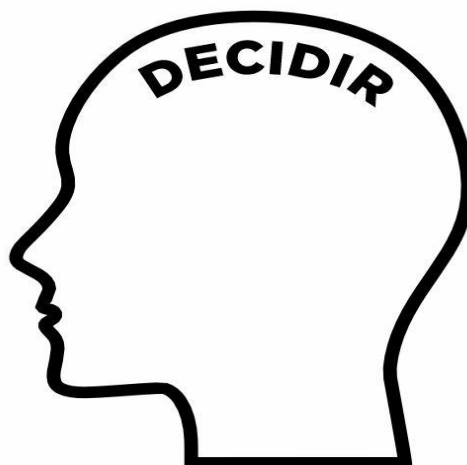
Entretanto, apesar dos avanços técnico-científicos da sociedade contemporânea, a obtenção da informação permanece frágil. Fatores políticos, econômicos e institucionais ainda impõem limites significativos, evidenciando um descompasso entre o progresso tecnológico e o acesso à informação. Essa fragilidade se evidencia no cotidiano das unidades de informação, em que bibliotecários frequentemente se deparam com barreiras estruturais e legais que dificultam a concretização do acesso desejado.

Esse cenário reforça que o acesso à informação requer políticas públicas de informação contínuas e efetivas e, ao mesmo tempo, impõe à Ciência da Informação, e particularmente aos bibliotecários, o desafio de promover práticas que assegurem equidade e inclusão informacional.

2.4.3 Terceira etapa: Acesso cognitivo informacional

A terceira característica do termo “acesso” corresponde à etapa cognitiva do processo informacional, momento em que o cidadão, já de posse do conteúdo informacional, lê, relaciona, interpreta, avalia e decide sobre o uso da informação obtida, conforme visualizado na Figura 7.

Figura 7 - Acesso cognitivo informacional



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Como ilustra a imagem, após obter a informação, o cidadão inicia um processo de avaliação para decidir se fará uso ou não do conteúdo acessado. Esse momento caracteriza a etapa denominada “acesso cognitivo da informação”. A escolha realizada poderá concluir o modelo de acesso à informação ou reiniciar um novo ciclo, caso a informação ainda não satisfaça a necessidade existente.

O poema de Cecília Meireles “Ou isto ou aquilo” ensina que estamos sempre escolhendo. Conscientemente ou não, as escolhas fazem parte da vida, e isso também se aplica às decisões informacionais.

Para compreender como o cidadão processa cognitivamente as decisões, recorreremos aos estudos de Eysenck e Keane (2017), que distinguem quatro tipos de problemas:

- problemas bem definidos;
- problemas mal definidos;
- problemas ricos em conhecimento;
- problemas pobres em conhecimento.

Segundo os autores, alguns problemas são simples e rápidos de resolver, exigindo apenas o conhecimento prévio do indivíduo. Esses são os problemas pobres em conhecimento. Outros, mais complexos, requerem conhecimento especializado, habilidades cognitivas específicas e maturidade intelectual: os problemas ricos em conhecimento.

Adicionalmente, certos problemas demandam mais tempo de resolução, especialmente quando exigem a escolha entre múltiplas estratégias possíveis. Por isso, a

clareza na definição do problema é fundamental: quanto mais bem formulado, mais fácil será tomar decisões informacionais adequadas.

Segundo Teixeira Coelho (1997, p. 35), o acesso intelectual é a “possibilidade de uso ou apropriação efetiva do produto cultural”, isto é, a capacidade de apreender esse produto em todas as suas dimensões e transformá-lo em matéria-prima para interpretações da vida e do mundo. Embora o autor se refira aos produtos culturais, o conceito também se aplica à apropriação de qualquer tipo de informação.

Nessa perspectiva, Santos Neto, Bortolin e Almeida Júnior (2017, p. 14) definem a apropriação da informação como:

todo ato cotidiano realizado pelo leitor por meio da leitura com intenção de apoderar-se e atribuir significados aos conteúdos nos mais variados ambientes e suportes, com o intuito de suprir necessidades simples ou complexas, de cunho profissional, educacional, psicológica e cultural, podendo repercutir em uma alteração no arcabouço cognitivo do cidadão comum, bem como na produção de sentidos.

Tal definição evidencia a dimensão sociocognitiva da informação, ao enfatizar a atribuição de significados e seus efeitos no cidadão. Nesse sentido, o uso da informação deve ser compreendido como uma prática sociocognitiva, na qual os sujeitos selecionam, interpretam e mobilizam conteúdos informacionais segundo suas experiências, necessidades e condições sociais, econômicas e geográficas em que estão inseridos.

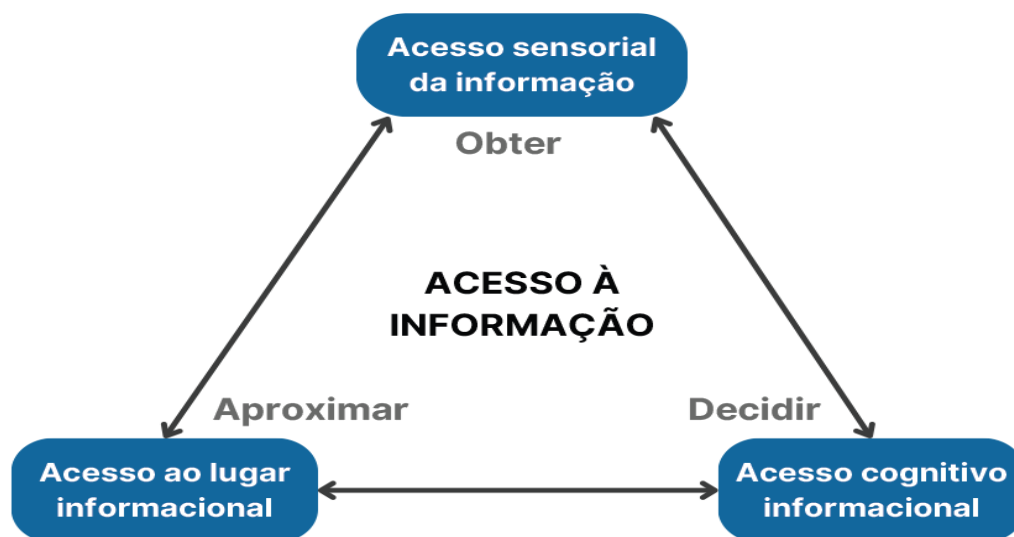
Diante disso, eventuais incertezas ou revisões de decisão fazem parte desse processo, evidenciando que o acesso à informação não se encerra em um único momento, mas se constitui de forma contínua, aberta a novas possibilidades de uso e ressignificação. Assim, uma informação considerada irrelevante em determinado contexto pode se tornar significativa em outro, à medida que novas demandas informacionais emergem no percurso do sujeito.

A apropriação da informação pode desencadear um movimento cognitivo complexo, por meio do qual o indivíduo confronta conhecimentos prévios, interpreta novos conteúdos e atribui sentidos, podendo, inclusive, gerar novos artefatos informacionais ou transformações sociais. Nesse sentido, o pensamento humano se configura como um processo dinâmico, situado e em constante reelaboração.

Assim, o acesso cognitivo da informação corresponde ao momento em que o sujeito realiza operações sociocognitivas de integração, interpretação e ressignificação da

informação, consolidando o ato de acessar como um processo sociocognitivo, conforme ilustrado na Figura 8.

Figura 8 - Modelo de acesso à informação



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A Figura 8 sintetiza a proposta do modelo, elaborado com base na etimologia do termo “acesso” e estruturado em três etapas interrelacionadas e autônomas: acesso ao lugar informacional, acesso sensorial da informação e acesso cognitivo informacional. Essas etapas se articulam em um processo dinâmico e contínuo.

A ação informacional se inicia com o acesso ao lugar informacional, etapa em que o sujeito se aproxima dos espaços físicos ou digitais nos quais a informação está armazenada e organizada. Em seguida, ocorre o acesso sensorial da informação, momento em que os sentidos são mobilizados para perceber, captar e obter a informação disponível, independentemente do suporte informacional. Por fim, no acesso cognitivo informacional, a informação é integrada aos esquemas mentais do sujeito, permitindo-lhe atribuir significados, reinterpretar conteúdos e, potencialmente, transformá-la em conhecimento.

Contudo, essas etapas não se configuram como um percurso linear e fechado, mas como dimensões interdependentes, atravessadas por condições sociocognitivas, sociocultural, políticas e institucionais que podem tanto viabilizar quanto limitar o acesso à informação. Nesse sentido, o modelo não deve ser interpretado sob uma perspectiva funcionalista, centrada em etapas sequenciais, mas como um processo social, dinâmico e no

qual o acesso se constitui nas relações entre sujeitos, contextos sociais e estruturas institucionais.

Assim, o modelo evidencia que o acesso à informação não é um ato isolado, mas um processo socialmente situado, que envolve dimensões cognitivas, sensoriais e institucionais. Ao mesmo tempo, reafirma a responsabilidade social da Ciência da Informação em criar condições para que as possibilidades de aproximação, obtenção e apropriação estejam ao alcance do maior número possível de cidadãos.

3 CONHECENDO O OBJETO DE ESTUDO: ASSEGURAR O ACESSO PÚBLICO À INFORMAÇÃO PELO VIÉS DA ETIMOLOGIA

Em sua redação, o Objetivo 16 da Agenda 2030, na primeira ação da Meta 16.10, estabelece a necessidade de assegurar o acesso público à informação. Ao ler esse enunciado, surge a seguinte indagação: o que, de fato, significa assegurar o acesso público à informação? Para compreender o nosso objeto de estudo, iniciamos pela etimologia, uma vez que:

conhecer uma palavra, diz Court de Gébelin em seu *Monde Primitif*, é conhecer as causas que lhe fizeram atribuir o sentido de que se reveste, a língua donde é originária, a família a que pertence, as alterações que experimentou. Não são somente palavras que assim se aprendem; aprendem-se ao mesmo tempo coisas (Nascentes, 1955, p.12).

Parafraseando Court de Gébelin, conhecer o significado das palavras “assegurar”, “público” e “informação” em sua forma primitiva nos permite ir além do sentido imediato, possibilitando compreender sua língua de origem, suas variações gráficas no tempo e no espaço e, assim, descobrir novos aspectos que se revelam por meio da própria história das palavras.

Por isso, decompomos o sintagma verbal “assegurar o acesso público à informação” em três unidades terminológicas, a saber: “assegurar”, “informação” e “público”, uma vez que o termo “acesso” já foi abordado na seção 2.

Dessa sorte, movidos pela necessidade de compreender a constituição e os sentidos das unidades terminológicas, toma-se como referência a Teoria Comunicativa da Terminologia, a qual propõe o estudo diacrônico das unidades terminológicas. Tal perspectiva pressupõe que “a evolução do conhecimento científico ao longo do tempo traz consigo uma evolução da terminologia, às vezes apenas em termos de conteúdo, mas muitas vezes com mudanças de nome e de conteúdo ao mesmo tempo” (Cabré, 2005, p. 246, tradução nossa).

Como afirma Cabré (2005), compreender as unidades terminológicas não significa apenas denominar um conteúdo especializado; exige, sobretudo, entender a situação de uso em seu ambiente natural de comunicação, já que tais unidades carregam um valor histórico e refletem as mudanças socioculturais que conduziram à sua constituição como vocábulos especializados. Logo, por meio da etimologia, busca-se compreender o nosso objeto de estudo dentro de um sistema global de uso.

Assim como feito com o termo “acesso”, serão analisados os termos “assegurar”, “informação” e “público”, contextualizando historicamente a introdução dessas palavras na língua luso-brasileira, identificando as mudanças gráficas pelas quais passaram até chegarem à forma atual e, por fim, compreendendo sua origem para aprofundarmos no nosso objeto de estudo, sem a pretensão de esgotar esses aspectos.

Como fontes de pesquisa, consultamos: (a) o Dicionário Houaiss.*on*, versão online de 2024; (b) o Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval (VHCPM), referente aos Séculos XIII, XIV e XV, elaborado pelo lexicógrafo Antônio Geraldo da Cunha, disponibilizado na versão online pela Fundação Casa de Rui Barbosa; (c) o Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB), que abrange os Séculos XVI, XVII e XVIII, desenvolvido por Maria Tereza Camargo Biderman (*in memoriam*) e Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa, obra de referência disponibilizada em versão online com financiamento do CNPq, especializada na língua brasileira.

Como dito por Murilo Bastos da Cunha, na introdução do “Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia”, a “lexicografia é um trabalho sem fim. As línguas estão em constante evolução, particularmente os termos técnico-científicos, pela criação de novas palavras ou mudança naquelas conhecidas” (Cunha, 2008, p.8).

3.1 O termo “assegurar” e sua etimologia

De acordo com o dicionário Houaiss.*on* (2024), o termo “assegurar” provém do latim vulgar medieval *assecurāre*, derivado de *secūrus*, *-a*, *-um*, no sentido de “sossegado, calmo, tranquilo, seguro”. Esse vocábulo é atestado no latim medieval por volta do ano 1000, no sentido de “proteger, pôr em segurança”, sendo registrado historicamente no português, no século 14, como [asegurar].

O “Vocabulário histórico-cronológico do português medieval” e o autor Nascentes (1966) confirmam sua presença no período medieval, registrando no Século XV a forma [assegure]. Assim, as primeiras ocorrências situam o termo entre os Séculos XIV e XV, período correspondente à Baixa Idade Média. Esse momento histórico é marcado pela Grande Fome (1315–1317), pela Peste Negra (1347–1350) e pela Guerra dos Cem Anos (1337–1453). Assim, as primeiras aparições de assegurar refletem o contexto sociocultural da Baixa Idade Média.

No “Dicionário histórico do português do Brasil”, o termo aparece pela primeira vez em 1585, no Século XVI, registrado em texto apócrifo durante a União Ibérica (1580–1640), período em que Portugal esteve sob domínio espanhol. Essa ocorrência indica possivelmente a entrada do vocábulo no português brasileiro colonial.

Além dos dicionários Houaiss.*on*, o “Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval” (VHCPM) e o “Dicionário histórico do português do Brasil”, analisamos a forma gráfica do termo “assegurar” nos verbetes dos dicionários reunidos no Quadro 3, para identificarmos se o termo passou por outras variações gráficas ao longo do tempo além de [assegure] ou [asegurar].

Quadro 3 - Etimologia do termo “assegurar”

ASSEGURAR			
<i>Títulos dos dicionários</i>	<i>Autor</i>	<i>Verbetes</i>	<i>Definição</i>
Novo dictionario das linguas portugueza, e franceza, com os termos latinos (1764,p.77)	Joseph Marques	Affegurar	AFFEGURAR , ou fegurar, afirmar como coufa certa [...].
Novo dictionario critico e etymologico da lingua portugueza (1836,p.125)	Francisco Solano Constancio	Assegurar	ASSEGURAR , <i>v.a</i> [verbo activo] (a pref.,[prefixo], <i>segurar</i>), segurar, fazer firme; fazer que não caia ou que não escape, que não deixe de verificar-se, pôr em segurança; inspirar confiança [...]
Diccionario manual etymologico da lingua portugueza (1890,p.173)	Francisco Adolpho Coelho	Assegurar	ASSEGURAR , a-se-gu-rár, <i>v.a</i> [verbo activo] Fazer julgar-se em segurança. Fazer certo de; tornar confiável, inspirar confiança, Affirmar, dar, fazer crer como certo. Prometter como certo.-se, <i>v. refl.</i> [verbo reflexo] Julgar-se em segurança. Confiar. Crer firmemente. Para outros sentidos em que a palavra foi usada mas não o é já, vid. [veja-se]simples Segurar . (A pref. [prefixo] e <i>segurar</i>)
Novissimo dictionario latino-portuguez 7.ed. (19--?)	Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva	Remissiva	<i>Sēcūrus</i>
Dicionário etimológico da língua portuguesa (1955)	Antenor Nascentes	Remissiva	<i>Sēcūrus</i>
Dicionário escolar latino-português (1962)	Ernesto Faria	Remissiva	<i>Sēcūrus</i>
Dicionário etimológico resumido (1966,p.69)	Antenor Nascentes		Do lat [latim]. Vulg [vulgar] <i>assecurare</i>
Dicionário etimológico da língua portuguesa (2010,p.63)	Antônio Geraldo da Cunha	Assegurar	ASSEGURAR → SEGURO
Dicionário do latim essencial (2014)	Antônio Martinez Rezende e Sandra Braga Bianchet	Remissiva	<i>Sēcūrus</i>

Fonte: Elaborada pela autora (2024). Nota: Verbetes transcritos conforme os dicionários

Ao analisar os dicionários reunidos no Quadro 3, identifica-se apenas uma variação gráfica adicional, [affegurar], registrada no “Novo diccionario das linguas portuguesa e franceza” (1764). Essa grafia com [ff] reflete padrões ortográficos possivelmente do português europeu do Século XVIII. Logo, a única variação gráfica relevante além das medievais é [affegurar].

Desde 1836, todos os dicionários consultados passam a registrar o termo na forma atual, “assegurar”, indicando a consolidação da grafia, da qual podemos sintetizar a trajetória gráfica da seguinte forma:

- assegurar → entre os Séculos XIV e XV;
- affegurar → Século XVIII;
- assegurar → Século XIX.

Conforme, o percurso linguístico-histórico, a grafia atual se estabiliza no Século XIX. Essas variações possivelmente decorrem dos contextos sociais, culturais e mudanças na norma culta do português luso-brasileiro.

Segundo o “Novo diccionario critico e etymologico da lingua portuguesa” (1836) e o “Diccionario manual etymologico da língua portuguesa” (1890), o termo “assegurar” é formado pela combinação do prefixo [a + com o verbo segurar].

Essa composição, portanto, resulta na ideia de “dar como certo”, “garantir”, “sustentar”, “afiançar” ou “confirmar⁵”. Por sua vez, o verbo “segurar” é constituído pela junção de [seguro + -ar], sendo que o adjetivo “seguro” remonta etimologicamente ao termo latino *secūrus*, conforme registrado por Nascentes (1966) e pelo “Dicionário do latim essencial” (Rezende; Bianchet, 2014).

As obras de referência consultadas foram “Novissimo diccionario latino-portuguez 7. ed.” (19--?), “Dicionário etimológico da língua portuguesa” (1955), “Dicionário escolar latino-português” (1962), “Dicionário etimológico da língua portuguesa” (2010.p.63) e “Dicionário do latim essencial” (2014). Em todas elas, a entrada principal do verbete se encontra uma remissiva para o verbete seguro, cuja forma primitiva remonta ao latim *secūrus*. Esse encaminhamento indica que “assegurar” é compreendido nessas obras como um derivado do latim *secūrus*, reforçando sua origem no latim vulgar *assecurare*, conforme já apontado por Nascentes (1966).

⁵ Dicionário *Houaiss.on* versão 2024

Em conformidade com a remissiva apresentada por Cunha (2010), avançamos para o termo “seguro”, uma vez que “assegurar” deriva diretamente dessa base.

Nessa perspectiva, o “Dicionário etimológico da língua portuguesa” registra “seguro” como: “Seguro adj. ‘Livre de perigo’ ‘firme’ XIII. Do lat. *sēcūrus* // AS. *SegurAR*/ XVI, *ase-* XIV / Do lat. Vulg. **assecurare* [...]” (Cunha, 2010, p. 586).

De acordo com essa descrição, reforça-se que a ocorrência mais antiga do termo “assegurar” na língua portuguesa remonta ao Século XIV, grafada como [ase-], enquanto sua primeira aparição documentada na língua brasileira ocorre no Século XVI. Dessa forma, as informações históricas apresentadas por Cunha (2010), Houaiss.on (2024), e pelo “Dicionário histórico do português do Brasil” são convergentes.

Além disso, Cunha utiliza o asterisco (*) na palavra *assecurare* para indicar que “o vocábulo precedido desse sinal não está documentado e é, portanto, uma forma hipotética, reconstituída” (Cunha, 2010, p. 30). Isso significa que “assegurar” não pertencia ao repertório erudito do latim clássico, mas ao latim vulgar, de circulação predominantemente oral. Por esse ponto de vista, pode-se compreender que o termo “assegurar” ingressou na língua brasileira por meio do uso coloquial, e não como simples resultado de uma tradução direta do latim para o português, reforçando a descrição apresentada por Nascentes (1966).

No “Novo diccionario das linguas portugueza, e franceza”, com os termos latinos (1764), constata-se, no Século XVIII, que, apesar de sua origem na oralidade do latim vulgar, fenômeno que alguns autores denominam baixa latinidade, o termo passou por um processo de integração e consolidação histórica, refletindo o contexto sociocultural da própria língua portuguesa.

Segundo Cunha (2010), “assegurar” se forma por [prefixo + radical + sufixo], conforme se observa também nas descrições do “Novo diccionario critico e etymologico da lingua portuguesa” (1836) e do “Diccionario manual etymologico da lingua portuguesa” (1890). Assim, é possível decompor o vocábulo da seguinte maneira:

- as: prefixo: “forma que toma o pref.[prefixo] AD - diante de voc. [vocabulário]. Iniciando por s” (Cunha, 2010, p.61);
- segur: o radical: sem preocupação [*sine cura*];
- ar: o sufixo verbal: “ar¹ suf.verb.(desinência dos infinitivos dos verbos da primeira conjugação)” (Cunha,2010, p.51).

O radical [*secur-*] deriva do adjetivo latino *sēcūrus*, formado por [*sine cura*]. Os elementos [*as-*] e [*-ar*] são afixos que cumprem funções estritamente morfológicas. Para compreendermos a literalidade semântica desse radical, recorreremos à palavra *sēcūrus*, formada por *se* [= *sine*, ‘sem’] + *cura* [‘cuidado’], registrada nos seguintes dicionários: “Novíssimo diccionario latino-portuguez”, o “Dicionário etimológico da língua portuguesa”, o “Dicionário escolar latino-português” e, por fim, o “Dicionário do latim essencial”.

No “Novíssimo diccionario latino-portuguez” (19--?, p. 1078), o verbete [*securus*, -a, -um] é explicado como formado por *se* [= *sine*, ‘sem’] e *cura* [‘cuidado’], assumindo os sentidos de “tranquilo, sossegado, calmo, plácido, seguro, que não receia”.

Segundo “Dicionário etimológico da língua portuguesa” (1955, p.463), seguro significa alguém que está “[...] sem cuidados, despreocupado [...]”.

Quanto ao “Dicionário escolar latino-português” (1962, p. 904, grifo nosso), registra-se *sēcūrus* no sentido próprio de “livre de inquietações, tranquilo, sossegado”. O dicionário indica também “seguro, sem inquietações (tratando-se de coisas), livre de perigo [...]” e “isento de perigo, em segurança”.

O “Dicionário do latim essencial” (2014, p. 378) descreve [*sēcūrus*, -a, -um] formado com base em [*se-cura*], como “despreocupado, tranquilo, sereno, livre de problemas ou temores”, podendo também significar “descuidado, negligente, indiferente” e ainda “seguro, livre de perigos”.

Esses dicionários latinos descrevem *sēcūrus* com sentidos como tranquilo, sossegado, livre de perigo, seguro, em segurança. Em todos esses verbetes, permanece a noção de alguém que não teme, não receia e não está sob ameaça.

Nos “Dicionário do latim essencial” (2014) e no “Novíssimo diccionario latino-portuguez” (19--?), a expressão [*se-cura*] é mencionada, cujo núcleo latino é composto por [*se* = *sine*, sem] e *cura* [cuidado, preocupação].

Essas expressões, portanto, constituem o ponto de partida para compreendermos a raiz etimológica do termo “assegurar”, uma vez que os significados de [*se*] e [*cura*] podem esclarecer o sentido que o termo assume na Meta 16.10.

Segundo o “Dicionário do latim essencial”, os elementos que compõem [*se-cura*] são definidos da seguinte forma:

- *cura*, -ae, (f.). “Cuidado, zelo, preocupação amorosa. Direção, administração, en-cargo. Tratamento (= atenção, cuidado). Guarda, vigia, protetor” (Rezende; Bianchet, 2014, p. 91);
- *se*-. I – “Sem. Em separado, à parte (*securus* = *sine cura*)” (Rezende; Bianchet, 2014, p.377).

De acordo com os autores, a preposição latina [*se*] indica ausência ou falta de algo, enquanto o radical [*cura*] possui uma semântica ampla no latim, abrangendo atenção, zelo, funções administrativas, vigilância, tutela, cuidado, preocupação. A combinação desses dois elementos, *sine* [“sem”] + *cura* [“cuidado, preocupação”], pode ser interpretada como ausência de perigo, segurança, isto é, sem preocupação.

Sendo assim, todas essas definições convergem para um mesmo núcleo semântico: *sine cura*, isto é, sem preocupação. Esse núcleo expressa a essência semântica que deu origem ao termo “seguro” e, por extensão, a “assegurar”. Com base nele, os sentidos de tranquilidade, confiança, proteção e segurança se consolidaram e passaram a gerar variações terminológicas amplamente documentadas nos dicionários históricos consultados, listados a seguir:

a) Joseph Marques (1764), Affegurar

- Afirmar como cousa certa

b) Francisco Solano Constancio (1836)

- Segurar
- Fazer firme
- Fazer que não caia ou que não escape,
- Fazer que não deixe de verificar-se
- Pôr em segurança
- Inspirar confiança

c) Francisco Adolpho Coelho (1890)

- Fazer julgar-se em segurança
- Fazer certo de
- Tornar confiável
- Inspirar confiança
- Afirmar, dar, fazer crer como certo
- Prometer como certo
- Julgar-se em segurança

- Confiar
- Crer firmemente

d) Francisco Rodrigues dos Santos (19--?), *sēcūrus*

- Tranquilo
- Sossegado
- Calmo
- Plácido
- Seguro
- Que não receia

e) Antenor Nascentes (1955), *sēcūrus*

- Em cuidados
- Despreocupado

f) Ernesto Faria (1962), *sēcūrus*

- Livre de inquietações
- Tranquilo
- Sossegado
- Seguro;
- Sem inquietações (quando se trata de coisas)
- Livre de perigo
- Em segurança

g) Rezende e Bianchet (2014), *sēcūrus*

- Despreocupado
- Tranquilo
- Sereno
- Livre de problemas ou temores
- Descuidado
- Negligente
- Indiferente
- Seguro
- Livre de perigos

As diferentes obras históricas e etimológicas registram que seguro [*sēcūrus*] e, consequentemente, assegurar, em sua forma primitiva, vinculam-se à ideia de pôr alguém em segurança.

Além dessa, no “Dicionário histórico do português do Brasil”, são relacionadas também:

- Certificar-se → [1587];
- Proporcionar → [1607];
- Garantir-se; afirmar-se → [1625];
- Garantir; tornar seguro → [1627];
- Afirmar com certeza → [1648];
- Dotar de garantia → [1751].

Conforme o DHPB, “assegurar” se expandiu semanticamente na língua luso-brasileira para garantir, garantia, proporcionar, certificar-se.

Com isso, a etimologia permite compreender que assegurar, derivado de *sēcūrus*, tem como raiz *sine cura*, ausência de preocupação, isto é, sem preocupação, sustentando as definições de tranquilidade, confiança e segurança, entendidas como sem cuidados, despreocupado, tranquilo, livre de perigo.

Essa trajetória etimológica está representada na Figura 9, que mostra como assegurar evoluiu até expressar a ideia de pôr o cidadão em segurança diante do acesso público à informação.

Figura 9 - Percurso etimológico do termo “assegurar”



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A trajetória etimológica apresentada na Figura 9 confirma as palavras de Court de Gébelin (1955), ao afirmar que conhecer a história das palavras é compreender as mudanças que lhes atribuíram o sentido atual. Assim, ao longo de sua trajetória, assegurar manteve a ideia fundamental de produzir segurança.

Aplicado ao contexto da Meta 16.10, assegurar o acesso público à informação desperta a responsabilidade de cuidar e de colocar o cidadão em condição de confiança, proteção e sem preocupação quanto ao uso da informação.

3.2 O termo “público” e sua etimologia

Conforme registra o dicionário Houaiss.on (2024), o termo “público” provém do latim *publicus*, -a, -um, no sentido de “aquilo que concerne ao público, que pertence ao público, que é de interesse ou utilidade coletiva, que constitui propriedade pública”, em oposição a privado. Segundo esse dicionário, o registro mais antigo da palavra aparece em 1285, na forma [pulvego].

Convergentemente, Cunha (2010, p. 531) situa o surgimento da palavra “público” no Século XIII e a define como: “público, adj. ‘relativo, pertencente ou destinado ao povo, à coletividade’ | XIII, pubrico XIII etc. |”.

O “Dicionário Histórico do Português do Brasil” (DHPB), por sua vez, registra a primeira ocorrência do termo no português do Brasil em 1549, na forma [publicos], empregada com o sentido de “fazer em público”.

Ainda segundo o DHPB, ao longo dos séculos, o termo “público” apresentou diversas variações gráficas, cujos sentidos acompanham as mudanças sociais, culturais e linguísticas da língua luso-brasileira:

- Púbrica: Pertencente ou relativo ao governo, 1555;
- Publico: Pertencente ou relativo ao povo, 1557;
- Pubrica: Do conhecimento de todos; que não é secreto, 1560;
- Poblico: Pertencente ou relativo ao governo, 1705;
- Publico: Destinado ao povo, à coletividade, 1802;
- Público: Pertencente ou relativo ao povo, 1954.

Essas variações demonstram que, ao longo da história, o termo “público” passou por transformações fonéticas e ortográficas, acompanhando tanto as mudanças do sistema linguístico quanto as transformações nas práticas sociais relacionadas ao que é do povo e para o povo.

Diante desse percurso histórico-linguístico, emerge uma questão: o que significa, afinal, público? Para responder adequadamente, é necessário recuperar a sua origem etimológica.

Com esse propósito, analisam-se, a seguir, os verbetes dos dicionários reunidos no Quadro 4, que permitirão compreender, de maneira comparada, os sentidos históricos, etimológicos e semânticos associados ao termo.

Quadro 4 - Etimologia do termo “público”

<i>PÚBLICO</i>		
<i>Título dos dicionários</i>	<i>Autor</i>	<i>Verbetes</i>
Novo dictionario das linguas portugueza, e francesa, com os termos latinos (1764, p.586)	Joseph Marques	PÚBLICO , comum, <i>Public</i> , commun, <i>vulgaire</i> , banal. (<i>Publicus</i> , a um: communis.is.)
Novo dictionario critico e etymologico da lingua portugueza (1836, p.635)	Francisco Solano Constâncio	PÚBLICO , A, adj. (Lat. <i>publicus</i> , de <i>populus</i> , o povo), commun a todo o povo. Lugar, passeio. [...]. O bem -, Direito -, nacional [...].
Diccionario manual etymologico da lingua portugueza (1890, p.1002)	Francisco Coelho Adolpho	PÚBLICO , pú bli-ko, adj. Que pertence, respeita ao povo, a um povo. Commum, que é para o uso de todos. Que está na bocca de todos. Que é conhecido, manifesto. Que se faz em presença de todos, de quem quer presenciar. s.m. O povo em geral. Os que assistem a um acto público; os que lêem o que se publica; os espectadores. (Lat. <i>Publicus</i>)
Novissimo dictionario latino-portuguez 7. ed. (19--?,p.62)	Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva	1 PUBLICUS , ã, um, adj. (= poblicus, contrac, de populicus). Publico, concernente ao publico, do publico, que é de interesse, bem, utilidade do publico; que é á custa do thesouro. [...]
Dicionário etimológico da língua portuguesa (1955, p.422)	Antenor Nascentes	Do lat: publicu [...]
Dicionário escolar latino-português (1962)	Ernesto Faria	Latim PUBLICUS , a, um, adj. I - Sent. próprio: 1) Relativo ao povo, ao Estado, público (em oposição a privatus), oficial, à custa do Estado (Cíc. Agr.1,2). II - Daí: 2) De todos, que é propriedade pública ou de uso público, geral, comum a todos [...].
Dicionário etimológico resumido (1966, p.617)	Antenor Nascentes	Do lat. PUBLICU , por via erudita. Refeito sobre o arc. pubrego
Dicionário etimológico da língua portuguesa (2010, p.531)	Antônio Geraldo da Cunha	PÚBLICO adj. ‘relativo, pertencente ou destinado ao povo, à coletividade’[...]
Dicionário do latim essencial (2014, p.136)	Antônio Martinez Rezende e Sandra Braga Bianchet	PUBLĪCUS , -a, -um. (popŭlus). Do povo, do governo, público, feito às custas do governo. Geral, comum, ordinário, banal.

Fonte: Elaborada pela autora (2024). Nota: Verbetes transcritos conforme os dicionários

No “Novo diccionario das linguas portugueza, e franceza”, com os termos latinos (1764), o termo “público” é definido como comum, vulgar e banal, isto é, aquilo que pertence a todos e pode ser usufruído coletivamente. Os termos “vulgar” e “banal”, nesse contexto, não possuem sentido pejorativo, mas se referem ao que é comum à coletividade, acessível e partilhado pelo povo.

No “Novo Diccionario critico e etymologico da lingua portuguesa” (1836), público, do latim *publicus*, derivado de *populus*, povo, é definido como “comum a todo o povo” e relacionado a lugar e passeio, indicando espaços de uso coletivo. O dicionário associa ainda o termo a três expressões: bem, direito e nacional, que podem ser interpretadas, respectivamente, como o bem comum, a igualdade de direitos e deveres perante a lei e o interesse coletivo voltado à nação. Assim, para Constâncio (1836), público se refere ao que é comum ao povo, regulado pelo Estado e próprio da vida de uma nação.

No “Diccionario manual etymologico da lingua portuguesa” (1890), público é definido como aquilo que pertence ou respeita ao povo, isto é, o que é comum e para o uso de todos. O dicionário também indica que o público é o que está na boca de todos, sugerindo ser conhecido, manifesto e amplamente divulgado. Coelho (1890) acrescenta que público é aquilo que se faz em presença de todos, de quem quer presenciar, ressaltando o caráter aberto, visível e não sigiloso dos atos públicos.

Além disso, ao definir público como o povo em geral e os que assistem a um acto público, os que leem o que se publica, os espectadores, o autor reforça a dimensão participativa e social do termo. Trata-se da coletividade que assiste, observa, lê e acompanha o que é divulgado ou realizado à vista de todos pelo governo.

O “Novissimo diccionario latino-portuguez” (19--?) apresenta cinco elementos associados ao termo, isto é, pertencente ao público, concernente ao público, de interesse público, de bem/ utilidade pública e custeado pelo tesouro. Esses elementos evidenciam que o público abrange simultaneamente o caráter coletivo, o uso comum e a compreensão de que o que é financiado com recursos do tesouro nacional adquire natureza pública.

O “Dicionário etimológico da língua portuguesa” (1955) registra o termo “público” como proveniente diretamente do latim *publicus*, apontando sua origem sem detalhar sentidos derivados. Trata-se de uma definição breve, mas importante, por reforçar a formação do termo na língua brasileira. Já o “Dicionário etimológico resumido” (1966) acrescenta que “público” chega ao português por via erudita, feito sobre a forma arcaica [pubrego].

No “Dicionário escolar latino-português” (1962), Ernesto Faria define *publicus*, -a, -um como adjetivo que, em sentido próprio, significa relativo ao povo, ao Estado, público (em oposição a *privatus*), oficial, à custa do Estado e, por extensão, de todos, que é propriedade pública ou de uso público, geral, comum a todos. Essa definição é particularmente relevante porque explicita, de maneira sistemática, quatro elementos que atravessam a história do termo: a vinculação ao povo, a ligação ao Estado, a oposição ao privado e a ideia de propriedade e uso comuns. Ao articular essas dimensões, Faria (1962) evidencia que o público se define ao mesmo tempo pela sua natureza coletiva (de todos), pela sua gestão estatal (à custa do Estado) e pela sua disponibilidade social (uso público, geral, comum).

No “Dicionário etimológico da língua portuguesa” (2010,p.531), Cunha apresenta uma definição sintética, mas precisa: público é adjetivo que significa “relativo, pertencente ou destinado ao povo, à coletividade”. Essa formulação confirma o núcleo semântico que se mantém inalterado ao longo de mais de oito séculos, que público é aquilo que não é privado, mas voltado ao povo, à coletividade.

Por fim, no “Dicionário do latim essencial” (2014,p.330), os autores Rezende e Bianchet descrevem *publicus*, -a, -um como termo que significa “do povo, do governo, público, feito às custas do governo; geral, comum, ordinário, banal”. Essa definição reunia três dimensões do termo “público”: a dimensão povo, aquilo que pertence ao povo; a dimensão governo, que corresponde à administração pública; e a dimensão das finanças públicas.

Da análise dos dicionários históricos, etimológicos e latinos, é possível identificar seis características fundamentais do termo “público” ao longo do tempo. A primeira delas é a coletividade de uma nação, isto é, aquilo que pertence a todos e que é comum ao conjunto dos cidadãos (*populus*). A segunda se refere à transparência e à publicidade dos atos públicos, expressa na ideia aquilo que está na boca de todos, manifesto e visível socialmente.

A terceira corresponde ao espaço comum ou de uso público, relacionado a locais de acesso coletivo, como lugar e passeio, e aos espaços de convivência comunitária. A quarta característica é o vínculo com a estrutura político-administrativa, que evidencia o papel do Estado na regulação da vida coletiva.

A quinta diz respeito ao custeio com recursos públicos, representado pelas expressões feito às custas do Estado, custeado pelo tesouro e à custa do governo. Por fim, a sexta característica é a oposição ao privado, presente nas palavras latinas (*publicus* × *privatus*), que marca a distinção entre o que é coletivo e o que é individual, entre o comum e o restrito.

Conforme expresso por Araújo (2003), o termo “público” abrange um amplo campo de significações que envolve, de um lado, a esfera político-administrativa do Estado, responsável por políticas, projetos e serviços financiados com recursos públicos, e, de outro, os espaços coletivos de convivência, definidos em oposição ao espaço privado da individualidade. Assim, o conceito de público se expande desde a ação estatal até o domínio dos espaços comunitários.

Diante disso, a Meta 16.10 – assegurar o acesso público à informação – convoca a compreender que todos os cidadãos, de forma coletiva e em consonância com os direitos humanos, devem poder caminhar e se aproximar da informação. Trata-se de condições equitativas ao acesso à informação, como explicado por Muir e Oppenheim (2002, p. 263, tradução nossa): “assegurar o acesso igualitário à informação para todos, independentemente da localização, dos recursos financeiros ou das deficiências”.

Para isso se concretizar, são necessários esforços no desenvolvimento de políticas públicas nacionais e internacionais de informação (Muir; Oppenheim, 2002). É nesse ponto que se destaca a importância de bibliotecas, arquivos e museus, instituições que desempenham papel estratégico ao oferecer serviços, implementar políticas de acesso e promover ações inclusivas capazes de alcançar indivíduos e grupos historicamente marginalizados, sem discriminação de raça, cor, religião ou qualquer outra forma de desigualdade.

Ademais, o acesso à informação não se limita à sua recuperação ou obtenção. Ele envolve também o conhecimento sobre a existência da informação, a capacidade de compreendê-la e a possibilidade de decidir como utilizá-la de acordo com as necessidades informacionais e com os dispositivos legais que regulam sua circulação. Assim, entende-se que público, no contexto da Meta 16.10, corresponde ao que é comum a todos os cidadãos em todo o mundo.

3.3 O termo “informação” e sua etimologia

O “Vocabulário histórico-cronológico do português medieval” (séculos XIII, XIV e XV) registra o termo “informação” com oito (8) variações gráficas. Além dessas, o “Dicionário histórico do português do Brasil” (séculos XVI, XVII e XVIII) apresenta mais dezessete (17) variações gráficas registradas: *informaçãõ*, *informaçam*, *informasão*, *informasam*, *imfomação*,

imformação, imformasão, enformação, enformaçam, enformasão, emformação, emformaçaõ, emformasão, emformasam, ynformação, jmformação, jnformação. Essas variações estão detalhadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Variações do termo “informação”

Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB), séculos XVI, XVII e XVIII			Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval (séculos XIII, XIV e XV)	
Ano do registro	Variante	Contexto	Século	Variante
1530	enformaçam			
1557	ynformação	Relato, esclarecimento; informe.	Século XV	ẽformaçam
1549	emformação			emfformaço
1558	informação			emformaçam
1561	enformação			emformação
1607	Informação			emformaço
1653	imformaçaõ			emformaçoões
1706	jmformação			enfformaçam
1707	imformasão			enfformaço
1742	imformasão			enformaçam
1767	Informasão			enformação
séc. XVIII	imformação			enformaço
1706	informaçam	Conhecimento		
séc. XVIII	informasam			
1654	emformaçaõ			
1707	Emformasam			
1896	informação			
séc. XVIII	imformação	Instrução		
1677	Tomar informação	Expressão sintagmática		

Fonte: Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB), séculos XVI, XVII, XVIII.

Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval (VHCPM), séculos XIII, XIV, XV.

Nota: Verbetes transcritos conforme os dicionários.

Conforme as descrições do “Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval” (VHCPM), apresentadas no Quadro 5, o termo “informação” é oriundo do Século XV. O “Dicionário etimológico da língua portuguesa” (2010, p. 298, grifo nosso) também relaciona o termo a esse período, ao registrar: “**Informação/XV**, enformaço, -çam [...]”.

Em contrapartida, o dicionário Houaiss.on “2024” sugere o Século XIV, ao indicar que o termo deriva do “lat. informatio, õnis no sentido de 'ação de formar, de fazer, fabricação;

esboço, desenho, plano; ideia, concepção; formação, forma'; ver 'form-; f.hist. sXIV **enformação**, sXIV emformaçam, sXV informação” (Houaiss.on, 2024, grifo nosso).

Com relação à língua portuguesa no Brasil, segundo o “Dicionário Histórico do Português do Brasil” (DHPB), representado no Quadro 5, a primeira ocorrência do termo data de 1530, no Século XVI, registrada com a grafia *enformaçam*. Trata-se de uma forma originária do Século XV, período medieval.

Conforme esses pontos de vista, o termo “informação” foi, supostamente, introduzido na língua luso-brasileira entre os séculos XIV e XV e, de modo mais específico, incorporado ao léxico brasileiro no século XVI, apresentando diversas variações gráficas.

Essas grafias do termo “informação” conduzem à inferência de três possíveis explicações. A primeira se refere às variações associadas aos elementos de composição antepositivo e pospositivo do radical [*form*]. A segunda diz respeito à possível falta de domínio da ortografia do termo, uma vez que a forma atual aparece em momentos historicamente distantes: a primeira ocorrência em 1558 (Século XVI) e a segunda em 1896 (Século XIX). Por fim, a terceira explicação se relaciona à adequação do termo às normas ortográficas vigentes em cada época. Diante desses aspectos, torna-se difícil precisar a datação da expressão usual *informação* com base nos dicionários analisados.

Embora não seja possível aprofundar exaustivamente, cada variação do termo, tais registros ao menos evidenciam a amplitude de seus significados. No que se refere a essa questão, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 201) explicam que as acepções do termo “informação”, especificamente na área de Biblioteconomia, constituem um.

registro de um conhecimento que pode ser necessário a uma decisão. A expressão 'registro' inclui não só os documentos tipográficos, mas também os reprográficos, e quaisquer outros suscetíveis de serem armazenados visando sua utilização. [...] Registro de um conhecimento para utilização posterior.

A citação de Cunha e Cavalcanti (2008) evidencia uma compreensão ampla e funcional do termo “informação” no campo da Biblioteconomia. Ao afirmar que a informação é um “registro de um conhecimento que pode ser necessário a uma decisão”, os autores destacam que a informação não é apenas uma ideia abstrata, mas algo materializado, isto é, registrado em algum suporte, de modo que possa ser recuperado e utilizado quando necessário. Esse vínculo com a tomada de decisão reforça o caráter utilitário e estratégico da informação.

Quando os autores ampliam o sentido de registro, incluindo não apenas documentos tipográficos, mas também reprográficos e quaisquer outros passíveis de armazenamento, eles

indicam que a informação independe do suporte. Assim, ela pode estar presente em livros, periódicos, fotografias, arquivos digitais, bases de dados, entre outros formatos. O essencial é a possibilidade de armazenamento, preservação e recuperação.

Por fim, ao reiterar que se trata de um “registro de um conhecimento para utilização posterior”, a definição enfatiza a dimensão temporal da informação, ou seja, sua capacidade de ser guardada e acessada no futuro. Isso a diferencia de uma simples comunicação momentânea, pois a informação, nesse sentido, é organizada e disponibilizada para uso contínuo.

Em síntese, a citação compreende a informação como um conhecimento registrado, armazenável e recuperável, cuja finalidade é subsidiar ações e decisões ao longo do tempo, estando diretamente alinhada às práticas e aos objetivos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Diante dessa amplitude conceitual, verificam-se, no Quadro 6, outras acepções do termo “informação”.

Quadro 6 - Etimologia do termo “informação”

INFORMAÇÃO		
Títulos dos dicionários	Autor	Definição
Novo diccionario das línguas portugueza, e francesa, com os termos latinos (1764. p.369)	Joseph Marques	INFORMAÇÃO , a que fe toma de alguma coufa. Que fe quer faber [...]
Novo diccionario critico e etymologico da lingua portugueza (1836, p.635)	Francisco Solano Constancio	INFORMAÇÃO , s.f. verb. (Lat. <i>Informatio,nis</i>), noticia recebida ou comunicada; instrucção; it.[isto ?] t [termo]. phil. escol., o acto de informa -se a fôrma na matéria. Tomar informações sobre alguém, fazer pesquisa.
Diccionario manual etymologico da lingua portugueza (1890, p.762)	Francisco Adolpho Coelho	INFORMAÇÃO , in-for-ma-são, s.f . Acção e efeito de informar. (Lat. <i>Informatione</i>)
Novissimo diccionario latino-portuguez 7.e d. (19--?,p.606)	Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva	INFÔRMÃTIÕ , õnis, s. ap. f . [substantivo appellativo feminino] (de <i>informare</i>). Açcao de formar, de fazer, fabricação. Diabolicoe informationis. ENNOD. Obra do demonio. § VITR . Plano, planta, desenho, esboço. § Fig. Formação, fôrma. Informatio verbi. CIC. Etymologia d'uma Palavra. - totius sententice. CIC. Formação d'um pensamento completo. * ENNOD (Ennodius,panegyrista,rhetorico e poeta); CIC (Marcus Tallius Cicero , orador e philosopho).

Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (1955)	Antenor Nascentes	Sem verbete
Dicionário escolar latino-português (1962, p. 497)	Ernesto Faria	INFORMÁTIO , -ônis, subs.f. I – Sent.próprio: 1) Ação de formar, representação (Cíc.De Or.2,358). Daí: 2) Esboço, plano, idéia, concepção (Cíc.Nat.1, 43) II Sent. Figurado : 3) Formação, forma, explicação de uma palavra pela etimologia (Cíc.Part.102).
Dicionário etimológico resumido (1966, p.69)	Antenor Nascentes	Do lat. <i>Informatione</i> , por via semi-erudita
Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (2010)	Antônio Geraldo da Cunha	Remissiva para palavra forma
Dicionário do latim essencial (2014, p.136)	Antônio Martinez Rezende e Sandra Braga Bianchet	INFORMATĪO , informationis, (f.). (in-forma). Ação de formar, representação, esboço, ideia. Explicação, informação.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Nota: Verbetes transcritos conforme os dicionários.

De acordo com o Quadro 6, as acepções apresentadas pelos autores para o verbete informação pode ser compreendidas, de modo geral, segundo três pilares fundamentais.

O primeiro pilar se refere à ideia de ação para dar forma ou moldar algo, cujo resultado se expressa em uma figura exterior, aparência, aparência, formato⁶. Essa perspectiva está presente em termos como formar, matéria, fabricação, plano, planta, desenho, esboço, pesquisa, evidenciando o sentido original latino de *informatio* como ato de dar forma.

O segundo pilar se relaciona ao ato de comunicar ou transmitir algo, como observado nas acepções informar, informe, notícia, instrução, explicação. Nesse caso, a informação assume um caráter comunicativo, vinculando-se à circulação de conteúdos entre sujeitos.

O terceiro pilar se associa à dimensão cognitiva, envolvendo processos mentais como ideias, pensamentos, concepções e representações. Nessa perspectiva, a informação não se limita ao registro ou à comunicação, mas participa da construção do conhecimento.

O elemento comum a essas acepções é a sua origem etimológica no termo latino *informatio*, evidenciando a permanência de um núcleo semântico relacionado à ideia de dar forma, seja no plano material, comunicativo ou cognitivo.

Nesse sentido, Capurro (2007, p.155-156) cita que:

⁶ Expressão copiada do dicionário Houaiss.on, versão 2024.

a palavra informação tem raízes latinas (*informatio*)[...]. Devemos considerar os dois contextos básicos nos quais o termo “informação” é usado o ato de moldar a mente e o ato de comunicar conhecimento. Obviamente, essas duas ações são intimamente relacionadas [...]. Existem dois contextos básicos, a saber, um tangível (*corporaliter*) e um intangível (*incorporaliter*).

Dessa forma, a perspectiva apresentada por Capurro (2007), reforça a compreensão de que o termo “informação” articula, simultaneamente, dimensões que se manifestam tanto no âmbito material quanto no imaterial, corroborando a natureza polissêmica e dinâmica do conceito ao longo de sua trajetória histórica e de seus usos nos diferentes campos do conhecimento.

Em decorrência disso, o termo se configura como uma noção abrangente e complexa, cuja compreensão varia conforme o viés de cada área do conhecimento, dificultando a formulação de uma definição única e universal. Desse modo, descrevê-lo, identificá-lo ou defini-lo segundo um único enfoque implica desconsiderar sua ocorrência nas mais diversas situações de uso e nas múltiplas formas de discurso.

Entretanto, é possível refletir sobre a etimologia do termo “informação” conforme realizado nas seções anteriores. Cumpre destacar que, no âmbito da Ciência da Informação, autores como Capurro (2026), Menezes (2017) e Gonzalez (2013) desenvolvem abordagens de natureza etimológica, filosófica, histórica, linguística sociocognitiva e crítica acerca do conceito, buscando compreender a polissemia do termo.

Nesse sentido, esta seção dialoga com essas perspectivas ao propor uma análise da etimologia do termo com base também em fontes lexicográficas, especialmente dicionários históricos e etimológicos. Tal escolha metodológica não apenas complementa essas abordagens, como também visa manter a coerência analítica adotada ao longo do estudo, uma vez que o mesmo procedimento foi aplicado aos termos “acesso”, “assegurar” e “público”.

No “Dicionário do latim essencial” (2014, p.136), as autoras Rezende e Bianchet (2014), definem o termo “informação”, *informatio*, relacionado à expressão [*in-forma*]. Vejamos, conforme os autores, o significado de [*in + forma*]:

- *forma*, -ae, (f.). “Forma, figura, contorno, conjunto de traços exteriores, imagem, representação, aparência. Fôrma, molde, moldura. Formas elegantes, beleza, formosura. Ideia, tipo ideal, tipo” (Rezende; Bianchet, 2014, p.149);

- *in*. I – prep./acus. “Associada a processos que indicam movimento: para dentro, para cima, para o meio, até, para, em” (Rezende; Bianchet, 2014, p.176).

Baseado nas definições acima sobre [*in+form*], é possível identificar os elementos de composição do termo “informação” que são [IN+**FORM**+AÇÃO]. Segundo o “Dicionário etimológico da língua portuguesa”, as expressões [IN. **FORM**. AÇÃO] são:

IN:

pref., deriv. Do lat. *In*¹-, do adv [adverbio]. E prep. *in* ‘em’ dentro de’ [...]. De grande vitalidade na língua portuguesa, esse prefixo se documenta em inúmeros vocs., nas seguintes acepções: a) **movimento para dentro**, introdução (emalar; embarcar); b) direção, aproximação, (encaminhar; encostar); c) **passagem para o novo estado ou nova forma** (emagrecer, enodoar); d) feição, provimento, acondicionamento, colocação, (embalar; encenar); e) cobertura, proteção, defesa, revestimento, (empoeirado, encouraçado) (Cunha, 2010, p.353, grifo nosso).

FORM: “forma¹ *sf.* ‘Modo sob o qual uma coisa existe ou se manifesta’ ‘configuração, feitio, feição exterior” XIII. Do lat. *forma* // forma² *sf.* ‘molde’ XVII Do lat. *Forma*” (Cunha, 2010, p.298).

AÇÃO: “*sf.* ‘atuação, ato, feito, obra’ [...] deriv. do lat.-ãtiō-ōnis, que forma substantivos abstratos deverbais, com a noção básica de ‘ação, ato’ [...]” (Cunha, 2010, p.6).

Os elementos de composição do termo “informação” e os seus significados estão resumidos no Quadro 7:

Quadro 7 - Elementos de composição do termo “informação”

Elementos de composição do termo “informação”		
<i>In</i>	Prefixo	Movimento para dentro
<i>Form</i>	Vocábulo primitivo, a raiz etimológica	Modo sob o qual uma coisa existe ou se manifesta
<i>Ação</i>	Sufixo nominal (ãtiō-ōnis)	Ato

Fonte: Dicionário etimológico da língua portuguesa de Antônio Geraldo da Cunha (2010).

Com relação ao elemento [*in*], Capurro (2007,p.156) afirma que “o prefixo *in* pode ter o significado de negação como em *informis* ou *infortitas*, mas em nosso caso, ele fortalece o ato de dar forma a alguma coisa [...]”.

Com base na sistematização apresentada no Quadro 7, observa-se que os componentes linguísticos do termo “informação” permitem compreendê-lo, em seu sentido

etimológico, como um ato de dar forma a algo. Nessa perspectiva, o prefixo [*in*] indica um movimento de interioridade ou direção, enquanto o radical [*form*] remete à ideia de modo de existência e o sufixo [*ação*] expressa o caráter processual desse ato.

Além disso, conforme Capurro (2007), o prefixo *in* não assume, nesse caso, valor de negação, mas atua no sentido de intensificar o ato de dar forma. Considerando o prefixo *in* no sentido de “passagem para o novo estado ou nova forma” (Cunha, 2010, p.353), a informação pode ser compreendida como um fenômeno sociocognitivo, que se constitui nas relações entre sujeitos, suportes e contextos socioculturais, realizando-se na atribuição de sentidos (Le Coadic, 1996).

Nessa direção, a interpretação de Marcus Tallius Cicero⁷, orador e filósofo, ao compreender a informação como a “formação de um pensamento completo”, reforça essa perspectiva ao evidenciar que informar implica um processo de elaboração e organização do pensamento, no qual forma e sentido se constituem simultaneamente.

Segundo Rodrigues *et al.* (2022, p.51), o pensamento “está ligado à nossa capacidade de refletir sobre nossas vidas de forma complexa, o que se pode considerar a essência de nossos comportamentos pensantes. Geralmente os pensamentos envolvem a percepção consciente a respeito do que está sendo pensado”.

Com essa compreensão, a informação pode ser entendida como um processo sociocognitivo, no qual o sujeito, conscientemente, interpreta, reflete e atribui sentido aos conteúdos informacionais.

Nessa perspectiva, a formação de um pensamento completo implica que o indivíduo organize, transforme e atribua forma às suas ideias e representações mentais, configurando um processo de construção de sentido.

Sendo assim, entende-se o termo “informação”, segundo a concepção de Le Coadic (1996, p.5), como “a informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal”, consolidando-se, portanto, como um processo sociocognitivo no qual forma, sentido e sujeito se constituem de maneira indissociável.

Nessa perspectiva, os cidadãos estão inseridos em contextos educacionais, psicológicos, sociais, políticos, econômicos, culturais e cognitivos, entre outros, que influenciam a formação de seu conhecimento prévio e a apropriação da informação.

⁷ *Novissimo diccionario latino-portuguez* 7.ed. (19--?, p.606).

Com base nesse conhecimento prévio, os sujeitos atribuem sentido aos estímulos que os rodeiam, em um movimento cognitivo contínuo, muitas vezes espontâneo e não refletido, que se manifesta no cotidiano.

Dessa forma, a constituição da informação implica tornar manifesto aquilo que, inicialmente, se encontra no plano das ideias, possibilitando sua representação e registro em diferentes suportes, bem como sua recuperação para fins práticos e teóricos.

Segundo Marilena Chauí (2017, p.7-8), a práxis “é a atividade própria dos homens livres, dotados de razão e de vontade para deliberar e escolher uma ação. Na práxis, o agente, a ação e a finalidade são idênticos e dependem apenas da força interior ou mental daquele que age”.

Nessa perspectiva, a informação pode ser compreendida como um elemento fundamental para o exercício da autonomia cognitiva, na medida em que subsidia processos de reflexão, deliberação e tomada de decisão. Assim, configura-se como um recurso essencial na orientação das escolhas individuais e coletivas, bem como na compreensão de direitos e deveres no âmbito da vida social.

Desse modo, a informação contribui para a construção de condições mais equitativas de participação social, ao possibilitar que os sujeitos interpretem, avaliem e utilizem conteúdos informacionais em seus contextos de atuação. Nessa perspectiva, a Meta 16.10 da Agenda 2030, ao propor assegurar o acesso público à informação, reforça a centralidade da informação como condição para o exercício de direitos humanos, para a participação social e para a ampliação das possibilidades de construção de sentido pelos sujeitos. Assim, a etimologia de informação, entendida como um processo de dar forma, oferece uma chave interpretativa pertinente para compreender sua relevância nos contextos sociocognitivos e sociopolíticos em que se realiza o acesso.

4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TERMINOLOGIA SOB O OLHAR WÜSTERIANO

Entonces, algunos deciden que sus conocimiento es superior y le dan la espalda a la teoría general de la terminología; otros, em cambio, deciden profundizar en el tema y ampliar sus horizontes. Esta introducción pretende ayudar a este último grupo.
Eugen Wüster (1998, p.143)

Com apoio no mote de Wüster (1998), busca-se aprofundar a Teoria Geral da Terminologia (TGT) e apresentar as principais ideias do autor, tendo como objetivo final compreender os pressupostos teóricos que fundamentam a Teoria Comunicativa da Terminologia, proposta por Maria Teresa Cabré Castellvi⁸.

Nesse percurso, a fonte primária utilizada foi o clássico *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*, de Eugen Wüster (1998), editado por Maria Teresa Cabré. Trata-se da versão original da obra publicada na Alemanha em 1979 por Helmut Felber, discípulo e colaborador do autor, que organizou os manuscritos das aulas ministradas por Wüster na Universidade de Viena entre 1972 e 1974.

O objetivo central dessa coletânea é diferenciar o campo de atuação da terminologia em relação ao da linguística, contribuindo para a consolidação da Terminologia como disciplina científica. Como observa Cabré (2019, p. 512), “a denominação Teoria Geral da Terminologia surgiu somente em referências posteriores a essa obra, em francês, inglês e espanhol”.

Wüster se baseia em um problema concreto: a confusão terminológica entre profissionais da engenharia. Sua proposta de solução repousa na padronização dos termos, buscando “a univocidade entre o conceito e o termo que o designa” (Barros, 2004, p. 53). A normalização seria, portanto, a via para promover uma comunicação precisa entre especialistas, eliminando ambiguidades e favorecendo a internacionalização dos conceitos e das denominações.

Nesse modelo, os conceitos constituem o ponto de partida:

todo o trabalho terminológico utiliza conceitos como ponto de partida com o objetivo de estabelecer delimitações claras entre eles. A terminologia consiste que o alcance dos conceitos e o das denominações (=termos) são independentes. Por essa

⁸ Diante da variedade do sobrenome na literatura, adotamos, como ponto de acesso Maria Teresa Cabré, por ser o mais conhecido.

razão, os terminologistas falam de conceitos [...] (Wüster, 1998, p.149, tradução nossa).

O processo terminológico se inicia, portanto, com a identificação e delimitação dos conceitos, para só então buscar sua denominação. Wüster (1998, p. 292, tradução nossa) sustenta que, “na terminologia, o ponto de partida é o conceito e a busca por sua denominação, embora para identificar e fixar um conceito seja indispensável ter uma denominação ou algum outro sinal”.

Dessa perspectiva, uma vez delimitado o conceito, atribui-se um termo unívoco, de modo a evitar a variação linguística e garantir uma comunicação precisa. A variação, para Wüster, representa uma “perturbação da unidade linguística”, caracterizada pelo surgimento de sinônimos ou homônimos (Wüster, 1998, p. 2003, tradução nossa). Por isso, estabelece como princípio de que “um conceito é atribuído a uma única denominação, e vice-versa” (Wüster, 1998, p. 1783, tradução nossa).

Ao privilegiar a precisão conceitual e a univocidade terminológica, a TGT se fundamenta em uma concepção normativa prescritiva, posição explicitada no trecho a seguir:

até recentemente, os linguistas sempre afirmaram que a linguagem só pode se desenvolver espontaneamente, sem qualquer orientação ou direção, e que, na linguagem geral, o uso **linguístico real** é a única norma aceitável. Para fins de precisão, vamos nos referir a esse significado de uso linguístico como norma descritiva.

Entretanto, na terminologia, com a enorme produtividade de conceitos e termos, uma evolução livre da linguagem levaria a **uma confusão intolerável**. Para evitar essa situação, desde o início do século, e mesmo antes no caso de algumas especialidades, os terminólogos começaram a unificar, por consenso, certos conceitos e termos. Essa unificação também é chamada de norma e, para distingui-la da norma descritiva, será usada a expressão **norma prescritiva** (Wüster, 1998, p. 171, tradução nossa, grifo nosso).

O pensamento wüsteriano evidencia que, na comunicação especializada, o uso dos termos ou denominações não poderia fazer parte da linguagem geral, ou seja, do léxico de uma língua em um contexto discursivo real, pois isso comprometeria sua eficácia comunicativa entre especialistas. Daí a necessidade de controlar sua produtividade por meio da padronização. Como explicam Waquil, Asafe e Paraguassu (2017, p. 44), na TGT, os termos funcionam como “rótulos colocados sobre conceitos pré-existent”. De modo semelhante, Barros (2004, p. 55) destaca que o interesse de Wüster recai “praticamente apenas sobre os termos”, dissociando-os da gramática, do discurso e das práticas comunicativas reais.

A consequência desse enfoque é clara: não há espaço para polissemia, sinonímia ou homonímia no âmbito especializado. Conforme Waquil, Cortina e Paraguassu (2017, p. 45), “Wüster não negava a existência da polissemia na língua geral, mas não aceitava sua ocorrência em língua de especialidade”.

Ao priorizar a univocidade, o léxico assume um caráter exclusivamente denominativo. Em decorrência disso, a pesquisa terminológica é orientada para uma perspectiva sincrônica. Nesse sentido, Wüster (1998, p. 163, tradução nossa) afirma que “a prioridade que a terminologia dá aos conceitos levou inevitavelmente a pesquisa terminológica a considerar a linguagem de um ponto de vista essencialmente sincrônico”.

Na uniformização gráfica dos termos, defendida por Wüster, “a forma escrita dos termos técnicos é unificada internacionalmente” (Wüster, 1998, p. 216, tradução nossa), reforçando a visão de padronização internacional, que se sobrepõe às especificidades socioculturais e multilíngues das comunidades de especialistas. Assim, a “uniformidade de atribuição” determina que “a mesma atribuição se aplica a todos os membros de uma comunidade linguística” (Wüster, 1998, p. 1888, tradução nossa).

Diante disso, a TGT se caracteriza pelos seguintes princípios:

- Abordagem onomasiológica: baseia-se no conceito para o termo;
- Abordagem sincrônica: foco no uso presente;
- Linguagem artificial: termos como rótulos atribuídos a conceitos;
- Natureza prescritiva: definição de normas para uso aceitável;
- Uniformidade denominativa e conceitual: padronização internacional;
- Princípio da univocidade: um conceito = um termo;
- Terminologia normativa: função de prescrever e normatizar.

Apesar das contribuições de Wüster para o desenvolvimento da Terminologia moderna, sua proposta mantinha distância da linguística, da sociolinguística, da dimensão sociocomunicativa e das perspectivas cognitivistas. Como observa Barros (2004, p.36, grifo nosso):

os pressupostos teóricos e metodológicos da Terminologia são colocados à prova e passam, neste momento, por revisões gerais no mundo todo. Questionamentos a respeito do modelo normalizador da Terminologia conduzem à Socioterminologia, à proposta de “libertação das amarras” da TGT e à proposta de um novo paradigma, expresso pela **Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT)**, proposta por **Maria Teresa Cabré**.

Os princípios da TGT não são incorretos; ao contrário, são adequados para determinados contextos e finalidades. No entanto, com as transformações sociais, científicas e tecnológicas das últimas décadas, emergem a necessidade de novas bases teóricas. Barros (2004, p. 56) reforça que “as últimas décadas foram marcadas por intensa produção [...] conduzindo à evidência da necessidade de uma nova proposta teórico-metodológica”.

É nesse cenário crítico que, na década de 1990, Maria Teresa Cabré apresenta a Teoria Comunicativa da Terminologia, propondo uma leitura *in vivo* do fenômeno terminológico e superando o paradigma exclusivamente normativo da TGT, especialmente ao incorporar as dimensões linguísticas, cognitiva e comunicativa das unidades terminológicas.

4.1 Maria Teresa Cabré uma nova caminhada em meio a uma norma prescritiva: as primeiras inquietações

Para Hjørland (2002), não é adequado considerar os diferentes domínios como essencialmente iguais, uma vez que cada um apresenta características, práticas e discursos específicos. Diante disso, no âmbito da Ciência da Informação, o autor propõe onze abordagens para o estudo de um domínio. Incluem-se os Estudos terminológicos, Linguagem para Fins Específicos (LSP), a semântica de bases de dados e estudos do discurso.

Nesse contexto, coloca-se a indagação acerca de qual teoria poderia subsidiar o cientista da informação na exploração da linguagem de um domínio, sendo a Linguística o ponto de partida natural para essa abordagem. É com base nessa perspectiva que Hjørland (2002) menciona os estudos terminológicos de Cabré (1998), os quais contribuem para entender que a linguagem especializada não deve ser compreendida apenas como um fenômeno linguístico isolado, mas como uma expressão do conhecimento produzido no interior de domínios específicos.

Esse entrelaçamento entre a Ciência da Informação e a Terminologia não é recente. Para Hjørland (2002), a prática profissional na Ciência da Informação sempre envolveu o enfrentamento de questões terminológicas, relações semânticas e desafios associados à linguagem: “A construção de tesouros, bem como os problemas associados à eficiência da recuperação da informação tanto em linguagens controladas quanto em linguagem natural, são exemplos evidentes dessa relação” (Hjørland, 2002, p. 441, tradução nossa).

Dessa forma, a Terminologia se articula diretamente com a Ciência da Informação, cuja interdisciplinaridade pode ser compreendida em torno da Representação e Organização do Conhecimento, em suas múltiplas formas e manifestações, como ressalta Gomes (2021, p. 189), para “atender a diferentes propósitos via sistematização dos termos. E desenvolvimentos teóricos recentes contribuem para o aprimoramento da Terminologia como área de pesquisa”.

Nesse sentido, a Terminologia não se restringe ao estudo linguístico dos termos, mas assume um papel estruturante na organização, representação e recuperação da informação, constituindo-se como um dos pilares dos sistemas informacionais.

Compreendendo esse diálogo entre a Ciência da Informação e a Terminologia, ao discutir a Teoria Comunicativa da Terminologia, pressupõe-se que as palavras aqui mobilizadas não são propriamente nossas, mas de Maria Teresa Cabré. Seus princípios e fundamentos são apresentados com o máximo de precisão possível. Contudo, o modelo por ela proposto, conhecido como “Teoria das portas”, não se encerra em si mesmo. Trata-se de uma proposta teórica aberta e dinâmica, que continuamente suscita novos questionamentos, abre caminhos interpretativos e conduz a sucessivos desdobramentos, reafirmando o caráter processual e inesgotável da reflexão terminológica.

Cabré (2005) argumenta que os questionamentos sobre o fazer terminológico, que a levaram a refletir tanto sobre o campo da Terminologia quanto sobre seu próprio objeto de estudo, os termos, tiveram início em 1986, durante sua gestão no Centro de Terminologia da Catalunha. Naquele período, ao observar dificuldades práticas no planejamento linguístico, fortemente inspirado no programa linguístico do Québec, essas dificuldades desencadearam uma série de indagações teóricas e metodológicas que gradualmente conduziram à sistematização de seus postulados teóricos em 1999.

Entretanto, as inquietações relativas ao modelo wüsteriano não surgiram isoladamente. Para Cabré (2019), os pressupostos da TGT já eram questionados desde as décadas de 1960, 1970 e 1980, o que “deu lugar à manifestação diversificada de novas ideias na década de 1990 e nos anos iniciais do século atual” (Cabré, 2019, p. 519). Nesse cenário de efervescência teórica, a autora destaca o pioneirismo de Rey (1979), Sager, Dungworth e McDonald (1980), Sager (1990), Gambier (1991), Rey (1992), Slodzian (1995), Condamines (1994 e 1995), Gaudin (1991, 1995), Temermann (1997), além de suas próprias contribuições entre 1992 e 1999.

Sobre as suas contribuições teóricas, Cabré e Lorete (2021, p. 59, tradução nossa) explicam que:

as inovações que configuram a teoria comunicativa da terminologia (daqui em diante, TCT) de Teresa Cabré foram apresentadas em congressos e publicações de 1992 a 1999, quando é publicado o livro *La terminología: representación y comunicación*. A partir daquele momento, a TCT foi se desenvolvendo em diversas publicações, projetos e teses de doutorado da chamada Escola de Barcelona e se consolidou como paradigma predominante.

Conforme observa a própria autora, a proposta clássica da TGT, em seu paradigma, é coerente. Entretanto, as críticas dirigidas a ela dizem respeito ao seu caráter reducionista e idealista, uma vez que “a crítica à terminologia tradicional advém de três lados: da ciência cognitiva, das ciências da linguagem e das ciências da comunicação” (Cabré, 2019, p. 519). Em outro texto, Cabré (2005, p. 185, tradução nossa) argumenta que a teoria wüsteriana “não permite descrever satisfatoriamente a complexidade do léxico especializado”, o qual possui quatro aspectos fundamentais:

- sua natureza poliédrica, composta por dimensões linguísticas, cognitivas e comunicativas;
- sua dupla função, simultaneamente representativa e comunicativa;
- a necessidade de definição dos elementos operacionais envolvidos, considerando o uso real (*in vivo*) ou ideal (*in vitro*) da linguagem;
- diversidade aplicada, resultante das características pragmáticas das situações comunicativas.

Diante das limitações do paradigma wüsteriano, bem como da ausência de uma alternativa teórica consolidada entre seus críticos, Cabré (2005) propõe a Teoria Comunicativa da Terminologia.

Sua formulação se baseia em um arcabouço teórico orientado para integrar representação e comunicação especializada, promovendo uma abordagem multidimensional, flexível e capaz de descrever o termo em uso real, exigindo uma metodologia “consistente com os princípios da teoria e, ao mesmo tempo, suficientemente flexível para poder se adaptar à diversidade de características de situações e aplicações” (Cabré, 2005, p.187, tradução nossa).

Nesse sentido, ao refletir sobre as limitações do paradigma terminológico tradicional e a ausência de uma alternativa teórica capaz de responder às demandas do uso real da linguagem especializada, Cabré enfatiza a necessidade de iniciar a construção cooperativa de uma nova teoria, como se observa na afirmação a seguir:

acreditamos que chegou o momento de começar a construir cooperativamente uma teoria que permita superar essas insatisfações e dar conta das unidades terminológicas como unidades de conhecimento, significação, denominação e comunicação especializadas no âmbito do discurso especializado real (Cabré, 2005, p. 135, tradução nossa).

A formulação da TCT foi baseada na *Teoria das Portas*, que “tenta representar o acesso múltiplo, mas não simultâneo, ao objeto; e de modo que, tanto partindo-se do conceito como do termo ou das situações, o objeto central (a unidade terminológica) é abordado diretamente” (Cabré, 2019, p. 542).

Nessa perspectiva, para Cabré, uma teoria é compreendida como “um agrupamento organizado de declarações internamente coerentes e princípios ou condições que permitem a descrição (ou descrição e explicação) de um conjunto de fenômenos e as suas relações organizadas em volta de um objeto do conhecimento que constitui o seu núcleo” (Cabré, 2019, p. 536). Em oposição ao modelo da Teoria Geral da Terminologia, que privilegia a uniformidade e a univocidade terminológica, Cabré sustenta que os termos devem ser compreendidos em sua complexidade comunicativa, admitindo a variação conceitual e denominativa, conforme os contextos de uso e as situações discursivas em que são mobilizados, como se observa na afirmação a seguir:

assim, em contraste com as suposições da TGT, em nossa proposta teórica, que denominamos Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) (Cabré 1997 e 1998a), partimos do pressuposto de que os termos não são unidades isoladas que constituem um sistema próprio, mas sim unidades que se incorporam ao léxico de um falante à medida que ele adquire o papel de especialista por meio do aprendizado de conhecimentos especializados (Cabré, 2005, p.188, tradução nossa).

Desse modo, a TCT permite compreender o termo em situações comunicativas reais, no discurso especializado, oferecendo uma representação que incorpora o contexto sociocultural dos especialistas.

4.2 A Terminologia em uso: o olhar *in vivo* proposto pela Teoria Comunicativa da Terminologia

Esta é a perspectiva científica que assumimos para a terminologia. De acordo com essa perspectiva, consideramos a terminologia como um subcódigo com suas regras internas, que faz parte do código lexical (não do conhecimento comum) da gramática, e que

seria selecionado em função basicamente da temática do ato comunicativo. Essa seleção temática permitiria dar conta das enormes diferenças na frequência de aparecimento de determinadas palavras especializadas segundo o tema do discurso.

Maria Teresa Cabré
(2005, p.59, tradução nossa)

A epígrafe que abre esta seção apresenta um dos pressupostos fundamentais de Maria Teresa Cabré: a terminologia deve ser compreendida como um subcódigo especializado, inserido no conjunto maior do código lexical da língua e ativado de acordo com a temática do ato comunicativo. Essa perspectiva desloca o termo de uma função normativo-prescritiva para situá-lo no interior do discurso especializado, evidenciando seu comportamento linguístico em usos reais.

Com base nessa compreensão *in vivo*, é possível reconhecer que a Terminologia não se limita a um repertório de termos, mas busca desvelar como palavras e termos atuam no interior de discursos especializados e representam, estruturam e comunicam o conhecimento especializado. Além disso, ela é também uma via de acesso para compreender e representar aspectos socioculturais, linguísticos e psicossociais próprios das comunidades científicas. Portanto, esses atributos evidenciam sua multidimensionalidade e reforçam seu valor enquanto aporte teórico-metodológico para diversos campos do conhecimento.⁹

Não é comum pensar que a terminologia, conforme defende Barros (2004, p. 28), é “tão antiga quanto a linguagem humana”, constituída historicamente em um mundo multilíngue que sempre precisou nomear e interpretar o universo. Trata-se de uma atividade que antecede a própria constituição da Terminologia enquanto disciplina. Estudiosos, naturalistas, filósofos e técnicos do passado já produziam instrumentos e práticas terminológicas ao nomear, classificar e descrever fenômenos do mundo mesmo sem consciência de que tais práticas corresponderiam ao que hoje chamamos de Terminologia. Metaforicamente, estudavam apenas o “ovo”, sem ainda imaginar “as borboletas que voariam”.

A consolidação da Terminologia como disciplina científica só ocorre posteriormente, sobretudo com as contribuições de especialistas de outras áreas. A sua vez, Barros (2004, p.

⁹ Segundo Cabré (2019, p.536), um campo do conhecimento é uma disciplina até o ponto em que é reconhecido institucional e socialmente através de um grau universitário ou um ramo de pesquisa ou tipo de atividade realizada em centros de pesquisa. Um campo de conhecimento é um termo semanticamente bem mais amplo: é um empreendimento intelectual preocupado com um objeto de estudo ou pesquisa.

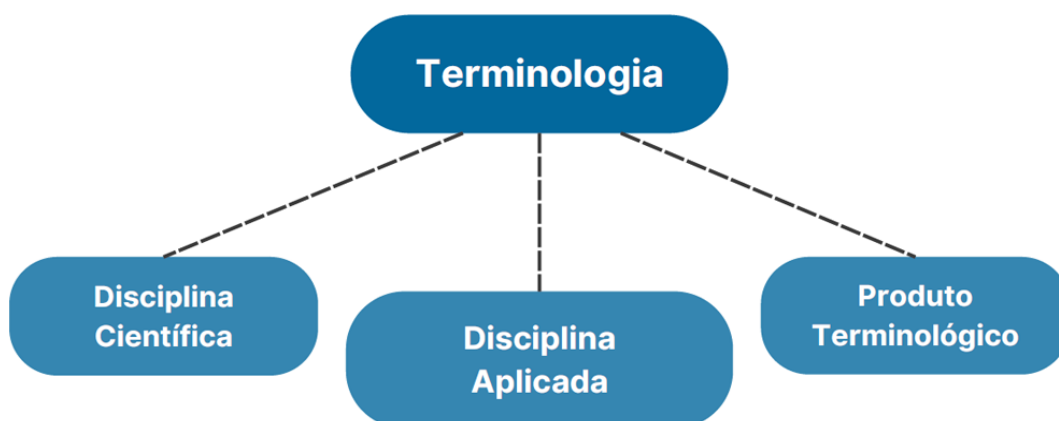
31) destaca o papel de “Eugen Wüster (1899–1977), engenheiro austríaco que, nos anos de 1930, estabeleceu as bases da Escola de Viena e formulou a Teoria Geral da Terminologia (TGT)”. Com esse marco, abre-se um campo específico de investigação que será ampliado pela perspectiva comunicativa proposta por Cabré.

Cabré (2005, p. 21, tradução nossa) caracteriza a terminologia como uma matéria autônoma de caráter interdisciplinar, “constituída por elementos da linguística, da ontologia, das especialidades científicas, da documentação [o documento em si] e das tecnologias da informação”. Ela possui fundamentos próprios, um objeto delimitado, os termos e atua tanto em uma vertente teórica quanto aplicada. Essa estrutura permite compreender o campo com base em três concepções:

- disciplina: “conjunto organizado de princípios básicos acerca de um objeto de conhecimento” (Cabré, 2019, p. 537);
- prática: “conjunto de aplicações na medida em que permite o desenvolvimento de produtos especificamente destinados a atender necessidades” (Cabré, 2019, p. 537).
- produto: “conjunto de termos de uma determinada especialidade” (Cabré, 2005, p. 15, tradução nossa).

A Figura 10 sintetiza visualmente essas concepções, sistematizando o campo científico da Terminologia.

Figura 10 - A Terminologia na perspectiva de Cabre (2005)



Fonte: Cabré (2005).

Cabré (2005) distingue ainda os objetivos da terminologia enquanto disciplina teórica e aplicada. Na vertente teórica, o propósito é descrever formal, semântica e funcionalmente as unidades que podem adquirir valor terminológico, explicar como são ativadas nas situações comunicativas e analisar suas relações com outros signos. Na vertente aplicada, o objetivo é

identificar e reunir as unidades terminológicas de um domínio e caracterizá-las conforme as necessidades temáticas e situacionais.

Desse modo, a vertente teórica aprofunda o conhecimento sobre a natureza das unidades terminológicas, enquanto a vertente aplicada fornece instrumentos para sua organização e descrição, resultando em produtos terminológicos na sua maioria. Por isso, a terminologia constitui “uma necessidade para todas as atividades relacionadas à representação e à transferência do conhecimento especializado” (Cabré, 2019, p. 536).

Na função de representação, a terminologia se articula com três áreas:

- Documentação, funcionando como elemento-chave para representar o conteúdo dos documentos;
- Engenharia linguística e Linguística computacional, fornecendo o material lexical para simular e modelar o conhecimento especializado;
- Especialidades científico-técnicas, possibilitando representar e unificar conceitos por meio de glossários, manuais, normas e padrões.

Considerando a função de representação do conhecimento especializado, a representação consiste no processo pelo qual os termos organizam, estruturam e tornam visíveis os conteúdos conceituais de um domínio, funcionando como mediadores entre o conhecimento produzido e seus diferentes usuários da informação.

Nessa perspectiva, a Terminologia atua como um instrumento fundamental para sistematizar e expressar a organização conceitual das especialidades, sustentando a elaboração de classificações, tesouros, glossários e sistemas de informação que permitem descrever o conhecimento de forma coerente, precisa e operativa. É essa capacidade representacional que garante a inteligibilidade do pensamento especializado e possibilita sua posterior transferência nos processos comunicativos.

Na função de transferência, atua diretamente na comunicação especializada, na mediação comunicativa e no planejamento linguístico. Na comunicação direta entre especialistas e na comunicação indireta, permeiam atividades de tradutores, intérpretes, redatores, jornalistas e comunicadores. Como explica Cabré (2005, p. 40, tradução nossa), “a terminologia é a peça-chave para os especialistas, que, sem os termos, não poderiam expressar nem comunicar seus conhecimentos”. Esse processo se realiza por meio dos elementos básicos da situação comunicativa, ou seja, emissor, receptor, mensagem, código, canal e contexto, que ativam o valor especializado dos termos.

A representação e a transferência constituem duas faces de uma mesma moeda, isto é, elas são distintas em seus objetivos, mas complementares na transmissão do conhecimento especializado. Ambas favorecem a circulação dos termos, a consolidação das especialidades e o acesso à informação em suas múltiplas manifestações.

Nesse sentido, a função de representação deriva diretamente das dimensões linguística e cognitiva, por ser o meio pelo qual os termos organizam e estruturam o conhecimento especializado. Já a função de transferência se ancora sobretudo na dimensão comunicativa, uma vez que são as situações reais de uso que ativam o valor terminológico das unidades e possibilitam sua circulação no discurso especializado. Assim, essas funções operacionalizam o caráter poliédrico das unidades terminológicas e evidenciam a articulação entre linguagem, cognição e comunicação, núcleo epistemológico da Teoria Comunicativa da Terminologia.

Sobre esse aspecto, Cabré (2005) explica que a Terminologia é:

uma matéria, de caráter interdisciplinar, integrada por fundamentos provenientes das ciências da linguagem, das ciências da cognição e das ciências sociais. Esses três fundamentos inspiram, por sua vez, a poliedricidade da unidade terminológica, que, em consequência, é ao mesmo tempo uma unidade linguística, uma unidade cognitiva e uma unidade sociocultural (Cabré, 2005, p.94, tradução nossa).

Com base nessa explicação, é possível identificar dois pressupostos centrais que orientam a TCT:

- a Terminologia é um campo de conhecimento delimitado, com bases teóricas próprias;
- unidades da linguagem natural que adquirem valor especializado em condições específicas de uso¹⁰.

O primeiro pressuposto decorre da natureza interdisciplinar da Terminologia. Para Cabré (2019, p. 552), ela é “o centro de um espaço multidimensional com múltiplos pontos de acesso”, o que possibilita analisar os termos por diferentes portas: pela linguagem, pelo conceito ou pela situação comunicativa. Essa abordagem surge como resposta às limitações da TGT, cujas orientações prescritivas já não atendiam às demandas contemporâneas das Ciências da Linguagem, da Cognição e da Comunicação.

A Teoria Comunicativa da Terminologia se estrutura sobre três pilares teóricos, que se articulam diretamente com as três dimensões das unidades terminológicas:

¹⁰ Aprofundada na seção 5: A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) e as unidades terminológicas: um fenômeno natural da língua

- uma teoria da linguagem: por integrarem o léxico da língua natural;
- uma teoria do conhecimento: por representarem e organizarem o conhecimento especializado;
- uma teoria da comunicação: por se ativarem em situações reais de uso.

A Teoria do conhecimento “deve explicar como a realidade é conceptualizada, os tipos de conceptualização que podem ocorrer e a relação entre os conceitos e suas possíveis denominações” (Cabré, 2005, p.189, tradução nossa).

Distingue-se entre as Unidades de Conhecimento (UC) e as Unidades de Conhecimento Especializado (UCE). Os termos são, assim, unidades denominativo-conceituais que refletem a organização conceitual dos domínios.

A Teoria da comunicação descreve e explica os diferentes tipos de situações comunicativas possíveis, de modo a possibilitar a “correlação entre tipo de situação e tipo de comunicação em toda a sua amplitude e diversidade, e que explique as características, possibilidades e limites dos diferentes sistemas de expressão de um conceito e de suas unidades” (Cabré, 2005, p.189, tradução nossa).

Distingue-se entre as Unidades de Comunicação (UCO) e as Unidades de Comunicação Especializadas (UCOE). Toda unidade dotada de referência pode adquirir valor terminológico quando ativada em uma situação comunicativa concreta.

A Teoria da linguagem dá “conta das unidades terminológicas propriamente ditas, que fazem parte da linguagem natural e participam de suas características, mas singularizando sua especificidade significativa e explicando como se ativa na comunicação” (Cabré, 2005, p.142, tradução nossa).

Distingue-se entre as Unidades Linguísticas de Natureza, as Unidades de Significância Especializada (USE) e as Unidades Terminológicas (UT). Os termos são compreendidos como unidades pertencentes à linguagem natural, dotadas das mesmas propriedades das demais unidades lexicais, mas cuja significação especializada é ativada no uso.

Assim, a TCT reconhece que a Terminologia é simultaneamente uma disciplina teórica e aplicada. Seu carácter interdisciplinar permite seu uso tanto para descrever e explicar a natureza dos termos quanto para organizar instrumentos práticos voltados à representação e à transferência do conhecimento especializado.

Desse modo, a Terminologia ultrapassa sua função estritamente descritiva de uma linguagem ideal e se consolida como um campo capaz de interpretar, explicar e revelar os

conceitos que emergem em diferentes contextos discursivos, inclusive aqueles marcados pela diversidade cultural e linguística. Essa compreensão integrada é justamente o que fundamenta a proposta comunicativa de Cabré e sustenta a relevância da TCT para a análise das unidades terminológicas em situações reais de uso na comunicação especializada.

Essa proposta dialoga diretamente com o que propõe Hjørland (2002):

a linguagem e a terminologia são objetos extremamente importantes para a Ciência da Informação, pois influenciam o nosso pensamento e, consequentemente, as perguntas que formulamos às bases de dados, bem como os textos que buscamos. A CI necessita de uma base funcional e pragmática para o estudo das Linguagens para Fins Específicos (Hjørland, 2002, p.446, tradução nossa).

Essa aproximação entre a Ciência da Informação e os estudos terminológicos, proposta por Hjørland (2002), oferece o fundamento necessário para integrar, no presente trabalho, a Teoria Comunicativa da Terminologia com a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. Se, por um lado, a TCT permite identificar e analisar as unidades terminológicas ativadas nos discursos especializados, por outro, o DSC possibilita reconstruir esses discursos em sua dimensão coletiva, preservando sua essência semântica e comunicativa. Assim, ambas as abordagens convergem ao reconhecer que o conhecimento especializado se manifesta linguisticamente e que é no uso real, individual e coletivo que os termos revelam seus sentidos, valores e funções sociais.

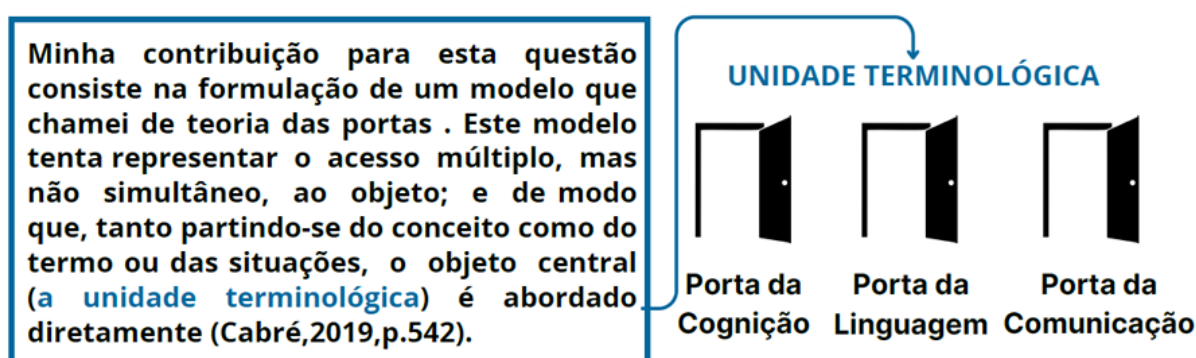
5 A TEORIA COMUNICATIVA DA TERMINOLOGIA (TCT) E AS UNIDADES TERMINOLÓGICAS: UM FENÔMENO NATURAL DA LÍNGUA

Devido ao caráter multidimensional da Terminologia, o seu objeto de estudo, os termos, denominados por Cabré (2019) como unidades terminológicas, apresenta natureza multifacetada, característica que a autora define como poliedricidade do termo. Essa poliedricidade evidencia que uma unidade terminológica não pode ser compreendida apenas por um ângulo, mas sempre em suas dimensões interdependentes.

Essas unidades são constituídas simultaneamente por três elementos: o cognitivo, o linguístico e o comunicativo, ancorados, respectivamente, na teoria do conhecimento, na teoria da linguagem e na teoria da comunicação. A articulação entre essas três dimensões é operacionalizada por Cabré (2019) por meio do modelo conhecido como Teoria das Portas.

Segundo a autora, “este modelo tenta representar o acesso múltiplo, mas não simultâneo, ao objeto; e de modo que, tanto partindo-se do conceito como do termo ou das situações, o objeto central (a unidade terminológica) é abordado diretamente” (Cabré, 2019, p. 542). Nesse contexto, a Figura 11 representa o modelo da Teoria das Portas.

Figura 11 - Teoria das portas



Fonte: Cabré (2019).

Na proposta teórica de Cabré (2019), o objeto de estudo da Terminologia pode ser acessado por qualquer uma das três portas. No entanto, independentemente da porta escolhida, a poliedricidade dos termos não pode ser negada, cada unidade terminológica é, ao mesmo tempo, cognitiva, linguística e comunicativa. É essa condição simultânea que permite compreender os termos como fenômenos naturais da língua em uso, integrados ao discurso especializado e às práticas sociocognitivas dos especialistas.

A seguir, analisam-se os princípios que estruturam a TCT, a saber, a poliedricidade, a variação e o seu caráter comunicativo.

5.1 Princípio sobre a poliedricidade do termo

O termo “poliedricidade” deriva de poliedro, figura geométrica composta por múltiplas faces. Na perspectiva de Cabré (2005), as unidades terminológicas apresentam igualmente essa natureza multifacetada, por serem simultaneamente constituídas pelas dimensões linguística, cognitiva e comunicativa. Essa compreensão fundamenta o princípio da poliedricidade do termo, segundo o qual:

de acordo com este princípio, as unidades terminológicas são inerentemente poliédricas, ou seja, unidades que integram ao mesmo tempo aspectos linguísticos, cognitivos e sociais, independentemente do fato de que uma pesquisa sobre os termos possa adotar uma posição integradora ou se limitar ao estudo de um único fenômeno dentro de uma única face do poliedro (Cabré, 2005, p.115, tradução nossa).

Com isso, evidencia-se que a compreensão plena de um termo exige considerar simultaneamente suas dimensões linguística, cognitiva e comunicativa. Dessa forma, os fundamentos teóricos relacionados ao princípio da poliedricidade estão sistematizados no Quadro 8.

Quadro 8 - Princípio da poliedricidade do termo

Deve explicar a natureza interdisciplinar das unidades terminológicas e considerar a diversidade de visões defendidas pelos diferentes especialistas envolvidos. Para tanto, concebe as unidades terminológicas como unidades poliédricas compostas pelas três faces disciplinares que as descrevem. Os termos podem, portanto, ser definidos segundo cada uma das três faces, o que explicaria a diversificação dos significados do termo dependendo do tipo de especialista ou especialidade que o define. No entanto, a natureza poliédrica do termo não termina aqui; cada face do poliedro é, por sua vez, projetada poliedricamente em virtude de diferentes perspectivas ou critérios funcionais. Essa pluralidade complexa é consequência da natureza multifuncional da terminologia como disciplina e da natureza poliédrica e multidimensional do termo como unidade.
O objeto de estudo dessa teoria são as unidades terminológicas propriamente ditas, unidades que fazem parte da linguagem natural e da gramática que descreve cada língua.
O caráter do termo se ativa em função de seu uso em um contexto e situação adequados. Essa ativação consiste em uma seleção dos módulos de traços apropriados, que incluem os traços morfossintáticos gerais da unidade e uma série de traços semânticos e pragmáticos específicos que descrevem seu caráter de termo de um determinado âmbito.

Os termos são unidades léxicas, ativadas singularmente por suas condições pragmáticas de adequação a um tipo de comunicação. Eles se compõem de forma ou denominação e significado ou conteúdo.
Os termos são unidades de forma e conteúdo, cujo conteúdo é simultâneo à forma. Um conteúdo pode ser expresso com maior ou menor rigor por outras denominações do sistema linguístico e constitui uma nova unidade linguística de conteúdo especializado relacionada semanticamente com a primeira, ou por outros sistemas simbólicos, e conforme uma unidade não linguística de conteúdo especializado. O conteúdo de um termo nunca é absoluto, mas relativo, de acordo com cada âmbito e situação de uso.
Os termos não pertencem a um âmbito, mas são usados em um âmbito com um valor singularmente específico.
Em todas elas [aplicações terminológicas], ativa-se a dupla função dos termos: a representação do conhecimento especializado e sua transferência.
As unidades terminológicas podem existir em diferentes níveis de especialização e serem descritas em distintos níveis de representação. Só assim os termos podem ser explicados em toda sua realidade comunicativa e representacional.
As unidades terminológicas, enquanto objeto da terminologia, são definidas, em decorrência do caráter interdisciplinar da matéria, como unidades multidimensionais, ao mesmo tempo linguísticas, cognitivas e comunicativas. A concentração desse conglomerado multidimensional em uma unidade determina seu caráter poliédrico.
Com base em uma teoria da linguagem que integre ao mesmo tempo as três dimensões da terminologia – linguística, cognitiva e comunicativa –, é possível compreender a complexidade e a multifacetada natureza das unidades terminológicas

Fonte: CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología**: representación y comunicación : Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2005.

Com base no Quadro 8, observa-se que as unidades terminológicas, enquanto objeto da Terminologia, possuem uma natureza interdisciplinar e multidimensional ou multifacetada. A TCT concebe tais unidades como poliédricas, formadas pelas três faces disciplinares que as descrevem: a linguística, a cognitiva e a comunicativa. Essa natureza explica a diversidade de interpretações e enfoques adotados por diferentes especialistas ao definir um mesmo termo.

Ao detalhar esse princípio, Cabré (2019) ressalta que as unidades terminológicas fazem parte da língua natural e da gramática de cada idioma. Elas são compostas por forma (ou denominação) e conteúdo (ou significado), relacionados entre si. Assim, o conteúdo de um termo não é absoluto, mas dependente do contexto de uso. Por essa razão, os termos não pertencem a um domínio, mas são usados em um domínio, assumindo nele um valor singular e específico.

Conforme a TCT, as unidades terminológicas não são a priori léxicas ou terminológicas. Seu caráter terminológico se ativa conforme as circunstâncias pragmáticas,

isto é, de acordo com quem fala, para quem se fala, sobre o que se fala e em que situação comunicativa ocorre o enunciado. Em qualquer aplicação terminológica, ativam-se as duas funções essenciais do termo: a representação do conhecimento especializado e a transferência desse conhecimento.

Quanto ao processo de ativação, Cabré (2019, p. 14) destaca o papel central da pragmática:

é a pragmática específica de cada situação de uso que abre um esquema de representação (esquemas situacionais) no que inclui os elementos pragmáticos próprios de cada caso que determinam a seleção de características semântico-sintáticas, projetadas em conjuntos de características que descrevem o sentido especializado que uma unidade adota e as características combinatórias com outras unidades do lexical, específico em uma determinada área.

Portanto, a ativação terminológica não depende somente da palavra em si, mas das condições comunicativas que a contextualizam. Ao ser empregada em um domínio especializado, a unidade se vincula à estrutura conceitual desse campo, adquire características morfossintáticas próprias e se articula com outras unidades do léxico especializado.

5.2 Princípio sobre a variação

O princípio da variação especializada traz consigo a ideia de movimento e transformação. Isso significa que os termos não se apresentam como unidades estáticas, mas se configuram dinamicamente conforme os usos, os contextos e as necessidades comunicativas de cada domínio. Cabré (2005) afirma que:

de modo geral, a teoria que propomos pretende dar conta dos termos como unidades singulares e ao mesmo tempo semelhantes a outras unidades de comunicação, dentro de um esquema global de representação da realidade, **admitindo a variação conceitual e denominativa**, e tendo em conta a dimensão textual e discursiva dos termos (Cabré, 2005, p.172, tradução nossa, grifo nosso).

Sendo assim, a variação não é entendida como um problema ou desvio, mas como um fenômeno natural da língua e inerente ao funcionamento das unidades terminológicas em situações reais de comunicação. Dessa forma, o princípio da variação fundamenta a compreensão de que os termos se adaptam às necessidades representacionais e discursivas dos diferentes contextos em que circulam.

Com base nesse princípio, os principais agrupamentos das declarações presentes na Teoria Comunicativa da Terminologia se encontram sintetizados no Quadro 9:

Quadro 9 - Princípio sobre a variação terminológica

A variação conceitual inerente a toda unidade de conhecimento, indissoluvelmente ligada a uma cultura específica (geral e científica) que determina uma visão de mundo.
A proposta também assume que a comunicação especializada não é uniforme, mas variada, pois variadas são as condições pragmáticas em que ocorre; como resultado dessa variação, a terminologia se torna dinâmica e diversa, tanto formalmente (a denominação) quanto conceitualmente (o conceito).
Esta proposta pretende abordar os termos como unidades singulares e, ao mesmo tempo, semelhantes a outras unidades de comunicação, dentro de um esquema global de representação da realidade, admitindo a variação conceitual e denominativa e considerando a dimensão textual e discursiva dos termos.
Deve admitir a sinonímia como um fenômeno real na comunicação especializada natural e fornecer critérios para estabelecer o valor distinto das unidades, caso isso ocorra. A TCT pressupõe que a sinonímia na comunicação especializada é um fato real, quantitativamente dependente do nível de especialização de um discurso. Quanto mais especializado é o texto, maior é sua sistematicidade e menor é seu grau de variação denominativa. A TCT também pressupõe que as unidades em relação de sinonímia podem ter um valor semelhante ou muito distinto, dependendo dos tipos de traços pragmáticos associados a cada variante.
Contemple a variação linguística em toda a sua dimensionalidade, assuma a condição de adequação dos termos e integre os aspectos psicolinguísticos implicados (compartilhados com a perspectiva cognitiva) e os elementos sociolinguísticos relacionados (compartilhados com a perspectiva social).
Um termo pode ter variantes denominativas em relação de sinonímia; essas variantes podem ter os mesmos valores pragmáticos ou valores diferentes.
Esta proposta integra, teórica e metodologicamente, a variação linguística, tanto formal quanto conceitual, e assume que os termos estão associados a características gramaticais (em todos os níveis de representação) e pragmáticas. Inclui-se a variação por critérios dialetais e funcionais distintos: geográficos, históricos, sociais, temáticos, de nível de formalidade, de grau de especialização etc.
A variação denominativa aceita na TCT, como resultado da observação dos dados na realidade, é explicada pela necessidade de adequar a expressão às características discursivas de cada tipo de situação comunicativa: âmbito, tema, perspectiva de abordagem do tema, tipo de texto, emissor, destinatário e situação.
Paralelamente à conceitualização, a denominação dos conceitos pode variar dentro da mesma língua ou pode refletir prioridades distintas em diferentes línguas ou grupos. Como consequência do condicionamento dos termos a uma língua ou grupo específicos, os conceitos estão (ou podem estar) influenciados pela época, cultura ou características científicas do grupo ao qual os especialistas pertencem. Além disso, um conceito pode ser reutilizado em outros campos do saber ou até mesmo para o conhecimento geral.
Em síntese, a metodologia de trabalho de uma teoria de base comunicativa deve pressupor que a realidade dos dados comporta variação em toda a sua dimensionalidade e, por isso, deve registrá-la e representá-la associada aos termos.

A variação denominativa de um conceito, ou a sinonímia, passa a ter um caráter habitual nos trabalhos descritivos. Entre os sinônimos, pode haver identidade de valores pragmáticos ou valores distintos, caso em que uma das variantes geralmente adota um valor preferencial.

Em nossa opinião, para abordar essa complexidade, precisamos de uma macroteoria linguística composta por três teorias: uma teoria da gramática que inclua a variação dialetal, funcional – e, portanto, aceite a variação conceitual – e denominativa.

Fonte: CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología**: representación y comunicación: Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2005.

No Quadro 9, percebe-se a variação tanto conceitual quanto denominativa, que constitui um fenômeno inerente ao discurso especializado. A variação conceitual está indissolivelmente ligada à unidade de conhecimento, à cultura geral, à cultura científica e à visão de mundo dos grupos sociais envolvidos, o que implica admitir que um conceito pode sofrer ajustes conforme as práticas científicas, sociais ou históricas que o moldam.

Segundo Cabré, um conceito é “um elemento do pensamento, um constructo mental que representa um objeto individual [...] e consta de uma série de características que são comuns a uma classe de objetos individuais” (Cabré, 1993, p. 74 *apud* Kobashi; Francelin, 2011, p. 6).

Dessa forma, os especialistas constroem uma representação mental de determinado objeto da realidade, a qual é expressa por meio da linguagem verbal. A esse respeito, Cabré (2005, p. 499, tradução nossa) afirma que, por meio da língua, é possível expressar sentimentos e crenças, transmitir desejos e comandos, conhecer os pensamentos daqueles que nos rodeiam e se referir a nós mesmos, aos outros e à realidade concreta e abstrata que nos cerca.

Na TCT, a comunicação especializada não é uniforme; ao contrário, ela está em constante movimento em função das condições pragmáticas. Por essa razão, a terminologia é dinâmica e diversa, tanto em sua dimensão formal (a denominação) quanto em sua dimensão conceitual (o conceito).

Além disso, os termos são concebidos como unidades singulares que participam de um esquema global de representação. Isso implica reconhecer a existência de variação conceitual e denominativa, sempre condicionada pela dimensão textual e discursiva do termo.

Diferentemente das abordagens normativas, que buscam eliminar a sinonímia, a TCT considera a sinonímia um fenômeno real da comunicação especializada. Assim, quanto maior for o nível de especialização do discurso, mais sistemático ele tende a ser e menor sua variação denominativa. Da mesma forma, a TCT admite que variantes sinonímicas podem apresentar

valores pragmáticos semelhantes ou distintos, dependendo das características de uso associadas a cada forma.

Cabré (2005) também destaca que a variação deve ser compreendida em toda a sua dimensionalidade, tendo em vista os fatores sociolinguísticos, psicolinguísticos e pragmáticos que influenciam diretamente o uso das unidades terminológicas. Isso significa que a variação conceitual e denominativa está sempre relacionada ao contexto comunicativo.

Segundo Cabré (2005), tanto a conceitualização quanto a denominação dos termos podem variar dentro de um mesmo domínio. Isso significa que um mesmo conceito pode ser nomeado de diferentes maneiras e, inversamente, uma mesma denominação pode remeter a diferentes conceitos. Essa variação decorre das práticas discursivas e das prioridades culturais, científicas e históricas dos grupos de especialistas que produzem e usam esses termos.

Assim, embora a TCT reconheça a existência de sinonímias, Cabré (2005) ressalta que, na prática comunicativa dos especialistas, uma das variantes tende a assumir um valor preferencial. Em outras palavras, a escolha dessa forma não é normativa, mas resulta da frequência de uso e da adequação pragmática dentro de cada comunidade especializada.

Por fim, a autora destaca que, embora todos os falantes disponham de uma gramática natural, os usos linguísticos são condicionados tanto pelas características de cada indivíduo (dialetos) quanto pelas características da situação comunicativa (registros funcionais). É por essa razão que a variação, em todas as suas dimensões, deve ser compreendida como um fenômeno natural, constitutivo da linguagem e inerente ao funcionamento das unidades terminológicas.

Quanto à variação dialetal, Cabré (2005) explica que ela se manifesta em diferentes planos: as variantes topoletais, relacionadas ao espaço geográfico; as cronoletais, determinadas pelo período histórico; as socioletais, vinculadas aos grupos sociais; e as tecnoletais, próprias das áreas técnico-profissionais. Além dessas, a autora inclui ainda as gírias, compreendidas como expressões informais empregadas por grupos ou comunidades específicas no uso cotidiano da língua especializada.

Com relação à variação funcional, Cabré (2005) defende que ela está dividida em dois eixos, a saber:

- um eixo horizontal, centrado na temática [pertencer a uma disciplina ou a um âmbito temático] e na perspectiva segundo a qual o tema é abordado; e

- um eixo vertical, determinado pelos destinatários da comunicação e pelo nível de especialização dos conteúdos.

Sobre o eixo horizontal, Cabré (2005) explica que ele se fundamenta no tema e no ponto de vista comunicativo-linguístico, originando aplicações terminológicas como glossários e dicionários especializados. Já o eixo vertical evidencia que os discursos não são homogêneos. Assim, a terminologia participa da tipologia discursiva, variando segundo os níveis de especialização.

O Quadro 10 apresenta as situações comunicativas que influenciam a variação funcional vertical.

Quadro 10 - Variação funcional vertical

Nível de especialização	Destinatário	Graus de variação
Tipo de discurso	Receptor	Quantidade de terminologia
Discurso especializado altamente ou medianamente especializado;	Especialista – Especialista;	Grau mínimo;
Discurso didático, ou de aprendizagem de uma especialidade;	Especialista - aprendizes da matéria;	Grau intermediário;
Discurso de divulgação científica;	Especialista - ao grande público;	Grau máximo;

Fonte: CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología**: representación y comunicación: Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2005.

No Quadro 10, observa-se que a variação tanto denominativa quanto conceitual está diretamente relacionada ao produtor (o especialista) e ao seu público-alvo. Assim, quanto mais especializado é o discurso, menor tende a ser sua variação. Em contrapartida, quanto menos especializado, maior costuma ser sua variação. Cabré (2005) ressalta que a consolidação de um campo de conhecimento tende a reduzir as variações.

5.3 Princípio sobre o caráter comunicativo da terminologia

A Teoria Comunicativa da Terminologia adota uma perspectiva essencialmente comunicativa, na qual o termo é entendido como uma unidade que só adquire valor

especializado quando inserido em situações concretas de comunicação. Nesse sentido, Cabré (2005) formula o princípio segundo o qual:

toda unidade terminológica busca, de forma imediata ou remota, um objetivo comunicativo. Se esse objetivo é imediato, ele se manifesta na forma de comunicação direta (a comunicação entre especialistas, o discurso didático ou o de divulgação científica realizado por especialistas etc.) ou indireta (a comunicação por meio de um processo mediado, como tradução, interpretação ou jornalismo especializado) (Cabré, 2005, p.116, tradução nossa).

Isso significa que toda unidade comunicativa busca um objetivo. Ele é usado por um produtor que deseja dizer algo a alguém, em uma situação concreta, com determinada finalidade de explicar, ensinar, normatizar, convencer, informar, traduzir, entre outras. Desse modo, o termo não se reduz a uma etiqueta denominativo-conceitual, ele integra efetivamente o ato comunicativo, seja de forma direta ou indireta.

Com base no princípio sobre o caráter comunicativo da terminologia, o Quadro 11 apresenta as declarações que estruturam o caráter comunicativo das unidades terminológicas na TCT.

Quadro 11 - Princípio sobre o caráter comunicativo da terminologia

Ocorrem em discursos especializados.
Formalmente, adaptam-se a este tipo de discurso conforme às características temáticas e funcionais.
Dividem o discurso especializado com unidades pertencentes a outros sistemas icônicos ou simbólicos.
São adquiridas por meio de um processo de aprendizagem e, dessa maneira, são manipuladas por especialistas de seus campos.
São basicamente denotativas (o que não exclui conotações).

Fonte: CABRÉ, Maria Teresa. La Teoría Comunicativa de la Terminología, una aproximación lingüística a los términos. *Revue française de linguistique appliquée*, v. 14, n. 2, p. 9-15, 2009. DOI: 10.3917/rfla.142.0009.

Com base nessas declarações, observa-se que os termos só se ativam plenamente no discurso especializado, pois neles se ajustam às condições temáticas, funcionais e pragmáticas da comunicação real. Além disso, integram um ecossistema comunicativo mais amplo, no qual convivem com outros sistemas simbólicos da linguagem comum.

Tal como explica Cabré (2005), é nas situações comunicativas que ocorrem tanto os processos de aprendizagem terminológica quanto os de manipulação dos termos pelos especialistas, envolvendo fenômenos como:

- banalização: quando termos especializados são incorporados ao uso comum;
- terminologização: quando palavras do léxico geral adquirem sentido especializado;
- pluriterminologização: quando termos especializados migram de um domínio para outro.

Sendo unidades da linguagem natural, os termos estão em permanente movimento, circulam por diferentes graus de formalidade e se ajustam às necessidades discursivas dos especialistas.

Depois de todo o percurso analisado, é natural acreditar que ainda há algo a acrescentar, e de fato há. A TCT nasce justamente da necessidade de responder aos desafios de uma sociedade marcada por transformações constantes, hoje atravessada pelas tecnologias digitais, pelas redes sociais e pelo auge da inteligência artificial. Esses contextos colocam em evidência a insuficiência dos modelos terminológicos de orientação estritamente normativa, como a TGT, e demandam uma teoria capaz de acolher a complexidade do discurso especializado contemporâneo.

Assim, a TCT se consolida como uma teoria integrada, de base linguística e sociocomunicativa, que oferece um arcabouço amplo e flexível para compreender as unidades terminológicas como fenômenos simultaneamente linguísticos, cognitivos e comunicativos. A autora articula fundamentos das Ciências da Linguagem, das Ciências Cognitivas e das Ciências Sociais para desenvolver o princípio da poliedricidade dos termos.

A Terminologia é, portanto, entendida como um campo interdisciplinar, mas autônomo, que envolve uma vertente teórica e uma vertente aplicada e produz diferentes tipos de produtos terminológicos. O objeto de estudo, as unidades terminológicas, é concebido como multidimensional e pode ser acessado por meio das “três portas” propostas por Cabré: a linguística, a cognitiva e a comunicativa.

Essas portas representam as múltiplas formas de aproximação ao termo, sem perder de vista sua natureza integrada, uma vez que é na situação comunicativa que essas unidades desempenham suas duas funções: representar o conhecimento especializado e proporcionar a sua transferência.

O trabalho de Cabré foi construído ao longo de anos, apresentado em conferências e publicações entre 1992 e 1999, consolidando-se, posteriormente, com as contribuições da chamada Escola de Barcelona, o grupo de pesquisa IULATERM, como um paradigma predominante na área.

Nesse percurso, abre-se um diálogo com a Ciência da Informação, sobretudo quando se observa a Meta 16.10 da Agenda 2030 assegurar o acesso público à informação, o que permite compreender como os bibliotecários concebem e denominam os termos “assegurar” e “acesso público” à informação no contexto real de uso, analisado aqui conforme a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo.

Nessa perspectiva metodológica, a Teoria Comunicativa da Terminologia, proposta por Maria Teresa Cabré, ofereceu o embasamento teórico necessário para a abordagem do problema de pesquisa, ao fornecer pressupostos que reconhecem a poliedricidade dos termos e sua constituição no uso real. Esses pressupostos possibilitaram a análise das unidades terminológicas empregadas pelos bibliotecários das universidades públicas da Paraíba, identificadas por meio dos operadores metodológicos da Técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, de Lefevre e Lefevre (2012): Expressões-Chave (ECH), Ideia Central (IC) e Ancoragem (AC).

A compreensão dos bibliotecários foi operacionalizada por meio do DSC, metodologia que permitiu aos participantes expressarem suas opiniões livremente, preservando o anonimato e viabilizando a construção de um discurso coletivo. Essa abordagem favoreceu a observação do uso real das unidades terminológicas em seu ambiente natural (*in vivo*), conforme propõe Cabré (2005), possibilitando apreender não apenas os termos empregados, mas também os valores comunicativos que assumem no discurso profissional.

Além disso, o DSC busca contemplar o maior espectro possível de opiniões existentes em um grupo social, característica que dialoga diretamente com os pressupostos da TCT. Assim como o DSC, a TCT reconhece a variação denominativa e conceitual como um fenômeno inerente ao discurso especializado, e não como falha ou ruído da linguagem. Em ambos os aportes teórico-metodológicos, a diversidade de formas de dizer e compreender constitui um dado fundamental para a verificação da hipótese da pesquisa.

Desse modo, o ponto de convergência entre a TCT e o DSC se encontra no discurso e no sujeito. Enquanto a TCT oferece o arcabouço teórico para analisar o funcionamento das unidades terminológicas no uso real, o DSC disponibiliza o método que permite acessar e expressar a compreensão desses termos em seu contexto de produção. Na presente pesquisa, essa articulação se materializa nos depoimentos dos bibliotecários, coletados e transformados em discursos coletivos que representam as compreensões partilhadas nas Universidades Públicas da Paraíba.

Assegurar o acesso público à informação se configura, portanto, como uma questão social e humana central, tanto em âmbito local quanto global. Nesse sentido, o estudo se alinha às reflexões de Wersig e Neveling (1975), que situam a responsabilidade social como eixo estruturante da Ciência da Informação, campo que dispõe de pressupostos teóricos e metodológicos voltados à análise dos problemas sociais que se manifestam em suas diferentes subáreas.

Em consonância com esses fundamentos teórico-metodológicos, apresenta-se, a seguir, a trajetória metodológica da pesquisa, explicitando os procedimentos, instrumentos e etapas que permitiram operacionalizar a articulação entre a Teoria Comunicativa da Terminologia e a Técnica do Discurso do Sujeito Coletivo.

6 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Entende-se que a trajetória de uma pesquisa científica constitui uma pragmática complexa, na medida em que precisa manter coerência com todas as seções do trabalho. Como afirma Köche (2007, p. 122), “o planejamento de uma pesquisa depende tanto do problema a ser estudado, da sua natureza e situação espaço-temporal em que se encontra, quanto da natureza e nível de conhecimento do pesquisador”.

Além disso, também se faz necessário conhecer os tipos de pesquisa quanto à natureza (básica ou aplicada), às abordagens (quantitativa, qualitativa ou qualiquantitativa), aos objetivos (exploratória, descritiva e explicativa) e aos procedimentos técnicos, tais como pesquisa documental, levantamento, estudo de caso, pesquisa de campo, entre outros (Gil, 2002).

Conforme destacam Marconi e Lakatos (2021, p. 19), os critérios de classificação “variam conforme o enfoque dado pelo autor. A divisão obedece a interesses, condições, campos, metodologia, situações, objetivos, objetos de estudo etc.”. Desse modo, este estudo se caracteriza como uma pesquisa aplicada, de abordagem qualiquantitativa, com objetivos descritivos e explicativos.

A pesquisa é aplicada porque, segundo Bufrem e Alves (2020, p.55), “quando seus resultados servirão para uma aplicação imediata ou ter um interesse prático”. Em vista disso, a compreensão dos bibliotecários das bibliotecas universitárias públicas da Paraíba sobre o termo “assegurar” e o sintagma “acesso público à informação” e as suas ações citadas no cumprimento dessa meta possui aplicação direta nas bibliotecas em que atuam, contribuindo para a oferta de serviços de informação mais qualificados aos usuários.

Quanto à abordagem qualiquantitativa, ela se justifica pelo uso da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo de Lefevre e Lefevre (2012), explicando que o DSC possui simultaneamente uma dimensão qualitativa e uma quantitativa. A dimensão qualitativa se refere à coleta de depoimentos individuais obtidos por meio de perguntas abertas, permitindo a cada participante expressar livremente o seu entendimento. Assim, neste estudo, as perguntas “O que você compreende por assegurar?” e “O que você compreende por acesso público à informação?” possibilitaram captar a compreensão individual dos bibliotecários, expressa em seus próprios termos. Com base nessas respostas, foi possível identificar Expressões-Chave e agrupá-las em Ideias Centrais, que sintetizam as convergências e

divergências entre os termos usados por eles e a construção do Discurso do Sujeito Coletivo redigido na primeira pessoa do singular de cada agrupamento terminológico.

A dimensão qualitativa, portanto, possibilita “saber, com segurança, riqueza de detalhes, rigor e confiabilidade, o que pensam as coletividades sobre todo o tipo de problemas que lhes afetam” (Lefevre; Lefevre, 2012, p. 13).

A dimensão quantitativa se “refere ao número ou percentual de indivíduos que contribuíram com suas expressões-chave relativo às Ideias Centrais ou Ancoragens semelhantes ou complementares, para a confecção de um dado Discurso do Sujeito Coletivo” (Lefevre; Lefevre, 2012, p.82). Nessa direção, a dimensão quantitativa será operacionalizada na análise dos dados por meio de quadros e gráficos, os quais possibilitarão visualizar o uso e a distribuição das unidades terminológicas empregadas pelos bibliotecários em relação à Meta 16.10.

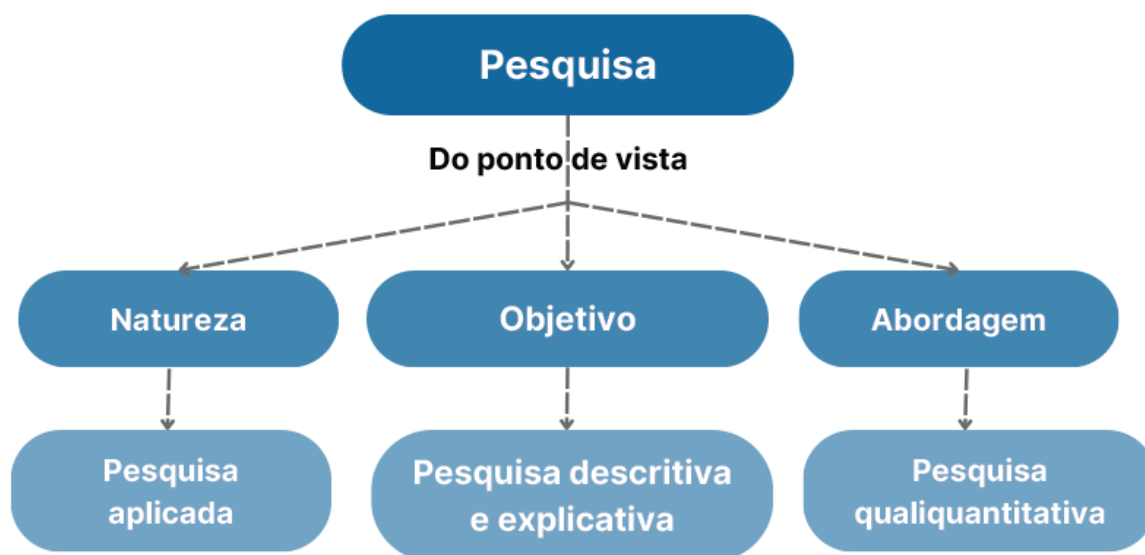
No que diz respeito aos objetivos da pesquisa, bem como ao seu caráter descritivo e explicativo, Richardson (2017, p. 6) esclarece:

descritiva: esse tipo de pesquisa procura descrever sistematicamente uma situação, problema, fenômeno ou programa para revelar da estrutura o comportamento de um fenômeno [...]. Explicativa: tenta esclarecer por que e como se produz uma relação entre dois aspectos de uma situação ou fenômeno. Portanto, o seu objetivo é explicar por que acontecem determinados fatos, analisando as relações causais existentes ou as condições que as produzem. É o tipo de investigação que aprofunda mais nosso conhecimento da realidade.

Com base nas definições apresentadas por Richardson (2017), a pesquisa assume um caráter simultaneamente descritivo e explicativo, uma vez que busca, de um lado, descrever por meio da interpretação o uso das unidades terminológicas no discurso dos bibliotecários e, de outro, explicar os sentidos e valores comunicativos atribuídos a esses termos no contexto profissional em que são mobilizados.

O delineamento completo da pesquisa é apresentado na Figura 12:

Figura 12 - Tipo de pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

6.1 Instituições participantes da pesquisa

De acordo com o Sistema e-MEC, a Paraíba possui três Instituições de Ensino Superior Públicas Federais: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB); a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com sede em João Pessoa/PB; e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), além de uma instituição na categoria administrativa pública estadual, a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), igualmente sediada em Campina Grande/PB.

As Instituições de Ensino Superior privadas cadastradas no Sistema e-MEC somam 41 no Estado da Paraíba. Entretanto, ao adotar o critério de seleção Instituições Públicas × Instituições Privadas, este estudo contemplou exclusivamente as Instituições de Ensino Superior públicas, uma vez que é nesse grupo que se concentra o maior número de bibliotecas (63 unidades) e, conseqüentemente, o maior contingente de bibliotecários em atuação. Dessa forma, o Quadro 12 apresenta as instituições públicas selecionadas e a respectiva quantidade de bibliotecas existentes em cada uma.

Quadro 12 - Instituição de Ensino Superior Público

UFPB ¹¹	IF/PB ¹²	UEPB ¹³	UFGC ¹⁴
SISTEMOTECA	BIBLIOTECAS	SIB	SISTEMOTECA
Biblioteca Central		Biblioteca Central	Biblioteca Central
Biblioteca Centro de Ciências Exatas e da Natureza	Biblioteca Cabedelo	Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida	Biblioteca Setorial do Hospital Alcides Carneiro
Biblioteca Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	Biblioteca Cabedelo Centro	Biblioteca do Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Biblioteca Setorial Tereza Brasileiro Silva
Biblioteca Centro de Ciências Jurídicas	Biblioteca Cajazeiras	Biblioteca do Centro de Educação	Biblioteca Sumé
Biblioteca Centro de Ciências Jurídicas: Santa Rita	Biblioteca Campina Grande	Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas	Biblioteca Cuité
Biblioteca Centro de Ciências Médicas	Biblioteca Catolé do Rocha	Biblioteca do Polo de Educação à Distância	Biblioteca Patos
Biblioteca Centro Ciências da Saúde	Biblioteca Guarabira	Biblioteca Lagoa Seca	Biblioteca Pombal
Biblioteca Centro Profissional e Tecnológico: Escola Técnica de Saúde	Biblioteca Itabaiana	Biblioteca Guarabira	Biblioteca Souza
Biblioteca Centro de Ciências Sociais e Aplicadas	Biblioteca Itaporanga	Biblioteca Catolé do Rocha	Biblioteca Cajazeiras
Centro de Comunicação, Turismo e Artes	Biblioteca Joao Pessoa	Biblioteca João Pessoa	
Biblioteca Centro de Educação	Biblioteca Mangabeira	Biblioteca Monteiro	
Biblioteca Centro de Informática	Biblioteca Monteiro	Biblioteca Patos	
Biblioteca Centro de Tecnologia	Biblioteca Patos	Biblioteca Araruna	
Biblioteca Centro de Tecnologia e	Biblioteca Picuí		

¹¹ Disponível em: http://plone.ufpb.br/biblioteca/contents/menu/acesso-a-informacao/acesso-a-informacao/copy_of_sistemoteca

¹² Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/institucional/enderecos>

¹³ Disponível em: <https://biblioteca.uepb.edu.br/horarios-das-bibliotecas/>

¹⁴ Disponível em: <https://biblioteca.ufcg.edu.br/2015-09-21-20-47-07/uncategorised/biblioteca-central>

Desenvolvimento Regional			
Biblioteca Núcleo de Documento e Informação Histórica Regional	Biblioteca Princesa Isabel		
Biblioteca Hospital Universitário	Biblioteca Santa Luzia		
Biblioteca Direitos Humanos	Biblioteca Santa Rita		
Biblioteca Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular	Biblioteca Souza		
Biblioteca Museu Casa de Cultura Hermano José			
Biblioteca Areia			
Biblioteca1: Bananeiras			
Biblioteca2: Bananeiras			
Biblioteca: Rio Tinto			
Biblioteca: Mamanguape			
Total Geral: 24	17	13	09

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Legenda: Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba (SISTEMOTECA)

Sistema de Bibliotecas da UFCG (SISTEMOTECA)

Sistema Integrado de Bibliotecas da UEPB (SIB)

Conforme exposto, a UFPB possui 24 bibliotecas, seguida pelo IFPB com 17 unidades, pela UEPB com 13 unidades e, por fim, pela UFCG, com 9 unidades, totalizando 63 bibliotecas universitárias públicas no Estado da Paraíba. Esse quantitativo evidencia que as Instituições de Ensino Superior Públicas concentram, proporcionalmente, o maior contingente de bibliotecários em atuação, configurando, portanto, o mais adequado aos objetivos da pesquisa.

6.2 Sujeitos da pesquisa: população e amostra

Os bibliotecários foram escolhidos como sujeitos da pesquisa, porque nossa profissão tem como característica principal “a prestação de serviços de informação à sociedade e a

garantia de acesso indiscriminado aos mesmos, livre de quaisquer embargos” (CFB, 2018, p. 1). Nesse sentido, torna-se fundamental compreender o nosso objeto de trabalho e a importância das nossas ações no exercício de nossas atividades profissionais para assegurar o acesso público à informação, sendo assim condição fundamental para o exercício ético e socialmente responsável da Biblioteconomia, bem como para o cumprimento da Meta 16.10.

Nas 63 bibliotecas das Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado da Paraíba, atuam 159 servidores públicos bibliotecários, distribuídos entre as quatro instituições que compõem o Sistema Público de Ensino Superior do Estado, conforme apresentado no Quadro 13. Esse conjunto de profissionais constitui a população da presente pesquisa.

Quadro 13 - População da pesquisa: servidores públicos bibliotecários das instituições de ensino superior públicas da Paraíba

Instituições do Ensino Superior	Total de Bibliotecários (Valor Relativo)	Total de Bibliotecários (Valor Absoluto)	Fonte dos dados
UFPB	79	49,7%	Fala.BR protocolo 23546.091181/2025-70
IF/PB	30	18,9%	Fala.BR protocolo 23546.085755/2025-71
UEPB	32	20,1%	SIB/UEPB ¹⁵
UFCG	18	11,3%	SISTEMOTECA ¹⁶
Total Geral:	159	100%	

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Observa-se que a UFPB concentra o maior número de servidores públicos bibliotecários do estado, com 79 profissionais (49,7%). Em sequência, o IFPB reúne 30 bibliotecários (18,9%), a UEPB conta com 32 profissionais (20,1%) e a UFCG possui 18 bibliotecários (11,3%).

Nesse cenário, a amostra desta pesquisa foi constituída pelos bibliotecários que estavam em efetiva atividade nas bibliotecas durante o período de coleta de dados. Essa decisão metodológica está diretamente associada ao objetivo geral da pesquisa, especialmente no que se refere a mapear as ações relacionadas ao cumprimento da meta 16.10 da Agenda 2030. Considerando a relevância social do estudo, tornou-se fundamental incluir apenas profissionais em exercício, capazes de relatar ações que podem ser

¹⁵ Correspondência: bc@setor.uepb.edu.br

¹⁶ Correspondência: bibliotecacentral@setor.ufcg.edu.br

implementadas para assegurar o acesso público à informação, bem como refletir sobre suas práticas informacionais. O Quadro 14 apresenta a população da pesquisa, discriminando o total de bibliotecários por instituição, além daqueles afastados, cedidos ou em exercício em outros setores.

Quadro 14 - População da pesquisa

Instituições do Ensino Superior	Total de Bibliotecários	Afastados ou Cedidos	Bibliotecários ativos nas bibliotecas	Fonte dos dados
UFPB	79		79	Fala.BR protocolo 23546.091181/2025-70
IF/PB	30	7	23	Fala.BR protocolo 23546.085755/2025-71
UEPB	32	6	26	SIB/UEPB ¹⁷
UFCG	18		18	SISTEMOTECA ¹⁸
Total Geral:	159	13	146	

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Como se observa, a UFPB e a UFCG mantiveram constante o número de bibliotecários em atividade, não apresentando afastamentos ou cessões. Em contrapartida, no IFPB e na UEPB, foram identificadas alterações no quadro funcional decorrentes de servidores afastados, cedidos ou disponibilizados para outros órgãos da administração pública.

Assim, a amostra da pesquisa é composta por 146 bibliotecários, distribuídos entre as quatro Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado da Paraíba. Esse contingente revela a presença significativa de profissionais atuando nas bibliotecas públicas do ensino superior, constituindo um cenário diversificado e representativo para a investigação proposta.

6.2.1 Delimitação qualitativa da amostra da pesquisa

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 403), no enfoque qualitativo, a amostra “é um grupo de pessoas, eventos, acontecimentos, comunidades, etc., sobre o qual deveremos coletar os dados, sem que necessariamente seja representativo do universo ou população que estudamos”. Assim, o propósito da amostragem qualitativa não é a representatividade estatística, mas a pertinência dos participantes para responder aos objetivos da investigação.

¹⁷ Correspondência: bc@setor.uepb.edu.br

¹⁸ Correspondência: bibliotecacentral@setor.ufcg.edu.br

Nessa circunstância, Lefevre e Lefevre (2012, p. 41) ressaltam que frequentemente surge a dúvida sobre o tamanho ideal da amostra em pesquisas que empregam o Discurso do Sujeito Coletivo: “Que quantidade de sujeitos é necessário numa pesquisa de opinião que utiliza o Discurso do Sujeito Coletivo? Essa é uma pergunta muito frequente e que nem sempre é fácil de responder”.

No campo da pesquisa qualitativa, Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 403) esclarecem que, em estudos qualitativos, “o tamanho da amostra não é importante do ponto de vista probabilístico, porque o interesse do pesquisador não é generalizar os resultados do estudo para uma população mais ampla. O que se busca na indagação é profundidade”.

O critério adequado para determinar a quantidade de participantes é “o número de casos que nos ajudam a responder às perguntas de pesquisa, que mais adiante será denominado ‘saturação de categorias’”¹⁹ (Sampieri, Collado; Lucio, 2013, p.404). Portanto, “a amostra final somente será conhecida quando as unidades que vão sendo adicionadas não fornecem informação ou dados novos (‘saturação de categorias’), mesmo quando inserimos casos extremos” (Sampieri; Collado; Lucio, 2013, p. 404).

Com base nesses autores, a amostra desta pesquisa não foi previamente fixada, mas definida progressivamente, à medida que as respostas deixaram de acrescentar novos elementos conceituais para os termos “assegurar” e o sintagma “acesso público à informação”. Portanto, a amostra resultou diretamente do ponto de saturação teórica, conforme demonstrado nos Quadros 15 e 16.

Para verificar o ponto de saturação teórica dos termos “assegurar” e do sintagma “acesso público à informação”, adotou-se um procedimento sistemático baseado na técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. As etapas desenvolvidas foram as seguintes:

- Ler algumas vezes o conjunto das respostas de cada participante: Realizou-se a leitura integral das respostas para identificar Ideias Centrais que expressassem a compreensão dos participantes sobre o objeto de estudo.
- Selecionar (a/as) Ideias Centrais/Ancoragens de cada resposta: Em cada resposta, foram extraídas as Ideias Centrais ou, quando aplicável, múltiplas Ideias Centrais / Ancoragens, uma vez que alguns bibliotecários utilizaram mais de um termo para

¹⁹ Na literatura científica, encontra-se também o termo “saturação teórica”, empregado por Glaser e Strauss (1967). Nesta tese, usaremos o termo “saturação teórica”, por ser mais recorrente na literatura científica.

definir “assegurar” e “acesso público à informação”. Essa multiplicidade foi registrada nos quadros por meio da barra (/).

- Registro das Ideias Centrais nos Quadros 15 e 16: As ideias centrais identificadas foram sistematicamente registradas nos quadros, na ordem de chegada das respostas. Esse procedimento permitiu observar repetições e introduções de novos elementos conceituais.
- Determinação do ponto de saturação teórica: A saturação foi reconhecida quando as respostas passaram a repetir os mesmos termos e sentidos, sem acrescentar conteúdos novos, mesmo após a inclusão de casos adicionais, conforme orientam Sampieri, Collado e Lucio (2013). Os Quadros 15 e 16 apresentam as respostas dos bibliotecários, em que é possível verificar o ponto de saturação teórica do objeto de estudo.

Quadro 15 - Ponto de saturação teórica: Assegurar

B1 - Garantir	B26 - Fornecer
B2 - Seguro	B27 - Garantir
B3 - Dar	B28 - Garantia
B4 - Garantir	B29 - Seguro/Garantir
B5 - Garantir	B30 - Garantir/ Direito
B6 - Garantir	B31 - Garantir/Confirmar
B7 - Garantir	B32 - Garantir
B8 - Promover/Dar	B33 - Segurança
B9 - Direito	B34 - Garantir
B10 - Confirmar	B35 - Garantir
B11 - Tornar	B36 - Manter
B12 – Garantir/Cumprir	B37 - Afirmar
B13 - Liberdades fundamentais	B38 - Garantir
B14 - Garantir	B39- Garantir
B15 - Permitir/Garantir	B40- Direito
B16 - Garantir	B41- Garantir
B17 - Garantia	B42- Garantir
B18 - Garantir	B43- Garantir
B19 - Garantir	B44- Garantir
B20 - Garantia	B45- Garantir
B21 - Garantir	B46- Garantir/Confirmar
B22 - Garantir /Tornar	B47- Garantir
B23 - Garantir/Proporcionar	B48- Seguro
B24 - Garantir / Deixar	B49- Garantir
B25 - Acesso público	B50 - Direito

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Legenda: A letra B refere-se às falas dos bibliotecários participantes da pesquisa.

Conforme apresentado no Quadro 15, a partir do Bibliotecário 37, as respostas deixam de acrescentar novos significados ao termo “assegurar”, repetindo ideias já registradas. Desse modo, considera-se que o ponto de saturação teórica foi atingido no B37.

No Quadro 16, apresentamos os trechos selecionados das falas dos bibliotecários referentes ao sintagma acesso público à informação. A seleção teve como propósito identificar o ponto de saturação teórica dos depoimentos, isto é, o momento em que não surgem novas Ideias Centrais para a compreensão do objeto de estudo.

Quadro 16 - Ponto de saturação teórica: acesso público à informação

B1 – Informação governamental	B26 Tornar disponível
B2 – Informação pública	B 27 Informação pública
B3 – Sem censura	B28 Informação pública
B4 – Informação pública	B29 Informação pública
B5 – Transparência de dados /informação	B30 Gratuita
B6 – Livre e facilitado	B31 Informação pública
B7 – Sem custo financeiro	B32 De maneira indistinta
B8 – Sem restrição	B33 Dar acesso
B9 – Informação pública	B34 Informação pública
B10 – Acessível	B35 Gratuita / Acessível
B11 – Livre e irrestrito	B36 Acessível
B12 – Facilmente encontráveis	B37 Informação pública
B13 – De qualidade	B38 Livre
B14 – Direito do cidadão	B39 Informação pública
B15 – Qualquer pessoa ter acesso	B40 Não contribui
B16 – Qualquer sujeito ter acesso	B41 Informação pública
B17– Informação pública	B42 Qualquer tipo de informação
B18 – Informação pública	B43 Direito do cidadão
B19 – Para todos / sem restrição	B44 Acesso à informação
B20 – Informação pública	B45 Informação pública
B21 – Informação pública	B46 Alcance de todos
B22 – Liberdade de informação	B47 Tornar livre
B23 – Ter acesso	B48 Informação pública
B24 – Sem barreira	B49 Informações do governo
B25 – Sem restrição	B50 Direito brasileiro

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Legenda: A letra B se refere às falas dos bibliotecários participantes da pesquisa.

No Quadro 16, observa-se que, a partir do participante B31, não ocorrem novos enunciados nas respostas relativas ao sintagma acesso público à informação. Embora os

trechos apresentem variações na forma de expressão, todos compartilham ao menos um elemento comum com outros depoimentos, evidenciando a saturação dos enunciados.

Embora a expressão informação pública não apareça literalmente em algumas respostas, ela foi identificada como Ideia Central, pois os sentidos mobilizados pelos participantes convergem para esse núcleo conceitual. Essa identificação será detalhada na etapa subsequente de análise dos dados no Quadro 30.

Nesse contexto, Lefevre e Lefevre (2012, p. 44, grifo nosso) esclarecem que, quanto ao número de participantes em pesquisas que utilizam o DSC, o aspecto essencial não é a quantidade em si, mas “as chances de se recuperar o espectro de opiniões possíveis”. Esse princípio dialoga diretamente com o critério de saturação de categorias, conforme discutido por Sampieri, Collado e Lucio (2013).

Assim, a amostra final da pesquisa foi composta por 50 bibliotecários, distribuídos entre as quatro Universidades Públicas da Paraíba. Esse quantitativo possibilitou um aprofundamento do objeto de estudo, bem como a identificação de diferentes compreensões sobre assegurar e acesso público à informação. No Quadro 17, sistematiza-se o comparativo entre a população ativa de bibliotecários, a amostra final e o percentual de representatividade da amostra em relação à população de cada instituição.

Quadro 17 - Representatividade do tamanho da amostra em relação ao total de participantes

Instituição de Ensino Superior Público	Amostra da pesquisa	Total de participantes	Percentual da População Representada
IF/PB	23	11	47,8%
UFCG	18	9	50 %
UEPB	79	11	13,9%
UEPB	26	19	73,1%
Total	146	50	34,2%

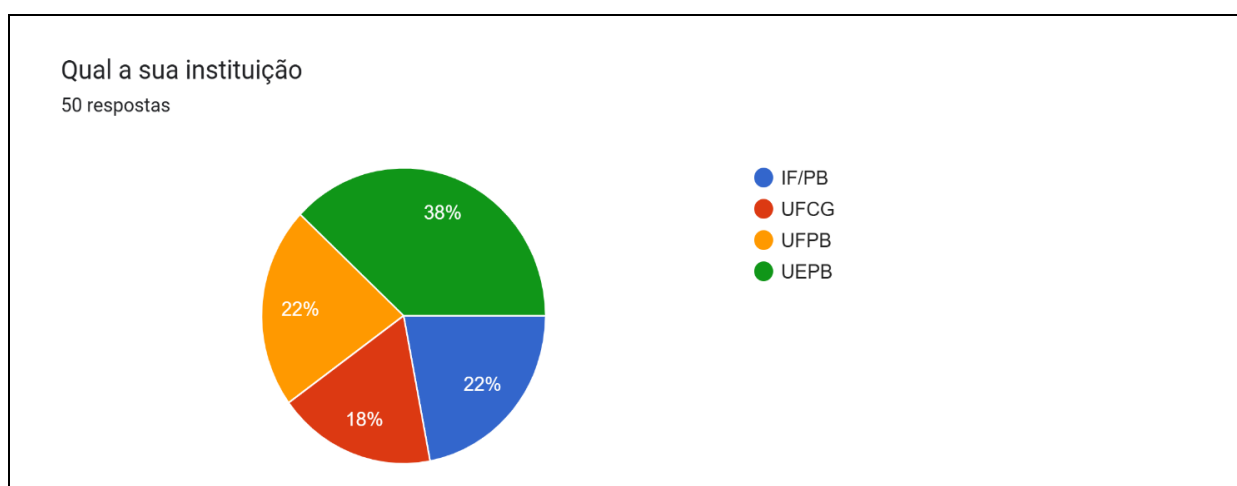
Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Verifica-se que a UEPB apresenta o maior índice de representatividade amostral (73,1%), seguida da UFCG (50%) e do IFPB (47,8%), indicando participação proporcional dos bibliotecários dessas instituições a pesquisa. Em contraste, a UFPB, embora possua a maior população ativa (79 bibliotecários), apresenta o menor percentual de representação (13,9%), revelando uma menor adesão à pesquisa por parte dos bibliotecários dessa instituição.

No conjunto das instituições investigadas, a amostra total de 50 bibliotecários corresponde a 34,2% da população geral (146 profissionais), configurando uma taxa de participação expressiva para pesquisas de natureza qualitativa e compatível com os pressupostos metodológicos adotados. Tal percentual supera inclusive a média de retorno de questionários apontada por Marconi e Lakatos (2021, p. 106), segundo a qual, “em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução”.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos 50 bibliotecários entre as Instituições de Ensino Superior Públicas da Paraíba, possibilitando observar a representatividade de cada universidade na composição da amostra final.

Gráfico 1 - Amostra da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2025)

Visualmente, o Gráfico 1 evidencia a participação de cada instituição no estudo. A UEPB apresenta o maior percentual de respondentes (38%), seguida pelo IFPB (22%) e pela UFPB (22%), registrando proporções equivalentes. A UFCG representa 18% da amostra.

Essa distribuição demonstra que a presença de bibliotecários das quatro instituições públicas do Estado contribuiu para reunir um conjunto diversificado sobre o termo e o sintagma investigados, isto é, “assegurar” e “acesso público à informação”. Dessa forma, a composição da amostra atende ao princípio metodológico do DSC, que busca recuperar o maior espectro possível de opiniões dos participantes.

6.3 Instrumento de coleta de dados

Pautando-nos nos objetivos e no objeto de estudo desta pesquisa, o instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário elaborado na plataforma *Google Forms*. A opção por esse formato se fundamentou na necessidade de alcançar o maior número possível de bibliotecários, distribuídos geograficamente entre diferentes campi e cidades do Estado da Paraíba. Segundo Marconi e Lakatos (2021, p.106), o questionário é:

um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio, por um portador ou por algum meio eletrônico; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo.

As autoras destacam ainda que, “quanto à forma, as perguntas, em geral, são classificadas em três categorias: abertas, fechadas e de múltipla escolha” (Marconi; Lakatos, 2021, p.109). No Quadro 18, apresentam-se as características de cada tipologia de pergunta.

Quadro 18 - Instrumento de coleta de dados

QUESTIONÁRIO	
Marconi e Lakatos (2021, p.110-112)	
Questões abertas	Também chamadas livres ou não limitadas, são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões.
Questões fechadas	São também denominadas limitadas ou de alternativas fixas; são aquelas em que o informante escolhe sua resposta entre duas opções: sim e não.
Questões múltipla escolha	São perguntas fechadas, mas que apresentam uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto.

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Para alcançar os objetivos específicos deste estudo, o questionário on-line integrou as três categorias de perguntas: abertas, fechadas e de múltipla escolha, conforme apresentado no (Apêndice B) - Questionário da coleta de dados.

Todavia, destaca-se que, na Técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, as questões abertas são essenciais, por possibilitarem que os participantes expressem suas opiniões com maior amplitude e detalhamento. Segundo Lefevre e Lefevre (2012, p. 17), com as perguntas abertas, “é dada a oportunidade para que os entrevistados manifestem livremente suas

opiniões sobre o tema pesquisado, com todos os detalhes de tais opiniões, permitindo com isso, que sejam revelados os conteúdos e os argumentos associados a essas opiniões”.

A escolha do questionário on-line como instrumento de pesquisa também se baseou nas vantagens apontadas por Marconi e Lakatos (2021, p. 107), que são:

a)Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados .b)Atinge maior número de pessoas simultaneamente. c)Abrange uma área geográfica mais ampla. d)Economiza pessoal, tanto em adestramento quanto em trabalho de campo. e)Obtém respostas mais rápidas e mais precisas. f)Há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato. g)Há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas. h)Há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador .i)Há mais tempo para responder e em hora mais favorável. j)Há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento. k)Obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis.

O questionário on-line foi organizado em nove blocos. Na primeira seção, apresentou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), garantindo a autorização ética para a coleta dos dados.

Após sua elaboração, realizou-se um pré-teste com três bibliotecárias: uma da UFPB (Biblioteca Central, João Pessoa), uma da UFCG (Campus Pombal) e uma da UEPB (Campus João Pessoa). As participantes informaram que o tempo de preenchimento variou entre 5 e 10 minutos e consideraram as perguntas claras e de fácil compreensão. Nenhuma sugeriu modificações no instrumento. Apenas uma relatou dificuldade em responder às perguntas: “O que você compreende por assegurar?” e o “O que você compreende por acesso público à informação?”.

6.4 Coleta de dados

Para iniciar a coleta de dados, realizou-se um contato prévio, por telefone e por WhatsApp, com os gestores das bibliotecas e com os bibliotecários das instituições participantes. O objetivo desse contato inicial foi verificar a existência de grupos institucionais de *WhatsApp* que reunissem os bibliotecários ativos e confirmar a possibilidade de utilizar esses grupos para o compartilhamento do instrumento de pesquisa. Após a autorização, teve início o processo de coleta de dados, realizado entre 3 de junho e 15 de setembro de 2025.

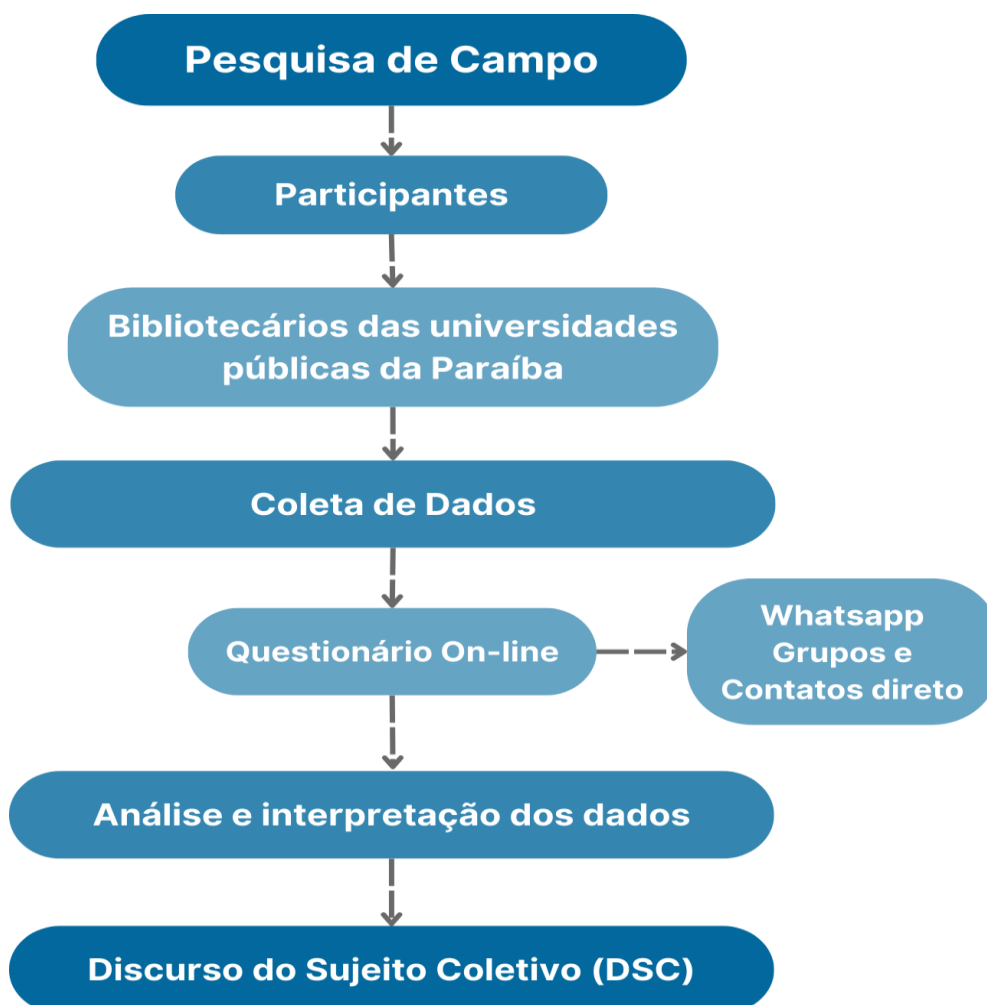
A escolha pelo *WhatsApp* como principal canal de disseminação do questionário on-line ocorreu por motivos estratégicos. Inicialmente, enviou-se um e-mail a três instituições participantes da pesquisa solicitando os endereços institucionais dos bibliotecários para

transmissão do instrumento de pesquisa. A primeira instituição respondeu encaminhando apenas o contato das bibliotecas; a segunda informou que, “considerando a impossibilidade de repassar os e-mails dos servidores ocupantes do cargo, em razão das restrições constantes da LGPD, sugerimos o envio da pesquisa para divulgação interna junto aos servidores”; a terceira instituição não respondeu à solicitação. Diante desse cenário, o compartilhamento via *WhatsApp* se mostrou o meio mais viável, rápido e efetivo para alcançar os bibliotecários distribuídos em diferentes campi e cidades do Estado.

A coleta de dados foi conduzida em duas etapas complementares. Na primeira etapa, o questionário on-line foi divulgado nos grupos institucionais de *WhatsApp*, em duas postagens realizadas nos dias 4 de junho e 3 de julho. Nesse período, obteve-se a participação de (24) bibliotecários em junho, (19) bibliotecários em julho e (3) bibliotecários em agosto. Paralelamente às postagens, realizou-se também contato individual com os bibliotecários, por meio de ligações e envio direto do link do questionário para o número privado do *WhatsApp*.

A segunda etapa, realizada entre 1º e 15 de setembro, consistiu exclusivamente em contato pessoal individual pelo *WhatsApp*, resultando em mais (4) respondentes. Ao final das duas etapas, a pesquisa totalizou 50 participantes. O planejamento metodológico da coleta de dados se encontra representado na Figura 13.

Figura 13 - Desenho metodológico da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Concluída a etapa de coleta de dados e apresentado o desenho metodológico da pesquisa, prossegue-se para o processo de análise dos dados embasados pela Técnica do Discurso do Sujeito Coletivo e pelos fundamentos da Teoria Comunicativa da Terminologia.

7 ANÁLISE DOS DADOS

Para a organização e análise dos dados, adotamos a Técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. Segundo Lefevre e Lefevre (2012, p. 17), ela consiste em:

técnica, consiste em uma série de operações sobre a matéria prima dos depoimentos individuais ou de outros tipo de material verbal (artigos de jornais, revistas, discussões em grupo, etc.) operações que quem redundam, ao final do processo, em depoimentos coletivos. Ou seja, construtos confeccionados com estratos literais do conteúdo mais significativo dos diferentes depoimentos que apresentam sentidos semelhantes [...].

Após a aplicação do instrumento de pesquisa e a obtenção dos dados, torna-se necessário analisá-los de modo a identificar o pensamento da coletividade dos bibliotecários investigados. Para isso, o DSC dispõe de operadores metodológicos, também denominados “figuras metodológicas” (Lefevre; Lefevre, 2012, p. 73), que orientam a construção do discurso-síntese. Esses operadores são apresentados a seguir.

Expressões-chave (ECH):

são pedaços, ou trechos, ou segmentos, contínuos ou descontínuos, do discurso, que devem ser selecionados pelo pesquisador e que revelam a essência do conteúdo do depoimento ou discurso ou da teoria subjacente [...] buscando ficar, o máximo possível, com a essência do pensamento, tal como ela aparece, literalmente, no discurso analisado (Lefevre; Lefevre, 2012, p.73-74).

Nesta pesquisa, as expressões-chave correspondem às falas completas dos bibliotecários, transcritas integralmente. Cada depoimento é identificado pela letra B, que indica bibliotecário, seguida do número atribuído ao participante da pesquisa.

Ideia Central (IC):

é um nome ou expressão linguística que revela e descreve de maneira mais sintética e precisa possível o sentido ou os sentidos das ECH [Expressões-chave] de cada um dos discursos analisados e de cada conjunto homogêneo de ECHs (que vai dar nascimento posteriormente ao DSC). Neste último caso, a IC recebe também o nome de Categoria (Lefevre; Lefevre, 2012, p.76).

A ideia central é uma formulação sintética que expressa o significado das expressões-chave. Quando várias ECH se reúnem por apresentarem sentidos semelhantes, elas compõem uma categoria analítica que dará origem ao discurso do sujeito coletivo.

Nesta pesquisa, essas formulações sintéticas correspondem aos termos usados pelos bibliotecários para expressarem suas compreensões sobre assegurar e acesso público à informação. Assim, cada IC reflete como esses profissionais compreendem a Meta 16.10.

Ancoragem (AC):

algumas ECH remetem não apenas a uma IC, mas também é explicitamente a uma afirmação. Que denominamos ancoragem. Que é a expressão de uma dada teoria ou ideologia que o autor do discurso professar e que está embutida. No seu discurso, como se fosse uma afirmação qualquer (Lefevre; Lefevre, 2012, p.78).

A ancoragem, portanto, evidencia o fundamento teórico, moral ou ideológico que sustenta a fala do participante. Com base nesses operadores metodológicos, o DSC consiste na elaboração de um discurso-síntese, redigido em primeira pessoa do singular, construído mediante as expressões-chave que compartilham a mesma ideia central e, quando presente, a mesma ancoragem. O objetivo é representar o pensamento coletivo dos bibliotecários, preservando tanto quanto possível os depoimentos originais.

Conforme estabelece o Discurso do Sujeito Coletivo, uma mesma expressão-chave pode conter mais de uma ideia central, cabendo ao pesquisador identificá-las e descrevê-las. Nesta pesquisa, observa-se que alguns bibliotecários atribuíram mais de uma ideia central para “assegurar” e “acesso público à informação”. Essas ideias centrais foram descritas por evidenciarem as diferentes compreensões que os participantes possuem sobre o objeto de estudo.

Para tanto, a análise desenvolvida nesta pesquisa se estruturou em quatro etapas. A primeira etapa foi voltada à caracterização do perfil sociodemográfico dos bibliotecários participantes e à identificação de suas percepções iniciais acerca da Agenda 2030 e da Meta 16.10 assegurar o acesso público à informação.

A segunda etapa corresponde aos objetivos específicos (a) e (c), que consistem em interpretar as variações denominativas atribuídas para “assegurar” e “acesso público à informação”. Nessa fase, procedeu-se inicialmente à transcrição integral das expressões-

chave. Em seguida, foram identificadas as ideias centrais, representadas pelas unidades terminológicas empregadas pelos bibliotecários em seus discursos.

Com base nas unidades terminológicas, as variações denominativas foram descritas e interpretadas conforme os pressupostos da Teoria Comunicativa da Terminologia. Essa identificação considerou os traços semânticos e pragmáticos das unidades terminológicas, conforme propõe Cabré (2005, p. 190, tradução nossa), ao afirmar que “o caráter de termo se ativa em função de seu uso em um contexto e situação adequados. Essa ativação consiste em uma seleção dos módulos de traços apropriados, que incluem os traços morfossintáticos gerais da unidade e uma série de traços semânticos e pragmáticos”.

A terceira etapa corresponde aos objetivos específicos (b) e (d), que buscam explicar a compreensão dos bibliotecários das universidades públicas da Paraíba sobre assegurar e acesso público à informação. Para isso, as expressões-chave que compartilhavam a mesma ideia central foram agrupadas em categorias. Essas categorias constituem o Discurso do Sujeito Coletivo, elaborado em primeira pessoa do singular, de modo a representar o pensamento coletivo dos bibliotecários sobre “assegurar” e “acesso público à informação” como se único sujeito (bibliotecário) se expressasse em nome do grupo em cada categoria.

O processo analítico seguiu as etapas metodológicas descritas por Lefevre e Lefevre (2012):

- Ler algumas vezes o conjunto das respostas de cada participante;
- Ler cada resposta em particular identificando as ECH;
- Selecionar a ou as ideias centrais/âncoras de cada resposta;
- Analisar todas as ideias centrais/âncoras buscando agrupar as semelhantes nas categorias;
- Construir o DSC de cada categoria.

A quarta etapa teve como objetivo mapear as ações citadas pelos bibliotecários para assegurar o acesso público à informação.

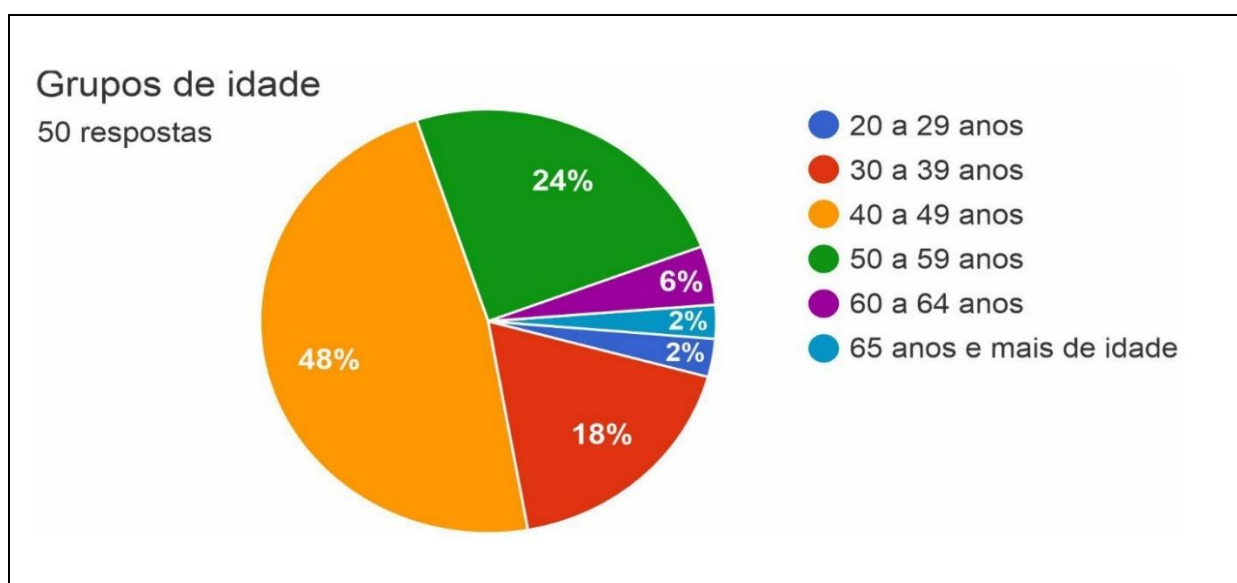
O percurso analítico adotado permitiu organizar e interpretar sistematicamente os depoimentos dos bibliotecários, articulando os operadores metodológicos do DSC aos pressupostos da Teoria Comunicativa da Terminologia. A leitura reiterada das respostas, a identificação das Expressões-Chave, a seleção das Ideias Centrais e Âncoras, bem como o agrupamento das categorias e a construção dos discursos-síntese possibilitaram revelar

tanto as variações denominativas quanto as compreensões conceituais atribuídas para “assegurar” e “acesso público à informação”.

7.1 Perfil sociodemográfico

Com relação ao perfil sociodemográfico, as categorias consideradas foram grupo de idade, nível de instrução, lotação do serviço e tempo de experiência. Especificamente, quanto ao grupo de idade, o Gráfico 2 apresenta a distribuição etária dos 50 participantes da pesquisa.

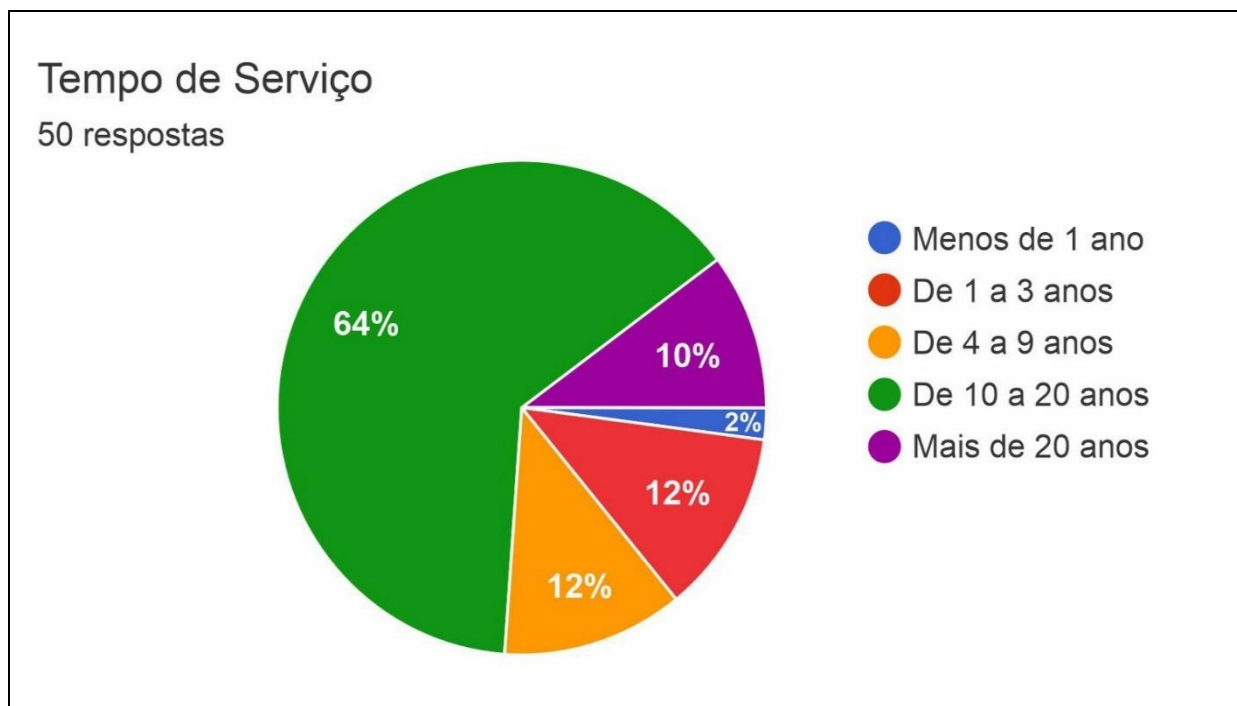
Gráfico 2 - Grupo de idade



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

O Gráfico 2 evidencia que a maior concentração está no grupo de 40 a 49 anos, o qual compreende 48% dos respondentes. Em seguida, observa-se o grupo de 50 a 59 anos, representando 24%. Os demais grupos apresentam menor proporção: 30 a 39 anos (18%), 60 a 64 anos (6%), 65 anos ou mais (2%) e 20 a 29 anos (2%). Esses dados indicam que a maior parte dos bibliotecários participantes se encontra em faixas etárias com experiência profissional, como pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Tempo de serviço



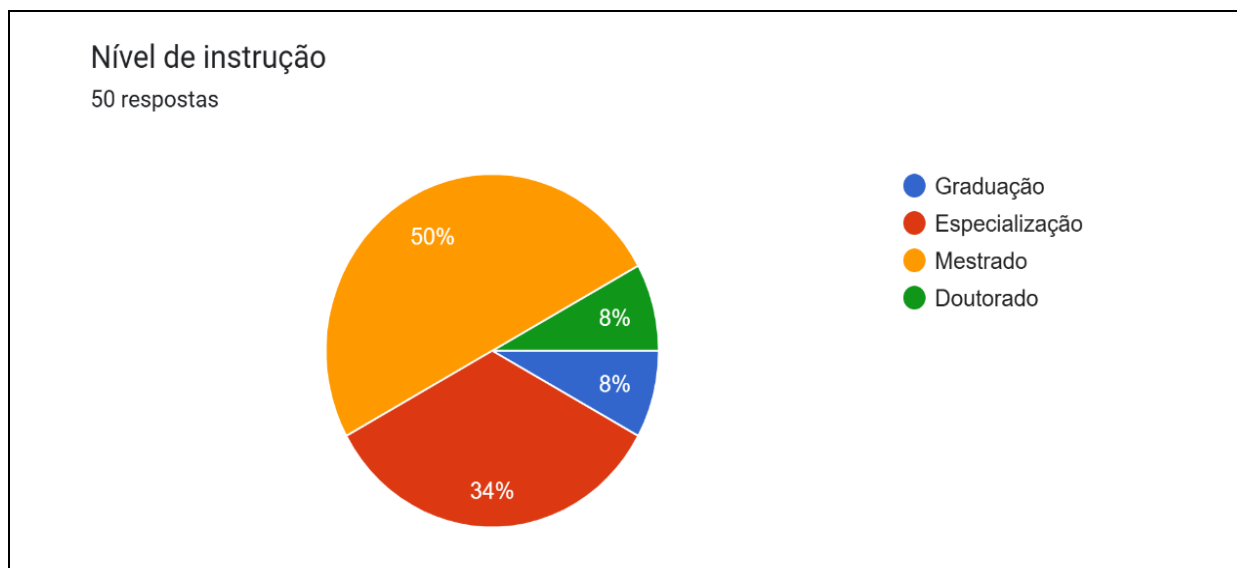
Fonte: Elaborada pela autora (2025)

No Gráfico 3, observa-se um predomínio expressivo do grupo com 10 a 20 anos de atuação, que corresponde a 64% dos respondentes. Além disso, 10% dos participantes possuem mais de 20 anos de serviço. Esses dados indicam que a maior parte dos bibliotecários é composta por profissionais com ampla experiência, o que pode refletir em maior familiaridade com as práticas institucionais relacionadas ao acesso à informação.

Os demais grupos apresentam percentuais significativamente menores: 12% têm entre 4 e 9 anos de atuação e outros 12% entre 1 e 3 anos. Apenas 2% dos participantes possuem menos de 1 ano de experiência.

O Gráfico 4 apresenta a distribuição do nível de instrução dos participantes da pesquisa.

Gráfico 4 - Nível de instrução



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Conforme o Gráfico 4, a maior parte dos respondentes possui mestrado, representando 50% do total. Esse dado revela um corpo profissional qualificado, que pode contribuir para ofertar serviços de maior qualidade à comunidade acadêmica das universidades públicas da Paraíba.

Em seguida, 34% dos participantes possuem especialização, indicando que os bibliotecários buscam formação *lato sensu* após a graduação, reforçando o comprometimento com o desenvolvimento profissional contínuo.

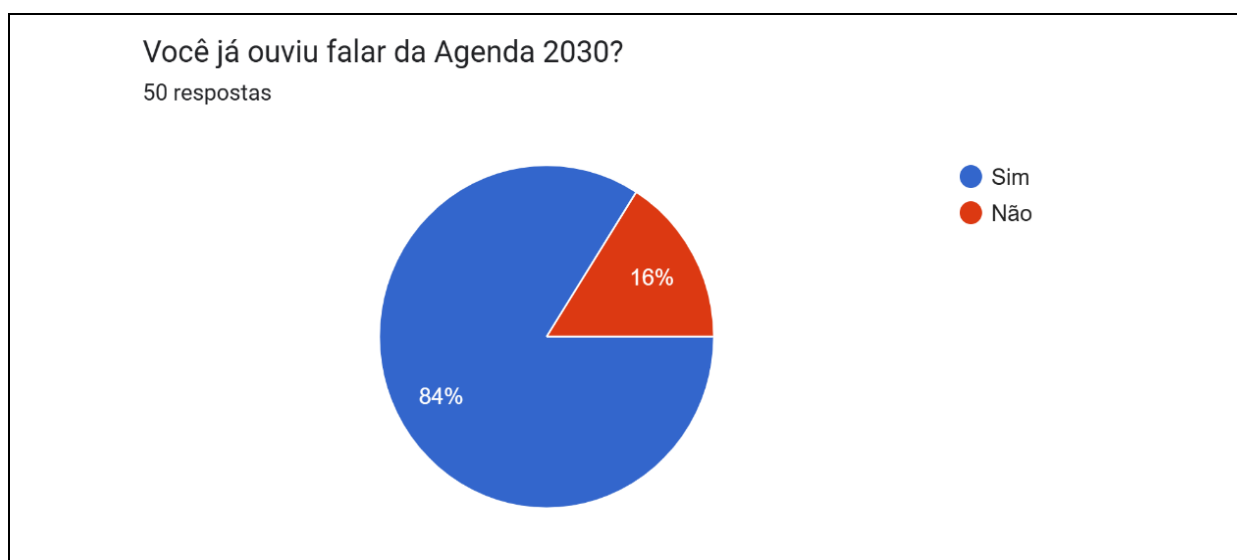
Os percentuais menores se concentram nos grupos de graduação e doutorado, ambos com 8%. Esses dados sugerem, por um lado, que o ingresso ao doutorado representa um desafio profissional para a categoria; por outro, mostram que os bibliotecários com apenas a graduação constituem uma minoria no grupo analisado.

Com relação à lotação dos participantes, 70% dos respondentes atuam em bibliotecas de campus, enquanto 30% estão lotados na Biblioteca Central. Os dados demonstram que a pesquisa contemplou tanto profissionais que atuam nos campi quanto aqueles vinculados às Bibliotecas Centrais.

7.2 Agenda 2030

O Gráfico 5 apresenta as respostas à pergunta “Você já ouviu falar da Agenda 2030?”. Os dados evidenciam que 84% dos respondentes afirmaram já ter ouvido falar da Agenda 2030, enquanto 16% informaram não ter conhecimento prévio sobre o tema:

Gráfico 5 - Você já ouviu falar da Agenda 2030?



Fonte: Elaborada pela autora (2025)

Esses resultados indicam que a maioria dos bibliotecários possui ao menos um contato inicial com a Agenda 2030, o que pode favorecer a promoção de práticas informacionais alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Por outro lado, a presença de 16% que desconhecem a Agenda 2030 revela a existência de lacunas na divulgação desse planejamento global.

Com base nas respostas dos 42 bibliotecários que afirmaram já ter ouvido falar da Agenda 2030, foi perguntado: “Qual foi o meio de comunicação?”. Os participantes puderam selecionar mais de uma alternativa dentro de cada uma das categorias definidas para esta pergunta: redes sociais digitais, comunicação e divulgação científica, internet e universidade e órgãos de classe. Os meios de comunicação mais citados foram analisados e sistematizados no Quadro 19.

Quadro 19 - Meio de comunicação

Categorias	Meios de comunicação	Frequência / Percentual	Análise-sintética
Redes Sociais digitais	Instagram	22 (52,4%)	Meio mais utilizado pelos bibliotecários
	Facebook	8 (19%)	Uso moderado
	WhatsApp	6 (14,3%)	Uso moderado
Comunicação e Divulgação Científica	Eventos científicos	20 (47,6%)	Meio mais usado pelos bibliotecários
	Publicações acadêmicas	20 (47,6%)	
	Periódicos científicos	13 (31%)	Forte presença
Internet	Sites de notícias	27 (64,3%)	Meio mais utilizado pelos bibliotecários
	Sites de eventos	20 (47,6%)	Forte presença. Atualização profissional
	YouTube	9 (21,4%)	Uso complementar
Universidade e Órgãos de Classe	Atividades de extensão	14 (33,3%)	Meio mais utilizado pelos bibliotecários
	Atividades de ensino	11 (26,2%)	Igual relevância
	Site da universidade	11 (26,2%)	
	Conselhos de Biblioteconomia	16 (38,1%)	Principal fonte institucional
	FEBAB	8 (19%)	Uso complementar

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Considerando o panorama geral, observa-se que os maiores percentuais de utilização dos meios de comunicação pelos bibliotecários se concentram nos sites de notícias (64,3%), que se configuram como a principal via de acesso à informação sobre a Agenda 2030. Entre as redes sociais digitais, o *Instagram* (52,4%) se destaca como a plataforma mais utilizada para esse tipo de conteúdo. No âmbito da comunicação científica, os eventos científicos e as publicações acadêmicas (ambos com 47,6%) figuram como os principais meios de acesso à informação especializada.

Esse conjunto revela que o acesso dos bibliotecários à Agenda 2030 ocorre em dois grandes eixos complementares: Informação de rápida circulação (sites de notícias e redes sociais) e Informação especializada (eventos e publicações acadêmicas).

A presença expressiva de meios de comunicação institucionais ligados aos Conselhos de Biblioteconomia (38,1%) reforça ainda mais que a Agenda 2030 é uma pauta que atravessa tanto o campo científico quanto o campo profissional, indicando coerência entre a formação continuada, a prática bibliotecária e a atenção às políticas públicas globais.

Também se fez a seguinte pergunta aos participantes: “Você já estudou sobre a Agenda 2030 em algum curso/disciplina? Se sim, por favor, especifique”. Obtivemos 34 respostas; dessas, 12 bibliotecários afirmaram que já haviam estudado sobre a temática. Com essas respostas positivas, foi possível identificar diferentes meios de aprendizagem, organizados em quatro categorias: Curso de capacitação na instituição de origem, Formação acadêmica (curso e Pós-graduação), Eventos científicos e oficinas e Estudo autônomo.

Na categoria “Curso de capacitação pela instituição”, apenas (01) bibliotecário mencionou esse tipo de formação, conforme registrado em: B2 - “Curso de capacitação pela instituição”.

Na categoria “Formação acadêmica”, os participantes relataram ter estudado a Agenda 2030 em disciplinas ou atividades vinculadas à pós-graduação. Cinco (5) bibliotecários citaram explicitamente esse percurso, como em: B6 - “Estudei sobre a Agenda 2030 no curso de mestrado”; B34 - “Sim. Várias disciplinas durante meu doutorado”; e B5 - “Utilizei na tese em Ciência da Informação”. Além disso, foram especificadas duas disciplinas: “Tópicos Especiais: información, inclusión social y ODS” e “Ética na pesquisa científica”, indicando que o estudo da Agenda 2030 aparece integrado a conteúdos curriculares especializados.

A categoria “Eventos científicos e oficinas” reúne participantes que estudaram a temática em atividades de caráter científico ou profissional. Quatro (4) bibliotecários mencionaram esse meio de formação, como evidenciado em: B4 - “Curso ou disciplina não. Em evento sim”; e B31 - “Sim, estudei para realizar apresentação dos objetivos para apresentar em evento que a Rede Nordeste de Repositórios Digitais foi convidada. Fui como palestrante”. Esses relatos demonstram que o estudo também ocorreu em contextos de compartilhamento e disseminação científica.

Na categoria “Estudo autônomo”, dois (2) bibliotecários relataram ter buscado compreender a Agenda 2030 por iniciativa própria, motivados por interesses pessoais ou demandas específicas. Entre as respostas, destacam-se: B2 - “Como concurseira, precisei me inteirar sobre o conceito da Agenda 2030 e suas implicações na biblioteca, mas bem superficialmente”; e B32 - “Sim, por conta própria. Por curiosidade”.

Por fim, com relação ao tópico Agenda 2030, foi perguntado aos participantes: “Fale um pouco sobre a Agenda 2030”. Dos 42 bibliotecários que afirmaram conhecer o tema, dois (02) expressaram Ancoragens negativas:

- B29: “Francamente, acho totalmente irrelevante. As proposituras são utópicas dentro de uma bolha ideológica que, no fim das contas, não vejo nenhum resultado efetivo”.
- B49: “Tenho uma visão pessimista a respeito da agenda, afinal de contas, com as últimas eleições americanas, bem como meu descrédito de maneira geral a respeito do desinteresse dos países mais ricos ajudarem os mais pobres, não acredito nessas mudanças propostas”.

Outros dois bibliotecários não apresentaram opinião sobre a Agenda 2030:

- B9: “Nada a declarar sobre”.
- B19: “Sei do que se trata, mas nunca li a respeito. Portanto, não tenho embasamento para falar a respeito”.

Além disso, um (01) bibliotecário declarou possuir conhecimento limitado sobre o tema:

- B27: “Sei muito pouco sobre o assunto, mas sei que fala de desenvolvimento sustentável e que é de interesse dos países membros da Organização das Nações Unidas”.

Essas falas demonstram, por um lado, a presença de uma leitura crítica que desloca o foco do conteúdo da Agenda 2030 para a viabilidade de sua implementação, marcada por ceticismo em relação à cooperação global. Por outro lado, a opção de dois bibliotecários por não se posicionarem não indica rejeição à Agenda 2030, mas revela uma insuficiência de divulgação no âmbito profissional.

Por fim, a manifestação de conhecimento limitado por parte de um participante aponta para uma compreensão genérica da Agenda 2030, restrita a referências amplas e pouco aprofundadas. Em conjunto, essas falas indicam que, embora a maioria dos bibliotecários declare conhecer a Agenda 2030, subsiste um grupo reduzido para o qual o tema é percebido de forma cética e distante da realidade profissional.

Por outro lado, (37) bibliotecários apresentaram discursos que convergiram para a mesma Ideia Central sobre a Agenda 2030, expressando um posicionamento positivo em relação aos seus princípios, objetivos e finalidades. Assim, foi possível construir o pensamento coletivo dos participantes, descrito a seguir:

A Agenda 2030 é um plano de ação global criado e realizado pela ONU, que se consolidou em 2015, com a finalidade de erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável no mundo todo até 2030. Ela é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que envolvem a participação de pessoas e instituições para atingir esses objetivos.

Trata-se de um plano mundial que reúne metas para proporcionar paz, educação, saúde, acessibilidade, sustentabilidade, alimentação igualitária e bem-estar para toda a nação, visando melhorar vários indicadores sociais, promover a vida digna para todos e proteger o planeta dentro de seus limites, sem comprometer as gerações futuras, diante de desafios como mudanças climáticas, desigualdades sociais, degradação ambiental, crises econômicas e sanitárias. A agenda busca construir um mundo mais justo, inclusivo e sustentável, estimulando a colaboração entre governos, empresas e sociedade.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável englobam áreas como justiça, igualdade social, meio ambiente, educação, saúde, diversidade, governança, transparência e igualdade de gênero, e os países signatários se esforçarão para cumprir, dentro de suas condições e prioridades, os objetivos estabelecidos para tornar o mundo melhor.

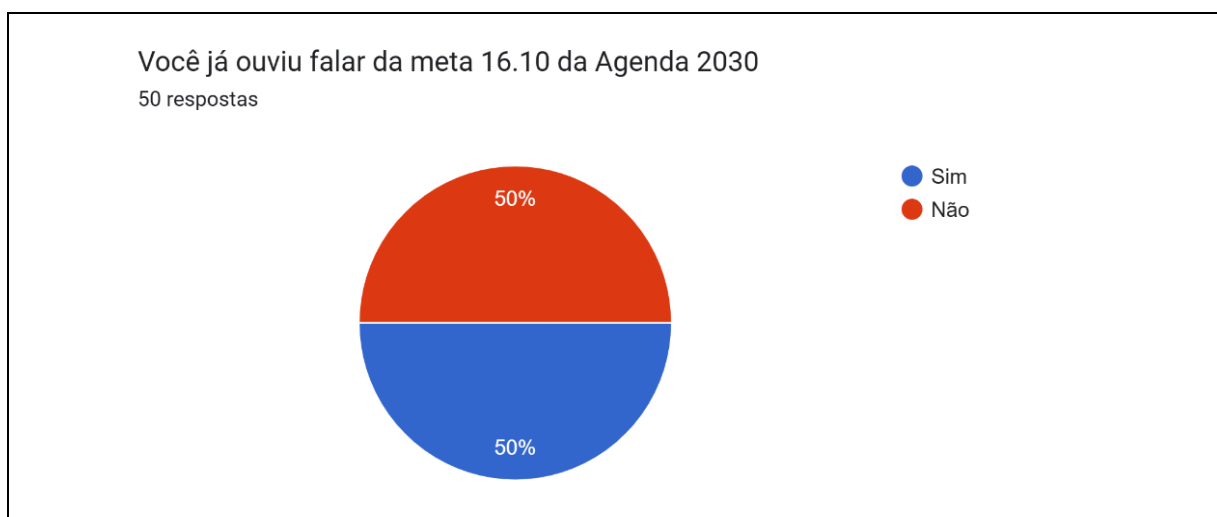
No contexto das bibliotecas, a agenda reforça o papel social dessas instituições como espaços de acesso à informação, promoção da educação de qualidade e redução das desigualdades, contribuindo para o fortalecimento da cidadania. Ao oferecerem serviços gratuitos de acesso à informação, as bibliotecas contribuem diretamente para metas como a erradicação da pobreza, igualdade de gênero e educação ao longo da vida; portanto, são objetivos sustentáveis relacionados às ações por parte das bibliotecas, resultando em bibliotecas para um mundo melhor e mais sustentável.

A Agenda 2030 é, assim, uma programação e um planejamento global criado para que os países tenham os mesmos objetivos e se empenhem, até 2030, em alcançar um futuro mais equilibrado, atuando sobre aspectos sociais, ambientais e institucionais, sempre com o compromisso de não deixar ninguém para trás.

7.3 A meta 16.10 assegurar o acesso público à informação

O Gráfico 6 se refere à pergunta “Você já ouviu falar da meta 16.10 da Agenda 2030?”, buscando saber se os bibliotecários possuíam algum conhecimento prévio sobre a Meta 16.10.

Gráfico 6 - Meta 16.10



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

O Gráfico 6 evidenciou uma divisão equitativa entre os participantes da pesquisa. Dos 50 bibliotecários respondentes, 50% afirmaram já ter ouvido falar da meta 16.10 da Agenda 2030, enquanto os outros 50% declararam não possuir conhecimento prévio sobre ela.

Esse resultado indica que o conhecimento acerca da meta 16.10 ainda não se encontra plenamente consolidado entre os profissionais bibliotecários. Tal cenário reforça a relevância de iniciativas formativas no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, voltadas tanto à divulgação quanto ao reconhecimento do papel das bibliotecas e dos bibliotecários na promoção do acesso público à informação.

Entre os 25 respondentes dessa questão, que tratou dos meios de comunicação utilizados pelos bibliotecários para ter contato com a meta 16.10 da Agenda 2030, observa-se o destaque da categoria Redes Sociais Digitais: o *Instagram* aparece em primeiro lugar, citado por (11) bibliotecários (44%), seguido do *Facebook*, com (3) menções (12%). O *Twitter* foi indicado por (2) bibliotecários (8%), enquanto o *WhatsApp* foi mencionado por (1) bibliotecário (4%). Observa-se ainda que (9) bibliotecários (36%) assinalaram a opção “Nenhuma das respostas”, indicando não terem tido contato com a Agenda 2030 por meio das redes sociais listadas; pontualmente, foi mencionado por (1) bibliotecário o *LinkedIn*. Ressalta-se que os bibliotecários puderam assinalar mais de uma alternativa, o que justifica a sobreposição de respostas.

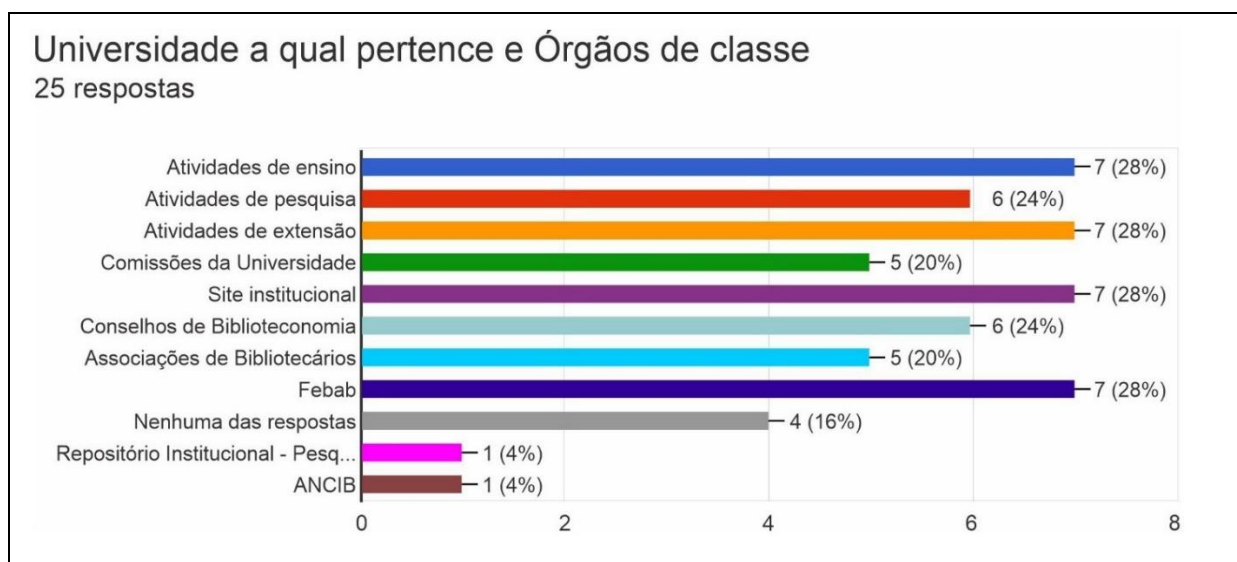
Quanto à categoria “internet” para obtenção de informações sobre a Meta 16.10 da Agenda 2030, os participantes também puderam indicar mais de uma alternativa. Observa-se que os sites de notícias constituem a principal fonte de informação, citados por (13) bibliotecários (52%). Em seguida, destacam-se os sites de eventos, mencionados por (10) participantes (40%), e o *YouTube*, indicado por (9) bibliotecários (36%).

Os sites de política foram mencionados por (3) bibliotecários (12%). O site da ONU e o “material escolar e impresso” aparecem pontualmente, com apenas uma menção cada (4%). Observa-se ainda que 20% dos respondentes (5 bibliotecários) assinalaram a opção “Nenhuma das respostas”, indicando não terem tido contato com a Meta 16.10 por meio das alternativas listadas nessa questão. De modo geral, os dados reforçam a importância dos sites informativos no processo de acesso à informação sobre a Meta 16.10 da Agenda 2030.

Quanto à categoria “Comunicação e Divulgação Científica”, as respostas que aparecem com uma menção cada (4%) se referem a artigos científicos, eventos, programa de pós-graduação da UFPB e evento de Biblioteconomia, além da opção TV, indicada de forma pontual. Esses dados sugerem que o contato com a Meta 16.10 por vias científicas e acadêmicas ocorre de maneira esporádica entre os bibliotecários, o que reforça a necessidade de ampliar as estratégias de divulgação nesse âmbito, bem como de incentivar a produção de estudos científicos que abordem a Agenda 2030 e, em particular, a Meta 16.10 no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

No que se refere à categoria “Universidade à qual pertence e Órgãos de classe”, o Gráfico 7 apresenta uma distribuição relativamente equilibrada entre as instituições de vínculo dos participantes e as associações de classe.

Gráfico 7 - Universidade à qual pertence e órgãos de classe



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Destacam-se as atividades de ensino, as atividades de extensão, o site institucional e a FEBAB, cada uma citada por 7 bibliotecários (28%). Em seguida, as atividades de pesquisa e os Conselhos de Biblioteconomia foram mencionados por 6 bibliotecários (24%), enquanto as comissões da universidade e as associações de bibliotecários aparecem com 5 menções cada (20%). De forma pontual, foram citadas a Rede Brasileira de Repositórios Digitais (Região Nordeste) e a ANCIB, cada uma mencionada apenas uma vez, o que equivale a (4%). Isso evidencia o papel das instâncias formais e das entidades representativas na disseminação de informações relacionadas à Meta 16.10.

7.4 Objetivo específico A - Interpretar as variações denominativas atribuídas ao termo “assegurar”

Conforme mencionado, alguns bibliotecários atribuíram mais de uma ideia central ao termo “assegurar”. Por essa razão, determinados participantes aparecem associados a mais de uma denominação. No Quadro 20, essas compreensões foram transcritas literalmente, com o objetivo de preservar a fidelidade aos dados empíricos e evidenciar as diferentes formas pelas quais os participantes compreendem e usam a terminologia em seus discursos.

Quadro 20 - Variações conceituais do termo “assegurar”

Denominação	Participantes	Expressões-chave (ECH)
Garantir	B1,B6,B7,B16,B19, B22,B23,B24, B29,B30,B31,B32,B35 ,B38,B39,B44,B5,B46, B47,B49	“É garantir” / “Garantir”
Garantir	B4, B34	“Garantir algo”
Garantir	B5,B12,B21,B27	“Garantir o direito”
Garantir	B14,B15	“Garantir o acesso”
Garantir	B18	“Garantir de forma efetiva e por longo período de tempo”
Garantir	B41	“Garantir tanto na disponibilização como também em meios para o acesso”
Garantir	B42	Garantir que algo que seja feito
Garantir	B43	Garantir algo a determinado público
Garantia	B17	“Garantia de algo ou alguma coisa”
Garantia	B20	“E dar garantia de algo”
Garantia	B28	“Garantia de acesso à informação, é garantia de acesso básico a qualidade de vida, direito básico e essencial”
Seguro	B2	“Estar seguro”
Seguro	B29,B48	“Tornar seguro”
Segurança	B33	“Dar segurança sobre algo a alguém”
Direito	B9	“Ter direito”
Direito	B30	“Dar direito”
Direito	B40	“Mas é um direito do usuário da informação ser bem-informado. Ter a informação correta em suas pesquisas”
Direito	B50	“Direito, segundo a Constituição Federal de 88.”
Confirmar	B10	“Confirmar que a informação será publicada”
Confirmar	B31	“Confirmar”
Confirmar	B46	“Confirmar algo”
Tornar	B11	“Tornar algo certo de acontecer”
Tornar	B22	“Tornar possível”
Dar	B3	“Dar condições”
Dar	B8	“Dar subsídios para que algo aconteça”
promover	B8	“Promover”
Cumprir	B12	“Cumprir com prerrogativa legal”
Liberdades fundamentais	B13	“As liberdades fundamentais”
Permitir	B15	“Permitir”
Proporcionar	B23	“Proporcionar algo”
Deixar	B24	“Deixar que não falte”
Acesso aberto	B25	“Tornar, manter, preservar o acesso aberto a produção científica, atos administrativos e cultural”

Fornecer	B26	“Se comprometer pessoalmente em fornecer informações de qualidade de forma ética para a sociedade”
Manter	B36	“Manter”
Afirmar	B37	“Afirmar com certeza e determinação”

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025).

Legenda: A letra B se refere às falas dos bibliotecários participantes da pesquisa.

A análise das expressões-chave evidencia que garantir é a unidade terminológica mais recorrente entre os bibliotecários, embora seja compreendida por diferentes perspectivas semânticas e pragmáticas, como será aprofundado no objetivo específico B, dedicado à explicação da compreensão coletiva do termo “assegurar” segundo o Discurso do Sujeito Coletivo.

Com base nas ideias centrais, foram identificadas 18 unidades terminológicas. Isso demonstra que “assegurar”, em seu contexto real de uso, apresenta variações denominativas que refletem sua poliedricidade linguística, cognitiva e comunicativa, conforme pressupõe a Teoria Comunicativa da Terminologia.

As unidades terminológicas identificadas foram:

1. Acesso aberto
2. Afirmar
3. Confirmar
4. Cumprir
5. Dar
6. Deixar
7. Direito
8. Fornecer
9. Garantia
10. Garantir
11. Liberdades fundamentais
12. Manter
13. Permitir
14. Promover
15. Proporcionar
16. Segurança

17. Seguro

18. Tornar

Considerando que cada unidade terminológica ativa diferentes faces da poliedricidade do termo – linguística, cognitiva e comunicativa –, procedeu-se à descrição linguística das variações denominativas de “assegurar” no contexto específico da Meta 16.10 da Agenda 2030. A análise descritiva e explicativa se fundamenta nos dicionários históricos e contemporâneos apresentados no Quadro 3 e no étimo latino *sēcūrus*, base etimológica de “assegurar”.

Esse procedimento está em consonância com a TCT, que compreende o termo como uma unidade lexical ativada em contexto, cujo valor terminológico não se esgota na etimologia ou na dicionarização, mas se constrói na situação comunicativa (Cabré, 2005).

Os termos “garantir” e “garantia” apresentam relação direta com “assegurar”, tanto do ponto de vista etimológico (*sēcūrus*) quanto da dicionarização (Houaiss.on, 2024).

Do ponto de vista morfossintático, distinguem-se claramente:

- garantir: verbo de ação;
- garantia: substantivo feminino.

Semanticamente, “garantir” se refere ao ato de assegurar, isto é, à ação que visa tornar algo seguro, enquanto garantia designa o estado, a condição ou o direito resultante dessa ação.

Sob a perspectiva do valor terminológico, reconhece-se, portanto, a coexistência de uma unidade verbal, associada ao fazer profissional, e uma unidade nominal, associada ao compromisso social que decorre da ação de assegurar.

Essa distinção evidencia duas dimensões complementares do trabalho bibliotecário no contexto da Meta 16.10: a ação concreta de assegurar e sua efetivação enquanto direito assegurado.

No Houaiss.on (2024), encontramos que garantir vem do francês antigo. O verbo designava a ação de assumir responsabilidade sobre algo; comprometer-se com a veracidade, firmeza ou autenticidade de um objeto, fato ou ação; e desempenhar o papel de “garante”, aquele que responde por algo ou alguém.

Assim, desde sua origem, “garantir” possui o sentido de prover segurança, isso é, “assegurar algo sob sua responsabilidade”. Desse modo, faz-se necessário responder com firmeza e deixar o assegurado “livre de perigo”, aproximando-se semanticamente de

assegurar. Com essa definição, e com base nos dicionários históricos analisados, as relações entre “assegurar” e “garantir” podem ser organizadas em três eixos semânticos principais:

1 Eixo da Firmeza

- Joseph Marques (1764): “Affirmar como cousa certa”
- Dicionário Histórico do Português do Brasil (1648): “Afirmar com certeza”.
- Ponto de convergência: declarar algo como certo e verdadeiro.

2 Eixo comprometer com a verdade:

- Francisco Adolpho Coelho (1890): “Prometer como certo”, “fazer crer como certo”, “crer firmemente”.
- Dicionário Histórico do Português do Brasil (1625): “Garantir-se; afirmar-se”.
- Ponto de convergência: a veracidade de quem garante.

3 Eixo de assumir responsabilidade sobre algo:

- Francisco Solano Constancio (1836): “Pôr em segurança”.
- Ernesto Faria (1962): “Em segurança”.
- Dicionário Histórico do Português do Brasil (1751): “Dotar de garantia”.
- Ponto de convergência: estado de segurança.

Esses eixos evidenciam que “assegurar”, “garantir” e “garantia” integram um mesmo campo semântico historicamente consolidado, associado a pôr em segurança, certeza, responsabilidade e validação.

Entre as unidades relacionadas ao termo “assegurar”, identificaram-se, no discurso dos bibliotecários, as denominações “seguro” e “segurança”. Ambas se articulam diretamente com a origem latina de assegurar (*assecurāre*), derivada de *sēcūrus*, embora apresentem traços morfossintáticos distintos.

Do ponto de vista morfossintático, seguro se configura como um adjetivo, empregado para qualificar um estado ou situação, enquanto segurança constitui um substantivo feminino, que designa a condição ou a qualidade de estar seguro.

Sob a perspectiva etimológica, seguro deriva do latim *sēcūrus*, formado por *sine* (“sem”) + *cura* (“cuidado”, “preocupação”), cujo sentido literal pode ser compreendido como “sem preocupação” ou “livre de cuidados”. Esse étimo se encontra registrado nas definições apresentadas por Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva (19--?) e em Ernesto Faria (1962),

nas quais o termo aparece associado a acepções como tranquilo, sossegado, calmo, plácido, sereno, despreocupado, que não receia, livre de inquietações e de preocupações.

A unidade segurança, por sua vez, constitui o substantivo derivado de seguro e corresponde ao estado ou condição de quem se encontra “sem preocupação”, isto é, em situação de tranquilidade e ausência de risco.

Desse modo, “seguro” e “segurança” remontam à mesma raiz etimológica (*sēcūrus*) e preservam valores semânticos herdados dessa origem, os quais sustentam conceitualmente o significado do termo “assegurar”. No contexto da Meta 16.10, essas unidades reforçam a ideia de que assegurar o acesso público à informação implica produzir e manter um estado de confiança, tranquilidade e ausência de barreiras, condições essenciais para a efetividade do acesso.

No discurso dos bibliotecários, o termo “direito” emerge como uma das variações denominativas atribuídas ao termo “assegurar”. Do ponto de vista etimológico e dicionarizado, não se observa uma correspondência direta entre a acepção de direito e de assegurar.

Entretanto, segundo os pressupostos da Teoria Comunicativa da Terminologia, essa relação não deve ser analisada exclusivamente por critérios etimológicos ou semânticos estritos, mas sobretudo considerando o contexto comunicativo e a situação de uso no qual o termo é usado no discurso especializado.

Nessa perspectiva, o termo “direito” ativa um sentido jurídico-social, associado à efetivação do objeto assegurado, à informação, compreendida como um direito do cidadão. Assim, no contexto da Meta 16.10 da Agenda 2030, o emprego do termo “direito” não designa o ato de assegurar em si, mas o resultado normativo e social da ação de assegurar o acesso público à informação.

O discurso dos bibliotecários também revelou o emprego do termo “confirmar” como uma variação terminológica atribuída ao termo “assegurar”. Do ponto de vista etimológico e semântico, observa-se que “confirmar” mantém relação direta com assegurar, conforme evidenciam os dicionários analisados.

Em Francisco Adolpho Coelho (1890), essa relação se torna particularmente clara, uma vez que o autor define assegurar por meio de expressões que equivalem diretamente ao **ato de confirmar**. Entre elas, destacam-se:

- “fazer certo de”, que corresponde ao sentido de confirmar;
- “affirmar”, que implica confirmar por meio de uma declaração;

- “fazer crer como certo”, isto é, confirmar conforme a veracidade do enunciado; “prometter como certo”, que indica confirmar mediante o compromisso com a verdade.

Essas expressões convergem para uma mesma função semântica, associada à produção de segurança, entendida como um estado de confiança, tranquilidade e ausência de cuidados ou preocupações. Tal convergência se encontra em consonância com o campo etimológico derivado de *sēcūrus*, base comum do termo “assegurar”, reforçando a legitimidade de confirmar como uma variação denominativa semanticamente relacionada a esse termo no contexto analisado.

Entre as denominações identificadas, o termo “dar” surgiu como uma forma empregada para expressar o conceito de assegurar, relacionado às expressões “condições” e “subsídios”. Nos dicionários analisados, o verbo “dar” ocorre em diferentes acepções, não figurando, entretanto, com o significado específico de “dar condições” ou “dar subsídios”.

Em Francisco Adolpho Coelho (1890), por exemplo, o verbo “dar” integra o núcleo semântico de “assegurar”, ao ser definido por expressões como “dar certeza”, “dar confiança” e “dar segurança”.

Desse modo, embora as expressões “dar condições” e “dar subsídios” não correspondam diretamente à acepção de assegurar do ponto de vista etimológico ou dicionarizado, no discurso dos bibliotecários, o termo “dar” opera como uma variação denominativa de natureza pragmática. Nesse contexto, ele expressa ações que viabilizam, sustentam e favorecem a efetividade do ato de assegurar, em consonância com o princípio da Teoria Comunicativa da Terminologia, segundo o qual o valor terminológico emerge do uso contextualizado.

O termo “tornar” apareceu no discurso dos bibliotecários como uma variação denominativa associada a assegurar. Do ponto de vista morfossintático, trata-se de um verbo de transformação, que expressa a passagem de um estado a outro. Essa característica o vincula diretamente à ideia de “fazer com que algo se torne seguro”, noção presente tanto na etimologia quanto nos registros dos dicionários analisados.

Em Francisco Adolpho Coelho (1890), tornar aparece com o sentido de “tornar confiável”, enquanto no Dicionário Histórico do Português do Brasil (DHPB) se registra a acepção “tornar seguro” [1627]. Tais acepções convergem para o mesmo núcleo semântico, correspondente ao ato de converter uma situação incerta em uma condição de confiança,

firmeza ou garantia, reforçando a relação semântica entre tornar e assegurar no contexto analisado.

O termo “afirmar” mantém relações semânticas com assegurar. No sentido de “afirmar como coisa certa”, conforme identificado no Dicionário histórico do português do Brasil e confirmado nos dicionários de Joseph Marques (1764) e de Francisco Adolpho Coelho (1890), “afirmar” aparece associado às acepções “dar como certo” e “fazer crer como certo”.

Esse campo semântico remete à ideia de produzir segurança, afastar dúvidas e remover incertezas, constituindo um elemento central da acepção de assegurar, vinculada à sua raiz latina *sēcūrus* (“sem preocupação”, “tornar seguro”).

O termo “proporcionar” está registrado no “Dicionário histórico do português do Brasil” de 1607. Ainda assim, do ponto de vista da acepção etimológica, não apresenta vínculo direto com o termo “assegurar”.

Entretanto, no contexto discursivo analisado, sua ocorrência indica uma ação proativa de disponibilização de condições necessárias para que algo se realize seguramente. Assim, embora não constitua um sinônimo etimológico de assegurar, o termo “proporcionar” assume, no discurso dos bibliotecários, um valor pragmático, ao expressar ações que favorecem a efetivação do ato de assegurar.

Os termos “permitir”, “deixar”, “promover”, “fornecer”, “cumprir” e “manter”, do ponto de vista etimológico, não correspondem diretamente à acepção do termo “assegurar”. Apesar disso, no contexto de uso, essas unidades estabelecem uma relação semântica e pragmática com a Meta 16.10 da Agenda 2030, conforme pressupõe a Teoria Comunicativa da Terminologia.

Nessa perspectiva, “permitir” e “deixar” correspondem ao ato inicial de consentir ou de não impedir o acesso à informação; “promover” se refere à criação de condições favoráveis ao acesso; “fornecer” diz respeito à materialização concreta do acesso; “cumprir” representa a efetivação do que foi assegurado; e “manter” expressa a ação contínua de assegurar o acesso ao longo do tempo.

Os termos “acesso aberto” e “liberdades fundamentais”, quando relacionados à acepção de assegurar, não apresentam vínculos morfológicos, semânticos ou etimológicos diretos. Contudo, no contexto da Agenda 2030, especialmente no Objetivo 16 e em sua meta 16.10, que estabelece “assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais”, esses

termos passam a integrar semanticamente as práticas informacionais associadas ao ato de assegurar.

Na Teoria Comunicativa da Terminologia, a aproximação não se explica por uma relação hierárquica entre os conceitos, mas pelo contexto global e discursivo da Agenda 2030, no qual tais unidades são usadas. Desse modo, o termo “acesso aberto” converge no âmbito pragmático da Meta 16.10, oferecendo a garantia do acesso público à informação, especialmente por meio do acesso livre à literatura científica.

A terminologia “liberdades fundamentais”, que compõe a segunda ação da Meta 16.10, remete diretamente ao artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e ao próprio Objetivo 16 da Agenda 2030, que visa à promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, ao acesso à justiça para todos e à construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Entretanto, as liberdades fundamentais, enquanto direitos humanos reconhecidos, dependem de condições institucionais, políticas e informacionais para que se convertam em experiências concretas de acesso à informação, participação social e exercício da cidadania. Nesse sentido, “assegurar” não se restringe ao reconhecimento ou à proteção jurídica formal, mas implica também em criar, manter e avaliar continuamente mecanismos capazes de tornar essas liberdades realizáveis no cotidiano social.

Diante disso, observa-se que as denominações atribuídas pelos bibliotecários ao termo “assegurar” não se distribuem de forma homogênea. Parte delas mantém correspondência etimológica e semântica com a acepção derivada de *sēcūrus*; outras, por sua vez, adquirem valor terminológico sobretudo pela ativação pragmática, isto é, pela função comunicativa que desempenham no contexto da Meta 16.10.

Nesse sentido, o Quadro 21 tem como finalidade sistematizar as 18 unidades terminológicas empregadas pelos bibliotecários para denominar o termo “assegurar”, organizando-as segundo a categoria gramatical (unidades linguísticas), o tipo de relação estabelecida com a acepção de assegurar (correspondência etimológica ou ativação pragmática) e o papel funcional que assumem no contexto da Meta 16.10 da Agenda 2030 assegurar o acesso público à informação.

Quadro 21 - Contexto da meta 16.10

Termo	Categoria Gramatical	Acepção (Assegurar)	Contexto da meta 16.10
Garantir	Verbo	Correspondência etimológica	Garantir a ação de assegurar o acesso público à informação.
Garantia	Substantivo feminino	Correspondência etimológica	Aquilo que se torna efetivo quando o acesso é assegurado.
Seguro	Adjetivo	Vínculo etimológico (<i>sine cura</i>)	O acesso só está assegurado quando está seguro, isto é, sem riscos ou barreiras.
Segurança	Substantivo feminino	Vínculo etimológico (<i>sine cura</i>)	Condição em que o acesso estar seguro.
Direito	Substantivo masculino	Ativação pragmática	Efetivar o direito de acesso.
Confirmar	Verbo	Correspondência etimológica, <i>sēcūrus</i>	Confirmar que o acesso será feito.
Dar	Verbo	Ativação pragmática	Fornecer condições para que o acesso seja assegurado.
Tomar	Verbo	Correspondência etimológica, <i>sēcūrus</i>	Transformar o acesso em seguro, contínuo e efetivo.
Acesso aberto	Substantivo composto	Ativação pragmática	É a dimensão prática do acesso público à informação
Afirmar	Verbo	Correspondência etimológica, <i>sēcūrus</i>	Estabelecer como certo o acesso.
Cumprir	verbo	Ativação pragmática	Ato concreto de efetivar o que foi assegurado.
Deixar	verbo	Ativação pragmática	Consentir, não impedir o acesso.
Fornecer	Verbo	Ativação pragmática	Ato de materializar o acesso.
Liberdades fundamentais	Substantivo composto	Ativação pragmática	Objeto assegurado pelos dispositivos legais.
Manter	Verbo	Ativação pragmática	Ação contínua de acessar.
Permitir	Verbo	Ativação pragmática	Autorizar ou consentir o acesso.
Promover	Verbo	Ativação pragmática	Oferecer condições favoráveis para acessar.
Proporcionar	Verbo	Ativação pragmática	Oferecer condições favoráveis para acessar.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O Quadro 20 evidencia que as unidades afirmar, confirmar, garantia, garantir, seguro, segurança e tornar apresentam relação direta com a acepção de assegurar, sustentada por correspondências etimológicas e semânticas registradas nos dicionários analisados. As demais unidades – acesso aberto, cumprir, dar, deixar, direito, fornecer, liberdades fundamentais, manter, permitir, promover e proporcionar – não estabelecem, à primeira vista, vínculo etimológico ou dicionarizado direto com o termo.

Entretanto, conforme o princípio comunicativo da TCT *in vivo*, essas unidades assumem o mesmo valor terminológico pragmático no contexto de uso, ao expressarem ações, condições, responsabilidades, princípios e resultados implicados no ato de assegurar o acesso público à informação. Nesse ponto, a coluna “Contexto da Meta 16.10” explicita o papel funcional de cada unidade no discurso profissional dos bibliotecários, evidenciando como esses termos emergem das práticas informacionais e institucionais associadas à Meta 16.10. Tal evidência revela que o termo é socialmente construído no interior do domínio da Ciência da Informação, na medida em que resulta das interações entre práticas profissionais, contextos institucionais e necessidades sociais (Hjørland, 2002).

Como pode ser observado, em um primeiro olhar gramatical, a coluna “Termo” confirma o que teorizou Cabré (2005): não há distinção estrutural entre o léxico da língua geral e os termos da linguagem especializada. Trata-se, em ambos os casos, de palavras da língua que, ao serem ativadas em um contexto profissional específico, que adquirem valor terminológico.

As unidades identificadas apresentam traços morfossintáticos próprios da língua portuguesa, abrangendo verbos, substantivos (femininos, masculinos e compostos) e adjetivos, reforçando a explicação de Cabré (2005) de que o termo, enquanto unidade lexical, permanece sujeito às regras morfológicas, fonológicas, sintáticas e semânticas do sistema linguístico. Nesse contexto, a terminologia não constitui um subsistema à parte da língua, mas integra o seu funcionamento da linguagem geral.

Cabe destacar que a categoria gramatical do objeto de estudo – assegurar – é o verbo, evidenciando uma das faces do princípio da poliedricidade do termo, conforme proposto por Cabré (2005). Enquanto unidade lexical, o verbo está submetido às mesmas regras gramaticais da língua natural. Contudo, no contexto especializado, pode assumir função terminológica, expressando ações, processos e relações próprias do domínio analisado.

A esse respeito, Cabré (2005, p. 201–202, tradução nossa) esclarece que:

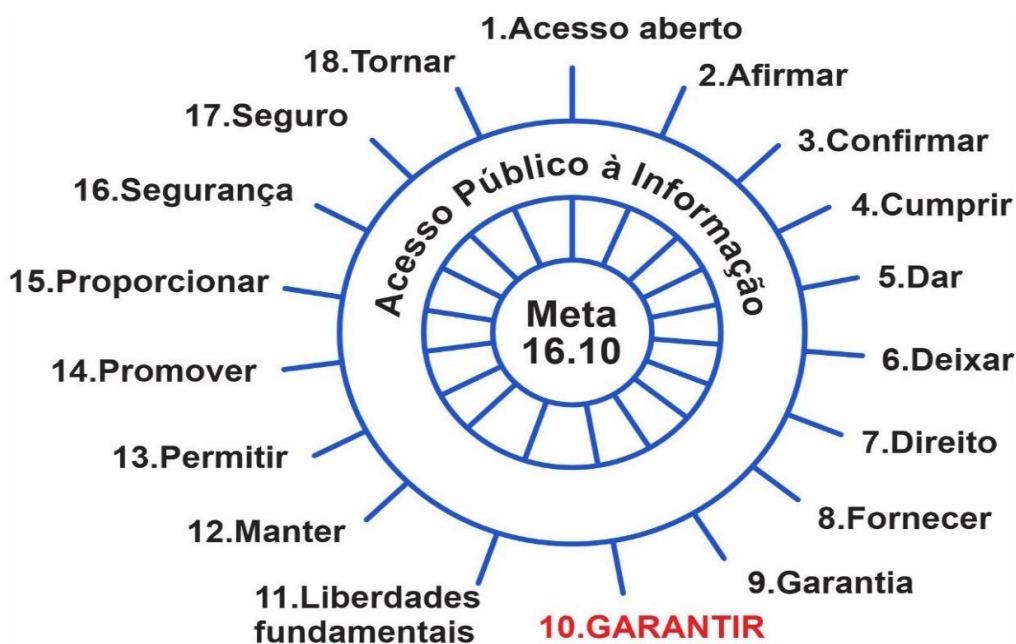
todos os termos, sem exceção, estão associados a uma categoria gramatical básica e apenas a uma, o que não impede que, quando aparecem no discurso, possam adotar o funcionamento de outra categoria. A categoria básica à qual os termos estão associados é exclusivamente nominal em uma concepção da terminologia exclusivamente denominativa. A categoria nome, no entanto, pode esconder outras categorias de origem verbal ou adjetiva. Se a terminologia, em vez de se identificar por sua capacidade denominativa, se define por sua especificidade significativa (significado próprio do âmbito em que é utilizada) e pragmática (situação comunicativa de determinadas características pragmáticas, posicionais, etc.), amplia sua identificação além das unidades estritamente nominais e começa a se sobrepor a outros tipos de unidades, como a fraseologia ou as expressões especializadas.

Nesse contexto, as unidades terminológicas utilizadas pelos bibliotecários apresentam origem gramatical variada, vinculando-se a substantivos, verbos e adjetivos. Essa constatação evidencia uma diferença fundamental em relação à Teoria Geral da Terminologia, na qual a categoria privilegiada é o substantivo, uma vez que o foco recai exclusivamente sobre a função de nomear conceitos, objetos ou fenômenos. Nessa perspectiva mais restritiva, as unidades terminológicas de base verbal empregadas pelos bibliotecários não seriam reconhecidas como termos, por não cumprirem estritamente uma função denominativa.

Entretanto, conforme defende Cabré (2005), a terminologia não se define apenas pela capacidade de nomear, mas também pelos traços semânticos e pelas características pragmáticas que emergem do uso real em situações comunicativas específicas do discurso especializado. Desse modo, o campo terminológico se amplia para além das unidades nominais, incorporando verbos e adjetivos como unidades terminológicas legítimas, capazes de representar, organizar e transferir o conhecimento especializado no domínio analisado.

Sob a perspectiva da Teoria Comunicativa da Terminologia, a Figura 14 representa as unidades denominativas empregadas pelos bibliotecários em seus contextos reais de uso, evidenciando a variação terminológica pela qual o conceito de assegurar é expresso no discurso profissional.

Figura 14 - Unidades denominativas em contexto real de uso



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Do ponto de vista linguístico, observa-se que as unidades terminológicas constituem unidades lexicais da linguagem natural que, em função de condições pragmáticas relacionadas ao referente (assegurar), passam por um processo de ativação terminológica. Esse processo se desenvolve desde as Unidades de Natureza Linguística (UL) até as Unidades de Significância Especializada (USE), culminando nas Unidades Terminológicas (UT), conforme os pressupostos da TCT.

Nessa perspectiva, a TCT concebe os termos como unidades vivas da linguagem, cujos sentidos e usos variam de acordo com quem fala (produtor), para quem se fala (público), em que situação se fala (contexto comunicativo) e por meio de quais canais e tipos de texto se realiza a comunicação. Assim, a variação terminológica constitui um fenômeno inerente à comunicação especializada.

Com relação aos diferentes níveis de especialização, as unidades terminológicas empregadas pelos bibliotecários circulam em duas esferas principais. A primeira corresponde ao nível acadêmico-profissional, representado pelos termos liberdades fundamentais e acesso aberto, que apresentam alta opacidade cognitiva e, consequentemente, elevada densidade cognitiva e terminológica, sendo usadas predominantemente em contextos científicos, institucionais e acadêmicos.

A segunda esfera se refere à divulgação científica, composta por termos como garantir, garantia, seguro, segurança, direito, confirmar, dar, tornar, afirmar, cumprir, deixar, fornecer, manter, permitir, promover e proporcionar. Essas unidades apresentam baixa opacidade cognitiva, isto é, são de fácil reconhecimento e compreensão, revelando menor densidade cognitiva e terminológica. Além disso, integram o cotidiano linguístico dos cidadãos, favorecendo a compreensão da Meta 16.10, ao aproximar o discurso especializado de formas linguísticas compartilhadas no cotidiano.

Para uma melhor visualização dessas relações, o Quadro 22 sistematiza a distribuição das unidades terminológicas segundo os níveis de especialização e os graus de opacidade cognitiva e de densidade cognitiva e terminológica.

Quadro 22 - Distribuição das unidades terminológicas conforme níveis de especialização, opacidade cognitiva e densidade cognitiva e terminológica

Nível de especialização	Termos	Opacidade cognitiva	Densidade cognitiva e terminológica	Propósito de uso
Acadêmico, e - ou Profissional	Liberdades fundamentais, acesso aberto	Alta – exigem conhecimento técnico ou acadêmico	Alta – reúnem conceitos interdisciplinares e terminologia institucional	Comunicação científica e jornalística
Divulgação científica	garantir, garantia, seguro, segurança, direito, confirmar, dar, tornar, afirmar, cumprir, deixar, fornecer, manter, permitir, promover, proporcionar	Baixa – fácil reconhecimento e compreensão	Baixa – menor concentração de conceitos especializados	Comunicação cotidiana e profissional ampliada

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2025)

No Quadro 22, os termos empregados pelos bibliotecários circulam, portanto, em dois níveis de especialização: acadêmico e/ou profissional e divulgação científica, os quais correspondem a diferentes situações comunicativas. Essa distribuição evidencia uma variação

funcional, na qual o termo não se define por sua forma linguística, mas pela função comunicativa que desempenha no discurso especializado (Cabr , 2005).

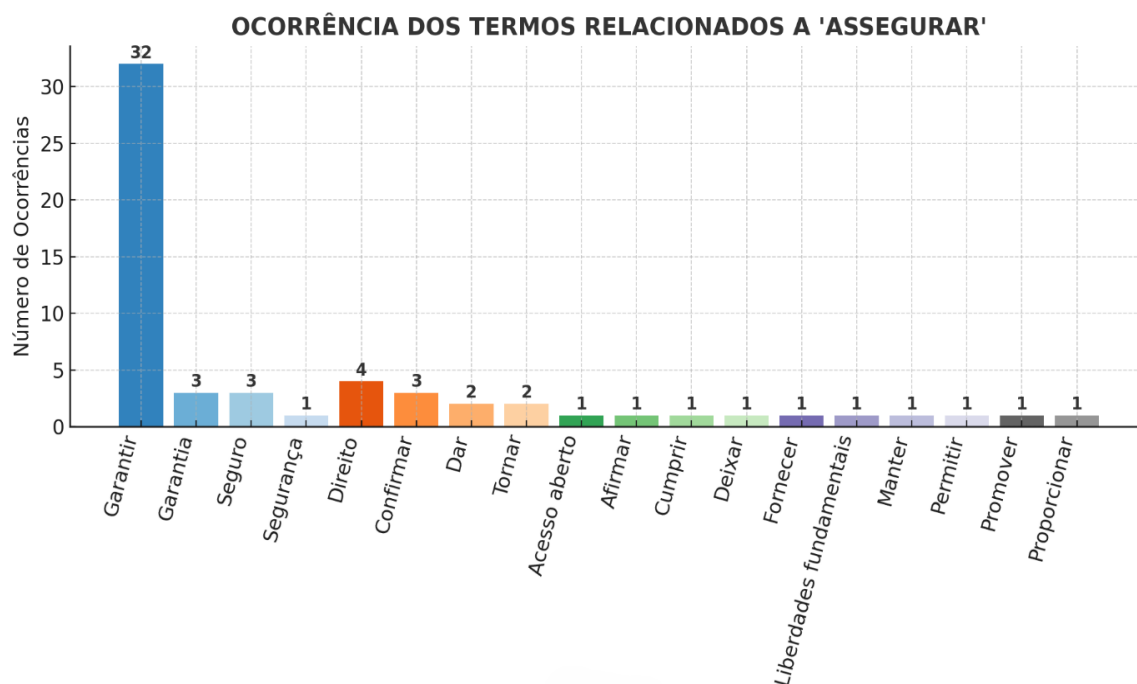
Al m disso, a opacidade cognitiva e a densidade cognitiva e terminol gica se encontram diretamente vinculadas ao prop sito de uso, explicando a circula  o dos termos em m ltiplas situa  es comunicativas. Esse movimento possibilita tanto a terminologiza  o, quando palavras do l xico comum passam a adquirir significados especializados, quanto a transfer ncia de termos especializados para o uso geral, fen meno reconhecido como banaliza  o terminol gica.

Observa-se, portanto, que os termos empregados pelos bibliotec rios configuram, em sua maioria, unidades terminol gicas que circulam em contextos de divulga  o cient fica, caracterizados por menor grau de especializa  o e reduzida sistematiza  o conceitual. Essa caracter stica favorece a varia  o denominativa, t pica de contextos nos quais o conhecimento especializado   transmitido de forma mais acess vel e did tica. Nesse sentido, tais unidades contribuem para tornar a proposta da Meta 16.10 da Agenda 2030 mais compreens vel aos cidad os, na medida em que recorrem a termos amplamente presentes no cotidiano lingu stico.

Ao optar por formas menos especializadas e mais pr ximas do l xico comum, os bibliotec rios reduzem a dist ncia entre o discurso t cnico-institucional da Agenda 2030 e o cidad o, favorecendo a compreens o da Meta 16.10. Em contrapartida, quando os termos empregados ultrapassam o repert rio lingu stico dos cidad os, intensificam-se a opacidade cognitiva e as barreiras   compreens o, comprometendo o acesso efetivo ao conte do informacional da Meta 16.10 (H rland, 2002).

A varia  o denominativa pode ser visualizada no Gr fico 8, que representa as ocorr ncias das varia  es terminol gicas empregadas pelos bibliotec rios para denominar o termo “assegurar”. Os resultados indicam a predomin ncia de garantir (32), direito (4), garantia (3), seguro (3), seguran a (1), confirmar (3), dar (2), tornar (2), acesso aberto (1), afirmar (1), cumprir (1), deixar (1), fornecer (1), liberdades fundamentais (1), manter (1), permitir (1), proporcionar (1) e promover (1). Essa distribui  o de frequ ncia pode ser visualizada no Gr fico 8, elaborado em conformidade com a perspectiva da Teoria Comunicativa da Terminologia.

Gráfico 8 - Ocorrência da variação denominativa



Conforme se observa no Gráfico 8, destaca-se o termo “garantir”, que aparece (32) vezes no discurso dos bibliotecários, sendo (23) ocorrências como uma única ideia central e (9) ocorrências em articulação com outras unidades terminológicas. Trata-se, portanto, da variação denominativa mais compartilhada entre os participantes, seguida por direito (4), garantia (3), seguro (3) e confirmar (3).

Cabe ressaltar que 10 bibliotecários mencionaram mais de uma unidade terminológica para denominar o termo “assegurar”, totalizando (60) unidades terminológicas associadas a assegurar. Desse conjunto, 53,3% das ocorrências convergem conceitualmente para a denominação “garantir”, enquanto os 46,7% restantes se distribuem entre outras formas denominativas.

Considerando o total de 50 bibliotecários, observa-se que o termo “garantir” concentra 32 ocorrências, correspondendo a 64% do universo analisado, evidenciando sua centralidade na compreensão do termo “assegurar” pelos bibliotecários. Esses dados indicam que, embora exista uma denominação predominante, há uma variação denominativa no campo semântico de assegurar.

Na Teoria Comunicativa da Terminologia, essa distribuição confirma que um mesmo conceito pode ser expresso por diferentes denominações, em função do uso discursivo. Nessa perspectiva, os termos não se reduzem a meras etiquetas denominativas, mas constituem

unidades terminológicas que emergem no contexto de uso, consoante as concepções que os sujeitos constroem sobre uma determinada realidade.

Essa compreensão converge com a perspectiva de Hjørland (2002), segundo a qual o conhecimento especializado é socialmente construído no interior dos domínios e os termos atuam como símbolos cognitivos e sociais, cujos significados não são universais nem estáveis, podendo variar entre diferentes grupos e inclusive no interior de um mesmo domínio profissional.

De modo complementar, a epistemologia social proposta por Shera (1973) permite compreender que os conceitos refletem valores, percepções, experiências e necessidades informacionais de uma comunidade, constituindo-se como construções sociais historicamente situadas. Embora Shera (1973) não trate especificamente da terminologia, sua abordagem contribui para entender que as denominações atribuídas a “assegurar”, enquanto unidades cognitivas, inserem-se no campo da cognição social da Ciência da Informação.

Nessa mesma direção, Maculan e Lima (2017, p. 57) afirmam que, “como objeto cognoscível, o conceito se manifesta como um fenômeno que é apreendido pelo sujeito e cuja função é determinada por um dado contexto”. De forma convergente, o autor Francelin (2010, p.86, grifo nosso) explica que:

as coisas são vistas e representadas, diferente da cultura para a cultura. Como também de indivíduos para indivíduos. Dessa forma, a construção do conceito depende basicamente de um referente. Da emissão de juízos sobre o referente de uma forma verbal, um termo ou um nome e de uma maneira de usar essa forma verbal **em um universo discursivo**.

Maculan (2015, p.105, grifo nosso) reforça essa perspectiva ao afirmar que:

uma tríade referente+significado+significante. Sua formação se inicia como uma concepção intelectual e mental sobre um referente, que é um objeto (entidade concreta ou abstrata) em dado domínio de uso. As propriedades, características e atributos desse referente, assim como os seus relacionamentos com outros referentes, estão externalizados e traduzidos em seu significado. Esse significado é revelado por meio de uma definição, elaborada com a função de delimitar e cristalizar o ato intencional do significado do referente. Essa definição registra tudo aquilo que é conhecido sobre o referente e que é mandatório para atender a um propósito determinado, **dentro de um contexto específico de uso**.

Com essas concepções apresentadas por Maculan e Lima (2017) e Maculan (2015), compreende-se que o conceito não existe de forma abstrata ou independente, mas emerge,

organiza-se e se estabiliza em função de um contexto de uso concreto, vinculado a um domínio específico e a objetivos comunicativos definidos.

Esses contextos não são estáticos. Hjørland (2002) destaca que, à medida que novos problemas sociais emergem, os conceitos científicos podem ser reinterpretados e reconstruídos, desafiando a Ciência da Informação a compreendê-los segundo perspectivas mais humanísticas e sociológicas, considerando a natureza social, cultural e histórica dos domínios de conhecimento e as necessidades comunicativas dos grupos sociais.

Com esse entendimento, as variações denominativas identificadas no discurso dos bibliotecários resultam de diferentes perspectivas sobre o serviço prestado aos cidadãos e sobre o papel social do bibliotecário no cumprimento da Meta 16.10 da Agenda 2030. A sua vez, Shera (1973, p. 91, tradução nossa) explica que “a formulação de políticas [...] deriva do ponto em que cognição (o conhecimento dos fatos) e conceptualização (o julgamento) se encontram e interagem”.

Assim, ao denominarem o termo “assegurar”, os bibliotecários expressam simultaneamente sua compreensão dos fatos político-sociais, em níveis local e internacional, e sua conceptualização desses fatos, construídas conforme suas vivências pessoais e de sua atuação profissional, projetando-se para a formulação e implementação de políticas públicas de informação.

Com base no arcabouço teórico adotado, os dados analisados confirmam a hipótese desta pesquisa ao evidenciar que as unidades terminológicas empregadas pelos bibliotecários para expressar sua compreensão do termo “assegurar” resultam de relação intersubjetiva de formação dos modos de pensar e de agir de bibliotecários, situadas em contextos profissionais e discursivos específicos, refletindo em 18 variações denominativas atribuídas ao termo.

Desse modo, a variação denominativa observada não deve ser compreendida como imprecisão conceitual, mas como um fenômeno inerente à comunicação especializada, resultante da articulação entre linguagem, conhecimento e contexto social no domínio da Ciência da Informação, conforme previsto pela Teoria Comunicativa da Terminologia.

O termo “assegurar” e suas variações denominativas se relacionam diretamente com a Ciência da Informação, na medida em que expressam ações, práticas e mecanismos, projeções de políticas públicas de informação e institucionais voltados à efetivação do acesso à informação. Por meio dessas iniciativas informacionais, o acesso à informação deixa de ser

apenas um ideal e passa a se concretizar no cotidiano do cidadão, reafirmando o papel ético-social do campo.

Na seção 7.5, avança-se na interpretação das variações denominativas para a explicação da compreensão coletiva do termo “assegurar”, reconstruída por meio da Técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. Embora a variação denominativa já evidencie a pluralidade de sentidos atribuídos ao termo, é no plano discursivo que se torna possível compreender por que essas denominações emergem e quais significados sustentam suas escolhas em contextos profissionais específicos.

7.5 Objetivo específico B - Explicar a compreensão que os bibliotecários das universidades públicas da Paraíba possuem sobre o termo “assegurar”, com base no Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)

Conforme apresentado no percurso metodológico, a organização e a análise dos dados seguiram os operadores metodológicos propostos por Lefevre e Lefevre (2012). Para a construção dos Discursos do Sujeito Coletivo, procedeu-se, inicialmente, à leitura geral das respostas de cada participante, visando à apreensão do sentido global dos depoimentos. Em seguida, cada resposta foi analisada individualmente e, considerando que os enunciados eram curtos, as expressões-chave foram transcritas integralmente.

Na etapa subsequente, identificaram-se as ideias centrais e, quando presentes, as ancoragens. Posteriormente, realizou-se uma análise comparativa das ideias centrais e ancoragens, buscando agrupar aquelas semanticamente semelhantes em categorias.

Por fim, com base nas categorias constituídas, foram elaborados os Discursos do Sujeito Coletivo, redigidos em primeira pessoa do singular, com base na articulação dos depoimentos literais, de modo a expressar o pensamento coletivo dos bibliotecários sobre o termo “assegurar”.

As categorias constituídas resultaram em três critérios. O primeiro foi a semelhança semântica, segundo a qual foram organizadas a categoria Garantir, que reúne as unidades garantir e garantia, e a categoria Seguro, que agrupa as unidades seguro e segurança.

O segundo critério adotado foi a recorrência, entendida como a ocorrência de uma mesma unidade terminológica em mais de um depoimento. Com base nesse critério, as unidades direito (4), confirmar (3), dar (2) e tornar (2), por serem mencionadas mais de uma

vez pelos participantes, passaram a constituir categorias individuais na construção dos Discursos do Sujeito Coletivo.

Por fim, as unidades terminológicas que apresentaram ocorrência única foram reunidas na categoria Ativação pragmática, a qual compreende os termos “acesso aberto”, “afirmar”, “cumprir”, “deixar”, “fornecer”, “liberdades fundamentais”, “manter”, “permitir”, “promover” e “proporcionar”.

No Quadro 23, analisamos a compreensão dos bibliotecários com relação à unidade terminológica Garantir, a fim de verificar se o mesmo termo, utilizado na situação comunicativa, mantém a compreensão entre os especialistas.

As expressões-chave que apresentavam conteúdos idênticos, repetitivos ou que não acrescentavam novos elementos semânticos não foram reproduzidas, com o objetivo de evitar redundâncias. Contudo, foi preservado o princípio metodológico de reunir as diferentes opiniões e compreensões expressas sobre o termo “assegurar”, garantindo a fidelidade ao pensamento coletivo dos participantes. Desse modo, ainda que nem todos os participantes, como B4, B5, B6, B7, B12, B15, B16, B19, B22, B23, B24, B27, B29, B30, B31, B32, B34, B35, B38, B39, B44, B46, B47, B49 e B20, não sejam mencionados quantitativamente no DSC, suas compreensões estão devidamente incorporadas ao discurso coletivo dos bibliotecários.

Quadro 23 - Discurso do Sujeito Coletivo: Garantir

BIBLIOTECÁRIOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS /PB	
Assegurar	
Pergunta 1 - O que você compreende por assegurar?	
Categoria Garantia	
Expressões-chave (ECH)	Discurso do Sujeito Coletivo
B1. É garantir	Garantir significa ter uma garantia de algo ou alguma coisa de forma consciente, confirmando aquilo que é de direito. Eu entendo que garantir é fazer algo ser efetivamente realizado para determinado público, possibilitando o acesso aos recursos informacionais de maneira contínua e efetiva, ao longo do tempo. Por isso, considero necessário garantir tanto a disponibilização quanto os meios para o acesso, pois a garantia de acesso à informação representa a garantia de acesso básico à qualidade de vida, um direito essencial de todos.
B14. Garantir o acesso aos recursos informacionais de forma consciente.	
B17. Significa ter uma garantia de algo ou alguma coisa.	
B18. Garantir de forma efetiva e por longo período de tempo.	
B21. Garantir o que é de direito.	
B28. Garantia de acesso à informação, é garantia de acesso básico a qualidade de vida, direito básico e essencial.	
B41. Garantir tanto na disponibilização como também em meios para o acesso.	
B42. Garantir que algo que seja feito.	

B43. Garantir algo a determinado público.	
--	--

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

Assegurar, no sentido de garantir, assume mais de uma conceptualização, de modo que a unidade terminológica não é unívoca, mas poliédrica, pois se adapta a diferentes pontos de vista e contextos comunicativos do domínio analisado. O termo transita do geral ao particular, sendo empregado tanto para expressar a ideia de garantir algo a alguém [B1; B43] quanto para indicar a concessão de um direito [B21] ou a necessidade de assegurar que algo seja efetivamente realizado [B42].

De forma mais específica, o termo é associado ao acesso e aos serviços de informação [B14; B18; B28; B41], compreendidos como processos que implicam não apenas a disponibilização dos recursos informacionais, mas também a criação de condições e de meios que assegurem sua utilização plena, contínua e consciente. Nessa perspectiva, emerge o compromisso social de que a garantia de acesso à informação constitui um direito humano essencial, diretamente relacionado à qualidade de vida.

Observa-se assim que uma mesma denominação, ao designar um mesmo objeto da realidade por um grupo de especialistas, pode ser descrita de maneiras distintas, configurando variação conceitual, conforme os pressupostos da Teoria Comunicativa da Terminologia. Essa abordagem reconhece a existência de variação conceitual e denominativa e atribui centralidade à dimensão textual e discursiva dos termos no processo de construção e uso do conhecimento especializado (Cabr , 2005).

Esse padr o de constru o discursiva se repete nos demais Discursos do Sujeito Coletivo, como ser  poss vel observar nos quadros apresentados a seguir.

Quadro 24 - Discurso do Sujeito Coletivo: Direito

BIBLIOTEC�RIOS DAS UNIVERSIDADES P�BLICAS /PB	
Assegurar	
Pergunta 1 - O que voc� compreende por assegurar?	
Categoria - Direito	
Express�es-chave (ECH)	Discurso do Sujeito Coletivo
B9. Ter direito	� ter direito e dar direito. Esse direito encontra respaldo na Constitui�o Federal de 1988. Portanto, o usu�rio da informa�o deve ser bem-informado e ter a informa�o correta em suas pesquisas.
B30. Dar direito	
B40. Mas � um direito do usu�rio da informa�o ser bem-informado. Ter a informa�o correta em suas pesquisas.	

B50. Direito, segundo a Constituição Federal de 88.	
--	--

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

Assegurar, compreendido como a concessão de um direito, relaciona-se tanto à ideia de ter direito, enquanto prerrogativa já assegurada ao cidadão, quanto à de dar direito, entendida como a ação institucional ou legal que viabiliza o exercício desse direito.

No discurso do sujeito coletivo, essa compreensão está diretamente associada ao usuário da informação, que possui o direito de ser bem-informado. A recorrência da expressão “informação correta” indica que o direito ao acesso não se restringe à simples obtenção da informação, mas envolve também a sua qualidade e confiabilidade, especialmente no contexto das atividades de pesquisa e de busca por conhecimento.

Ao ancorar esse direito na Constituição Federal de 1988, o discurso coletivo reconhece que o acesso à informação deve ocorrer em conformidade com os dispositivos legais que o regulam, reforçando a dimensão normativa e jurídica associada ao termo “assegurar”.

Quadro 25 - Discurso do Sujeito Coletivo: Seguro

BIBLIOTECÁRIOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS /PB	
Assegurar	
Pergunta 1 - O que você compreende por assegurar?	
Categoria - Seguro	
Expressões-chave (ECH)	Discurso do Sujeito Coletivo
B2. Estar seguro	É tornar seguro, dando segurança sobre algo a alguém, resultando, assim, em estar seguro.
B29/B48. Tornar seguro	
B33. Dar segurança sobre algo a alguém	

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

Assegurar, no sentido de seguro, constitui a compreensão mais próxima de sua etimologia, *assecurāre*, derivada de *secūrus* (*se-cura*). Essa acepção implica três contextos informacionais: o primeiro se refere ao estado em que a pessoa se sente resguardada; o segundo diz respeito à transformação de uma situação instável em algo estável, confiável e protegido; por fim, o terceiro corresponde à garantia de que não haja dúvidas ou riscos para quem recebe a informação, eliminando, assim, qualquer incerteza ou temor.

Quadro 26 - Discurso do Sujeito Coletivo: Confirmar

BIBLIOTECÁRIOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS /PB	
Assegurar	
Pergunta 1 - O que você compreende por assegurar?	
Categoria - Confirmar	
Expressões-chave (ECH)	Discurso do Sujeito Coletivo
B10. Confirmar que a informação será publicada	É confirmar, isto é, confirmar algo, como confirmar que a informação será publicada.
B32. Confirmar	
B46. Confirmar algo	

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Assegurar, na compreensão de confirmar, evidencia que confirmar se relaciona à produção de certeza informacional, por remeter ao ato de eliminar dúvidas quanto a um processo informacional, como no caso da confirmação de uma publicação. Nessa perspectiva, a unidade terminológica se aproxima das acepções de “afirmar”, “fazer certo de”, “fazer crer como certo” e “prometer como certo”.

A fala [B10] “confirmar que a informação será publicada” introduz uma dimensão ética da prática profissional, especialmente no sentido de “fazer crer como certo”. Assim, confirmar pode ser interpretado como um compromisso social com a efetivação do acesso à informação.

Quadro 27 - Discurso do Sujeito Coletivo: Tornar

BIBLIOTECÁRIOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS /PB	
Assegurar	
Pergunta 1 - O que você compreende por assegurar?	
Categoria Tornar	
Expressões-chave (ECH)	Discurso do Sujeito Coletivo
B11. Tornar algo certo de acontecer	É tornar algo certo de acontecer ou tornar possível que aconteça.
B22. Tornar possível	

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

Assegurar, compreendido como tornar, implica duas ideias relacionadas: a da certeza de que um fato efetivamente se realizará e a da possibilidade, entendida como a criação das condições necessárias para que algo aconteça. Nessa perspectiva, essa compreensão pode ser interpretada como a transformação de um contexto informacional, de modo a torná-lo favorável ao acesso à informação.

Quadro 28 - Discurso do Sujeito Coletivo: Dar

BIBLIOTECÁRIOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS /PB	
Assegurar	
Pergunta 1 - O que você compreende por assegurar?	
Categoria - Dar	
Expressões-chave (ECH)	Discurso do Sujeito Coletivo
B3. Dar condições	Dar condições e subsídios para algo acontecer
B8. Dar subsídios para que algo aconteça	

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

Assegurar, no sentido de dar condições e dar subsídios para algo acontecer, envolve duas compreensões que se aproximam por representarem o ato de oferecer os meios ou as circunstâncias necessárias à realização de algo. Entretanto, “subsídios” tem um sentido mais específico, geralmente relacionado a apoio material, técnico, financeiro ou informacional que viabiliza a ação, enquanto “condições” apresenta um sentido mais amplo, referindo-se à criação de possibilidades ou do contexto favorável para algo se concretizar.

No contexto informacional, essas ações remetem à viabilização prática do acesso à informação, ao enfatizar a oferta de meios e condições necessárias para esse acesso.

Quadro 29 - Discurso do Sujeito Coletivo: Ativação pragmática

BIBLIOTECÁRIOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS /PB	
Assegurar	
Pergunta 1 - O que você compreende por assegurar?	
Categoria: Ativação pragmática	
Expressões-chave (ECH)	Discurso do Sujeito Coletivo
B8. Promover	Promover as liberdades fundamentais é cumprir a prerrogativa legal, afirmando com certeza e determinação que não se deve deixar faltar informações, mas sim fornecer. Por isso, é importante proporcionar condições, como permitir, tornar, manter e preservar o acesso aberto.
B13. As liberdades fundamentais	
B12. Cumprir com prerrogativa legal	
B36. Manter	
B15. Permitir.	
B23. Proporcionar algo	
B24. Deixar que não falte	
B26. Fornecer informações	
B37. Afirmar com certeza e determinação	
B45. Tomar, manter, preservar o acesso aberto	

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

Assegurar, na compreensão associada às liberdades fundamentais, remete à Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, a qual afirma: “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 2017, p. 11). Essa concepção se articula diretamente à segunda parte da Meta 16.10, sobre assegurar o acesso público à informação e “proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais”.

Proteger as liberdades fundamentais, “em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais”, implica reconhecer que tais garantias devem ser observadas no marco jurídico de cada país e em consonância com instrumentos internacionais (cumprir com a prerrogativa legal). No caso brasileiro, essa orientação encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, no Capítulo V, da Comunicação Social, art. 220, que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (Brasil, 1988, cap. 5, art. 220).

Os verbos “manter”, “permitir”, “promover” e “proporcionar” podem ser compreendidos como ações que viabilizam o acesso à informação em diferentes níveis, desde autorizar e favorecer o acesso até oferecer meios concretos para que ele ocorra e se sustente de forma contínua.

De modo convergente, “deixar que não falte” e “fornecer informações” expressam ações complementares que, no contexto da meta 16.10, podem ser interpretadas como um compromisso institucional e profissional com a continuidade do fluxo informacional e com a aproximação da informação.

Por fim, “tornar, manter e preservar o acesso aberto” pode ser interpretado como um desdobramento pragmático do acesso público à informação, ao reforçar o esforço contínuo para ampliar a disponibilidade e a circulação social da informação. Já o termo “afirmar com certeza e determinação” aponta para um gesto de validação e de garantia discursiva, afirmar com convicção que o acesso será efetivado, o que, no plano da mediação informacional, traduz um compromisso profissional com o atendimento das demandas informacionais dos cidadãos.

O Discurso do Sujeito Coletivo evidencia que as unidades terminológicas apresentadas nos quadros discursivos foram agrupadas sob denominações comuns. Entretanto, a análise revelou que, embora compartilhem a mesma designação, essas unidades são compreendidas de maneiras distintas pelos bibliotecários, confirmando que as denominações atribuídas ao termo “assegurar” resultam de percepções individuais e sociocontextuais, evidenciando a existência de variação conceitual.

Dessa forma, observa-se que a compreensão do termo “assegurar” não foi unânime entre os bibliotecários. Ao contrário, revelou-se marcada por uma pluralidade de saberes, refletida tanto na variação denominativa quanto na diversidade de sentidos atribuídos ao termo. Embora “garantir” tenha sido a unidade terminológica mais compartilhada, sua poliedricidade evidencia compreensões distintas, associadas às experiências, às práticas profissionais e aos contextos institucionais dos sujeitos.

Essa diversidade confirma o caráter pragmático e contextual da terminologia, tal como concebida pela TCT, na qual o valor terminológico emerge da relação entre linguagem, conhecimento e situação de uso.

Nesse sentido, o Discurso do Sujeito Coletivo apresentado a seguir expressa a compreensão do sujeito coletivo, formado pelos bibliotecários das universidades públicas da Paraíba, acerca do termo “assegurar”, permitindo visualizar como essas diferentes interpretações se organizam discursivamente no domínio da Ciência da Informação.

Para mim, assegurar é garantir. É garantir o acesso aos recursos informacionais de forma consciente, efetiva e por longo período de tempo. É ter a garantia de algo que é de direito, pois a garantia de acesso à informação é também garantia de acesso básico à qualidade de vida, um direito básico e essencial. Entendo ser preciso garantir tanto a disponibilização quanto os meios para o acesso, assegurando que algo seja feito para determinado público, de modo que todos tenham o direito de ser bem-informados e de obter informações corretas em suas pesquisas. Segundo a Constituição Federal de 1988, esse é um direito do usuário da informação.

Assegurar também é estar seguro, é tornar seguro, dar segurança a alguém sobre algo, confirmando que a informação será publicada. É tornar algo certo de acontecer, tornar possível que se concretize, dando condições e subsídios para isso ocorrer, promovendo as liberdades fundamentais e cumprindo uma prerrogativa legal. Penso também que assegurar é tornar, permitir, proporcionar,

manter e preservar o acesso aberto, afirmando com certeza e determinação que não deixe faltar o fornecimento da informação.

7.6 Objetivo Específico C - Interpretar as variações denominativas do sintagma acesso público à informação

Essa seção tem como objetivo específico interpretar as variações denominativas atribuídas ao sintagma “acesso público à informação” por meio do discurso dos bibliotecários.

O sintagma “acesso público à informação” constitui um Sintagma Nominal (SN) que, conforme Cabré (2005), configura uma locução de valor terminológico, própria de um domínio especializado. Do ponto de vista morfossintático, sua estrutura pode ser representada da seguinte forma:

[Sintagma Nominal (SN)]

├── Núcleo: acesso (substantivo)

├── Modificador: público (adjetivo)

└── Complemento Nominal: [Sintagma Preposicional (SP)]

├── Preposição: à

└── Núcleo: informação]

Como se observa, o núcleo conceitual da expressão é o termo “acesso”, que representa o conceito-base sobre o qual incidem tanto o qualificador público quanto o objeto desse acesso: informação. Essa configuração evidencia que o foco do sintagma está menos na natureza da informação em si e mais nas condições de acesso atribuídas a ela, aspecto central para a compreensão da Meta 16.10 da Agenda 2030.

Para descrever por meio da interpretação as unidades terminológicas relacionadas ao sintagma acesso público à informação, em seu uso real pelos bibliotecários, adotou-se o seguinte procedimento metodológico. Inicialmente, as expressões-chave foram transcritas integralmente, com o objetivo de garantir a transparência dos dados empíricos. Em seguida, foram analisadas e interpretadas quanto ao seu valor terminológico no domínio da Ciência da Informação, considerando sempre o contexto de uso em que foram produzidas.

Posteriormente, foram sintetizadas em unidades terminológicas, correspondentes às ideias centrais, sem alteração do sentido original das falas. Nesse processo, observou-se a presença de variantes denominativas em relação de sinonímia, fenômeno reconhecido pela Teoria Comunicativa da Terminologia. Conforme Cabré (2005), um mesmo termo pode apresentar diferentes denominações que compartilham valores pragmáticos semelhantes ou que assumem valores distintos, a depender do contexto discursivo. Nesses casos, ainda que coexistam diversas formas denominativas, é comum uma delas se consolidar como forma preferencial, em razão de sua maior recorrência ou adequação comunicativa. Assim, quando necessário, adotou-se um termo preferencial, sem prejuízo do sentido expresso pelos sujeitos. Dessa forma, as unidades terminológicas foram descritas de acordo com o seu valor conceitual no campo da Ciência da Informação.

Diante disso, no Quadro 30, apresentam-se:

- as expressões-chave, correspondentes às respostas dos bibliotecários;
- o valor terminológico atribuído a essas expressões no âmbito da Ciência da Informação;
- as unidades terminológicas, que sintetizam as ideias centrais identificadas no discurso dos bibliotecários.

Ressalta-se que, no âmbito do DSC, uma mesma expressão-chave pode conter mais de uma ideia central. Por essa razão, algumas ECH foram associadas a múltiplas unidades terminológicas, preservando-se o sentido original das falas.

Quadro 30 - Acesso público à informação

Expressão-Chave (ECH)	Valor terminológico na Ciência da informação	Unidade terminológica
B1 Que as informações governamentais estejam disponíveis para consulta para a população em geral;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B2 Acesso a toda e qualquer informação pública ;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B3 Mediar a informação que se precisa de forma livre. Sem censura ;	Mediação da informação;	Sem censura;
B4 Transparência nas ações do poder público ;	Acesso à informação pública;	Informação pública;

B5 Transparência de dados / Informação;	Acesso à informação;	Transparência dos dados. Transparência da informação;
B6 Acesso livre e facilitado;	Acesso ético-social e ideológico;	Acesso livre. Facilidade no acesso;
B7 Acesso sem custo financeiro às informações;	Acesso ético-social e ideológico;	Acesso gratuito;
B8 Refere-se à capacidade de permitir o acesso sem restrições à informação;	Mediação da informação;	Acesso irrestrito;
B9 É quando precisamos de informações públicas dos órgãos e entidades da administração pública e estas estão disponíveis sem qualquer burocracia, de forma transparente;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B10 Assegurar que qualquer que seja a informação esteja acessível ao público;	Mediação da informação;	Acesso universal à informação. Acesso irrestrito;
B11 Livre e irrestrito acesso da população a informações, sejam acadêmicas, governamentais etc.	Acesso aberto;	Acesso livre. Acesso irrestrito. Informação pública. Informação científica;
B12 Informações facilmente encontráveis;	Acesso à informação;	Informação facilmente encontrável;
B13 De qualidade;	Acesso à informação;	Informação de qualidade;
B14 Direito do cidadão recebe informação necessária e relevante;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B15 Dar acesso às informações formatos a qualquer tipo de sujeito informacional;	Mediação da informação;	Acesso universal à informação;
B16 Qualquer pessoa ter acesso à informação;	Acesso universal à informação;	Acesso universal à informação;
B17 Direito de se ter, solicitar informações públicas;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B18 Transparência e acesso irrestrito a informações de órgãos e instituições públicas como direito de todas as pessoas;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B19 Informação para todos, sem restrição;	Acesso ético-social e ideológico;	Acesso irrestrito. Acesso universal à informação;
B20 Informação pública acessível a todos os	Acesso à informação pública;	Informação pública;

cidadãos, sem que estes precisem de justificativas para obtê-las;		
B21 É o direito fundamental previsto em Constituição Federal de acesso à informação pública ;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B22 Liberdade de informação	Acesso à informação;	Liberdade de acesso à Informação;
B23 Ter acesso a informações importantes para sanar suas necessidades;	Acesso à informação;	Informação necessária ao usuário;
B24 Informação sem barreiras ;	Acesso ético-social e ideológico;	Acesso sem barreiras;
B25 Sem restrição ;	Acesso ético-social e ideológico;	Acesso irrestrito;
B26 Tornar disponível para todos informação de qualidade, facilidade no acesso e uso, além de socialmente compreensível;	Mediação da informação;	Acesso universal à informação. Informação de qualidade. Facilidade no acesso. Facilidade no uso. Informação socialmente compreensível;
B27 Acesso garantido à informação a todos pelo poder público ;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B28 Deve garantir a publicização de informações e é um direito garantido pela Constituição Federal ;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B29 . Direito constitucional de qualquer cidadão de obter informações públicas . Este direito está consolidado na LAI;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B3 Levar a informação de forma gratuita a todas as pessoas ;	Mediação da informação;	Acesso gratuito. Acesso universal à informação;
B31 Qualquer pessoa tem o direito de ter acesso e obter informações de todas as informações e ações de governos e instituições públicas ;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B32 De maneira indistinta e sem barreiras sociais, econômicas ou de acessibilidade;	Acesso universal à informação;	Acesso universal à informação. Acesso sem barreiras;

B33 Dar acesso à informação ao público, de forma íntegra e segura;	Mediação da informação;	Acesso seguro à informação. Acesso íntegro à informação;
B34 Disponibilizar de dados e informações públicas livremente, de forma transparente garantindo e preservando os dados públicos de uma maneira geral;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B35 Gratuito e de forma acessível;	Acesso ético-social e ideológico;	Acesso gratuito. Acesso acessível;
B36 A informação de forma acessível para todos ;	Acesso universal à informação a informação;	Acesso universal à informação a informação;
B37 É a disponibilização de informações públicas em atendimento a demandas específicas de uma pessoa física ou jurídica;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B38 Acesso livre para todos ;	Acesso ético-social e ideológico;	Acesso livre. Acesso universal à informação;
B39 Disponibilizar o que está previsto em lei a todos aqueles que tiverem interesse;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B40 Mas é um direito do usuário da informação ser bem-informado. Ter a informação correta em suas pesquisas;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B41 Disponibilização e transparência na informação para todos, salvo os casos de informações confidenciais ;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B42 Acesso a todo e qualquer tipo de informação a todas as pessoas, sem distinção de idade, cor, gênero, classe social etc.	Acesso universal à informação;	Acesso universal à informação. Acesso irrestrito;
B43 Garantir o direito individual do cidadão de acessar publicamente as mais diversas fontes confiáveis de informação;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B44 Possibilitar, promover o acesso à informação;	Mediação da informação;	Possibilitar o acesso à informação. Promover o acesso à informação;

B45 Promover a disseminação da informação que é produzida com recursos públicos de forma gratuita, sejam eles digitais ou não, sem barreiras, sem necessidade de cadastros e senhas por meio de um instrumento que seja perene e que garanta a longevidade destas informações assegurando a memória para as próximas gerações;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B46 Permitir que as informações e o conhecimento estejam ao alcance de todos ;	Mediação da informação;	Acesso universal à informação;
B47 Tornar livre o acesso às informações;	Mediação da informação;	Acesso livre;
B48 Tornar acessível a todos cidadãos a informação pública ;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B49 Disponibilizar as informações do governo e de instituições públicas de forma simples e gratuita para todos;	Acesso à informação pública;	Informação pública;
B50 Direito do indivíduo brasileiro ;	Acesso à informação pública;	Informação pública;

Fonte: Elaborada pela autora (2005).

Legenda: B = fala do bibliotecário; as cores indicam os valores terminológicos atribuídos aos enunciados.

A análise do Quadro 30 evidencia que o sintagma acesso público à informação é compreendido pelos bibliotecários sob diferentes enfoques conceituais, refletindo a poliedricidade do termo no domínio da Ciência da Informação.

Com base na análise das expressões-chave e das ideias centrais, consolidadas em unidades terminológicas, foi possível identificar cinco valores terminológicos no campo da Ciência da Informação, que orientaram a construção do Discurso do Sujeito Coletivo.

- **Acesso à informação pública**, quando o discurso se refere explicitamente às informações produzidas, custodiadas ou disponibilizadas pelo Estado, ancorado no direito constitucional da Lei de Acesso à Informação (LAI);

- **Acesso universal à informação**, quando o acesso é compreendido como direito de todas as pessoas, sem distinções e sem barreiras sociais, econômicas, técnicas, físicas ou cognitivas;
- **Mediação da informação**, quando o acesso se relaciona às práticas e às responsabilidades institucionais e profissionais voltadas à mediação da informação, tais como permitir, assegurar, dar, levar, possibilitar e promover, isto é, possibilitar o acesso à informação.
- **Acesso à informação (Genérico)**, quando o discurso assume um valor mais geral, enfatizando propriedades como qualidade, relevância, encontrabilidade, necessidade informacional e liberdade de acesso;
- **Acesso ético-social e ideológico**, quando o discurso associa o acesso à gratuidade, ao livre acesso, à ausência de barreiras e ao acesso irrestrito, evidenciando dimensões de equidade e justiça social.

Dessa forma, as unidades terminológicas empregadas para representar o sintagma acesso público à informação, no discurso dos bibliotecários, são as seguintes:

1. Acesso acessível
2. Acesso gratuito
3. Acesso íntegro à informação
4. Acesso irrestrito
5. Acesso livre
6. Acesso seguro à informação
7. Acesso sem barreiras
8. Acesso universal à informação
9. Facilidade no acesso
10. Facilidade no uso
11. Informação científica
12. Informação de qualidade
13. Informação facilmente encontrável
14. Informação necessária ao usuário
15. Informação pública
16. Informação socialmente compreensível
17. Liberdade de acesso à informação

18. Possibilitar o acesso à informação
19. Promover o acesso à informação
20. Sem censura
21. Transparência da informação
22. Transparência dos dados

Como pode ser observado com base nos discursos dos bibliotecários, foram identificadas (22) unidades terminológicas associadas ao sintagma acesso público à informação. Os dados empíricos confirmam a presença de variação denominativa do sintagma, evidenciando diferentes compreensões do termo, construídas por meio das práticas profissionais, das garantias jurídicas e das dimensões ético-sociais e ideológicas que permeiam o acesso à informação no âmbito da Ciência da Informação.

No que se refere à ocorrência das unidades terminológicas, conforme apresentado no Gráfico 9, observa-se que a unidade terminológica informação pública (24) apresenta a maior frequência no discurso dos bibliotecários, evidenciando a centralidade da dimensão jurídica do acesso à informação, fortemente ancorada nos dispositivos legais e no direito constitucional à informação.

Em seguida, destaca-se a unidade terminológica acesso universal à informação (11), a qual indica a compreensão do acesso como um direito de todas as pessoas, independentemente de distinções sociais, econômicas ou institucionais. Nesse âmbito, segundo a UNESCO (2021²⁰), o acesso igualitário e universal à informação é essencial para promover os direitos humanos e a dignidade, erradicar a pobreza e construir sociedades do conhecimento inclusivas.

Na sequência, aparecem as unidades terminológicas acesso irrestrito (6), acesso livre (4), acesso gratuito (3) e acesso sem barreiras (2), as quais reforçam uma concepção de acesso associada à liberdade no acesso à informação, entendida como um direito coletivo, isento de restrições burocráticas, econômicas, tecnológicas ou sociais.

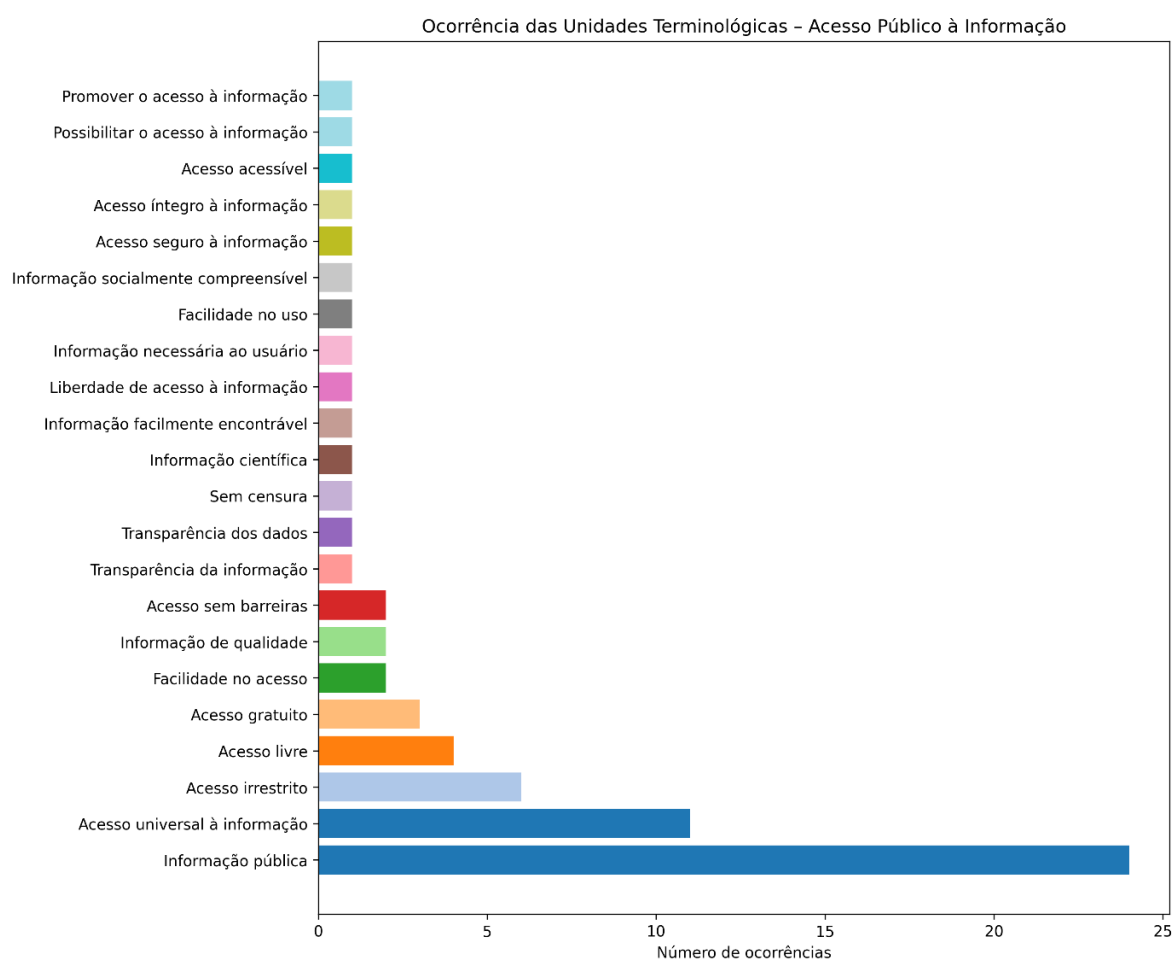
Com menor frequência, surgem unidades terminológicas como facilidade no acesso (2), informação de qualidade (2), transparência da informação (1), transparência dos dados (1), sem censura (1), informação científica (1), informação facilmente encontrável (1), liberdade de acesso à informação (1), informação necessária ao usuário (1), facilidade no uso (1),

²⁰ Informação disponível em: <https://www.unesco.org/pt/node/66657>. Acesso em: 17 de dez 2025.

informação socialmente compreensível (1), acesso seguro à informação (1), acesso íntegro à informação (1), acesso acessível (1), possibilitar o acesso à informação (1) e promover o acesso à informação (1).

Essas ocorrências, ainda que menos recorrentes, revelam preocupações relacionadas às condições práticas e qualitativas do acesso, indicando que, para os bibliotecários, o acesso público à informação não se restringe à mera disponibilidade. Ao contrário, envolve a necessidade da informação ser compreensível, acessível, segura, íntegra, socialmente relevante e útil, de modo a atender às necessidades dos usuários da informação, reforçando o caráter ético, social e funcional do acesso à informação.

Gráfico 9 - Ocorrência das Unidades Terminológicas associadas ao acesso público à informação



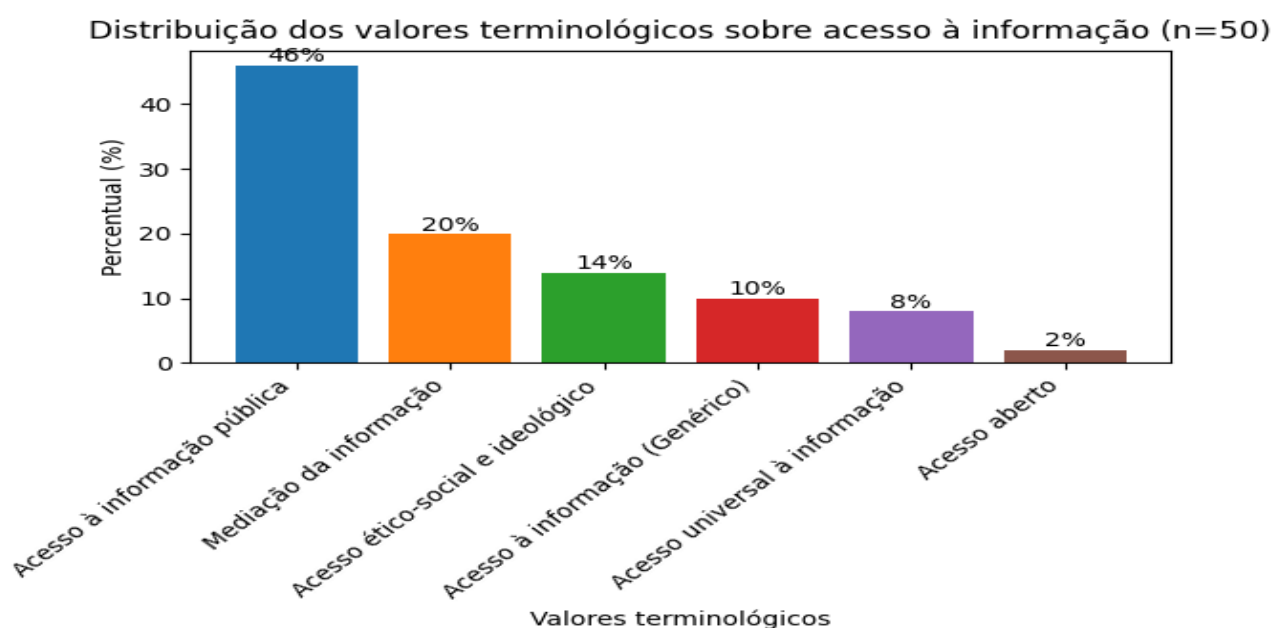
Fonte: Elaborada pela autora (2025).

O Gráfico 9 evidencia a centralidade da unidade terminológica *informação pública*, que registra (24) ocorrências, configurando-se como a mais compartilhada no discurso dos

bibliotecários. Considerando o total de 50 participantes, observa-se que essa unidade terminológica foi associada (24) vezes, correspondendo a 48% do universo analisado. Esse resultado indica que quase metade dos bibliotecários compreende o acesso público à informação diretamente vinculado à noção de informação pública, em consonância com os dispositivos estabelecidos pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Esse resultado também se evidencia ao relacionar a ocorrência da unidade terminológica Informação pública aos valores terminológicos do domínio da Ciência da Informação, conforme a perspectiva de Cabré (2005). Essa relação é apresentada no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Relação entre informação pública e os valores terminológicos



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

O Gráfico 11 evidencia a predominância do valor terminológico “acesso à informação pública”, que concentra 46% das ocorrências em relação ao total de 50 participantes, seguido por “mediação da informação” (20%) e “acesso ético-social e ideológico” (14%). Em menor proporção, destacam-se os valores terminológicos “acesso à informação (Genérico)” com (10%), “acesso universal à informação” (8%) e “acesso aberto” (2%), indicando que a compreensão do acesso público à informação pelos bibliotecários se ancora majoritariamente em uma dimensão jurídico-institucional.

Diante dessa distribuição dos valores terminológicos no âmbito da Ciência da Informação, torna-se pertinente articulá-los ao Modelo de Acesso à Informação adotado nesta pesquisa. Essa articulação permite compreender de que modo os valores terminológicos se distribuem ao longo das diferentes etapas do modelo e quais deles se efetivam em acesso público à informação.

De acordo com o Modelo de Acesso à Informação, o valor terminológico acesso à informação pública percorre múltiplas etapas do processo de acesso à informação. Nesse percurso, o cidadão estabelece inicialmente contato com a informação pública (Acesso ao lugar informacional), seja por meio de canais institucionais, analógicos ou digitais, avançando até o Acesso cognitivo à informação, etapa na qual a informação pode ser compreendida e utilizada.

Entretanto, esse percurso é condicionado por limites legais, especialmente no que se refere às informações classificadas como sigilosas, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Assim, o acesso público à informação é compreendido como um direito juridicamente assegurado, mas regulado por dispositivos normativos que delimitam sua disponibilização em determinado intervalo temporal.

No plano internacional, a UNESCO monitora a Meta 16.10 da Agenda 2030 por meio do Indicador 16.10.2, cujo objetivo é avaliar a adoção e a implementação de garantias constitucionais, legais e/ou políticas de acesso público à informação em diferentes países e territórios, identificando tendências no desenvolvimento de marcos legais e práticos que assegurem o direito de acesso à informação.

Conforme destacado pela IFLA (2024), com base no relatório global de monitoramento da UNESCO referente ao ano de 2021, a ampliação do número de países que adotaram legislações sobre acesso à informação não garante, por si só, a efetivação desse direito na prática. Nesse cenário, observa-se que nenhum país alcançou um nível pleno de abertura informacional, permanecendo obstáculos significativos ao acesso em escala global.

Entre os principais fatores que limitam esse processo, destacam-se: a fragilidade de muitas legislações, frequentemente marcadas por exceções excessivas e pela insuficiência de mecanismos de revisão e recurso; a persistência de culturas institucionais orientadas pelo sigilo, que resistem ao cumprimento das normas legais mesmo quando estas estão formalmente consolidadas; e a limitação de recursos técnicos, humanos e financeiros em diversos órgãos públicos, comprometendo a coleta, a organização e a disseminação das

informações. O relatório de monitoramento da Unesco de 2021 também evidencia deficiências na gestão documental e aponta a necessidade de fortalecer instâncias de supervisão e redes institucionais como estratégias para aprimorar o acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesse contexto, o acesso à informação pública se consolida como um desafio estrutural e persistente no âmbito global.

As unidades terminológicas associadas à mediação da informação, que correspondem a 20% das ocorrências, evidenciam a relevância atribuída às práticas profissionais, técnicas e institucionais voltadas à efetivação do acesso à informação. Esse acesso não se limita aos dispositivos legais, mas assume um caráter institucional e operativo, envolvendo ações concretas de organização, facilitação e disseminação da informação, desempenhadas pelo bibliotecário.

No Modelo de Acesso à Informação, essas unidades terminológicas podem percorrer todo o processo de acesso à informação, uma vez que as bibliotecas constituem instituições essenciais para a concretização do acesso à informação, atuando no rompimento de barreiras sociais, tecnológicas, financeiras, técnicas e legais. Nessa perspectiva, o acesso à informação se converte em desenvolvimento sustentável por meio da mediação institucional, pois as bibliotecas podem organizar, disponibilizar, tornar acessível e compreensível a informação para toda a sociedade (IFLA,2024).

O terceiro eixo se refere ao acesso ético-social e ideológico, que concentra 16% das ocorrências. Nesse eixo, as unidades terminológicas estão associadas a um direito humano ou constitucional em acessar, usar e compartilhar informações de forma livre, gratuita e sem restrições, bem como sem barreiras sociais ou de acessibilidade.

Nesse conjunto discursivo, o acesso à informação se desloca de um enfoque estritamente normativo ou técnico, concebendo o acesso público à informação como um instrumento de inclusão social. Trata-se de uma perspectiva historicamente presente no campo da Ciência da Informação, diretamente vinculada à sua responsabilidade social.

No Modelo de Acesso à Informação, esse valor se situa predominantemente na etapa inicial de aproximação à informação, compreendida como um lugar informacional coletivo e humano. Para que essa aproximação se converta em uma obtenção efetiva da informação, torna-se necessária a formulação e implementação de políticas públicas de informação, capazes de criar condições estruturais, institucionais e normativas que assegurem o acesso de forma equitativa e acessível para todos.

Em quarto lugar, observa-se o acesso à informação (genérico), com 10% das ocorrências, que reúne unidades terminológicas de caráter generalista relacionadas ao sintagma “acesso público à informação”. Essas unidades não fazem referência explícita a dispositivos legais, práticas de mediação ou dimensões ético-sociais específicas; ao contrário, o foco recai sobre a informação enquanto objeto a ser obtido.

Em quinto lugar, as unidades terminológicas relacionadas ao acesso universal à informação, que correspondem a 6% das ocorrências, aparecem associadas à noção do acesso como um direito de todos, articulando-se com o reconhecimento internacional do acesso à informação como um direito fundamental humano. Nesse contexto, em 17 de novembro de 2015, a UNESCO instituiu o Dia Internacional do Acesso Universal à Informação, a ser celebrado anualmente em 28 de setembro. Posteriormente, em outubro de 2019, a 74ª Assembleia Geral da ONU reconheceu oficialmente essa data como o Dia Internacional do Acesso Universal à Informação, no âmbito das Nações Unidas.

A UNESCO não apresenta uma definição fechada para o conceito de acesso universal à informação. Trata-se de um conceito em construção, desenvolvido segundo as temáticas abordadas nas comemorações do Dia Internacional do Acesso Universal à Informação, com base na liberdade de expressão, prevista no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Um exemplo desse processo é a Declaração do Dia Internacional do Acesso Universal à Informação, realizada em Manila, República das Filipinas, em 29 e 30 de setembro de 2025, afirmando que “toda pessoa tem o direito de buscar, receber e utilizar informações ambientais detidas por autoridades públicas e, quando pertinente, por entidades privadas” (UNESCO, 2025).

Essa menção relaciona o acesso universal à informação à dimensão ambiental, indicando que o acesso universal implica que todas as pessoas, sem discriminação, possam buscar, receber, produzir e utilizar informações governamentais, especialmente aquelas de interesse público, de forma livre, equitativa, oportuna e compreensível, por meios acessíveis e inclusivos.

Desse modo, o acesso universal à informação está diretamente relacionado às informações públicas, o que corresponde ao Indicador 16.10.2, destinado a acompanhar o alcance da Meta 16.10 da Agenda 2030. Esse entendimento também se explica pelo fato de a agência atuar com base em princípios normativos, voltados à garantia de direitos.

A IFLA, por sua vez, enfatiza a dimensão do compartilhamento da informação, compreendendo o acesso universal como a capacidade de toda pessoa, comunidade ou organização de usar, criar e compartilhar informação (IFLA, 2024).

No âmbito do Modelo de Acesso à Informação, observa-se que ambas as instituições internacionais se situam na etapa de aproximação à informação, mas se distinguem quanto às fases de obtenção e de posterior usabilidade da informação. Dessa forma, evidencia-se a distância entre o ideal normativo do acesso universal à informação e sua concretização prática.

Por fim, o acesso aberto, com 2%, apresenta a menor incidência entre os valores terminológicos no domínio da Ciência da Informação. Embora apareça de forma pontual, esse eixo evidencia o reconhecimento do acesso aberto à informação científica e às informações públicas como um mecanismo legítimo para o acesso público à informação. No Modelo de Acesso à Informação, o acesso aberto pode ser compreendido como um mecanismo que potencialmente atravessa todas as etapas do modelo, desde a aproximação até o Acesso cognitivo da informação. Apesar disso, sua baixa representatividade indica que essa perspectiva não ocupa posição central na compreensão dos bibliotecários sobre o acesso público à informação.

No Quadro 31, são apresentadas as unidades terminológicas identificadas nos discursos dos bibliotecários, definidas no âmbito da Ciência da Informação. As definições reunidas refletem a variação denominativa e conceitual do sintagma acesso público à informação, que, no contexto de uso, revela dimensões éticas, normativas e profissionais.

Quadro 31 - Definições das unidades terminológicas relacionadas ao acesso público à informação

ACESSO ACESSÍVEL	<p>Acessibilidade: a) possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.</p> <p>BARREIRAS NAS COMUNICAÇÕES e na informação: qualquer entrave, obstáculo,</p>
------------------	---

	atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação (Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000); b) Na era das tecnologias da informação e comunicação, possibilidade de aceder a recursos informáticos e de informação, dada ao maior número possível de membros de uma população, independentemente das respetivas aptidões físicas ou tecnológicas, incluindo, portanto, as pessoas portadoras de alguma deficiência (APDSI, 2019).
ACESSO GRATUITO	Informacionais gratuitos <i>free information resource, free resource</i> BIB INTERN fonte de informação que pode ser obtida de forma gratuita, p.ex.: o catálogo telefónico. Com a internet, a informação está disponível sem custo, por meio de uma ampla variedade de fontes hospedadas na World Wide Web (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 308)
ACESSO ÍNTEGRO À INFORMAÇÃO	Integridade a) salvaguarda da exatidão e completeza da informação e dos métodos de processamento (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 329); b) qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011); c) garantia de que os dados ou a informação não sejam alterados de modo não autorizado (APDSI, 2019).
ACESSO IRRESTRITO	Direito à informação <i>freedom of information, information right</i> 1. ADM DIR acesso irrestrito à informação; liberdade de informação $\Leftrightarrow$ acesso à informação. 2. ARQ direito legal de acesso à informação contida nos documentos armazenados em arquivos (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 126).
ACESSO LIVRE	Livre a) <i>open access</i> BIB COMN INTERN segundo a declaração da Budapest Open Access Initiative (BOAI), realizada em 2002, diz-se do acesso à literatura técnico-científica que estará disponibilizada na internet, sendo permitido a qualquer usuário ler, copiar, distribuir, imprimir, fazer buscas e fazer hipervínculo aos textos completos desses artigos. O usuário levará em conta que o autor do texto é o detentor dos direitos autorais e que deverá receber

	a devida citação (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 4); b) livre acesso é o nome usado atualmente para um conceito, um movimento e um modelo de negócio cujo objetivo é prover livre acesso e reutilização do conhecimento científico na forma de artigos de pesquisas, monografias, dados e materiais relacionados. O livre acesso faz isso mudando do modelo prevalecente atualmente, de pagamento pelos assinantes depois da publicação, para um modelo de financiamento que não cobra dos leitores ou suas instituições pelo acesso (IFLA,2011);
ACESSO SEGURO À INFORMAÇÃO	Segurança a) <i>security</i> ARQ BIB INF INTERN proteção dos dados armazenados contra alterações não-autorizadas. S. DA INFORMAÇÃO <i>information security</i> arq BIB INF INTERN procedimentos para proteção do acervo informacional de uma organização contra o acesso ou uso por pessoas não-autorizadas. Caracterizada pela preservação da: a) confiabilidade: garantia de que a informação é acessível somente por pessoas autorizadas; b) integridade: salvaguarda da exatidão e completeza da informação e dos métodos de processamento; c) disponibilidade: garantia de que os usuários autorizados obtenham acesso à informação e aos ativos sempre que necessário (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 329); b) segurança da informação proteção dos sistemas de informação contra o acesso ou a modificação não autorizados da informação, durante o seu armazenamento, processamento ou transmissão, e contra a negação de serviço a utilizadores autorizados ou o fornecimento de serviço a utilizadores não autorizados, incluindo as medidas necessárias para detectar, documentar e contrariar tais ameaças (APDSI, 2019).
ACESSO SEM BARREIRAS	Acesso sem barreiras financeiras, legais ou técnicas (BOIA,2002 ²¹).
ACESSO UNIVERSAL À INFORMAÇÃO	A capacidade de toda pessoa, comunidade ou organização de usar, criar e compartilhar informação (IFLA, 2024)

²¹ Informação disponível: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>

FACILIDADE NO ACESSO	2. BIB facilidade com que um catálogo de biblioteca, índice, base de dados bibliográficos e outros tipos de recursos informacionais podem ser utilizados pelo usuário (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 372).
FACILIDADE NO USO	Facilidade de aprender => usabilidade. f. de uso => usabilidade. 1. INF "grau com que usuários específicos podem alcançar metas específicas em determinado ambiente, com eficácia, comodidade e de modo aceitável [Booth 1989]. Mais especificamente, os componentes de usabilidade foram identificados por Bennett (1984) e, mais tarde, operacionalmente por Shackel (1990), de modo que pudessem ser testados, podem ser expressos em termos de: aprendibilidade ou facilidade de aprender - o tempo e o esforço exigidos para alcançar determinado nível de desempenho de uso; produção ou facilidade de uso - as tarefas concluídas por usuários experientes, a velocidade de cumprimentos da tarefa e os erros cometidos (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 169 e 372).
INFORMAÇÃO CIENTÍFICA	a) Informação que serve de matéria-prima para a geração de conhecimentos científicos e de tecnologias (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 204); b) É o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de uma nação. Trata-se de um processo contínuo em que a informação científica contribui para o desenvolvimento científico e ela, por sua vez, gera novos conteúdos, realimentando todo o processo (IBICT, 2005).
INFORMAÇÃO DE QUALIDADE	ARQUIVÍSTICA a) <i>archival permanence, archival quality</i> ARQ 1. "Propriedades físicas, inerentes aos suportes de informação, que permitem a preservação indefinida dos documentos, sob determinadas condições de controle" (AAB); qualidade de preservação. 2. Grau pelo qual os documentos retêm suas características originais, q. da informação => avaliação da informação (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 203); b) Medida coletiva do nível de serviço disponibilizado ao utilizador. A qualidade de serviço pode ser caracterizada por critérios de

	desempenho como, por exemplo, disponibilidade, ocorrência de erros, tempo de resposta e capacidade de produção (APDSI, 2019).
INFORMAÇÃO FACILMENTE ENCONTRÁVEL	Recurso ou meio que permite encontrar [localizar] documentos ou informações. (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 3)
INFORMAÇÃO NECESSÁRIA AO USUÁRIO	Utilitária => informação comunitária. (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 204).
INFORMAÇÃO PÚBLICA	ADM ARQ BIB a) informação editada, publicada ou disseminada por organismo público federal, estadual ou municipal (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 203), b) informação que não é privada, controlada, protegida ou limitada; qualquer pessoa pode ter acesso a uma informação pública (APDSI, 2019).
INFORMAÇÃO SOCIALMENTE COMPREENSÍVEL	Criação de conteúdos multilíngues, disponibilizados em formatos facilmente acessíveis, bem como a tradução e adaptação de temas complexos para torná-los compreensíveis a um público mais amplo (IFLA, 2022 ²² /2023 ²³).
LIBERDADE DE ACESSO À INFORMAÇÃO	A IFLA acredita que o direito de saber e a liberdade de expressão são dois aspectos de um mesmo princípio. O direito de saber é um requisito para a liberdade de pensamento e de consciência; a liberdade de pensamento e a liberdade de expressão são condições necessárias para a liberdade de acesso à informação (IFLA, 1999).
POSSIBILITAR O ACESSO À INFORMAÇÃO	Adotar e implementar políticas públicas de informação e condições institucionais para tornar possível o acesso público à informação.
PROMOVER O ACESSO À INFORMAÇÃO	Adotar e implementar políticas públicas de informação e condições institucionais para impulsionar o acesso público à informação.
SEM CENSURA	Censura <i>ensorship</i> ARTE DIR HIST 1. Proibição de publicar e divulgar ideias, notícias, imagens e conceitos que são considerados, pelas autoridades, como elementos capazes de abalar a autoridade do governo, ou a ordem social e moral. 2.

²² Informação disponível em: <https://www.ifla.org/events/ifla-scitech-webinar-health-information-literacy-content-creation-during-the-covid-infodemic/>. Acesso em 17 de dez.2025

²³ Informação disponível em: <https://www.ifla.org/news/libraries-empowering-climate-action-ideas-generated-during-wlic-2023-climate-session/>. Acesso em 17 de dez. 2025

	Controle exercido sobre a informação e os livros, com a finalidade de decidir sobre a oportunidade, ou inoportunidade, de sua disseminação. <=> <i>imprimatur</i> , livro expurgado; livro proibido (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 203).
TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Transparência Ativa é entendida como aquela em que há disponibilização da informação de maneira espontânea (proativa). É o que ocorre, por exemplo, com a divulgação de informações na Internet, de modo a qualquer cidadão poder acessá-las diretamente (ENAP, 2018, p.11).
TRANSPARÊNCIA DOS DADOS	Característica de um sistema de informação que garante que os dados recebidos são exatamente iguais aos que foram enviados. (APDSI, 2019).

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Observando-se as definições analisadas, é possível perceber que as unidades terminológicas identificadas podem ser redistribuídas conforme o foco semântico-discursivo, o qual se articula à estrutura morfossintática do sintagma nominal apresentada no início desta seção:

[Sintagma Nominal (SN)]

├── Núcleo: acesso (substantivo)

├── Modificador: público (adjetivo)

└── Complemento Nominal: [Sintagma Preposicional (SP)]

├── Preposição: à

└── Núcleo: informação

Dessa forma, identificam-se três grupos:

1. Unidades terminológicas com foco no núcleo acesso e em seus modificadores. Esse grupo reúne as unidades terminológicas cujo foco recai sobre o núcleo “acesso”, qualificado por valores ético-sociais, jurídicos e vinculados aos direitos humanos. Inserem-se nesse

conjunto: acesso acessível, acesso gratuito, acesso irrestrito, acesso livre, acesso sem barreiras, acesso universal à informação, acesso íntegro à informação e acesso seguro à informação.

2. Unidades terminológicas com foco no objeto informacional. Nesse segmento, o foco das unidades terminológicas se desloca para o objeto adquirido, isto é, a informação. Nesses casos, o núcleo semântico passa a ser “informação”, enquanto o acesso opera como pressuposto implícito. Integram esse conjunto: informação científica, informação de qualidade, informação facilmente encontrável, informação necessária ao usuário, informação pública, informação socialmente compreensível, transparência da informação, transparência dos dados, sem censura, liberdade de acesso à informação e facilidade no uso.

3. Unidades terminológicas de natureza operacional. Esse conjunto compreende as unidades terminológicas: possibilitar o acesso à informação e promover o acesso à informação. Nelas, o acesso permanece central, mas o foco se desloca para as condições operacionais, institucionais e políticas de mediação, evidenciando o acesso como processo, não apenas como estado ou atributo.

Dessa forma, com base na Teoria Comunicativa da Terminologia, o valor terminológico do sintagma “acesso público à informação” é concebido pelos bibliotecários, em seu contexto de uso, simultaneamente como direito, como processo e como qualidade informacional. Assim, o termo “acesso público à informação” se revela como uma construção terminológica dinâmica, cuja denominação e o conceito se reconfiguram conforme as práticas profissionais e as situações de uso no campo da Ciência da Informação.

Quando articulada ao Modelo de Acesso à Informação, essa variação terminológica permite compreender que os diferentes focos do sintagma nominal correspondem a etapas e dimensões distintas do processo de acesso informacional.

As unidades terminológicas cujo foco se concentra no núcleo “acesso” e em seus modificadores se relacionam à etapa de aproximação à informação. As unidades terminológicas de natureza operacional, por sua vez, evidenciam as ações de mediação, as práticas profissionais e os mecanismos institucionais envolvidos na obtenção da informação.

Por fim, as unidades centradas no complemento nominal “informação” se relacionam ao Acesso cognitivo informacional, etapa na qual a informação precisa ser compreensível, relevante, acessível para poder ser efetivamente apropriada pelos sujeitos.

Dessa forma, o Modelo de Acesso à Informação, relacionado ao sintagma “acesso público à informação” no discurso dos bibliotecários, configura-se como um processo complexo, multifacetado e desafiador, concebido com base em direitos legais, em mediações institucionais e profissionais e dos direitos humanos. Tal configuração desafia tanto instituições internacionais quanto bibliotecas locais a favorecer e fortalecer, de maneira efetiva, o acesso público à informação.

No âmbito da Ciência da Informação, a Meta 16.10 da Agenda 2030 e, especialmente, seu núcleo conceitual, o acesso, representam um desafio simultaneamente epistemológico e prático, ao exigir a articulação entre os fundamentos teóricos e as práticas profissionais e institucionais. No contexto contemporâneo, marcado pela intensificação do uso de tecnologias digitais e pela necessidade de ampliar o acesso para grupos em situação de vulnerabilidade, esse cenário reafirma a centralidade do acesso à informação como condição para a transformação das realidades sociais. Assim, assegurar o acesso público à informação não se limita a um princípio normativo, mas constitui uma prática essencial para a promoção da equidade informacional e para o fortalecimento do exercício da cidadania.

7.7 Objetivo específico D - Explicar a compreensão que os bibliotecários das universidades públicas da Paraíba possuem sobre o sintagma “acesso público à informação”, com base no Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

Conforme apresentado na seção anterior, os cinco valores terminológicos identificados no campo da Ciência da Informação orientaram a construção do Discurso do Sujeito Coletivo. No processo metodológico de categorização, as expressões-chave extraídas dos discursos dos participantes foram articuladas de modo a possibilitar a compreensão coletiva do grupo investigado.

O Acesso universal à informação foi categorizado como Acesso ético-social e ideológico, uma vez que, nos discursos dos bibliotecários, o acesso é compreendido predominantemente como um direito humano fundamental, associado a valores de igualdade, justiça social e inclusão informacional.

Os valores terminológicos “acesso à informação pública” e “acesso aberto” foram agrupados na mesma categoria acesso à informação pública, por compartilharem um núcleo

conceitual comum, fundamentado na legalidade da obtenção da informação. Em ambos os casos, o acesso é concebido como legítimo, autorizado e respaldado por marcos normativos.

Por sua vez, os valores terminológicos “acesso à informação” e “mediação da informação” constituem categorias próprias, por apresentarem compreensões específicas em relação ao objeto central da pesquisa: o acesso público à informação. Nessa seção, a análise tem início pelo valor terminológico “acesso à informação pública”.

Quadro 32 - Discurso do Sujeito Coletivo: Acesso à informação pública

BIBLIOTECÁRIOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS /PB	
Acesso público à informação	
Pergunta 1 - O que você compreende por acesso público à informação?	
Categoria: Acesso à informação pública	
Expressões-chave (ECH)	Discurso do Sujeito Coletivo
B1. Que as informações governamentais estejam disponíveis para consulta para a população em geral	<p>Eu compreendo o acesso público à informação como o direito de qualquer cidadão de ter, solicitar e obter informações públicas, especialmente aquelas produzidas pelos órgãos, entidades da administração pública. É um direito garantido pela Constituição Federal e consolidado pela Lei de Acesso à Informação (LAI), assegurando que essas informações estejam disponíveis para consulta pela população em geral.</p> <p>Entendo que o acesso à informação pública exige transparência nas ações do poder público, de modo que as informações estejam disponibilizadas de forma simples, sejam elas digitais ou não, sem barreiras, sem necessidade de cadastros ou senhas, conforme previsto em lei, salvo nos casos de informações confidenciais. Trata-se de um direito fundamental, que deve ser assegurado a todas as pessoas e a todos aqueles que tiverem interesse. Assim, o direito individual do cidadão de acessar as informações governamentais é exercido.</p> <p>Para mim, o acesso público à informação significa disponibilizar dados e informações públicas livremente e de forma irrestrita, garantindo o acesso à informação, tanto no atendimento a demandas específicas de pessoas físicas ou jurídicas, quanto no recebimento de informações necessárias e</p>
B2. Acesso a toda e qualquer informação pública	
B4. Transparência nas ações do poder público	
B9. É quando precisamos de informações públicas dos órgãos e entidades da administração pública e essas estejam disponíveis sem qualquer burocracia, de forma transparente	
B14. Direito do cidadão recebe informação necessária e relevante	
B17. Direito de se ter, solicitar informações públicas	
B18. Transparência e acesso irrestrito a informações de órgãos e instituições públicas como direito de todas as pessoas	
B20. Informação pública acessível a todos os cidadãos sem que esses precisem de justificativas para obtê-las.	
B21. É o direito fundamental previsto em Constituição Federal de acesso à informação pública	
B27. Acesso garantido à informação a todos pelo poder público	
B28. Deve garantir a publicização de informações e é um direito garantido pela Constituição Federal	

B29. Direito constitucional de qualquer cidadão de obter informações públicas. Esse direito está consolidado na LAI.	relevantes. Isso ocorre porque é direito do usuário da informação estar bem-informado, ter a informação correta em suas pesquisas, tornando assim a informação acessível a todos os cidadãos, pois é um direito da constituição federal. Esse acesso inclui tanto a informação necessária e relevante quanto aquela solicitada em demandas específicas, sendo essas fontes confiáveis de informação. Compreendo, ainda, que é dever do poder público promover a disseminação das informações produzidas com recursos públicos, por meio de instrumentos perenes que garantam a longevidade dessas informações, assegurando a memória para as próximas gerações. Assim, o acesso público à informação se concretiza como um direito do cidadão brasileiro.
B31. Qualquer pessoa tem o direito de ter acesso e obter informações de todas as informações e ações de governos e instituições públicas.	
B34. Disponibilizar de dados e informações públicas livremente, de forma transparente garantindo e preservando os dados públicos de uma maneira geral.	
B37. É a disponibilização de informações públicas em atendimento a demandas específicas de uma pessoa física ou jurídica.	
B39. Disponibilizar o que está previsto em lei a todos aqueles que tiverem interesse	
B40. Mas é um direito do usuário da informação ser bem-informado. Ter a informação correta em suas pesquisas	
B41. Disponibilização e transparência na informação para todos, salvos os casos de informações confidenciais	
B43. Garantir o direito individual do cidadão de acessar publicamente as mais diversas fontes confiáveis de informação	
B45. Promover a disseminação da informação produzida com recursos públicos de forma gratuita, sejam eles digitais ou não, sem barreiras, sem necessidade de cadastros e senhas por meio de um instrumento que seja perene e que garanta a longevidade destas informações assegurando a memória para as próximas gerações	
B48. Tornar acessível a todos cidadãos a informação pública	
B49. Disponibilizar as informações do governo e de instituições públicas de forma simples e gratuita para todos	
B50. Direito do indivíduo brasileiro	

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

O discurso do bibliotecário espelha que o acesso público à informação é predominantemente compreendido sob o viés da informação pública. Embora se trate de um direito assegurado por dispositivos legais, observa-se que não há uso de uma terminologia

jurídica, mas sim de uma linguagem simples e compreensível, construída com base em práticas profissionais e no cotidiano institucional.

O acesso público está relacionado à fundamentação constitucional do direito de acesso, à disponibilização e publicização de informações para consulta, bem como à transparência das ações do poder público, elementos que possibilitam o controle social e ampliam a visibilidade do Estado. A fala também evidencia a desburocratização do acesso, compreendida como o direito de ter, obter e solicitar informações públicas sem necessidade de justificativa e sem exigência de identificação, de modo a eliminar mecanismos de controle que inibam o acesso ou excluam sujeitos que não dominam as tecnologias da informação.

Nesse contexto, o acesso é concebido como um bem público, que deve ser simples, gratuito, livre das barreiras de acessibilidade e universal, ou seja, não se restringindo à cidadania formal, mas se estendendo a qualquer pessoa. Além disso, o bibliotecário associa o acesso à necessidade de perenidade e continuidade do patrimônio informacional público, reconhecendo a importância da preservação da informação como memória social.

A legalidade do direito é compreendida como uma universalidade com exceções, reconhecendo os limites impostos às informações classificadas como sigilosas, ao mesmo tempo em que se afirma a amplitude do objeto informacional, expressando um ideal de acesso pleno, irrestrito. Destaca-se, ainda, que o acesso não se resume à simples disponibilização da informação. É necessário que ela seja confiável, relevante e socialmente significativa, capaz de atender tanto a demandas gerais quanto a demandas específicas de pessoas físicas ou jurídicas.

Dessa forma, o acesso público à informação, no discurso do bibliotecário, não se limita ao produto informacional final, mas se estende às dimensões de transparência, responsabilização pública (*accountability*) e controle social, abrangendo tanto as informações públicas quanto aquelas relacionadas à produção científica.

Quadro 33 - Discurso do Sujeito Coletivo: Mediação da informação

BIBLIOTECÁRIOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS /PB	
Acesso público à informação	
Pergunta 1 - O que você compreende por acesso público à informação?	
Categoria: Mediação da informação	
Expressões-chave (ECH)	Discurso do Sujeito Coletivo
B3. Mediar a informação que se precisa de forma livre. Sem censura	Eu compreendo o acesso público à informação como a possibilidade de mediar a informação necessária de forma livre, sem censura, permitindo que a informação e o conhecimento estejam ao alcance de todos. Trata-se da capacidade de permitir o acesso sem restrições à informação. Para mim, o acesso à informação significa dar acesso às informações em diferentes formatos, de modo que qualquer tipo de sujeito informacional possa utilizá-las. Isso implica levar a informação de forma gratuita a todas as pessoas, tornando livre o acesso às informações e possibilitando e promovendo o acesso à informação. Entendo ainda que o acesso público à informação envolve tornar disponível para todos uma informação de qualidade, com facilidade no acesso e no uso, que seja socialmente compreensível, garantindo também que a informação seja íntegra e segura.
B8. Refere-se à capacidade de permitir o acesso sem restrições a informação	
B10. Assegurar que qualquer que seja a informação esteja acessível ao público	
B15. Dar acesso às informações formatos a qualquer tipo de sujeito informacional	
B26. Tornar disponível para todos informação de qualidade, facilidade no acesso e uso, além de socialmente compreensível	
B30. Levar a informação de forma gratuita a todas as pessoas.	
B33. Dar acesso à informação ao público, de forma íntegra e segura.	
B44. Possibilitar, promover o acesso à informação	
B46. Permitir que as informações e o conhecimento estejam ao alcance de todos	
B47. Tornar livre o acesso às informações	

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Conforme o bibliotecário, o acesso público à informação é compreendido como um processo mediado pelo bibliotecário, cuja função não é controlar ou filtrar ideologicamente os conteúdos, mas facilitar o encontro entre o cidadão e a informação, reafirmando o princípio da liberdade intelectual, em consonância com a Declaração da IFLA (1999) sobre a Liberdade de Expressão e as Bibliotecas.

Nesse contexto, o acesso é concebido como uma condição a ser garantida pelas bibliotecas e pelos serviços de informação, que devem possuir a capacidade de remover barreiras de restrição para que o acesso à informação ocorra, independentemente do suporte informacional e do tipo de sujeito. O discurso evidencia ainda que o custo é identificado como uma barreira ao acesso, e sua eliminação é compreendida como condição essencial para assegurar que todas as pessoas acessem a informação.

Além disso, o acesso ultrapassa a mera disponibilidade técnica. O bibliotecário reconhece que o acesso sem qualidade pode prejudicar o cidadão, ao gerar desinformação, erro ou exclusão cognitiva. Assim, o acesso pressupõe a inexistência de barreiras técnicas, burocráticas, econômicas ou tecnológicas, bem como a adoção de interfaces compreensíveis, linguagem clara, organização adequada e mediação quando necessária. Nessa perspectiva, a informação só é efetivamente acessada quando pode ser compreendida e apropriada em seu contexto de uso.

Desse modo, a preservação da integridade da informação e a proteção contra alterações indevidas, garantindo sua confiabilidade, tornam-se elementos indispensáveis para sua apropriação. Por fim, o acesso é entendido como um processo ativo, que exige a formulação e implementação de políticas públicas de informação, além de iniciativas e práticas permanentes para sua efetiva concretização, reafirmando o compromisso das bibliotecas e dos bibliotecários com a promoção da inclusão informacional.

Quadro 34 - Discurso do Sujeito Coletivo: Acesso à informação

BIBLIOTECÁRIOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS /PB	
Acesso público à informação	
Pergunta 1 - O que você compreende por acesso público à informação?	
Categoria: Acesso à informação	
Expressões-chave (ECH)	Discurso do Sujeito Coletivo
B5. Transparência de dados / Informação	Eu compreendo o acesso público à informação como algo diretamente relacionado à transparência dos dados e da informação. Para mim, é fundamental que as informações sejam facilmente encontráveis e de qualidade. Além disso, considero essencial a liberdade de informação, para que o cidadão tenha acesso a informações importantes para sanar suas necessidades.
B12. Informações facilmente encontráveis	
B13. De qualidade	
B22. Liberdade de informação	
B23. Ter acesso a informações importantes para sanar suas necessidades	

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

O discurso do bibliotecário evidencia uma compreensão do acesso público à informação como um conceito intrinsecamente vinculado à transparência dos dados e das informações. O enunciado desloca o acesso do plano formal para o plano prático, ao indicar que a simples existência da informação não garante o exercício do direito de acesso se a informação não for facilmente localizável ou se não atender a critérios de qualidade.

Além disso, a liberdade de informação é apresentada como condição necessária para a efetivação do acesso, de modo que este não seja limitado por censura, controle indevido ou restrições arbitrárias. Nessa perspectiva, a liberdade informacional é compreendida como elemento fundamental para o cidadão ter acesso a informações relevantes às suas necessidades, possibilitando sua apropriação e uso social.

Sendo assim, o bibliotecário compreende o acesso público à informação como uma liberdade informacional, entendida como condição para o cidadão acessar informações relevantes às suas necessidades sem censura. Dessa forma, o acesso público à informação é concebido como um processo que articula dimensões ético-políticas, operacionais e cognitivas, orientado para a apropriação social da informação.

Quadro 35 - Discurso do Sujeito Coletivo: Acesso ético-social e ideológico

BIBLIOTECÁRIOS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS /PB	
Acesso público à informação	
Pergunta 1 - O que você compreende por acesso público à informação?	
Categoria: Acesso ético-social e ideológico	
Expressões-chave (ECH)	Discurso do Sujeito Coletivo
B6. Acesso livre e facilitado	<p>Eu compreendo o acesso à informação como um acesso livre e facilitado, sem restrições e sem barreiras sociais, econômicas ou de acessibilidade. Para mim, a informação deve ser gratuita e de forma acessível, garantindo o acesso a toda e qualquer tipo de informação, sem distinção de idade, cor, gênero, classe social etc.</p> <p>Assim, o acesso à informação se concretiza quando a informação é acessível para todos, gratuita, livre, sem barreiras e sem restrições.</p>
B7. Acesso sem custo financeiro às informações	
B16. Qualquer pessoa ter acesso à informação	
B19. Informação para todos, sem restrição	
B24. Informação sem barreiras	
B25. Sem restrição	
B32. De maneira indistinta e sem barreiras sociais, econômicas ou de acessibilidade	
B35. Gratuito e de forma acessível	
B38. Acesso livre para todos	
B36. A informação de forma acessível para todos	
B42. Acesso a todo e qualquer tipo de informação a todas as pessoas, sem distinção de idade, cor, gênero, classe social etc.	

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

O discurso do bibliotecário evidencia que, para o acesso público à informação, são necessários seis princípios fundamentais. O primeiro é a gratuidade do acesso, compreendida como a ausência de custo financeiro, sendo a gratuidade uma condição essencial para a efetivação desse direito.

O segundo princípio diz respeito à universalidade do acesso, garantida a todas as pessoas, sem distinções, de modo que sua apropriação não esteja condicionada a critérios como idade, gênero, cor, classe social ou outras características pessoais.

O terceiro princípio está relacionado à ausência de restrições, entendida como a inexistência de limitações ideológicas ou jurídicas que impeçam o acesso à informação.

O quarto princípio corresponde à eliminação de barreiras, uma vez que o discurso destaca a necessidade de remover obstáculos sociais, econômicos, tecnológicos e de acessibilidade que dificultam ou impedem o exercício pleno do direito de acesso.

O quinto princípio se refere à acessibilidade informacional, segundo a qual a informação deve ser apresentada de forma acessível, considerando as diferentes capacidades, contextos e condições dos sujeitos informacionais.

Por fim, o sexto princípio diz respeito ao acesso livre, que abrange o acesso a todo e qualquer tipo de informação, reforçando a ideia de um acesso pleno.

Esses princípios dialogam com o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, do IBICT (2005), que propõe a disponibilização do conhecimento científico e acadêmico de forma gratuita e acessível a todas as pessoas, configurando-se como um importante marco normativo para a comunidade acadêmica e científica.

No discurso dos bibliotecários analisados, não se observa referência direta à informação científica, mas sim o compartilhamento de ideias alinhadas aos princípios defendidos pela IFLA (2002), especialmente expressos na Declaração de Glasgow sobre Bibliotecas, Serviços de Informação e Liberdade Intelectual, proclamada pelo Conselho da IFLA em 19 de agosto de 2002, em Glasgow, Escócia.

Nesse documento, a IFLA proclama “o direito fundamental dos seres humanos tanto de acessar quanto de expressar informações sem restrições”. Ela conclama bibliotecas, serviços de informação e seus profissionais a “defender e promover os princípios da liberdade intelectual e a oferecer acesso irrestrito à informação” (IFLA, 2002, p. 2). Desse modo, o discurso dos bibliotecários analisados se alinha aos princípios estabelecidos pela IFLA (2002), reafirmando o compromisso das bibliotecas com a democratização da informação, da inclusão informacional e da liberdade intelectual.

Assim, o discurso dos bibliotecários se alinha aos princípios estabelecidos pela IFLA (2002) ao reafirmar o compromisso das bibliotecas com a democratização da informação, a liberdade intelectual, a inclusão informacional e o livre acesso à informação. Embora a

liberdade intelectual esteja intrinsecamente relacionada ao acesso à informação, trata-se de conceitos distintos.

Segundo a IFLA, a liberdade intelectual se refere ao direito fundamental de que “os seres humanos têm o direito fundamental de aceder às expressões do conhecimento, do pensamento criativo e da atividade intelectual e de expressar as suas opiniões publicamente” (IFLA, 1999, p. 1). Já o acesso à informação, para além da garantia da liberdade intelectual, envolve condições estruturais, institucionais e materiais que possibilitam a obtenção e a apropriação efetiva da informação pelos cidadãos.

De acordo com as múltiplas compreensões do sintagma “acesso público à informação”, as unidades terminológicas confirmam a hipótese de que os termos empregados pelos bibliotecários refletem relação intersubjetiva de formação dos modos de pensar e de agir de bibliotecários e, conseqüentemente, resultam nas variações denominativas atribuídas em seus discursos.

7.8 Objetivo Específico E: Mapear as ações citadas pelos bibliotecários para assegurar o acesso público à informação em seu contexto de atuação

As ações mencionadas pelos bibliotecários para assegurar o acesso público à informação, em seus contextos discursivos, totalizaram aproximadamente 135 ações, uma vez que cada participante citou mais de uma. À luz da Teoria Comunicativa da Terminologia, essa multiplicidade não foi compreendida como simples repetição, mas como resultado dos diferentes contextos de uso, das experiências profissionais e das compreensões construídas pelos bibliotecários em sua prática cotidiana. A análise evidenciou que diversas ações compartilhavam núcleos conceituais semelhantes, embora fossem escritas de maneira diferente.

Diante disso, procedeu-se à descrição e à sistematização das ações, preservando-se apenas aquelas que representavam práticas distintas entre si, com o objetivo de evitar redundâncias semânticas sem descaracterizar a diversidade das ações. Como resultado desse processo analítico, fundamentado no princípio comunicativo da terminologia, as ações foram organizadas em oito eixos temáticos, totalizando 75 ações, as quais refletem, de forma mais precisa, as ações discursivamente atribuídas pelos bibliotecários para assegurar o acesso público à informação em seus contextos de atuação.

Ressaltamos que as ações mencionadas pelos bibliotecários não foram reproduzidas, em sua maioria, literalmente. O procedimento adotado consistiu na organização analítica das ações, com o objetivo de mapear as estratégias mencionadas pelos participantes para assegurar o acesso público à informação, mantendo a diversidade das práticas citadas.

ACESSO ÀS COLEÇÕES

1. Atuação direta na promoção e viabilização de publicações em bases de dados de acesso aberto.
2. Atualização do acervo.
3. Biblioteca virtual.
4. Compra de material.
5. Criação e manutenção de portais digitais.
6. Digitalização e disponibilização do acervo em formato digital.
7. Digitalização de trabalhos acadêmicos.
8. Fornecimento de materiais informacionais no formato impresso ou on-line aos cidadãos, de acordo com suas necessidades.
9. Oferta de bases de dados.
10. Oferta de materiais informacionais em múltiplos formatos.
11. Oferecer recursos em diferentes formatos de informação para atender à comunidade acadêmica em seus diversos perfis de leitores.
12. Organização e divulgação dos acervos.
13. Preservação digital.
14. Promoção da diversidade no acervo.
15. Repositório institucional.
16. Tornar todo o acervo disponível para consulta por todos os públicos.
17. Catálogo on-line.

EDUCAÇÃO DE USUÁRIOS

1. Capacitar a comunidade acadêmica para utilizar os recursos disponibilizados pela biblioteca.
2. Desenvolver a competência informacional por meio da formação de usuários.
3. Promover treinamentos de usuários para acesso às bases de dados.

4. Promover treinamentos dos usuários para que saibam onde procurar, como identificar e adquirir a informação.

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

1. Adequar os espaços físicos da biblioteca por meio de recursos como pisos táteis e sinalização das estantes em Braille.
2. Capacitar a equipe da biblioteca para a comunicação e o atendimento a pessoas com deficiência.
3. Disponibilizar informações acessíveis no site institucional e nas redes sociais.
4. Disponibilizar materiais acessíveis em formatos inclusivos, como *e-books*, audiolivros e materiais em Braille.
5. Disponibilizar softwares leitores de tela.
6. Garantir a acessibilidade dos acervos físicos e digitais.
7. Promover a inclusão informacional.
8. Realizar a descrição acessível das postagens nas redes sociais.

COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO

1. Comunicação visual.
2. Criação de conteúdos de cunho informativo.
3. Disponibilizar informações em diversos formatos e veículos de comunicação.
4. Disponibilizar informações públicas no site institucional
5. Disponibilizar tutoriais informativos no site da biblioteca.
6. Divulgação e comunicação para conhecimento da população.
7. Divulgar as atividades, ações e serviços da biblioteca por meio de diferentes canais de comunicação, como e-mail, redes sociais, panfletos e avisos institucionais.
8. Divulgar informações em formatos acessíveis.
9. Divulgar os horários de funcionamento do setor e dos servidores.
10. Manter canais de comunicação com a comunidade, para divulgação de novas aquisições, treinamentos e serviços oferecidos.

11. Publicizar informações institucionais em todos os meios de comunicação da instituição.
12. Reestruturar o site da biblioteca.

ACESSO TECNOLÓGICO

1. Disponibilizar computadores e equipamentos para uso dos usuários.
2. Disponibilizar Wi-Fi para usuários e visitantes.
3. Oferecer acesso gratuito à internet.
4. Promover a inclusão digital no acesso à informação.

AÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA

1. Garantir o acesso livre e acolhedor por meio de eventos culturais.
2. Promover palestras sobre a importância da leitura.
3. Realizar alas de leitura, rodas de debate, palestras e oficinas.

QUALIDADE DO ATENDIMENTO

1. Apresentar novas possibilidades de atendimento à comunidade acadêmica por meio de recursos informacionais, tanto em formato impresso quanto em tecnologias da informação, visando atender às variadas necessidades informacionais dos usuários.
2. Assegurar clareza na comunicação.
3. Assegurar transparência sobre os serviços oferecidos.
4. Dar suporte para o usuário ter acesso à informação, indicando e ensinando como acessá-la.
5. Desenvolver ações de disseminação seletiva da informação, incluindo iniciativas em redes sociais, como “fato ou fake”, e plantões tira-dúvidas.
6. Facilitar o acesso à informação de forma segura, clara, precisa e gratuita.
7. Garantir atendimento a todos, independentemente de suas limitações sociais, educacionais e políticas.
8. Melhorar o acesso às estantes.
9. Promover empatia no atendimento aos usuários.
10. Realizar a mediação da informação.

11. Realizar o atendimento às demandas de forma rápida e eficiente.
12. Tornar o horário de funcionamento dos setores acessível a toda a comunidade acadêmica.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

1. Ampliar o atendimento da biblioteca para além dos usuários institucionais, contemplando também os cidadãos em geral.
2. Apoiar e promover políticas públicas que garantam, com responsabilidade, o acesso às tecnologias da informação e comunicação (TICs) aos públicos socialmente desassistidos.
3. Assegurar o compromisso ético e a responsabilidade social e profissional, garantindo à informação alcance e relevância social.
4. Criar e manter canais formais de comunicação para assegurar a transparência das informações institucionais.
5. Desenvolver ações informacionais e culturais, incluindo a participação em projetos de fomento à leitura e à informação.
6. Divulgar dados estatísticos institucionais, como o uso da biblioteca, a circulação e o tamanho do acervo.
7. Estabelecer procedimentos para a publicização das produções acadêmicas de pós-graduação, em conformidade com o entendimento jurídico da universidade.
8. Implementar ações que possibilitem o acesso à informação de forma acessível, igualitária, transparente e atualizada.
9. Melhorar e/ou estabelecer medidas de segurança para a proteção dos dados da biblioteca.
10. Promover a desburocratização dos serviços.
11. Promover a integração entre os bibliotecários, estimulando o trabalho colaborativo e a interação com a comunidade universitária.
12. Promover eventos institucionais de divulgação da Agenda 2030.
13. Promover formações voltadas ao desenvolvimento de competências e habilidades dos profissionais da biblioteca.
14. Publicar relatórios de gestão, assegurando a transparência administrativa.
15. Tornar a biblioteca um ambiente aberto à comunidade externa.

As setenta e cinco ações citadas pelos bibliotecários evidenciam o ato de assegurar o acesso público à informação como um processo amplo, multifacetado e articulado, que envolve desde o acesso às coleções e a educação de usuários, passando pela acessibilidade, comunicação, acesso tecnológico, ação cultural e qualidade do atendimento, até dimensões mais amplas de política institucional e responsabilidade social.

As ações mapeadas revelam práticas que contemplam aspectos técnicos, pedagógicos, comunicacionais, tecnológicos, éticos e sociais, demonstrando que o acesso público à informação, no contexto das bibliotecas universitárias, ultrapassa a simples disponibilização de acervos, configurando-se como uma ação contínua de mediação, inclusão e compromisso social. Essa diversidade de ações reafirma o papel estratégico da biblioteca e do bibliotecário no cumprimento da meta.

Dos 50 bibliotecários participantes, observa-se que uma parcela minoritária não apresentou proposições de ações, seja por respostas genéricas, ausência de sugestão ou pela compreensão de que o acesso à informação já se encontra assegurado, como se observa nas respostas a seguir: B3 (“Várias”); B12 (“Não me vem à cabeça nenhuma ação”); B17 (“Esse direito já é oferecido”); e B48 (“Já dispomos desse serviço”). Além disso, um bibliotecário afirmou que o acesso à informação já é assegurado por meio do Repositório Institucional: B14 (“Já existem iniciativas que permitem isso no setor em que atuo, como os repositórios institucionais”).

Esse posicionamento, evidenciado nas falas dos bibliotecários, não deve ser interpretado como ausência de engajamento, mas como indicativo de diferentes níveis de percepção acerca do estágio de implementação da Meta 16.10 assegurar o acesso público à informação nas instituições.

A afirmação de B14, ao destacar a existência de iniciativas como os repositórios institucionais, reforça essa compreensão, ao apontar que, para alguns bibliotecários, o acesso já se materializa por meio de infraestruturas informacionais consolidadas. Nesse sentido, tais discursos revelam uma concepção segundo a qual o acesso à informação estaria, em certa medida, institucionalmente garantido, o que pode reduzir a percepção da necessidade de novas ações.

Entretanto, sob uma perspectiva analítica, esses posicionamentos também podem evidenciar uma possível naturalização ou estabilização da compreensão sobre assegurar o acesso público a informação, compreendido como algo já dado e não como um processo que deve ser continuamente construído e ampliado os serviços prestados.

Assim, mesmo sem a proposição explícita de ações, esses enunciados contribuem para a compreensão das diferentes formas pelas quais os bibliotecários interpretam a Meta 16.10, revelando tensões entre práticas já instituídas e a necessidade permanente de fortalecimento do acesso público à informação.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final de uma pesquisa, torna-se necessário retornar ao seu ponto de partida, a fim de verificar se as questões propostas foram respondidas, se os objetivos estabelecidos foram alcançados e como os diferentes elementos abordados ao longo do estudo se articulam entre si. Nesse sentido, retoma-se à questão norteadora desta investigação: de que maneira os bibliotecários atuantes nas bibliotecas das universidades públicas da Paraíba compreendem o termo “assegurar” e o sintagma nominal “acesso público à informação”?

Nesse contexto, considera-se que a Meta 16.10 da Agenda 2030, ao propor assegurar o acesso público à informação, constitui-se como um desafio manifesto não apenas nos âmbitos político, econômico e social, mas também no plano conceitual, uma vez que a ausência de compreensão dos termos que a estruturam inviabiliza a sua efetiva concretização. Sem a compreensão do que se entende por assegurar e por acesso público à informação, não há como efetivar práticas, políticas e ações que garantam, de fato, o acesso público à informação.

No âmbito das Nações Unidas, a UNESCO foi designada como agência responsável pelo monitoramento da Meta 16.10, por meio do Indicador 16.10.2, que avalia o número de países que adotam e implementam garantias constitucionais, legais e/ou políticas voltadas ao acesso público à informação. Esse indicador evidencia que o acesso público à informação está diretamente vinculado às liberdades fundamentais, em especial ao direito de buscar e receber informações, conforme estabelecido no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Para fins de coleta e sistematização de dados, a UNESCO adota o termo Direito à Informação como um conceito guarda-chuva, que abrange designações como Liberdade de Informação e Acesso à Informação. Contudo, no âmbito específico do Indicador 16.10.2, essa abordagem está operacionalmente vinculada ao acesso às informações públicas, uma vez que o monitoramento do indicador se concentra na adoção e na implementação de garantias legais, constitucionais e/ou políticas que assegurem o direito de acesso a informações sob custódia do Estado (UNESCO, 2019).

Dessa forma, embora a UNESCO reconheça a amplitude conceitual do Direito à Informação, o indicador 16.10.2 privilegia, para fins de mensuração, a existência de marcos

normativos e mecanismos institucionais relacionados ao acesso à informação pública. Em termos práticos, na sua redação, a Meta 16.10, sob o olhar da UNESCO, poderia ter sido escrita como garantir, por meio de leis e políticas públicas, que a população tenha acesso às informações sob custódia do Estado. Nessa perspectiva, a Meta 16.10, sobre o contexto do cidadão, seria mais compreensível usando o texto “assegurar o acesso à informação pública”.

Por sua vez, a IFLA adota uma compreensão ampliada do acesso público à informação, não o restringindo ao acesso à informação pública. Em seus posicionamentos institucionais, o acesso é articulado também às liberdades fundamentais e ao direito de buscar e receber informações sem censura, reafirmando o pleno exercício da liberdade de expressão e da liberdade intelectual. Nesse contexto, a IFLA destaca o papel central das bibliotecas e dos bibliotecários como agentes estratégicos para a concretização da Meta 16.10, ao promoverem o acesso equitativo e inclusivo à informação. Em suas declarações, os termos “acesso irrestrito à informação” e “informação livre” são usados em um contexto global, sem especificar a situação de uso.

Na prática, observa-se um incentivo ao acesso universal; as bibliotecas são apontadas como instituições responsáveis por assegurar o acesso público à informação. Contudo, não se discutem, de forma aprofundada, as condições necessárias para a obtenção da informação. Diante dessa abrangência, um discurso mais especializado poderia orientar as bibliotecas a promoverem condições equitativas e inclusivas de acesso à informação em seus múltiplos suportes, em conformidade com os regulamentos institucionais, ao mesmo tempo em que se buscam estratégias para ampliar esse acesso à comunidade externa, superando barreiras históricas de natureza social, tecnológica e informacional.

Nesse contexto, os bibliotecários assumem um papel central, uma vez que lhes compete, ética e socialmente promover o acesso à informação sem discriminação, respeitando os princípios da liberdade intelectual. Diante de um cenário histórico marcado por limitações no acesso à informação e por persistentes desigualdades informacionais, esses profissionais são constantemente desafiados a transpor barreiras sociais, econômicas, tecnológicas e de acessibilidade que ainda limitam o acesso da população à informação.

É nesse cenário em que se insere a presente pesquisa, cujo objeto de estudo foi a Meta 16.10 da Agenda 2030, com ênfase na ação assegurar o acesso público à informação, analisada sob o olhar *in vivo* da Teoria Comunicativa da Terminologia, proposta por Maria Teresa Cabré, no campo da Ciência da Informação. O problema de pesquisa, que buscou compreender de

que maneira os bibliotecários das universidades públicas da Paraíba compreendem e denominam os termos “assegurar” e “acesso público à informação”, mostrou-se pertinente e coerente com a função social atribuída a esses profissionais.

Os resultados obtidos, analisados por meio da Técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, confirmam que a compreensão da Meta 16.10 não é homogênea entre os bibliotecários investigados. Ao contrário, revela-se marcada por uma pluralidade de sentidos, expressa por meio de variações denominativas.

De acordo com os depoimentos, foram identificadas 18 unidades terminológicas associadas ao termo “assegurar” e 22 unidades relacionadas ao sintagma “acesso público à informação”, evidenciando o caráter poliédrico desses termos. Esses resultados reforçam o pressuposto de que as unidades terminológicas não se reduzem a designações fixas, mas emergem do uso discursivo situado, em contextos socioprofissionais.

A tese sustentada neste estudo é a de que a variação denominativa do termo “assegurar” e do sintagma nominal “acesso público à informação” se constitui nas relações intersubjetivas de formação dos modos de pensar e de agir dos bibliotecários, intrinsecamente relacionados às suas práticas socioprofissionais e aos contextos institucionais em que atuam. Essa constatação dialoga diretamente com os pressupostos da Teoria Comunicativa da Terminologia, ao reconhecer a variação no discurso especializado como um fenômeno natural da linguagem especializada, na qual as unidades lexicais, que não são nem palavras e nem termos, somente serão diferenciadas como unidades lexicais ou terminológicas no ato do discurso, de modo que os termos são unidades lexicais ativadas exclusivamente por suas condições pragmáticas de adequação a um tipo de comunicação.

O mapeamento das ações citadas pelos bibliotecários revelou práticas que excedem a simples disponibilização de acervos, abrangendo ações de educação dos usuários, qualidade no atendimento, acessibilidade e inclusão informacional, comunicação e difusão da informação, acesso à internet, formulação de políticas institucionais de informação e responsabilidade social. Essas ações reafirmam o papel estratégico das bibliotecas universitárias e dos bibliotecários no cumprimento da Meta 16.10, demonstrando que assegurar o acesso público à informação se configura como uma prática cotidiana de mediação, inclusão e compromisso social.

Faz-se necessário reconhecer que a pesquisa teve algumas limitações, especialmente no que se refere à menor adesão de bibliotecários da UFPB. Ainda assim, o número de

participantes alcançado não compromete a validade dos dados, uma vez que a amostra final, definida por saturação teórica, permitiu identificar padrões discursivos e variações terminológicas consistentes. Essa participação reduzida pode ser vista como uma oportunidade para futuras investigações que ampliem o quadro de servidores investigados e uma chance para fortalecer a Meta 16.10 nas práticas profissionais desses profissionais.

No âmbito epistemológico, a pesquisa evidencia lacunas conceituais relacionadas ao termo “acesso” no campo da Ciência da Informação, o que reforça a necessidade de aprofundamento teórico sobre essa noção. Nesse sentido, a etimologia se apresentou como um caminho fecundo para a construção de um Modelo de Acesso à Informação, capaz de subsidiar pesquisas futuras e contribuir para a consolidação conceitual do termo na área.

Por fim, esta investigação contribui para o fortalecimento do debate terminológico no âmbito da Ciência da Informação e da Meta 16.10 da Agenda 2030, ao evidenciar que o seu cumprimento não constitui apenas um desafio jurídico ou institucional, mas também um desafio de compreensão conceitual.

Compreender como os bibliotecários compreendem e denominam a Meta 16.10 reafirma o papel das bibliotecas e dos bibliotecários como agentes fundamentais na promoção da equidade informacional e na construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Diante do percurso analítico desenvolvido, considera-se que os objetivos propostos de interpretar as variações denominativas, explicar as compreensões dos bibliotecários por meio do Discurso do Sujeito Coletivo e mapear as ações citadas para assegurar o acesso público à informação foram alcançados de forma satisfatória, confirmando a pertinência do problema de pesquisa e a adequação do referencial teórico-metodológico adotado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Os 500 anos do pai da bibliografia: da celebração ao gesto bibliográfico de Conrad Gesner (2016-1516). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.22, p.65-96, jul. 2017. Edição especial.

Disponível em : <https://www.scielo.br/j/pci/a/xgF4ZrwThqZrBqWLF8p>. Acesso em: 25 mar. 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/3233>.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação pública: paradoxos e desafios. **Informação & Informação**, Londrina, v. 8, n. 1, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1714/1465>. Acesso em: 24 jul. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2003v8n2p79>.

ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Glossário da Sociedade da Informação**. Portugal: APDSI, 2019.

BALAYÉ, Simone. **La Bibliothèque nationale des origines à 1800**. Genève: Droz, 1988. (Histoire des idées et critique littéraire, 262). *E-book*.

Disponível em: <https://books.google.com.br/>. Acesso em: 6 fev. 2025

BARROS, Lídia Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BIBLIOTECA ANGELICA (Roma). **History: Biblioteca Angelica**. Disponível em: <https://bibliotecaangelica.cultura.gov.it/en/history/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo; MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo (org.). **Dicionário Histórico do Português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII**. Araraquara: FCL-UNESP, 2021. Disponível em: <http://dicionarios.fclar.unesp.br>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BIRN, Raymond. Le Journal des Savants sous l'Ancien Régime. **Journal des savants**, n.1, p. 15-35, jan./mar. 1965. DOI : <https://doi.org/10.3406/jds.1965.1091>.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações. Brasília,DF: Presidência da República, [2024].Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-14/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 9 mar.2024.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em: 15 mar.2024.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 maio 2024.

BUFREM, Leilah Santiago; ALVES, Edvaldo Carvalho. **A dinâmica da pesquisa em ciência da informação**. João Pessoa: UFPB, 2020.

CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología: representación y comunicación**: Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2005.

CABRÉ, Maria Teresa. La Teoría Comunicativa de la Terminología, una aproximación lingüística a los términos. **Revue française de linguistique appliquée**, v. 14, n. 2, p. 9-15, 2009. DOI: 10.3917/rfla.142.0009.

CABRÉ, Maria Teresa. Teorias da terminologia: descrição, prescrição e explicação. Tradução de Diego Napoleão Viana Azevedo. **Cad. Trad.**, Florianópolis, v. 39, n.3, p. 507-558, set./dez. 2019. DOI: 10.5007/2175-7968.2019v39n3p507.

CABRÉ CASTELLVÍ, Teresa; LORENTE CASAFONT, Mercè. Panorama teòric de la terminologia actual. **Terminàlia**, Barcelona, n. 24, p. 57–63, 2021. DOI: 10.2436/20.2503.01.168. Disponível em: https://revistes.iec.cat/index.php/Terminàlia/article/view/149368/pdf_1814. Acesso em: 20 jun. 2025.

CAMPELLO, Bernadete Santos (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148–207, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22360>. Acesso em: 14 mar.2026.

CAPURRO, Rafael. **Informação**: etimologia e história das ideias para uma fundamentação do conceito. Tradução: Vinícios Souza de Menezes. Brasília: Editora IBICT, 2026. DOI: <https://doi.org/10.22477/9788570132314>

CASSON, Lionel. **Bibliotecas no Mundo Antigo**. São Paulo: Vestígio, 2018.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2017. *E-book*.

COELHO, Francisco Adolpho. **Diccionario manual etymologico da língua portuguesa:** contendo a significação e prosodia. 5.ed. Lisboa: P. Plantier, 1890.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural:** Cultura e Imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução CFB nº 207/2018, de 07 de novembro 2018. Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 155 - 156, 9 nov. 2018. Disponível em: www.cfb.org.br. Acesso em: 16 jun. 2025.

CONSTANCIO, Francisco Solano. **Novo diccionario critico e etymologico da lingua portugueza.** 3. ed. Paris: Officina Typographica de Casimir, 1836. Disponível em: <https://archive.org/details/novodiccionioc00cons/page/n8/mode/1up?view=theater&q=acesso> . Acesso em: 14 abr. 2024.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** 4.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Vocabulário histórico-cronológico do Português Medieval.** Disponível em: <http://medieval.rb.gov.br/index.php>. Acesso em: 25 jul. 2024.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia.** Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DE ROBBIO, Antonella. Frammenti GottfriedWilhem Leibniz fra proprietà intellettuale e biblioteca universale. In: MORRIELLO, Rossana; SANTORO, Michele. **La biblioteca e l'immaginario:** percorsi e contesti di biblioteconomia letteraria. Milano: Bibliografica, 2004. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/>. Acesso em: 1 mar. 2025

EYSENCK, Michael W.; KEANE, Mark T. **Manual de psicologia cognitiva.** 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. *E-book*.

FARIA, Ernesto. **Dicionário escolar latino-português.** 3. ed. [Brasília]: Ministério da Educação e Cultura, Departamento Nacional de Educação, Campanha Nacional de Material de Ensino, 1962.

FIGUEIREDO, Nice. Paul Otlet e o centenário da FID. In: **Organização do conhecimento e sistemas de classificação.** Brasília: IBICT, 1996.cap.2, p. 14-6.

FOUGEYROLLAS, Patrick *et al.* Disability, Environment, Social Participation and Human Rights: From the Concept of Access to its Measurement. **Développement Humain, Handicap et Changement Social,** p. 5 -28, apr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.7202/1086792ar>.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. **Ordem dos conceitos na organização da informação e do conhecimento**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à Ciência da Informação**. 2. ed. rev. e ampl. João Pessoa: UFPB, 2015.

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/issue/view/1233>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **O direito de acesso à informação no Brasil**: contexto, conceitos, abrangência e operacionalização. Brasília: ENAP, 2018. Disponível em: <https://www.enap.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Hagar Espanha. Terminologia e estrutura conceitual. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 15, n. 3, p. 184-203, dez. 2021.

SOUZA, Marcos Gonzalez de. **A gramaticalização de informação**: uma abordagem sociocognitiva. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002. DOI: 10.1108/00220410210431136.

IFLA. **Declaração da IFLA sobre as bibliotecas e a liberdade intelectual**. Haia: IFLA, 1999. Disponível em: <https://repository.ifla.org/items/7aaeac81-b9e7-4545-a328-2d77fab05bd9>. Acesso em: 20 nov. 2025.

IFLA. **Lyon Declaration on Access to Information and Development**. Lyon: IFLA, 2014. Disponível em: <https://www.lyondeclaration.org/content/pages/lyon-declaration-pt.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

IFLA. **Declaração da IFLA sobre livre acesso** – esclarecendo sobre a posição e a estratégia da IFLA, [18 abr. 2011]. Disponível em: <https://repository.ifla.org/items/23d2c14b-a965-4871-9680-0e6b6dd483e6>. Acesso em: 17 dez. 2025.

IFLA. **Development and Access to Information (DA2I)**. Haia: IFLA, 2024. Disponível em: <https://repository.ifla.org/>. Acesso em 17 de dez 2025.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Grande Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** versão *online*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2024. Disponível em: <https://houaiss.online/houaission/>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica.** Brasília, DF: IBICT, [2005].

JAMBEIRO, Othon; BORGES, Jussara; SOBREIRA, Rosane Vieira. Políticas e gestão da informação pública: o caso da prefeitura de salvador. **Inf. & Soc.: Estudos**, João Pessoa, v.17, n.2, p.109-118, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/2424/1/632-225>. Acesso em 12 maio 2024.

KOBASHI, Nair Yumiko; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 1- 24, jan./ jun. 2011. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/34792>. Acesso em fev. 2024.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2011.

KROEFF, Marcia Silveira; MATTOS, Miriam C. C. M. M.; SILVA, MADALENA, Críchyna da Silva. Paul Otlet: biografia e legado. *In*: PEREIRA, Ana Maria; KROEFF, Marcia Silveira; CORREA, Elisa Cristina Delfini (org.). **As contribuições de Paul Otlet para a Biblioteconomia.** Florianópolis: ACB, 2018. cap.1, p. 15-48. *E-book*.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. *E-book*.

LE COADIC, Ives-François. **A ciência da informação.** Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Pesquisa de representação social:** um enfoque qualiquantitativo: a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Bibliotecas. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra (org.). **Introdução às fontes de informação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. cap.7, p. 101-115.

MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. **Estudo e aplicação de metodologia para reengenharia de tesouro: remodelagem do thesagro.** 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; LIMA, Gercina Angela Borém de Oliveira. Buscando uma definição para o conceito de “conceito”. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 54 - 87, abr./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2963>.

MARQUES, Joseph. **Novo dicionário das linguas portugueza, e franceza, com os termos latinos**. 1. ed. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1764. t. 2. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=Fwsk_oraZC4C&pg=PP5&hl=pt-BR&source=gb_s_selected_pages&cad=1#v=onepage&q&f=false.

Acesso em: 24 mar. 2024

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita** : história do livro, da imprensa e da biblioteca. Com um capítulo referente à propriedade literária. 3.ed. São Paulo: Ática, 2001.

MCCREADIE, Maureen; RICE, Ronald E. Trends in analyzing access to information. Part I: cross-disciplinary conceptualizations of access. **Information Processing & Management**, v. 35, p. 45-76, 1999. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0306-4573\(98\)00037-5](https://doi.org/10.1016/S0306-4573(98)00037-5).

MEY, Eliane Serrão Alves. Bibliotheca alexandrina. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.1, n. 2, p.71-91, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/43268>. Acesso em: 3 fev. 2025.

MENEZES, Vinícios Souza de. **Rasum tabulae**: um limiar metafórico-escritural dos estudos da informação, ou, *Le Livre*. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2017.

MILANEZ, José Frazão. Leibniz, sua vida e sua obra. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 66, n.1/3, jul./set.,1946. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=008567&pagfis=75549>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MOURA, Amanda Pacini de. **Documentação e internacionalismo em Paul Otlet**. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. DOI:10.11606/D.27.2015.tde-01122015-094944.

MUIR, Adrienne; OPPENHEIM, Charles. National Information Policy developments worldwide II: universal access – addressing the digital divide. **Journal of Information Science**, v. 28, n. 4, p. 263-273, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1177/016555150202800401>.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro:Livraria Acadêmica: Livraria Francisco Alves, 1955. t. I.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico resumido**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1966.

NAUDÉ, Gabriel. **Conselhos para formar uma biblioteca**. Tradução: Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDA. Nações Unidas no Brasil. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**, [22 jun.2010]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/66851-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-mil%C3%AAnio>. Acesso: 23 de jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Tradução: Brasil. Governo Federal. Nova York: ONU, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDA. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova Iorque: ONU, 2017.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Tradução: Taiguara Villela Aldabal *et al.* Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2018.

PHILLIPS, Heather. The great Library of Alexandria ?. **Library Philosophy and Practice**. aug.2010. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssolar-190807>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PIERCE, Elizabeth Denny. **A Roman Man of Letters**: Gaius Asinius Pollio. 1922. Dissertation (Doctor of Philosophy) - Faculty of Political Science of Columbia University, 1922. Disponível em: <https://archive.org/details/aromanmanletter00piergoog/page/n4/mode/2up?q=Gaius+Asinius+Pollio>. Acesso em 15 jan. 2025.

REZENDE, Antônio Martinez de; BIANCHET, Sandra Braga. **Dicionário do latim essencial**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. *E-book*.

RICHARD, Jean-François. La validation des hypothèses. **Bulletin de psychologie**, Université de Paris, v. 22, n.276, p. 571-576, 1969. Eixo temático: La méthode expérimentale en psychologie. DOI: <https://doi.org/10.3406/bupsy.1969.9996>.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2017. *E-book*.

ROCCA, Angelo. **Bibliotheca apostolica Vaticana** [...]. Roma: Typographia Apostolica Vaticana, 1591. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_mvWzMJviND8C/page/n7/mode/2up. Acesso em: 7 fev. 2015.

RODRIGUES, Maria B. *et al.* **Matrizes do Pensamento III**: Psicologia Cognitiva. Porto Alegre: SAGAH, 2022. *E-book*

SALES, Rodrigo de; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. James Duff Brown: A Librarian Committed to the Public Library and the Subject Classification. **Knowledge Organization**, v. 48, n. 5, p. 375-396, 2021. Disponível em: <https://www.isko.org/cyclo/brown>. Acesso em 30 mar. 2025.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos F Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Grupo A, 2013. *E-book*.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A concepção de apropriação da informação nos periódicos da área “Comunicação e Informação” e Anais do ENANCIB. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: ANCIB, 2017.

SARACEVIC, Tefko. **Interdisciplinary nature of information Science**. Ciência da Informação, v. 24, n.1, 1995. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v24i1.608>.

SARAIVA, Francisco Rodrigues dos Santos. **Novíssimo dicionário latino-português: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc.** 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier. Disponível em: <https://archive.org/details/NovissimoDicionarioLatinoPortuguezEtimologicoProsodico/page/n6/mode/1up>. Acesso em: 20 fev.2024.

SERRAI, Alfredo. História da Biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. **R. Esc. Bibliotecon**. UFMG, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p.141-61, set. 1975. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36168/28322>. Acesso em: 5 jan. 2025.

SHERA, Jesse H. Toward a theory of librarianship and information science. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 87–97, 1973. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/21699>. Acesso em: 1 out. 2025.

SILVA, Isabela Costa da. **A dimensão do acesso à informação pública e os arquivos do regime militar**: um olhar sobre a função social dos arquivos. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

SIRINELLI, Jean. Un regard sur la Bibliothèque d'Alexandrie. *In*: COLLOQUE ENTRE ÉGYPTES ET GRÈCE, 5., 1994, Villa Kérylos à Beaulieu-sur-Mer. **Anais [...]**. Paris: Académie des Inscriptions et Belles Lettres, 1995.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário latino português**. 2. ed. Porto: Domingos Barreira, 1942.

UNESCO. **Highlights from the 2019 UNESCO monitoring and reporting of SDG indicator 16.10.2: access to information**. Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://en.unesco.org/themes/media-development>. Acesso em: 01 nov. 2025.

UNESCO. **International day for universal access to information 2025**. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/international-day-universal-access-information-2025>. Acesso em: 04 fev.2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Edital nº 05/2023**: processo seletivo para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB) nos cursos de mestrado e doutorado. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2023. Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2023111074ddaa5605309d5cf20fc7466/Edital-processo-seletivo-ppgci-doutorado_2023-2024_Versa771o_8.0.pdf.

Acesso em: 10 mar. 2025

WAND, Patricia A. Information centers and socioeconomic development in MENA: Finding a quantitative relationship. **Revista IFLA**, v. 42, n. 2, p. 109 -117, 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/news/out-now-june-2016-issue-of-ifla-journal/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

WAQUIL, Marina; CORTINA, Asafe; PARAGUASSU, Liana. **Terminologia**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. *E-book*.

WERSIG, Gemot ; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **Information Scientist**, v.9, p.18-39, 1975. Disponível em: <https://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2024.

WÜSTE, Eugen. **Introducción a la teoría de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Tradução: M. T. Cabré. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1998. *E-book*.

APÊNDICE A - TCLC



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCI)
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Estou sendo convidado para participar da pesquisa “Desvelando a Meta 16.10 da Agenda 2030: assegurar o acesso público à informação pelo olhar *in vivo* da Teoria Comunicativa da Terminologia de Maria Teresa Cabré” que está sendo realizada pela Doutoranda Suzana Queiroga da Costa Arcaño, que está sendo orientada pela Professora Doutora Virginia Bentes Pinto.

Assim, declaro ter sido esclarecida(o) sobre os seguintes pontos:

1. Esse trabalho tem como **objetivo básico**: analisar, na perspectiva da Teoria Comunicativa da Terminologia de Cabré (1999), a compreensão que os bibliotecários das universidades públicas têm sobre os termos **assegurar** e **acesso público à informação**, enunciados na meta 16.10 do ODS16 da Agenda 2030 da ONU, bem como as ações mencionadas para o cumprimento da meta.
2. O objetivo e resultados esperados da pesquisa me foram apresentados pela pesquisadora responsável, no momento do convite realizado via e-mail. O meu nome e dados serão mantidos em sigilo, assegurando, assim, a minha privacidade. Se eu quiser conhecer os resultados da pesquisa, poderei solicitar à pesquisadora pelo e-mail: suzanaqueirogadoutorado@gmail.com ; identificando-me com o e-mail. Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos adicionais, poderei entrar em contato com a pesquisadora, pelo e-mail: suzanaqueirogadoutorado@gmail.com minha participação nesse trabalho será importante para auxiliar o entendimento sobre “**assegurar** e **acesso público à informação**”, enunciados na meta 16.10 do ODS16 da Agenda 2030 da ONU, bem como as ações mencionadas para o cumprimento da meta.
4. Mesmo que mínimos, toda pesquisa apresenta direta ou indiretamente seus riscos. Nessa pesquisa os riscos estão relacionados, mesmo que mínimos, como desconforto quanto ao entendimento “**assegurar** e **acesso público à informação**”, enunciados na meta 10 do ODS16 da Agenda 2030 da ONU, bem como as ações mencionadas para o cumprimento da meta.
5. Os resultados desta pesquisa serão apresentados na tese de doutorado e na publicação de artigos científicos.
6. O preenchimento será realizado na forma online e por esse motivo, sua participação estará condicionada ao aceite do convite assinalando abaixo a opção “Diante dos esclarecimentos prestados, concordo em participar, como voluntário(a), do estudo “Desvelando a Meta 16.10 da Agenda 2030:

assegurar o acesso público à informação pelo olhar *in vivo* da Teoria Comunicativa da Terminologia de Maria Teresa Cabré”.

DESTACA-SE A IMPORTÂNCIA DE GUARDAR EM SEUS ARQUIVOS UMA CÓPIA DO DOCUMENTO ACIMA (DE REGISTRO DE CONSENTIMENTO) ou caso seja de seu interesse, você poderá solicitar aos pesquisadores uma via deste documento devidamente assinado.

O participante _____, _____anos,
RG:_____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

João Pessoa, ____/____/____

Nome do participante da pesquisa
Data e Assinatura

Nome do pesquisador principal
Data e Assinatura

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Seção 1 de 10

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS(CCSA) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO(PPGCI) DOUTORADO EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO

Prezado(a) BIBLIOTECÁRIO (A),

Estou sendo convidado para participar da pesquisa “Desvelando a Meta 16.10 da Agenda 2030: assegurar o acesso público à informação pelo olhar in vivo da Teoria Comunicativa da Terminologia de Maria Teresa Cabré” que está sendo realizada pela Doutoranda Suzana Queiroga da Costa Arcanjo, que está sendo orientada pela Professora Doutora Virgínia Bentes Pinto.

Assim, declaro ter sido esclarecida(o) sobre os seguintes pontos:

bem como as ações mencionadas para o cumprimento da meta 2. O objetivo e resultados esperados da pesquisa me foram apresentados pela pesquisadora responsável, no momento do convite realizado via *WhatsApp*. O meu nome e dados serão mantidos em sigilo, assegurando, assim, a minha privacidade. Se eu quiser conhecer os resultados da pesquisa, poderei solicitar à pesquisadora pelo e-mail: suzanaqueirogadoutorado@gmail.com ; identificando-me com o e-mail. Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos adicionais, poderei entrar em contato com a pesquisadora, pelo e-mail: suzanaqueirogadoutorado@gmail.com minha participação nesse trabalho será importante para auxiliar o entendimento sobre “assegurar e acesso público à informação”, enunciados na meta 16.10 do ODS 16 da Agenda 2030 da ONU bem como as ações mencionadas para o cumprimento da meta.

4. Mesmo que mínimos, toda pesquisa apresenta direta ou indiretamente seus riscos. Nessa pesquisa os riscos estão relacionados, mesmo que mínimos, como desconforto quanto a compreensão de “assegurar e acesso público à informação”, enunciados na meta 10 do ODS 16 da Agenda 2030 da ONU, bem como as ações mencionadas para o cumprimento da meta.”

5. Os resultados desta pesquisa serão apresentados na tese de doutorado e na publicação de artigos científico.

6. O preenchimento será realizado na forma online e por esse motivo, sua participação estará condicionada ao aceite do convite assinalando abaixo a opção “Diante dos esclarecimentos prestados, concordo em participar, como voluntário(a), do estudo “Desvelando a Meta 16.10 da Agenda 2030: assegurar o acesso público à informação pelo olhar in vivo da Teoria Comunicativa da Terminologia de Maria Teresa Cabré”.

DESTACA-SE A IMPORTÂNCIA DE GUARDAR EM SEUS ARQUIVOS UMA CÓPIA DO DOCUMENTO ACIMA (DE REGISTRO DE CONSENTIMENTO) ou caso seja de seu interesse, você poderá solicitar aos pesquisadores uma via deste documento devidamente assinado.

O participante _____, _____anos, RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

João Pessoa, / /

Nome do participante da pesquisa

Data e Assinatura

Nome do pesquisador principal

Data e Assinatura

Informação de contato da responsável pela pesquisa

Suzana Queiroga da Costa Arcanjo

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

E-mail: suzanaqueirogadoutorado@gmail.com

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Concordo em participar da pesquisa

I PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Dados baseados no Censo Demográfico 2022

1 Grupos de idade

Marcar apenas uma opção

- ☐ 20 a 29 anos
- ☐ 30 a 39 anos
- ☐ 40 a 49 anos
- ☐ 50 a 59 anos
- ☐ 60 a 64 anos
- ☐ 65 anos e mais de idade
- ☐ Outra:

II PERFIL PROFISSIONAL

Marcar apenas uma opção.

1 Qual a sua instituição

- ☐ IF/PB
- ☐ UFCG
- ☐ UFPB
- ☐ UEPB

2 Nível de instrução

Marcar apenas uma opção

- ☐ Graduação
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Outra:

3 Tempo de Serviço

Marcar apenas uma opção

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ De 1 a 3 anos

- ☐ De 4 a 9 anos
- ☐ De 10 a 20 anos
- ☐ Mais de 20 anos

III AGENDA 2030

1 Você já ouviu falar da Agenda 2030?

Marcar apenas uma opção

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se, SIM, qual foi o meio de comunicação?

2 Redes digitais sociais

Marcar tudo o que for aplicável

- ☐ Instagram
- ☐ Facebook
- ☐ WhatsApp
- ☐ Twitter
- ☐ Telegram
- ☐ Nenhuma das respostas
- ☐ Outros:

3 Internet

Marcar tudo o que for aplicável

- ☐ Sites de notícias
- ☐ Sites de eventos
- ☐ Sites de galeria de fotos
- ☐ YouTube
- ☐ Sites de política
- ☐ Sites de entretenimento
- ☐ Nenhuma das respostas
- ☐ Outros:

4 Comunicação e divulgação científica

Marcar tudo o que for aplicável

- ☐ Eventos científicos
- ☐ Periódicos científicos
- ☐ Publicações acadêmicas
- ☐ Nenhuma das respostas
- ☐ Outros

5 Universidade a qual pertence e órgãos de classe

Marcar tudo o que for aplicável

- ☐ Atividades de ensino
- ☐ Atividades de pesquisa
- ☐ Atividades de extensão
- ☐ Comissões da Universidade
- ☐ Site da Universidade
- ☐ Conselhos de Biblioteconomia
- ☐ Associações de Bibliotecários
- ☐ Febab
- ☐ Nenhuma das respostas
- ☐ Outras:

6 Você já estudou sobre Agenda 2030 em algum curso/disciplina? Se, sim, por favor, especifique.

7 Por favor, fale um pouco sobre Agenda 2030.

IV META 16.10 ASSEGURAR O ACESSO PÚBLICO À INFORMAÇÃO

1 Você já ouviu falar da meta 16.10?

Marcar apenas uma opção

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se, SIM, qual foi o meio de comunicação?

2 Redes digitais sociais

Marcar tudo o que for aplicável

- ☐ Instagram
- ☐ Facebook
- ☐ WhatsApp
- ☐ Twitter
- ☐ Telegram
- ☐ Nenhuma das respostas
- ☐ Outros:

3 Internet

Marcar tudo o que for aplicável

- ☐ Sites de notícias
- ☐ Sites de eventos
- ☐ Sites de galeria de fotos
- ☐ YouTube
- ☐ Sites de política
- ☐ Sites de entretenimento
- ☐ Nenhuma das respostas
- ☐ Outros:

4 Comunicação e divulgação científica

Marcar tudo o que for aplicável

- ☐ Eventos científicos
- ☐ Periódicos científicos
- ☐ Publicações acadêmicas
- ☐ Nenhuma das respostas
- ☐ Outros

5 Universidade a qual pertence e órgãos de classe

Marcar tudo o que for aplicável

- Atividades de ensino
- Atividades de pesquisa
- Atividades de extensão
- Comissões da Universidade
- Site da Universidade
- Conselhos de Biblioteconomia
- Associações de Bibliotecários
- Febab
- Nenhuma das respostas
- Outras:

V O QUE VOCÊ COMPREENDE POR:

Escreva com as suas palavras de maneira livre

Assegurar

Acesso público à informação